

# plural

revista de ciências sociais

USP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SOCIOLOGIA

v.21 n°2 | ISSN 2176-8099 | segundo semestre de 2014

revistas.usp.br/plural



# plural

REVISTA DO PROGRAMA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SOCIOLOGIA DA USP



# 21

Departamento de Sociologia  
Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas  
Universidade de São Paulo

*Plural*

Revista do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP)

Universidade de São Paulo  
Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago  
Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Diretor: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu  
Vice-Diretor: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

Departamento de Sociologia  
Chefe: Prof. Dr. Brasília João Sallum Junior  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação: Profa. Dra. Vera da Silva Telles  
Vice-Coodenador do Programa de Pós-Graduação: Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto  
Secretários do PPGS: Maria Ângela Ferraro de Souza e Gustavo Barboza Mascarenhas

Equipe Editorial - Revista Plural v. 21, n. 2

Comissão Editorial  
Álvaro Comin  
Marcos César Alvarez  
Ricardo Mariano – editor responsável

Comissão Executiva: Camila Gui Rosatti, Gabriela Pereira Martins, José de Souza Muniz Júnior, Lucas Amaral de Oliveira, Luiz Vicente Justino Jácomo, Mariana Toledo Ferreira, Monise Fernandes Picanço, Rodrigo Correia do Amaral, Sara Tufano e Ugo Urbano Casares Rivetti.

Conselho Editorial  
Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flavio Wiik, Heloísa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Lívia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa e Simone Meucci.

Equipe Técnica  
Diagramação: Diagrama Editorial  
Revisão de texto: Meiry Ane Agnese

Capa: Gustave Doré, “Wentworth Street, Whitechapel” (1872)

Financiamento: CAPES

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Comissão Editorial nem do Conselho Editorial.

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP, Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900 - São Paulo - SP - Brasil  
E-mail: plural@usp.br  
Site: <http://revistas.usp.br/plural>  
Facebook: [www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416](http://www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416)  
Twitter: @plural\_usp

Publicação eletrônica semestral referente ao 2º semestre de 2014 (publicada em 03/2015). Plural. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 21, n. 2, 2014.  
ISSN: 2176-8099  
1. Sociologia 2. Ciências Sociais

## SUMÁRIO

Editorial . . . . .	5
Comissão Editorial	

### Dossiê

#### “Classes Sociais: estudos sobre desigualdades, estilos de vida e padrões de sociabilidade”

Classes sociais no Brasil . . . . .	8
Edison R. E. Bertoncelo	

Classe social e gênero: ativos de herança e ativos de escolha. . . . .	20
Elizabeth B. Silva	

Exclusividade ou primazia das práticas mais raras: os deslocamentos multiterritoriais na socialização das classes superiores paulistas . . . . .	47
Carolina Martins Pulici	

Análise de classe e a queda da desigualdade de renda do trabalho no Brasil . . . . .	77
Flavio Carvalhaes e Pedro Souza	

Classes sociais e fechamento social: determinantes da desigualdade de renda em São Paulo . . . . .	108
Ian Prates e Rogério Jerônimo Barbosa	

Os estudos de classe na Sociologia em Portugal: uma entrevista com Virgílio Borges Pereira. . . . .	139
Realizada por Edison R. E. Bertoncelo	

### Artigos

Apontamentos sobre o significado de memória e verdade no legado da ditadura civil-militar brasileira . . . . .	150
Rafael L. F. C. Schincariol	

Anthony Giddens entre a hermenêutica e a crítica: o status do conhecimento de senso comum na teoria da estruturação . . . . .	168
Gabriel Peters	

## Resenha

Internet e os novos movimentos sociais . . . . .	195
Dagmar Manieri	

## Vinte Anos da Plural

A Revista <i>Plural</i> no contexto de profissionalização da Sociologia no Brasil: entrevista com Maria Arminda do Nascimento Arruda . . . . .	199
Realizada por Lucas Amaral de Oliveira e Rodrigo Correia do Amaral	

## Tradução

Vida e época da primeira <i>New Left</i> . . . . .	214
Stuart Hall	
Tradução de Lucas Amaral de Oliveira e Weslei Estradiote Rodrigues	

## Lista de pareceristas *ad hoc*

Lista de pareceristas <i>ad hoc</i> do volume 21 . . . . .	235
--	-----

A capa desta nova edição da revista *Plural* é ilustrada com a xilogravura do desenhista francês Gustave Doré (1832-1883), “Wentworth Street, Whitechapel”. A convite do jornalista Blanchard Jerrold, Doré compôs ilustrações retratando a Londres de meados do século XIX, as quais foram publicadas em 1872, em um volume intitulado *London: a Pilgrimage* (Grant & Co., Londres), hoje um clássico do jornalismo social. Nessas obras, o artista oferece um registro da vida cotidiana da capital inglesa e das profundas desigualdades que marcavam a cidade na época.

Esse tema, que ocupa um lugar central na Sociologia desde a fundação da teoria social moderna, é o que nos motivou a criar o dossiê da edição 21.2 da *Plural*, “Classes Sociais: estudos sobre desigualdades, estilos de vida e padrões de sociabilidade”. Em consonância com a vocação da revista, o dossiê temático contém textos de teoria e pesquisa sociológica que, a partir de enfoques e recortes distintos, destacam como essa questão pode – e deve – ser mobilizada para pensar o presente histórico. Edison Bertonecelo, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e organizador do dossiê, expõe, já em seu artigo de apresentação, “Classes sociais no Brasil”, a forma como essa questão ensejou análises significativamente diversas e debates teóricos profícuos, em torno dos quais se nutrem as abordagens sociológicas contemporâneas.

O segundo texto, “Classe Social e Gênero: ativos de herança e ativos de escolha”, de Elizabeth Silva, professora da Faculty of Social Sciences, The Open University, investiga o impacto da herança familiar nas posições de classe na Grã-Bretanha contemporânea. De modo inovador, examina os diferentes ativos herdados de pais e mães por filhos e filhas, mostrando os efeitos de gênero dessa herança, a partir do material empírico produzido para o estudo britânico *Capital Cultural e Exclusão Social* (CCSE, na sigla em inglês), inspirado no trabalho de Pierre Bourdieu sobre capitais e *habitus* na definição das posições dos indivíduos nas classes sociais.

Já em “Exclusividade ou primazia das práticas mais raras: os deslocamentos multiterritoriais na socialização das classes superiores paulistas”, Carolina Pulici, professora da Universidade Federal de São Paulo, discute o papel dos dispositivos de socialização no estrangeiro no estilo de vida das elites de São Paulo, enfocando a contribuição dessas práticas para a ocupação de posições de poder e a acumulação de capital cultural.

No artigo “Análise de classe e queda da desigualdade de renda do trabalho no Brasil”, Flavio Carvalhaes, docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Pedro Souza, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostram como o fenômeno da queda da desigualdade de renda no Brasil, observado na última década, pode ser compreendido à luz da

dinâmica da estrutura de classes que prevalece no país. Para tanto, contrastam as abordagens macro e micro, notadamente a neoweberiana e a neodurkeimiana.

No texto “Classes sociais e fechamento social: determinantes da desigualdade de renda em São Paulo”, Ian Prates e Rogério Barbosa, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, analisam a relação entre a desigualdade de renda e a dinâmica da estrutura de classes na Região Metropolitana de São Paulo, no período entre 1981 e 2011. Para tanto, adotam como chave interpretativa as dinâmicas das classes ocupacionais e os mecanismos de fechamento social e distribuição de poder que elas operam e que, com efeito, condicionam a distribuição de renda.

O dossiê se encerra com a entrevista de Virgílio Borges Pereira, professor do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, concedida a Edison Bertoncelo. O sociólogo português aborda a relação entre as classes sociais e a produção da vida cotidiana e do espaço físico e social, sobretudo no contexto de seu país.

Completando a edição 21.2, são oferecidos ao leitor dois artigos do fluxo contínuo. O primeiro, “Apontamentos sobre o significado de memória e verdade no legado da ditadura civil-militar brasileira”, é de autoria de Rafael Schincariol, doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e coordenador da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. A partir da análise da experiência brasileira, o autor critica a categoria de Justiça de Transição e seus usos correntes, com o objetivo de que as noções de memória e verdade – pilares no tratamento do legado da ditadura civil-militar brasileira – se tornem mais refinadas e produtivas.

Em “Anthony Giddens entre a hermenêutica e a crítica: o *status* do conhecimento de senso comum na teoria da estruturação”, Gabriel Peters, doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, examina a forma como o sociólogo britânico aborda a relação entre Ciência Social e senso comum, oferecendo uma síntese das versões apologéticas e críticas do conhecimento social leigo. Destaca como a via alternativa (hermenêutica) de Giddens, ao mesmo tempo que considera os saberes pragmáticos e os recursos simbólicos mobilizados pelos atores sociais como condição essencial da análise sociológica, tem de considerar também as condições não reconhecidas pelos atores e as consequências não intencionais da ação social.

Dagmar Manieri, professor da Universidade Federal do Tocantins, resenha o livro *Redes de imaginação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, do sociólogo espanhol Manuel Castells, publicado em 2013. Com o esforço de mobilizar o arsenal sociológico para compreender o presente, Castells mapeia os

movimentos sociais de 2011 (passando por Tunísia, Islândia, Espanha, Egito e Estados Unidos) e argumenta que eles criaram novas formas de mobilização, que têm na internet um instrumento privilegiado de organização e ativismo políticos.

Como parte das comemorações pelos vinte anos da *Plural*, esta edição publica uma entrevista com Maria Arminda do Nascimento Arruda, professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, atual Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária da USP e responsável pela criação da revista *Plural*, em 1994, quando ocupava o cargo de coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. A entrevista foi concedida a Lucas Amaral de Oliveira e Rodrigo Correia do Amaral, membros da comissão editorial da revista.

Fecha a edição uma tradução inédita de texto de Stuart Hall (1932-2014), *Vida e época da primeira New Left*, sobre as origens da Nova Esquerda britânica, movimento político e intelectual que desempenhou papel central na segunda metade do século XX e do qual o próprio Hall foi uma das figuras-chave. Nos vinte anos da *Plural*, nada mais oportuno do que disponibilizar, em português, um artigo em que um teórico do porte de Hall reflete sobre um importante movimento político e intelectual que teve em uma revista um de seus centros de gravidade.

*Comissão Editorial da Revista Plural*



# CLASSES SOCIAIS NO BRASIL

## Social classes in Brazil

Edison R. E. Bertoncelo

O tema das *classes sociais* sempre esteve no centro das investigações nas Ciências Sociais. Entre os autores clássicos – ao menos se nos restringirmos aos “pais fundadores” –, este tema teve indiscutível centralidade. Nos escritos de Marx e Engels, as “classes” – definidas conforme as posições ocupadas nas relações de produção – foram entendidas como os principais *atores coletivos* de reprodução e/ou transformação da estrutura social, sendo tal conceito indispensável, portanto, para a explicação da dinâmica das sociedades capitalistas modernas.

Nos estudos de Weber, “classe” (ou, mais especificamente, “situação de classe”) constituía um fator causal das oportunidades de vida dos agentes, mediadas pelo mercado – oportunidades de vida entendidas como chances típicas de um agente de se apropriar dos bens materiais e culturais socialmente produzidos –, e também servia como uma categoria analítica para interpretação dos processos de dominação política (sobretudo em seus escritos políticos).

Por fim, Durkheim produziu uma teorização acerca da relação entre solidariedade orgânica e o funcionamento “normal” da divisão do trabalho nas sociedades modernas que influenciou estudos posteriores sobre a estratificação social na tradição funcionalista. Neles, as desigualdades na distribuição de recursos materiais e simbólicos entre os atores sociais – desigualdades de classe, se por “classe” entendermos posições sociais hierarquizadas em termos de *status* ou prestígio – eram entendidas como um mecanismo de incentivo aos indivíduos mais talentosos para ocuparem as posições sociais funcionalmente mais relevantes. Essa hierarquia funcional das posições sociais e as conseqüentes desigualdades na alocação de recursos refletiam valores e crenças vigentes (DAVIS; MOORE, [1945] 1996; SHILS, 1975).

As perspectivas contemporâneas de análise de classe – que informam boa parte dos estudos de classe produzidos, inclusive, na Sociologia brasileira – emergiram a partir da década de 1950, na Europa e nos EUA, nos embates entre as correntes funcionalista, marxista e weberiana (a primeira sublinhando o consenso normativo; as outras, o conflito em torno da distribuição/apropriação de recursos) e nas disputas dentro de cada uma dessas vertentes (talvez mais intensamente dentro da tradição marxista). Mas, apesar das origens comuns nas obras dos “pais funda-

dores”, tais perspectivas de análise se desenvolveram em direções muito distintas, e o conceito de “classe” passou a significar coisas bastante diferentes, conforme a perspectiva empregada.

No Brasil, os estudos de classe estiveram intimamente associados à emergência das Ciências Sociais, sobretudo naquela modalidade que Guimarães denomina *análise de classe*. Essa modalidade constituía um estilo de investigação sociológica que buscava “interpretar e explicar os fenômenos sociais a partir do comportamento e das atitudes dos atores coletivos, referidos, direta ou indiretamente, às classes sociais [...]” (GUIMARÃES, 2012, p. 10). Ou seja, sua premissa principal residia na *centralidade da ação de classe* para a transformação e/ou reprodução da estrutura social. Assim, estrutura de classe e ação de classe eram tratadas como fenômenos *indissociáveis*.

Esse estilo de investigação sociológica, que surgiu nos anos de 1950, sob a influência da tradição Marxista, tornou-se a *abordagem dominante* na Sociologia brasileira, por quase duas décadas, fornecendo o aparato conceitual e analítico para a investigação do que era então considerado uma das principais (senão a principal) problemáticas de pesquisa, qual seja, compreender e explicar o processo de desenvolvimento no Brasil e as transformações sociais, culturais e políticas que ocorriam no bojo desse processo (urbanização, industrialização, mudanças na estrutura ocupacional e no perfil educacional da população, etc.). Nos estudos informados por essa modalidade de investigação, o conceito de classe era a principal *ferramenta heurística*, e as classes, os principais *agentes coletivos* de reprodução/transformação da ordem social vigente (um dos principais exemplos desse estilo de investigação é Cardoso; Faletto, 1970).

O destino dessa modalidade de estudos de classe no Brasil foi fortemente moldado pela perda de centralidade do Marxismo, na teoria social, a partir dos anos de 1970 (que refletiu na perda relativa de prestígio dessa tradição teórica na academia brasileira). Tal fato pode ser explicado por dois processos distintos, mas inter-relacionados: em primeiro lugar, o peso decrescente da força de trabalho industrial entre os despossuídos dos meios de produção, em alguns países industrializados, e a crescente diferenciação das frações não proprietárias nas estruturas de classe das sociedades capitalistas avançadas; e, em segundo lugar, as ondas de protesto social, que irromperam, em diversos países europeus e nos EUA, nessa década, e não pareciam possuir nenhuma relação significativa com a mobilização operária ou estar fundamentadas na (velha) luta de classes, ou seja, no conflito entre capital e trabalho (OFFE, 1985).

Muitos esforços foram feitos, no campo marxista, para fazer frente a esses desafios, simultaneamente teóricos e políticos (POULANTZAS, 1979). Os estudos de Erik Olin Wright (1997, 2005) são muito influentes nessa empreitada. Além de serem teoricamente sofisticados, seus estudos deram origem a diversas pesquisas comparativas, vindo a constituir o núcleo de uma abordagem denominada *neomarxista*.

Ao mesmo tempo, novas abordagens emergiam no campo da análise de classe (sobretudo nas sociologias inglesa, norte-americana e francesa) e esforçavam-se por marcar posição em relação ao Marxismo e também em relação ao estrutural-funcionalismo (para uma revisão desses debates, consultar Crompton, 2003). Com base na tradição weberiana, alguns estudos argumentavam que a abordagem marxista era insuficiente para captar as principais dimensões da diferenciação social no mercado de trabalho e unidades produtivas, que afetavam as chances de vida dos indivíduos em sociedades capitalistas contemporâneas. Em tais sociedades, os principais determinantes das divisões de classe estariam na divisão social do trabalho, mais do que nas relações de propriedade (para uma crítica a esses argumentos, consultar Parkin, 1980). Mais modestamente do que a abordagem marxista (que reivindicava a centralidade da análise de classe para a explicação da transformação social), essa perspectiva, que veio a ser denominada *neoweberiana*, confere maior ênfase à investigação dos modos como as relações de classe afetam a distribuição de chances de vida e de condições de existência dos indivíduos (GOLDTHORPE; MARSHALL, [1992] 1997).

De um ângulo distinto, a perspectiva analítica de Pierre Bourdieu rejeitava o *materialismo* e o *objetivismo* da teorização marxista. Ao invés, sustentava uma perspectiva que enfatizasse a *organização relacional* e a *multidimensionalidade* do espaço social e, ainda, as *disputas simbólicas*, cujos alvos residem na própria representação ou na “verdade”, mesmo, do mundo social (BOURDIEU, 2005).

Os estudos de classe na Sociologia brasileira têm seguido de perto os desdobramentos desses debates e também produzido inovações bastante pertinentes. É possível diferenciar três conjuntos principais de estudos de classe na Sociologia brasileira atualmente, conforme os seguintes critérios: i) a *importância conferida* à cultura ou, mais especificamente, às *disputas classificatórias* em torno da apropriação de bens materiais e culturais, em domínios diversos da vida social; e ii) a relação construída entre *estrutura de classe* e *ação de classe*.

Em primeiro lugar, há os estudos de classe que enfocam a construção de *esquemas de posições de classe*, com base em critérios *objetivos*, teoricamente fundamentados e definidos *a priori*, a fim de investigar os efeitos das relações

entre tais posições sobre aspectos diversos das oportunidades de vida de indivíduos e grupos sociais. Tais estudos estão associados especialmente às perspectivas *neomarxista* e *neoweberiana*. A despeito das diferenças teóricas e metodológicas das perspectivas que os informam, tais estudos podem ser assim agrupados, por conferirem maior ênfase ao “mapeamento” da estrutura de posições ou localizações de classe construídas como “agregados ocupacionais” (ou “agregados de emprego”), conforme as relações de emprego que caracterizam as ocupações (no caso da perspectiva *neoweberiana*) ou os direitos de apropriação do excedente (perspectiva *neomarxista*), e, então, à produção de evidências empíricas de diferenciação social.

Seguem alguns exemplos das linhas de investigação empíricas perseguidas por tais estudos: i) efeitos das posições de classe sobre as chances de mobilidade social (SCALON; RIBEIRO, 2001), realização educacional (RIBEIRO, 2011), condições de existência (RIBEIRO, 2007) e desigualdade de renda e saúde (SANTOS, 2002, 2011); ii) análise dos modos como classe, raça e gênero se entrecruzam e/ou “competem” como bases da desigualdade social (SANTOS, 2005, 2008; SOUZA; RIBEIRO; CARVALHAES, 2010); e iii) o exame das variações nas estratégias de mobilidade social conforme o gênero (RIBEIRO; VALLE, 2009).

Tais estudos têm evidenciado o efeito das relações de classes na *reprodução de estruturas persistentes de desigualdade* na sociedade brasileira. Em um deles, sobre a evolução da desigualdade de oportunidades de realização educacional e mobilidade social no Brasil, nas últimas quatro décadas, Ribeiro (2012) mostra que, embora tenha havido uma redução – ainda que pequena e inconstante – na associação entre origem social e realização educacional, a origem social de um indivíduo permanece um fator importante a conformar suas chances de alcançar uma posição de classe em sua vida adulta. Mais do que isso: ao aumento da referida associação, entre origem e destino, quando descontados os efeitos da escolarização alcançada pelo indivíduo, soma-se a diminuição dos retornos às credenciais educacionais, ou seja, a redução na associação entre escolaridade e destino, sobretudo a partir do final de 1980. A conclusão do estudo sugere uma explicação para essa evolução aparentemente paradoxal, que envolve equalização (ainda que fraca e incipiente) das chances de escolarização e persistência nas disparidades de classe nas chances de ascensão social: “em um contexto de diminuição dos retornos educacionais, *as famílias em posições de classe mais vantajosas foram capazes de garantir melhores condições de ascensão ou manutenção da posição de classe de seus filhos*” (RIBEIRO, 2012, p. 674; grifos colocados).

Um segundo conjunto de estudos privilegia a investigação dos *modos de existência e de reprodução* das coletividades de classe. Neles, “classes” são concebidas

como coletividades sociais que, em razão das posições relativas que ocupam nos planos material e simbólico/cultural, fixam balizas à sociabilidade cotidiana e conformam estilos de vida. A principal influência aqui, obviamente, é a obra de Pierre Bourdieu. No modelo teórico proposto por esse autor para o estudo das relações de classe<sup>1</sup>, classe e *status* estão concretamente imbricados. Esse argumento tem impulsionado diversas pesquisas empíricas orientadas para a investigação das preferências e práticas de consumo em diferentes campos sociais, abarcando tanto o consumo da cultura “estabelecida” (arte, literatura e música clássica) como formas mais “mundanas” da sociabilidade cotidiana (comer fora, assistir TV e praticar esportes), com o objetivo de descrever e explicar os modos como as fronteiras de classe são continuamente traçadas, contestadas e/ou reproduzidas nas disputas classificatórias entre os agentes.

Em uma das linhas de pesquisa informadas pela perspectiva bourdieusiana, Souza (2012, p. 45) argumenta que as classes sociais devem ser definidas “por uma visão de mundo ‘prática’, que se mostra em todos os comportamentos e atitudes [...]”, contrariamente às visões que tendem a reduzi-las à dimensão econômica da vida social. É assim que o autor caracteriza os “batalhadores” como uma *nova* classe social (ao menos como uma nova fração dentro da classe trabalhadora), produto das transformações recentes no capitalismo brasileiro. Seria a classe social que está entre a “ralé” e as chamadas classes do privilégio, as classes média e alta (cujas bases de reprodução social estão assentadas *predominantemente* sobre o controle/transmissão de capital cultural e capital econômico, respectivamente). Segundo o autor, os “batalhadores” não se distinguem da “ralé” apenas pela renda ou pelo lugar que ocupam no processo produtivo, mas, sobretudo, por terem incorporado (por meio da socialização familiar e religiosa) as disposições para agir “ajustadas” ao mundo capitalista pós-fordista e “financeirizado”, como o autocontrole, a disciplina e o comportamento prospectivo (SOUZA, 2009, 2012).

Outra linha de pesquisa influenciada por essa perspectiva tem como objeto a formação das elites. Algumas das evidências produzidas nesses estudos sugerem que o “gosto burguês” (gosto por bens culturais *estabelecidos*, em matéria de arquitetura, cinema, artes, etc.) estaria na base de um estilo de vida *distintivo*, que diferencia as frações da elite paulista, relativamente mais ricas em capital

---

1 No modelo teórico construído por Bourdieu, há a sobreposição de três esquemas analíticos: o espaço social, o *habitus* e o espaço dos estilos de vida, sendo o *habitus* o elemento que medeia a transmutação das diferenças objetivas em signos distintivos. O espaço social é, *simultaneamente*, uma estrutura de relações objetivas que está na origem dos esquemas de percepção, classificação e ação que orientam a prática e um conjunto de lugares estratégicos a partir dos quais os agentes lutam pela apropriação de bens econômicos e culturais e em torno da distribuição dos capitais.

econômico do que em capital cultural (PULICI, 2011). Finalmente, alguns estudos conduzidos a partir do esquema proposto por Bourdieu têm se preocupado em investigar se, e em que medida, padrões de consumo podem ser descritos e explicados em termos da *distribuição e evolução* dos capitais (econômico e cultural) possuídos pelos agentes (BERTONCELO, 2010, 2013).

Em suma, estudos de classe conduzidos na Sociologia brasileira a partir de uma abordagem bourdieusiana colocam no centro da investigação a questão da *formação sociocultural das classes sociais*, sublinhando o papel da cultura (enquanto capital incorporado, objetivado e/ou institucionalizado) na conformação e reprodução das divisões de classe.

Finalmente, há um terceiro conjunto de estudos impulsionado por uma tradição mais longínqua, cujas raízes estão fincadas em uma concepção de Sociologia que tem como objeto a explicação da origem e dinâmica das sociedades capitalistas modernas. Esses estudos foram e são profundamente influenciados por aquele estilo de investigação sociológica denominada *análise de classe*, que vê nas classes sociais agentes coletivos de contestação e/ou transformação da ordem social vigente. São estudos moldados pela *tradição marxista*<sup>2</sup> – uma tradição *criativamente apropriada*, especialmente a partir dos anos de 1970, com a formação de um núcleo de estudos agrupado no CEBRAP e orientado para a exegese marxista, especialmente das obras de Gramsci, Althusser e Poulantza –, que trazem ao centro da investigação a tentativa de articular economia e política, ou seja, os processos políticos, de um lado, e a ação e os interesses das classes sociais, de outro.

Os trabalhos de Francisco de Oliveira foram pioneiros nesse processo de apropriação dos desdobramentos dos debates que então ocorriam no campo marxista, marcando profundamente os estudos que se seguiram nessa tradição, como os de Ricardo Antunes e de Armando Boito Jr. De fato, este último autor, em um artigo recentemente publicado, reivindica retomar o legado dessa tradição de estudos:

O nosso trabalho de pesquisa sobre a burguesia brasileira procura retomar a tradição marxista que hoje está quase esquecida nessa área de estudo [...]. Concebemos o conjunto do empresariado – banqueiros, industriais, fazendeiros, comerciantes – como integrantes da classe capitalista e o Estado brasileiro como uma entidade moldada, pelas suas instituições e pelo pessoal que as ocupa, para servir aos interesses fundamentais dessa classe social (BOITO JR., 2007, p. 58).

---

2 Aqui, sem o prefixo “neo”, de forma a salientar que não se trata principalmente de “mapear” a estrutura de localizações de classe.

Esse conjunto de estudos é marcado por diversas linhas de investigação empírica, que incluem, para citar apenas os mais recentes, os estudos sobre a ascensão do lulismo, entendido como um produto (e também uma causa) das *transformações nas relações de classe*, no bojo das mudanças do capitalismo brasileiro, sendo tais transformações entendidas ora como mudanças no interior do bloco de poder, com a consequente formação de uma “frente neodesenvolvimentista” (BOITO JR., 2007; BOITO JR.; GALVÃO, 2012), ora como a formação de uma “hegemonia às avessas”, em que um grupo político constituído a partir das classes subalternas age a serviço dos interesses da classe dominante, por meio do controle do Estado (OLIVEIRA, 2010; para argumentos similares, consultar Braga, 2012). Destaquem-se, ainda, os trabalhos que se voltam para a análise das condições de (e das restrições estruturais à) contestação da ordem social vigente pela ação das classes subalternas, entre os quais está um estudo conduzido por Braga sobre o papel do *precarizado*, uma fração de classe cujas condições materiais de reprodução estão firmemente assentadas no capitalismo periférico, nas manifestações de junho de 2013.

## O CONTEÚDO DESTE DOSSIÊ

Como se vê, o tema das classes sociais no Brasil é bastante vasto, rico e complexo, aliás, como qualquer temática nas Ciências Sociais, por isso, não se pode ter a pretensão aqui de incluir “tudo”, de esgotar a diversidade de perspectivas, modelos e estilos existentes dentro de um campo de pesquisas tão denso quanto este de que se tratou aqui. Assim, as contribuições aqui reunidas representam uma pequena parte, diga-se, uma amostra limitada, sem a intenção de ser representativa dessa diversidade de abordagens analíticas e estratégias operacionais que caracteriza os estudos de classe mais recentes nas Ciências Sociais brasileiras (sobretudo na Sociologia).

Elizabeth Silva, em seu texto intitulado “Classe social e gênero: ativos herdados e escolhidos”, tem como principal objetivo superar os limites dos estudos tradicionais de mobilidade social, que descuidam da questão do *gênero*, pois geralmente tendem a descrever os movimentos entre posições de classe comparando a origem e o destino de homens. Esse texto trata, portanto, da interseção entre classe social e gênero e, mais especificamente, dos efeitos dos ativos transmitidos pelo pai e pela mãe sobre as posições sociais alcançadas por filhos e filhas.<sup>3</sup> A autora compara,

---

3 Nesse sentido, o texto dialoga com um conjunto abrangente de estudos na Sociologia brasileira que abordam essa questão. Entre outros, consultar Araújo e Scalón (2005).

ainda, os efeitos de ativos herdados e escolhidos sobre a posição ocupacional e a escolha conjugal dos indivíduos. A análise – fundamentada em dados de *survey* produzidos para a realização de um recente estudo que emprega a perspectiva de Bourdieu na investigação das relações de classe na Grã-Bretanha, atualmente<sup>4</sup> – sublinha a necessidade – e a evidencia empiricamente – de se tratar o gênero como um ativo que afeta o processo de transmissão de vantagens ao longo das gerações, chamando atenção, ainda, para os limites de uma abordagem bourdieusiana, que, segundo a autora, não dá a importância necessária a esse componente, em razão de sua concepção de “normalidade” como prerequisite para a geração e ampliação de capitais.

O artigo de Carolina Pulici, “Exclusividade ou primazia das práticas mais raras: os deslocamentos multiterritoriais na socialização das classes superiores paulistas”, toma como seu objeto algumas dimensões da prática de membros da elite paulistana. O problema de pesquisa que orienta o estudo se refere aos modos como “aqueles que presumivelmente mais podem honrar os referenciais de boa conduta que prescrevem a exclusividade ou primazia das práticas mais raras logram preservar-se dos espaços densamente ocupados e do contato direto com as multidões”. Com base em um material empírico produzido por meio de entrevistas semiestruturadas com indivíduos pertencentes aos altos estratos sociais paulistanos e de análise documental, a autora evidencia como tais indivíduos logram evitar os estilos de vida ordinários, em suas práticas esportivas, nas viagens e na posse de residências secundárias que permitem sustentar seus frequentes “deslocamentos multiterritoriais”, menos sujeitos aos ritmos coletivos e ao calendário regular de trabalho. Trata-se de um texto que se apropria, de forma criativa e fecunda, da abordagem bourdieusiana.

Em “Análise de classe e a queda da desigualdade de renda do trabalho no Brasil”, Flavio Carvalhaes e Pedro Souza abordam a relação entre a dinâmica da desigualdade de renda do trabalho e a estrutura de classes no Brasil. A questão a que se propõe responder é bastante instigante, pois coloca um desafio aos que estudam classe social: as chamadas “macroclasses” (posições de classe resultantes da agregação de ocupações segundo quaisquer critérios) são ainda úteis para a investigação das desigualdades de renda do trabalho (e, poder-se-ia acrescentar, da variação na distribuição de chances de vida entre indivíduos e famílias)? Pois, se tais “agregados ocupacionais” empregados como *proxies* de posições de classe, sobretudo nos estudos informados pelas perspectivas *neoweberiana* e *neomar-*

---

4 Trata-se de *Culture, Class, Distincion*, 2009 (BENNETT et al., 2009), em que Silva é coautora.



xista, não captarem adequadamente as principais divisões que emergem do funcionamento dos processos produtivos e das relações de mercado, então não faz muito sentido continuar a empregá-los para descrever a variação das chances de vida. Ao contrário, o mais correto seria empregar esquemas mais *desagregados*, no nível mesmo das ocupações, em que poderiam ser observadas as estratégias de fechamento social, a formação de identidades coletivas, as disputas em torno da apropriação de recursos, etc. Esse é um argumento recentemente defendido na literatura sobre estratificação social, que tem como principal expoente o sociólogo norte-americano David Grusky, o qual “fundou” uma perspectiva que veio a ser denominada *neodurkheimiana*. Tal perspectiva afirma:

Organizações de classe emergem em um nível mais detalhado do que o convencionalmente utilizado. Ou seja, ao invés de abandonar o domínio da produção e sublinhar fontes “pós-modernas” de atitudes e comportamentos (ex. raça, gênero, estilo de vida), deve-se reconhecer que o mercado de trabalho é mais organizado e pode ser mais adequadamente explicado no nível micro das ocupações (GRUSKY; GALESCU, 2005, p. 324; em livre tradução).

A desagregação, assim entendida, permitiria substituir as categorias “nominais” empregadas na análise de classe “convencional” (aquela que utiliza agregados ocupacionais como posições de classe) por categorias que designam *grupos sociais*, que constituem bases mais prováveis para ações associativas (visando, entre outras coisas, ao fechamento das relações sociais). Daí a novidade do texto de Carvalhaes e Souza, em que se propõe a repensar a análise de classe nesses termos.

Por fim, Ian Prates e Rogerio Barbosa, em “Classes sociais e fechamento social: determinantes da desigualdade de renda em São Paulo”, têm como objetivo reconstruir os mecanismos que permitem explicar as variações temporais na desigualdade de renda do trabalho, na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), trazendo ao centro da análise um conceito empregado por Weber, qual seja, *fechamento social*, que se refere às estratégias de apropriação por um grupo de agentes de oportunidades de ganhos materiais ou simbólicos, por meio da exclusão ou limitação da participação de outros em uma ordem vigente. Seguindo os passos de autores como Frank Parkin, Raymond Murphy e Randall Collins, que abordaram as relações de classe jogando luz sobre as estratégias de monopolização e/ou de usurpação – por meio das quais os agentes se mobilizam para restringir ou, ao contrário, ampliar o acesso a recursos socialmente valorizados –, os autores sugerem um enfoque semelhante para desvendar as causas da relativa homogeneização da renda do

trabalho na RMSP, nos últimos anos. Trata-se, enfim, de uma abordagem inovadora, no sentido de ir além da descrição dos padrões persistentes de desigualdade produzidos pelas relações de classe, buscando revelar seus *mecanismos causais* subjacentes.

Conclui-se: o conjunto das contribuições aqui reunidas evidencia a *polissemia* do conceito de classe (e seus derivados: classe social, posição de classe, localização de classe, etc.). “Classe” diz coisas muito diferentes, dependendo da perspectiva empregada. Os debates recentes acerca da participação relativa da “classe média” na estrutura social brasileira são ilustrativos deste ponto: o Brasil é um país de classe média? A resposta a essa questão depende, em grande medida, das definições conceituais e operacionais empregadas (SALATA; SCALON, 2013).

Em uma feliz expressão empregada por Rosemary Crompton (2003, p. 80; grifos colocados), a autora diz que um dos principais (talvez o principal) problemas nessa área de investigação é o seguinte: “*given their very different definitions and theoretical approaches, different academics argue past, rather than, with each other [...]*”. Se as contribuições a seguir ensinam algo – e estou certo disso – é que os debates no campo da análise de classe serão mais frutíferos se formos capazes de compreender a diversidade de enfoques nele existentes e, então, estabelecer diálogos significativos que nos permitam refletir sobre os potenciais e limites de cada um deles.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, C.; SCALON, M. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BENNETT, T. et al. *Culture, class distinction*. Nova Iorque, Abingdon: Routledge, 2009.
- BERTONCELO, E. *Classes sociais e estilos de vida na sociedade brasileira*. 2010. 261 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- \_\_\_\_\_. Classes e práticas sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 81, p. 183-211, 2013.
- BOITO JR., A. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, p. 57-73, 2007.
- BOITO JR., A.; GALVÃO, A. (Org.). *Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000*. São Paulo: Ed. Alameda, 2012.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LTC, 1970.
- CROMPTON, R. *Class and stratification: an introduction to current debates*. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2003.
- DAVIS, K.; MOORE, W. Some principles of stratification. In: SCOTT, J. (Org.). *Class – critical concepts*. Londres/Nova Iorque: Routledge, [1945] 1996.
- GOLDTHORPE, J.; MARSHALL, G. The promising future of class analysis. In: MARSHALL, G. *Repositioning class: social inequality in industrial societies*. Londres: Sage, [1992] 1997.
- GRUSKY, D.; GALESCU, G. Is Durkheim a class analyst? In: ALEXANDER, J.; SMITH, P. (Org.). *The Cambridge companion to Durkheim*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- OFFE, K. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. *Social Research*, n. 52, p. 817-868, 1985.
- OLIVEIRA, F. O avesso do avesso. In: RIZEK, C.; OLIVEIRA, F.; BRAGA, R. (Org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PARKIN, F. Estratificação social. In: BOTTOMORE, T.; NISBET, R. *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- POULANTZAS, N. *Class in contemporary capitalism*. Londres: New Left Books, 1979.
- PULICI, C. O gosto dominante como gosto tradicional. *Novos Estudos Cebrap*, n. 91, p. 123-139, 2011.
- RIBEIRO, C. A. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2007.
- \_\_\_\_\_. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados*, n. 54, p. 41-87, 2011.
- \_\_\_\_\_. Quatro décadas de mobilidade social. *Dados*, v. 3, n. 55, p. 641-679, 2012.
- RIBEIRO, C. A.; VALLE, N. Cor, educação e casamento: tendências de seletividade marital (1960-2000). *Dados*, n. 52, p. 7-51, 2009.
- SALATA, A.; SCALON, M. The formation of the middle class in Brazil: history and prospects. In: PEILIN, Li et al. *Handbook on social stratification in the BRIC countries*. Singapura; Nova Jersey; Londres: World Scientific Publications, 2013.
- SANTOS, J. *Estrutura de posições de classes no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ; UCAM, 2002.
- \_\_\_\_\_. Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. *Dados*, v. 48, n. 1, p. 21-65, 2005.
- \_\_\_\_\_. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. *Dados*, v. 51, n. 2, p. 353-402, 2008.

- \_\_\_\_\_. Desigualdade de saúde no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 75, p. 28-55, 2011.
- SCALON, M.; RIBEIRO, C. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. *Dados*, n. 44, p. 53-96, 2001.
- SHILS, E. *Center and periphery: essays in macro-sociology*. Chicago, University of Chicago Press, 1975.
- SOUZA, J. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Os batalhadores brasileiros*. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SOUZA, P.; RIBEIRO, C.; CARVALHAES, F. Desigualdades de oportunidades no Brasil: considerações sobre classe, educação e raça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 73, p. 77-99, 2010.
- WRIGHT, E. O. *Class counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. Foundations of a neomarxist class analysis. In: WRIGHT, E. O. *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

## CLASSE SOCIAL E GÊNERO:

ativos de herança e ativos de escolha\*

*SOCIAL CLASS AND GENDER:*

*inherited and elective assets*

Elizabeth B. Silva<sup>a</sup>

**Resumo** Este artigo discute até que ponto as posições de classe na Grã-Bretanha contemporânea foram herdadas dos pais e que tipo de escolhas em termos conjugais (e seus efeitos) homens e mulheres fazem em posições sociais diferentes. De modo inovador, o artigo investiga os diferentes ativos herdados de pais e mães por filhos e filhas, visando a um exame refinado dos efeitos de gênero, ainda não presente na literatura. Discriminam-se também as escolhas conjugais de homens e mulheres. Essas explorações se apoiam no material empírico desenvolvido para o estudo britânico Capital Cultural e Exclusão Social (CCSE, na sigla em inglês), inspirado pelo trabalho de Pierre Bourdieu sobre *capitais* e *habitus* na definição das posições dos indivíduos nas classes sociais. O artigo indica que o gênero, uma ativo mal compreendido por Bourdieu, afeta a posição de classe de formas sutis e complexas, sendo muito significativo em certos aspectos.

**Palavras-chave** classe social; gênero; Bourdieu; CCSE; transmissão intergeracional; afinidades eletivas.

**Abstract** *The paper discusses the extent to which class position in contemporary Britain has been inherited from parents, and the kinds of choices of partners (and their effects) women and men in different social positions make. It innovatively investigates the different assets originating from fathers and mothers, upon sons and daughters, a refined examination of the effects of gender, not attended to in the existing literature. It also differentiates the elective partnership of men and women. This exploration draws from empirical material developed for the British study Cultural Capital and Social Exclusion (CCSE), engaging with the work of Pierre Bourdieu about capital*

---

\* Artigo traduzido do original, *Social class and gender: inherited and elective assets*, por Alvaro Augusto Comin, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

<sup>a</sup> Professora Titular de Sociologia da Faculty of Social Sciences – The Open University, Reino Unido.

*assets and habitus for the position of individuals in social classes. The paper indicates that gender, a misrecognised asset in Bourdieu, affects class position in subtle and complex ways, being very significant in some aspects.*

**Keywords** *social class; gender; Bourdieu; CCSE; intergenerational transmission; elective affinities.*

## INTRODUÇÃO

Em muitos censos nacionais, a posição de classe da mulher deriva da do homem chefe de domicílio, sempre que um homem está registrado como cônjuge residente. A classe do domicílio tende a ser definida pelo mesmo critério; homens figuram como chefes de domicílio mais frequentemente do que mulheres. Quando não apenas um indivíduo, mas todo o conjunto de indivíduos vivendo juntos é levado em conta na soma dos ativos que são considerados para a definição do domicílio em termos de classe social, uma série de pressupostos e hierarquias deve ser esclarecida. A classe de um indivíduo e os efeitos de seus ativos relacionais e de gênero, tanto herdados quanto adquiridos, sobre posição e mobilidade de classe, é assunto ainda pouco conhecido pelos sociólogos. Este é o tema explorado, de forma teórica e empírica, neste artigo.

As questões-chave a perseguir são: até que ponto a posição social de um indivíduo é herança da posição social de seus pais? Quais as diferenças relativas na influência do *status* ocupacional e do nível de instrução de mães e de pais sobre a posição social dos indivíduos? Como as escolhas conjugais se relacionam com a posição social de um indivíduo? Até que ponto as escolhas conjugais de homens e mulheres variam? Como essas escolhas afetam os ativos de mulheres e homens em termos de sua posição de classe? O foco em gênero é central para a exploração dessas questões e o esquema teórico de Pierre Bourdieu oferece perspectivas valiosas para se refletir sobre essas conexões.

Tendo em vista que estes tipos de conexões – verticais, pela via da transmissão de pais para filhos; e laterais, pela via das escolhas de cônjuges – estão assentados em premissas sobre ativos de herança e ativos de escolha e seus impactos sobre a posição de classe, o debate entre agência e estrutura presente no trabalho de Bourdieu oferece um bom ponto de partida. No esquema teórico bourdieusiano, o jogo mútuo entre agência e estrutura se apoia nas diferentes habilidades que os indivíduos têm para criar e definir sua identidade, que, por sua vez, dependem dos recursos, sob a forma de capital social, cultural e econômico, que um indivíduo

possui<sup>1</sup>. *O habitus* – um modo presumido de se portar socialmente – liga a posição social e as interações sociais de modo imperceptível dentro de cada campo específico. A habilidade de agir, que está fundamentada tanto nos recursos disponíveis quanto na capacidade dos indivíduos para empregá-los, define, em um campo, a posição do indivíduo em relação aos demais. Esse padrão de relacionamentos deixa tensões não resolvidas sobre como o modelo posiciona o indivíduo e seus relacionamentos com outros indivíduos.

São utilizadas aqui informações da pesquisa Capital Cultural e Exclusão Social (CCSE<sup>2</sup>), levada a cabo na Grã-Bretanha, entre 2003 e 2006. O grosso do material de pesquisa do CCSE consiste de *survey* nacional com 1.564 entrevistados, utilizados neste artigo<sup>3</sup>. As entrevistas cobriram os interesses culturais das pessoas nas áreas de artes visuais, música, literatura, televisão, cinema, esporte e lazer. Trata-se do mais extenso estudo sobre gostos culturais, participação e conhecimento jamais feito no Reino Unido, permitindo um mapeamento sistemático a partir de evidências quantitativas e qualitativas<sup>4</sup>.

Os principais resultados da pesquisa CCSE foram publicados em *Culture, class, distinction* (BENNETT et al., 2009). Este trabalho examina como clivagens e divisões culturais sistemáticas são consistentes com a delineação do capital cultural, por meio do envolvimento dos indivíduos com a cultura, em termos de participação, conhecimento e gostos nos campos da música, da literatura e das artes, na mídia e nas práticas corporais; e demonstra como a classe média e a classe trabalhadora se envolvem com aspectos diferentes da cultura. Para tanto, o estudo separou as diferentes atividades culturais com base nas práticas e nos gostos, criando um mapa de práticas e gostos e o associando a distintos eixos de diferenciação. Superpondo

---

1 Capital cultural deriva tanto dos diplomas que um indivíduo, ou grupo de indivíduos, acumulou ao longo de sua trajetória pelo sistema educacional formal quanto das disposições intelectuais e culturais, competências e gostos incorporados pela socialização contínua e implícita no interior da família, comunidade ou classe social em que o indivíduo se encontra inserido desde seu nascimento. Capital econômico se refere à renda familiar, ao salário, aos ativos e a qualquer outra fonte de recursos financeiros de que o indivíduo disponha. Capital social deriva do estoque de vínculos sociais e conhecidos que uma pessoa acumula em função de sua origem social e das instituições e dos espaços sociais pelos quais ela passa ao longo de sua vida e dos quais ela, presumivelmente, extrai o *status* e o prestígio de pertencer a determinada família, grupo social ou vizinhança (BOURDIEU, 1984). Conferir elaboração detalhada em: Silva, E. B. (no prelo) ‘Cultural Capital’, entry to *The Encyclopedia of Social Theory* edited Brian Turner et al., forthcoming 2016.

2 Cultural Capital and Social Exclusion.

3 O projeto CCSE combina metodologias diferentes. Além de *survey* quantitativo, foram realizados 25 grupos focais, 44 entrevistas qualitativas em domicílios e 11 entrevistas com membros da “elite”.

4 A equipe do projeto Cultural Capital and Social Exclusion: a Critical Investigation, financiado pelo Economic and Social Research Council (ESRC), projeto número R000239801, do Reino Unido, é formada por Tony Bennett (pesquisador principal), Mike Savage, Elizabeth Silva, Alan Warde (pesquisadores corresponsáveis), David Wright e Modesto Gayo-Cal (pesquisadores contratados).

as variáveis sociodemográficas ao mapa cultural, o estudo demonstrou que fatores associados a ativos materiais e educacionais, derivados da classe ocupacional e dos níveis de educação atingidos, são muito importantes (consultar Bennett et al., 2009, capítulo 3). O grau de instrução está fortemente associado aos níveis de participação cultural, com a variável classe ocupacional também apresentando elevada associação. Classe ocupacional e nível de instrução são, demonstravelmente, importantes para a estruturação das práticas culturais na Grã-Bretanha e, potencialmente, em outras sociedades.

Para Pierre Bourdieu (1977; 1984), um *habitus* específico de classe se forma no espaço doméstico, e é na família, primariamente, que os capitais cultural, econômico e social são transmitidos entre gerações. É trabalho do cientista desencavar as conexões ocultas entre o espaço doméstico e o sistema educacional e revelar como elas dão origem a projetos de carreira, reforçando as bases dos privilégios sociais. As conexões entre esses temas são frequentemente sutis, sublinhando problemas na forma como Bourdieu emprega forças subjacentes invisíveis para explicar o funcionamento do social. Isso é particularmente evidente em sua abordagem do “campo” da família. A maior parte do trabalho social de posicionar os indivíduos provém da transmissão de gostos incorporados pela criação no interior da família e do sistema educacional. Bourdieu põe grande ênfase na origem social e na trajetória social, destacando que o *habitus* (a experiência pretérita que informa, no presente, como vivemos neste mundo) terá enorme influência sobre o destino social dos indivíduos.

Em um texto mais antigo, Bourdieu e Jacques Passeron (1979) consideram o capital cultural como a mais importante forma de capital para as crianças na escola. Ele é herdado dos pais e consiste na familiaridade com a cultura dominante expressa por meio de códigos culturais, formas de conduta e uso de linguagem que conformam o *habitus*, predispondo o agente a valores e motivações particulares. Crianças de classe média têm melhor desempenho na escola porque o sistema educacional reflete a cultura dominante. Crianças de origem social menos afortunada têm desempenho pior porque lhes faltam os recursos que favorecem a familiarização com essa cultura; e elas também rejeitam o sistema escolar por ser ele alheio aos seus interesses. Possuindo níveis diferentes de capital cultural, os pais ajudam seus filhos de formas diferentes, promovendo resultados diversos em suas carreiras educacionais e profissionais.

A centralidade da família para as trajetórias sociais está relacionada à visão de Bourdieu sobre a dominação masculina. Segundo essa lógica, as mulheres preferem para cônjuges homens que sejam mais velhos, mais altos e mais poderosos



do que elas (BOURDIEU, 1998, p. 35-6), e é o pai (e o avô paterno) quem transmite interesses para os filhos e cuja ocupação importa para a posição social da família e dos descendentes (consultar Questionário de *Distinction*, de Bourdieu, 1984). Conquanto muitos estudos, incluindo o CCSE, confirmem que determinadas condições que se iniciam cedo na vida ao interior das famílias (de todos os tipos) impactam decisivamente muitas das habilidades pessoais e sociais dos indivíduos, essas habilidades não estão confinadas à família e nem nela se esgotam. Reconhecer que as famílias (de qualquer formato) jogam um papel crucial nas disposições individuais não significa que, como quer Bourdieu (1998, p. 69), nós vamos encontrar os “benefícios simbólicos da normalidade” apenas onde o pai simbolize a transmissão da *auctoritas* (BOURDIEU, 1998, p. 70).

Quando muitos tipos diferentes de família coexistem, as boas condições para a acumulação de capital cultural devem ser buscadas em conexões mais amplas. Os pais devem então ser individualizados e identificados segundo o gênero. Cônjuges também devem ser vistos como indivíduos, e relações eletivas devem ser consideradas como parte do repertório de gostos de um indivíduo que afetam sua posição social. Essa é uma base ontológica distinta de onde buscar conexões para identificar o que estrutura as práticas culturais na vida contemporânea.

O objetivo deste artigo é explorar nas várias formas de capital o papel do gênero na estruturação das posições. Isso será feito olhando de perto os efeitos das posições sociais dos progenitores e das parcerias conjugais. Haverá avanço no entendimento dessas questões graças às qualidades únicas do CCSE, que contém informações consideráveis sobre as mães, tanto quanto sobre os pais e sobre as disposições de ambos os membros do casal. Assim, é possível distinguir a significância potencial de práticas e heranças provenientes das mães comparadas àquelas provenientes dos pais.

Na primeira seção, são examinadas as conexões empíricas entre relacionamentos de pais e filhos no interior das classes sociais, tomando ocupação e nível de instrução como principais indicadores de posição no espaço social, para entender como gosto e posições sociais são herdados tanto em termos de gênero quanto de classe. A isso se segue um exame das afinidades eletivas entre cônjuges que vivem juntos. Esse é um tipo novo de exploração (consultar Lahire, 2004; Silva, 2005; 2006; e Silva e Le Roux, 2011), que expande a discussão teórica sobre os efeitos dos relacionamentos próximos dentro da teorização sobre mobilidade social. Conclui-se com uma discussão voltada para rever o lugar do gênero na teoria de classes e do capital cultural.

## HERDANDO POSIÇÃO E GOSTO

Tradicionalmente, as pesquisas sobre mobilidade social se concentram nos homens, embora estudos recentes têm examinado também – em maior ou menor extensão – as chances relativas de homens e mulheres vis-à-vis a posição de seus pais (GOLDTHORPE, 1987; SAVAGE et al., 1992; HEATH; PAYNE, 2000; SAVAGE; EGERTON, 1997), fornecendo um importante contexto para a análise. Na maioria dos casos, no entanto, o progenitor em questão é o pai. A análise aqui é ampliada, considerando o papel dos ativos herdados como originários de progenitores que possuem gênero – mães e pais – e que influenciam a posição social de descendentes que também possuem gênero – filhos e filhas.

As pesquisas têm revelado persistência nas divisões de gênero quanto à posse de ativos por crianças de classe média. Por exemplo, Mike Savage e Muriel Egerton (1997) relatam que os filhos de profissionais de alta qualificação estão na classe de serviços em maior proporção do que as filhas, mas as filhas desses profissionais estão sistematicamente em vantagem quando comparadas com as filhas de gerentes, o que pode refletir o “capital cultural” dos domicílios de profissionais. Os autores também demonstram que a mobilidade entre as mulheres está mais relacionada com suas qualificações educacionais do que entre os homens. Claramente, os padrões de mobilidade se associam a uma variedade de fatores, muitos deles enraizados na cultura.

Há argumentos que sugerem a possibilidade de que os níveis de reprodução de classe estejam crescendo atualmente, especialmente entre filhos e filhas da classe de profissionais, assunto que foi tratado no Reino Unido por John Goldthorpe (1996), por meio de análise quantitativa; por Diane Reay (1998; 2002), com base em entrevistas e estudos etnográficos; e por Fiona Devine (2004), por meio de um estudo comparativo qualitativo entre o Reino Unido e os Estados Unidos. Questões semelhantes têm emergido nos EUA, notadamente o debate de Paul DiMaggio e John Mohr (1985) e Susan Dumais (2002; 2006), fundamentados em evidências quantitativas, e o de Annette Lareau (1987; 1989; 2003) e Elliot Weininger e Lareau (2003), fundamentados em entrevistas e abordagens etnográficas<sup>5</sup>. A conexão escola-família tem sido central para os debates focados, de forma direta ou indireta, no impacto do capital cultural sobre o desempenho escolar e as trajetórias de mobilidade social. Uma vez que a escola absorve crianças com disposições

---

5 Um resumo dos limites da pesquisa já realizada nos EUA pode ser encontrado em Dumais (2006), que argumenta que problemas-chave nesses estudos se referem à operacionalização do conceito de capital cultural e à obtenção de “medidas” confiáveis.

variadas e quantidades diferentes de capital cultural herdado, ela oferece um terreno empírico atraente para estudos sobre a reprodução de privilégios. No entanto, o caráter de gênero do processo de reprodução social e cultural não foi apropriadamente examinado. Quais as diferenças entre os investimentos feitos por mulheres e homens, na condição de pais, em ativos de mobilidade social para seus filhos?

## **GÊNERO E OCUPAÇÃO POR MEIO DE GERAÇÕES**

A posição social das mães é obviamente importante quando elas são as únicas responsáveis pelos filhos ou quando são as principais provedoras do domicílio. Em 13,3% dos casos da pesquisa CCSE a mãe era a principal provedora no momento em que os respondentes tinham entre 14 e 16 anos de idade. A distribuição total das ocupações dos pais principais provedores dos respondentes e dos respondentes eles próprios é marcadamente similar. Contudo, as mudanças intergeracionais nas diferenças ocupacionais entre gêneros são muito significativas, como será examinado à frente. A questão que interessa é como a posição ocupacional dos pais se reproduz nas ocupações dos filhos.

As mães de respondentes homens, quando eram as principais provedoras de seus domicílios, na maioria se encontravam em ocupações gerenciais ou profissionais (37,5%), posição ocupada por uma proporção muito menor das mães principais provedoras de respondentes mulheres (17,6%) (Tabelas 1 e 2). Essas últimas se concentram em ocupações de semirrotina ou rotina (43%). As mães de homens, quando principais provedoras, tendiam a ter ocupações mais elevadas. Assim, o efeito da ocupação materna de nível mais baixo é mais forte sobre as respondentes mulheres: 60,5% das mulheres em ocupações de rotina e semirrotina tinham mães principais provedoras nesses mesmos grupos ocupacionais, contra 31% entre os homens em posição equivalente. O efeito do *status* ocupacional elevado dos pais se faz sentir mais intensamente quando o principal provedor é o pai. Claramente, isso é uma consequência dos menores ganhos das mulheres no mercado de trabalho e também do fato de que quando as mulheres são as principais provedoras elas geralmente tendem a ser as únicas responsáveis pela criação dos filhos. Esse é um achado importante a indicar a significância do tipo de família para os efeitos dos capitais herdados.

As tabelas 3 e 4 permitem um exame mais detalhado de como o gênero está implicado nos padrões de reprodução de classe. Elas apresentam os destinos de filhos e filhas com ocupações na classe de serviço, conforme a ocupação do/a prin-

**Tabela 1.** Mãe principal provedora: ocupação da mãe e do filho homem.

Ocupação do filho	Ocupação da mãe						Total
	Gerencial/profissional	Intermediária	Pequena empregadora/autônoma	Técnicas e supervisoras	Semirrotina/rotina	Nunca trabalhou	
Gerencial/profissional	8 42.1 [26.7]	1 5.3	1 5.3	5 26.3 [29.4]	2 10.5 [10.0]	2 10.5	19 100.0 [23.8]
Intermediária	4 30.8 [13.3]	-	2 15.4	2 15.4	5 38.5 [25.0]	-	13 100.0 [16.3]
Pequena empregadora/autônoma	3 50.0	-	-	3 50.0 [17.6]	-	-	6 100.0 [7.5]
Técnicas e supervisoras	2	-	-	1	1	1	5 100.0 [6.3]
Semirrotina/rotina	13 44.8 [43.3]	1	3 10.3	3 10.3 [17.6]	9 31.0 [45.0]	-	29 100.0 [36.3]
Nunca trabalhou	-	1	1	3 37.5 [17.6]	3 37.5 [15.0]	-	8 100.0 [10.0]
Total	30 37.5 [100.0]	3 3.8	7 8.8	17 21.3 [100.0]	20 25.0 [100.0]	3 3.8	8 100.0 [100.0]

principal provedor/a do domicílio, no momento em que o entrevistado tinha entre 14 e 16 anos. Os números entre parênteses representam os casos em que o principal provedor era homem. É possível, assim, ver as diferenças em relação aos números que não estão entre parênteses (que não discriminam por gênero) como um indicador do quanto a predominância da ocupação masculina influencia os destinos ocupacionais dos filhos, muito além dos casos em que o gênero do/a principal provedor/a é mantido neutro.

Vários pontos relevantes emergem aqui. Em primeiro lugar, em linha com Marshall et al. (1997), filhos são sistematicamente privilegiados em relação a filhas, considerando a amostra como um todo: os filhos desfrutam de 31,4% de chances de atingir a classe de serviço (Tabela 3), contra 25,7% para as filhas (Tabela 4). A escala das diferenças varia consideravelmente. Em um extremo, os filhos de profissionais gozam de uma vantagem de 11,4% sobre as filhas em atingir posições na classe de serviço (filhos de profissionais na classe de serviço = 55,1%; filhas de profissionais na classe de serviço = 43,7%); e filhos de baixos gerentes e trabalhadores autônomos têm uma vantagem de 12,3% sobre as filhas. No outro extremo, os filhos de escriturários e de técnicos não apresentam nenhuma vantagem sobre as filhas em alcançar ocupações na classe de serviço e nenhuma vantagem sobre filhas oriundas de todas as classes ocupacionais, exceto a de trabalhadores de rotina.

**Tabela 2.** Mãe principal provedora: ocupação da mãe e da filha mulher.

Ocupação da filha	Ocupação da mãe						Total
	Gerencial/profissional	Intermediária	Pequena empregadora/autônoma	Técnicas e supervisoras	Semirrotina/rotina	Nunca trabalhou	
Gerencial/profissional	10 33.3 [47.6]	9 30.0 [39.1]	3 10.0	-	8 26.7 [15.7]	-	30 100.0 [25.2]
Intermediária	6 33.3 [28.6]	2	1	1	7 38.9 [13.7]	1	18 100.0 [15.1]
Pequena empregadora/autônoma	1	1	1	1	3	-	7 100.0 [5.9]
Técnicas e supervisoras	1	1	-	3	1	-	6 100.0 [5.0]
Semirrotina/rotina	2 4.7	8 18.6 [34.8]	3 7.0	2 4.7	26 60.5 [51.0]	2 4.7	43 100.0 [36.1]
Nunca trabalhou	1	2	-	3	6 42.9 [11.8]	2	14 100.0 [11.8]
Total	21 17.6 [100.0]	23 19.3 [100.0]	9 7.6	10 8.4	51 42.9 [100.0]	5 4.2	119 100.0 [100.0]

Em segundo lugar, podem ser vistas importantes diferenças de posição entre filhos e filhas nas diferentes frações da classe de serviço. As filhas estão esmagadoramente concentradas em ocupações profissionais de nível inferior. Elas têm menos de um quarto das chances dos filhos de estar entre grandes empregadores ou gerentes (3,3% para homens – Tabela 3 –, comparado a 0,7% para mulheres – Tabela 4), atestando o forte viés de gênero existente nos escalões mais elevados de gerência. Elas têm pouco menos da metade das chances que os filhos de avançar para ocupações profissionais de alto nível (8,8% para filhos, contra 3,8% para filhas) e para posições inferiores de gerência (7,2% para filhos, contra 3,4% para filhas). É somente entre os profissionais de menor qualificação que as filhas prevalecem (17,8% para elas, contra 11,8% para os filhos), corroborando os achados de Crompton e Sanderson (1990) de que o estrato de profissionais de menor qualificação funciona como um “ambiente amigável” para as mulheres no interior da classe de serviço.

Em terceiro lugar, as filhas de profissionais desfrutam de vantagens de classe sobre as filhas de trabalhadores de rotina um pouco maiores do que os filhos nas respectivas posições. As filhas de profissionais têm três vezes mais chances de estar na classe de serviço do que as filhas de trabalhadores de rotina, diferença que excede ligeiramente a verificada entre filhos. É possível ver também que, quando se consideram apenas os indivíduos que foram criados em lares onde o principal

**Tabela 3.** Filhos homens em ocupações em serviços (porcentagens na linha) *versus* ocupação dos progenitores (números entre parênteses indicam progenitor masculino).

Ocupação do/a principal provedor/a	Filho: ocupação em serviços					Total	N=
	Grandes empregadores	Altos profissionais	Profissionais de nível inferior	Gerentes de nível inferior			
Profissional	6.6 (7.7)	19.8 (17.6)	21.7 (22.0)	7.5 (8.8)	55.1 (56.1)	106 (91)	
Alta gerência	9.8 (10.5)	12.2 (13.2)	2.4 (2.6)	9.8 (10.5)	34.2 (36.8)	41 (38)	
Gerentes de nível inferior/autônomos	4.3 (1.5)	17.1 (18.5)	15.7 (15.4)	12.9 (12.3)	50.0 (47.7)	70 (65)	
Escriturários/as	3.8 (5.1)	7.7 (7.7)	17.7 (17.9)	5.8 (7.7)	35.0 (38.4)	52 (39)	
Técnicos/as e artesãos/ãs	1.9 (2.1)	7.0 (7.5)	11.4 (11.6)	6.3 (6.2)	26.6 (27.4)	152 (146)	
Rotina	1.9 (1.8)	3.8 (3.5)	8.5 (7.0)	5.8 (5.3)	20 (17.6)	260 (227)	
Total	3.3 (3.4)	8.8 (9.0)	11.8 (11.6)	7.2 (7.4)	31.1 (31.4)	712 (610)	

**Tabela 4.** Filhas mulheres em ocupações em serviços (porcentagens na linha) *versus* ocupação dos progenitores (números entre parênteses indicam progenitor masculino).

Ocupação do/a principal provedor/a	Filha: ocupação em serviços				Total	N=
	Grandes empregadores	Altos profissionais	Profissionais de nível inferior	Gerentes de nível inferior		
Profissional	2.2 (2.8)	10.4 (11.1)	27.4 (30.6)	3.7 (4.6)	43.7 (49.1)	135 (108)
Alta gerência	0 (0)	3.2 (3.2)	29.0 (29.0)	0 (0)	32.2 (32.2)	31 (31)
Gerentes de nível inferior/autônomos	0 (0)	3.3 (3.6)	23.9 (21.4)	10.4 (10.7)	37.7 (35.7)	67 (56)
Escriturários/as	1.6 (2.3)	6.5 (6.8)	24.2 (25.0)	3.2 (2.3)	35.5 (36.4)	65 (44)
Técnicos/as e artesãos/ãs	0.5 (0.5)	4.0 (4.2)	19.5 (19.9)	1.5 (1.6)	25.5 (26.2)	200 (191)
Rotina	0.3 (0.4)	1 (0.8)	9.6 (11.6)	3.8 (4.3)	14.4 (17.1)	314 (258)
Total	0.7 (0.9)	3.8 (4.0)	17.8 (19.2)	3.4 (3.7)	25.7 (27.8)	853 (699)

provedor era o pai, isso tem pouco efeito sobre o destino ocupacional dos filhos homens (31,4% dos pais estão em ocupações na classe de serviço, comparados com 31,1% de todos os filhos homens), mas faz uma boa diferença para as filhas (27,8% de pais em ocupações na classe de serviço *versus* 25,7% das filhas). Isso sugere que as filhas de domicílios em que o principal provedor é o pai gozam de certa vantagem relativa sobre suas pares de perfis domiciliares diferentes. O pai faz mais diferença para as chances das filhas do que dos filhos.

Em quarto lugar, o estrato gerencial mais baixo é um destino relativamente marginal para aqueles que provêm de famílias no estrato profissional, sendo muito mais importante para filhos e filhas de ocupados no estrato gerencial mais baixo ou como trabalhadores autônomos. É possível de fato identificar certo grau de fechamento nas posições profissionais: 41,5% dos filhos (homens) de profissionais (sendo 19,8% de altos profissionais, somados a 21,7% de baixos profissionais) estão eles mesmos em uma dessas duas posições; entre as filhas, a proporção é de 37,8%

(respectivamente, 10,4% e 27,4%). Os números correspondentes para os filhos (homens) de ocupados em posições de alta gerência que chegam a profissionais são muito menores (12,2% de altos profissionais + 2,4% de baixos profissionais = 14,6%), mas o mesmo não se verifica entre as filhas (3,2% + 29% = 32,2%). Os números absolutos nesse caso são relativamente pequeno e é preciso ter prudência ao se fazer extrapolações.

Em geral, as implicações de gênero variam conforme as classes de origem e de destino. Domicílios de ocupados nos estratos de altas profissionais e de baixa gerência tendem a favorecer mais os filhos do que as filhas. O emprego em ocupações profissionais, especialmente nos estratos inferiores, é, no entanto, mais aberto às mulheres entrantes do que as ocupações gerenciais (especialmente as mais elevadas). Os ativos herdados da posição de classe dos pais operam por meio dessas diferentes posições ocupacionais, interagindo com o gênero de formas sutis, mas também impactantes.

## **GÊNERO E EDUCAÇÃO ENTRE GERAÇÕES**

A seguir é examinado o gênero em relação aos ativos de classe entre gerações, considerando as conexões entre os níveis de educação de pais e filhos. Qual é o efeito da educação atingida pelos progenitores sobre a educação dos filhos?

As mães sem instrução formal<sup>6</sup> compõem um grupo ligeiramente maior (52,7%) (Tabela 5) do que os progenitores com idêntico perfil educacional (49,2%) (Tabela 6). A proporção de pais e mães com diplomas acadêmicos é equivalente (7,2 e 6,9%, respectivamente), mas, de cinco progenitores com diploma de doutorado, quatro eram homens. O nível de instrução dos progenitores tende a afetar o dos filhos, embora de maneira geral os níveis de educação venham aumentando ao longo das gerações. Enquanto cerca de 20% dos indivíduos que possuem diplomas superiores têm progenitores com o mesmo nível de instrução, perto de 17% são filhos de indivíduos sem instrução formal e 30% de progenitores com apenas o nível elementar de instrução (equivalente a oito anos de estudo). Se um dos progenitores tem diploma universitário ou um doutorado, é mais provável que o indivíduo atinja o doutorado (cinco entre nove indivíduos com doutorado tinham pais com esse mesmo elevado nível de educação), mas há pelo menos três indivíduos com doutorado filhos de pais sem instrução formal.

Em apoio ao argumento de que as mulheres dependem mais exclusivamente de capital cultural do que os homens, vê-se que o nível de educação dos pais afeta mais intensamente as filhas, e a educação do pai tem efeitos mais fortes do

**Tabela 5.** Educação da mãe *versus* educação do/a respondente, segundo o sexo.

Nível mais elevado de instrução do/a respondente <sup>1</sup>		Nível mais elevado de instrução da mãe do/a respondente							Total	
		Sem instrução formal	Primária (GCSE O-level)	Secundária (A-level/higher)	Pos-secundária (especialização)	Graduação	Doutorado	Outro		NS/NR
Sem instrução formal	F	161 74.2 [34.5]	1	-	1	1	-	-	53 24.4 [30.3]	217 100.0 [25.5]
	M	146 71.0 [40.1]	4	2	2	2	-	-	47 23.2 [27.3]	203 100.0 [28.4]
Primária (GCSE O-level)	F	130 56.3 [27.9]	23 10.0 [23.7]	3	3	9 [14.3]	-	1	62 26.8 [35.4]	231 100.0 [27.1]
	M	61 43.0 [16.9]	18 12.7 [19.4]	2	1	7 4.9 [14.3]	-	-	53 37.3 [30.8]	142 100.0 [19.9]
Secundária (A-level/higher)	F	48 40.0 [10.3]	22 18.3 [22.7]	7 5.8	7 5.8	10 8.3 [15.9]	1	-	25 20.8 [14.3]	120 100.0 [14.1]
	M	27 30.0 [7.5]	18 20.0 [19.4]	10 11.1	1	9 10.0 [18.4]	-	-	25 27.8 [14.5]	90 100.0 [12.6]
Pos-secundária (especialização)	F	40 51.3 [8.9]	11 14.1	4 5.1	4 5.1	4 5.1	-	-	15 19.2 [8.6]	78 100.0 [9.2]
	M	55 59.8 [15.3]	10 10.9 [10.8]	1	1	4 4.3	-	-	21 22.8 [12.2]	92 100.0 [12.9]
Graduação	F	80 41.2 [17.2]	39 20.1 [40.2]	13 6.7	6 3.1	38 19.6 [60.3]	-	-	18 9.3 [10.3]	194 100.0 [22.8]
	M	59 36.4 [16.4]	43 26.5 [46.2]	11 6.8	9 5.6	22 13.6 [45.0]	-	-	18 11.1 [10.5]	162 100.0 [22.7]
Doutorado	F	3	-	-	-	-	-	-	-	3 [0.4]
	M	2	-	-	-	4	-	-	-	6 [0.8]
Outro	F	2	1	-	-	1	-	-	2	6 [0.7]
	M	9	-	-	-	1	-	-	6	16 [2.2]
NS/NR	F	2	-	-	-	-	-	-	1	3
	M	1	-	-	-	-	-	-	2	3
TOTAL	F	466 54.7 [100.0]	97 11.4 [100.0]	27 3.2	21 2.5	63 7.4 [100.0]	1 0.1	2 0.2	175 20.5 [100.0]	852 100.0 [100.0]
	M	360 50.4 [100.0]	93 13.0 [100.0]	26 3.6	14 2.0	49 6.9 [100.0]	-	-	172 24.1 [100.0]	714 100.0 [100.0]
Todas as mães (F + M)		826 52.7	190 12.1	53 3.4	35 2.2	112 7.2	1 0.1	2 0.1	347 22.2	1566 100.0

Para mais informações sobre as categorias educacionais empregadas neste estudo, consultar: <<http://rlab.lse.ac.uk/data/depository/terms.htm>>.



**Tabela 6.** Educação do pai *versus* educação do/a respondente, segundo o sexo.

Nível mais elevado de instrução do/a respondente		Nível mais elevado de instrução do pai do/a respondente								Total
		Sem instrução formal	Primária (GCSE O-level)	Secundária (A-level/higher)	Pos-secundária (especialização)	Graduação	Doutorado	Outro	NS/NR	
Sem instrução formal	W	143 65.9 [34.2]	4 1.8 [5.8]	-	6 2.7	1 0.5	-	2 0.9	61 28.1 [26.3]	217 100.0 [25.4]
	M	143 70.1 [40.5]	4 2.0 [5.7]	3 1.5	1	1	-	1	51 25.0 [31.9]	204 100.0 [28.5]
Primária (GCSE O-level)	W	109 47.2 [26.1]	4	3	1	1	-	1	51 22.1 [22.0]	231 100.0 [27.1]
	M	64 45.4 [18.1]	18 12.8 [25.7]	8 5.7	3	2	-	-	46 32.6 [28.8]	141 100.0 [28.5]
Secundária (A-level/higher)	W	50 41.7 [12.0]	13 10.8 [18.8]	9 7.5	7 5.8	4	-	-	34 28.3 [14.7]	120 100.0 [14.1]
	M	20 22.2 [5.7]	19 21.1 [27.1]	9 10.0	8 8.9	9 10.0	-	2	21 23.3 [13.1]	90 100.0 [12.6]
Pos-secundária (especialização)	W	40 51.3 [10.0]	6 7.7	3 3.8	6 7.7	3 3.8	-	-	20 25.6 [8.6]	78 100.0 [9.1]
	M	55 60.0 [15.6]	7 7.6	1	7	3	-	2	17 18.5 [10.6]	92 100.0 [12.9]
Graduação	W	72 37.1 [17.2]	24 12.4 [34.8]	12 6.2	9 4.6	42 21.6	2	-	32 16.5 [13.8]	194 100.0 [22.7]
	M	58 35.6 [16.4]	22 13.5 [31.4]	11 6.7	18 11.0	33 20.2	1	2	18 11.0 [11.3]	163 100.0 [22.8]
Doutorado	W	1	-	-	1	-	1	-	-	3 [0.3]
	M	2	-	-	-	4	-	-	-	6 [0.8]
Outro	W	1	1	-	1	1	-	-	3	7 [0.8]
	M	9	-	-	1	-	-	-	6	16 [2.2]
NS/NR	W	2	-	-	-	-	-	-	1	3 [0.3]
	M	2	-	-	-	-	-	-	1	3 [0.4]
TOTAL	W	418 49.0 [100.0]	69 8.1 [100.0]	30 3.5	39 4.6	56 6.6	3 0.5	3 0.5	232 27.2	850 100.0 [100.0]
	M	353 49.4 [100.0]	70 9.8 [100.0]	32 4.5	38 5.3	52 7.3	1 0.1	7 1.3	160 22.4 [100.0]	712 100.0 [100.0]
Todos os pais (homens) (F + M)		771 49.2	139 8.9	62 4.0	77 4.9	108 6.9	4 0.3	10 0.9	392 25.0	1563 100.0

que a das mães: 75% dos pais com graduação superior têm filhas com o mesmo nível de instrução, contra 60,3% das mães graduadas. A proporção de mulheres que têm graduação, filhas de pai graduado (21,6%) e de mãe graduada (19,6%) é consistentemente maior do que a dos homens de idêntico perfil (20,2% e 13,6%, respectivamente).

É interessante que muitas mulheres e homens com diplomas superiores vêm de famílias em que os pais ou não possuem qualquer qualificação educacional ou têm apenas o ensino fundamental ('O Level'). A Tabela 5 mostra que há mais de 60% de homens (36,4% + 26,5%) e mulheres (41,2% + 20,1%) com diplomas superiores que têm mães sem instrução formal ou apenas com o fundamental. Na Tabela 6 vê-se que aproximadamente metade dos homens e das mulheres com diplomas superiores tem pai sem instrução formal ou apenas com o fundamental. Isso mostra que as oportunidades educacionais vêm se expandindo ao longo das gerações na Grã-Bretanha. Contudo, essa tendência não invalida os privilégios de classe na criação dos indivíduos e indica que há mais do que pais e mães no processo de reprodução das desigualdades de oportunidades, que é outro aspecto das relações laterais que se pretende explorar na próxima seção.

Esse ponto vai além das qualificações escolares, incluindo *hobbies* e educação extracurricular, que jogam um papel significativo no posicionamento dos indivíduos em termos de capital cultural. Esses são meios pelos quais as classes médias, em particular, procuram ampliar seu capital cultural, e isso se aplica principalmente à educação dos filhos e filhas (LAREAU, 2003; DEVINE, 2004). Annette Lareau (2003) destaca incisivamente as estratégias de "cultivo orquestrado" das crianças das famílias de classe média norte-americanas, que vão desde a habilidade de olhar nos olhos de pessoas em posição de autoridade até a forma de apertar a mão ou de arengar com os irmãos, todas práticas relacionadas à classe social e que fazem diferença nas chances futuras das crianças de atingir posições na hierarquia social.

Na pesquisa CCSE, as questões relativas aos *hobbies*, aos interesses e aos passatempos dos pais, no momento em que os respondentes eram crianças, revelam que as mães têm interesses mais amplos do que os pais. Contudo, é para os tipos de interesses que as diferenças de gênero importam. Cinema e música popular interessam às mães em maior proporção, mas é cozinhar e praticar esportes que apresentam as maiores divisões de gênero entre pais e mães. Leitura, jardinagem e artesanato são interesses significativos dos pais, mas, enquanto o interesse pela leitura é mais forte entre as mães, jardinagem atrai mais os pais. A análise indica que a existência de *hobbies* de mães e *hobbies* de pais se associa ao engajamento

dos próprios indivíduos na cultura “legítima”, sendo as mães um pouco mais influentes do que os pais quando se trata de participação na cultura estabelecida.

Essa análise revela que, de modo geral, o gênero afeta a reprodução do capital cultural em sua forma institucionalizada, em termos dos níveis de escolarização. É perceptível também que a classe ocupacional e o nível de instrução dos pais contam mais do que o das mães. É significativo, ademais, que as filhas estejam reduzindo a tradicional desvantagem em relação aos filhos quanto à ocupação de posições profissionais elevadas, apesar de as desigualdades ainda persistirem. A classe ocupacional e o nível de instrução dos progenitores são muito importantes para a mobilidade social, mas não faz muita diferença se a herança vem do pai ou da mãe, ou de ambos, uma vez que é a disposição sobre esses ativos o que realmente importa. As diferenças de gênero encontradas na análise até aqui terão que ser exploradas em maior detalhe. A posição individual de homens e mulheres vem a ser muito significativa para suas identidades de gênero, mas dizem relativamente pouco sobre os investimentos que estes fazem para impulsionar a trajetória social de seus filhos e filhas. Na próxima seção, o gênero é tratado como um ativo, focando em como as escolhas conjugais feitas por mulheres e homens afetam seus recursos em termos de ativos de mobilidade de classe.

## **ESCOLHENDO SIMILARIDADE E DIFERENÇA: IDENTIFICAÇÃO COM OS CÔNJUGES**

Um conceito importante em Bourdieu (1984) é o de “afinidade eletiva”. Este se define como homologia entre gostos e fornece um sentido de compatibilidade social entre campos da cultura e também entre indivíduos ocupando posições similares no espaço social. Bourdieu (1990, p. 132) entende que as distâncias espaciais coincidem com as distâncias sociais, ou que o espaço social funciona como espaço simbólico. As posições ocupadas pelos indivíduos dependem da distribuição de recursos dentro de um campo e também das relações desse campo com os demais campos.

O que se pode dizer a respeito da homologia de posições entre cônjuges com base nos dados da CCSE? Em termos muito simples, de acordo com a hipótese da homologia, deveriam ser encontrados casais com níveis de educação formal similares. Segundo a lógica da dominação masculina, dever-se-ia esperar que as mulheres escolhessem para cônjuges homens com níveis de educação maiores do que os seus. Os dados oferecem evidências consideráveis de que este seja o caso. Entre as mulheres, a proporção das que não possuem instrução formal e não têm cônjuges (36,1%) é um pouco maior do que entre os homens (33,2%). Considerando

que há uma proporção ligeiramente menor de mulheres sem instrução formal (25,4%) do que de homens (28,5%), pode-se assumir que a educação formal é um ativo para as mulheres na hora de encontrar um cônjuge e que aquelas que não possuem instrução tendem a permanecer sozinhas em maior proporção do que as que possuem (Tabela 7).

Com exceção da configuração especial do grupo de indivíduos sem instrução formal, em todos os outros níveis os homens têm cônjuges com níveis de instrução inferiores aos seus, e as mulheres, conseqüentemente, têm cônjuges com instrução mais elevada do que a sua. Mas há certo número de indivíduos com níveis secundários de instrução (GCSE, A-levels ou especializações pós-secundárias) que têm cônjuges com diplomas superiores. No entanto, a maior homologia se verifica entre aqueles que, possuindo diploma universitário, encontram cônjuges do mesmo nível de instrução: 53,7% dos homens e 55,7% das mulheres. A amostra do CCSE inclui nove pessoas com diploma de doutorado, três delas mulheres. Os seis entre eles que são casados têm cônjuges com diploma superior ou doutorado. Enquanto há apenas um homem com doutorado casado com uma mulher com doutorado, há sete mulheres vivendo com cônjuges que possuem esse diploma.

Assim, em relação às duas hipóteses levantadas acima sobre homofilia, pode-se afirmar que a homologia dos níveis educacionais entre casais é mais forte nos

**Tabela 7.** Nível mais elevado de instrução obtido, segundo o sexo e a ocupação do(a) cônjuge.

	Respondente		Respondente homem		Cônjuge do respondente homem		Respondente mulher		Cônjuge da respondente mulher	
	Nº.	percent	Nº.	percent	Nº.	percent	Nº.	percent	Nº.	percent
Sem instrução formal	419	26.8	202	28.5	135	29.5	216	25.4	138	26.0
Primária (GCSE O-level)	372	23.8	140	19.7	116	25.4	231	27.2	116	21.8
Pos-secundária (especialização)	169	10.8	90	12.7	35	11.2	119	14.0	72	13.6
Secundária (A-level/higher)	210	13.4	92	13.0	51	7.7	78	9.2	65	12.2
Graduação	354	22.6	162	22.8	87	19.0	194	22.9	108	20.3
Doutorado	9	0.6	6	0.8	1	0.2	3	0.4	7	1.3
Outro	25	1.6	15	2.1	7	1.5	5	0.6	5	0.9
NS/NR	6	0.4	2	0.3	25	5.5	3	0.4	20	3.8
<b>Total</b>	<b>1564</b>	<b>100.0</b>	<b>710</b>	<b>100.0</b>	<b>457</b>	<b>100.0</b>	<b>849</b>	<b>100.0</b>	<b>531</b>	<b>100.0</b>

Respondentes sem cônjuge: homens = 253 (16.2%) e mulheres = 318 (20.3%).

níveis educacionais mais elevados e nos mais baixos e que as mulheres tendem a ter cônjuges com instrução mais elevada do que elas, mas elas tendem a permanecer sozinhas em proporções maiores quando não têm educação formal. Interessante notar que a lógica não é meramente a de mulheres que buscam cônjuges com maior potencial, como argumenta Bourdieu (2001), mas também a de homens que evitam mulheres sem credenciais educacionais mínimas.

A seguir, para explorar as homologias entre ocupações, são considerados os padrões de escolha de cônjuges (de acordo com suas posições ocupacionais) feitas por homens e mulheres que ocupam posições ocupacionais específicas. Homens e mulheres (de acordo com suas posições ocupacionais) escolhem cônjuges de modos diferentes?

Reproduzindo as tendências encontradas nos padrões de união segundo os níveis educacionais, as homologias ocupacionais entre casais para entrevistados homens são mais fortes nos extremos das escalas ocupacionais (Tabelas 8 e 9). Os homens no topo das categorias ocupacionais (níveis gerencial, profissional e intermediário) tendem a ter cônjuges predominantemente nas mesmas categorias ocupacionais (de 193 entrevistados homens ocupando posições no escalão gerencial e profissional, 50,8% têm cônjuges no mesmo escalão e 27,5% têm cônjuges em ocupações de nível intermediário). Os homens ocupados nas duas categorias inferiores – supervisores e técnicos e trabalhadores em ocupações de rotina ou semirrotina – são os que têm, em maior proporção, cônjuges ocupadas em categorias equivalentes (45% dos homens casados que estavam nessas ocupações tinham cônjuges também em ocupações de rotina ou semirrotina) (Tabela 8). É possível ver também como mulheres em posições de gerência ou profissionais tendem a se unir a indivíduos nas mesmas posições ocupacionais, mas uma parcela significativa das mulheres em posições altas (cerca de um quarto) tem cônjuges em ocupações de supervisão ou técnicas (Tabela 9), situação diferente da dos homens, que, quando estão em posições ocupacionais elevadas, tendem mais consistentemente a encontrar cônjuges também em posições elevadas. A homologia entre as ocupações de casais é, pois, relativamente mais forte no caso dos homens do que das mulheres.

Para resumir, a tendência mais forte é a de que homens em posições ocupacionais elevadas encontrem cônjuges em posições do mesmo nível. A outra tendência forte é a de que homens em posições ocupacionais baixas tenham cônjuges nas mesmas posições. Os grupos intermediários tendem a ser mais mistos. Mulheres em ocupações de rotina ou semirrotina têm cônjuges nesses grupos ocupacionais (36,1%) ou em ocupações gerenciais ou profissionais (24,7%). A maioria das mulheres que nunca trabalhou tem cônjuges ocupados como pequenos empre-

**Tabela 8.** Ocupação do respondente HOMEM e ocupação da cômjuge (apenas para os que têm cômjuge).

Ocupação do respondente homem	Ocupação das cômjugas dos respondentes homens						Total
	Gerencial/profissional	Intermediária	Pequeno empregador/autônomo	Técnicos e supervisores	Semirrotina/rotina	Nunca trabalhou	
Gerencial/profissional	<b>98</b> 50.8 (63.2)	<b>53</b> 27.5 (44.9)	<b>4</b> 2.1 (28.6)	<b>7</b> 3.6 (21.9)	<b>28</b> 14.5 (22.0)	<b>3</b> 1.6 (25.0)	<b>193</b> 100.0 (42.1)
Intermediária	<b>6</b> 40.0 (3.9)	<b>6</b> 40.0 (5.1)	-	<b>1</b> 6.7 (3.1)	<b>2</b> 13.3 (1.6)	-	<b>15</b> 100.0 (3.3)
Pequeno empregador/autônomo	<b>17</b> 31.5 (11.0)	<b>15</b> 27.8 (12.7)	<b>4</b> 7.4 (28.6)	<b>4</b> 7.4 (12.5)	<b>11</b> 20.4 (8.7)	<b>3</b> 5.6 (25.0)	<b>54</b> 100.0 (11.8)
Técnicos e supervisores	<b>21</b> 22.8 (13.5)	<b>22</b> 22.8 (18.6)	<b>2</b> 2.8 (14.3)	<b>8</b> 8.7 (25.0)	<b>39</b> 42.4 (30.7)	-	<b>92</b> 100.0 (20.1)
Semirrotina/rotina	<b>13</b> 12.6 (8.4)	<b>22</b> 21.4 (18.6)	<b>4</b> 3.9 (28.6)	<b>12</b> 11.7 (37.5)	<b>47</b> 45.6 (37.0)	<b>5</b> 4.9 (41.7)	<b>103</b> 100.0 (22.5)
Nunca trabalhou	-	-	-	-	-	<b>1</b> (8.3)	<b>1</b> 100.0 (0.2)
Total	<b>155</b> 33.8 (100.0)	<b>118</b> 25.8 (100.0)	<b>114</b> 3.1 (100.0)	<b>32</b> 7.0 (100.0)	<b>127</b> 27.7 (100.0)	<b>12</b> 2.6 (100.0)	<b>458*</b> 100.0 (100.0)

\*Excluem 2 “não classificados”.

gadores. Em consonância com essa tendência, homens cujas cômjugas nunca trabalharam encontram-se em maior proporção, por ordem decrescente, no grupo de pequenos empregadores, no de ocupados em trabalhos de rotina ou semirrotina e no grupo das ocupações gerenciais e profissionais.

Com o objetivo de examinar em maior detalhe como mulheres e homens apresentam homologias entre posições ocupacionais e educacionais, tanto como indivíduos quanto em suas uniões conjugais, passa-se a explorar os estratos mais altos e mais baixos das escalas ocupacional (Tabela 10) e educacional (Tabela 11).

A Tabela 10 mostra que, enquanto 75,8% das mulheres com graduação superior estão em ocupações gerenciais e profissionais, entre os homens essa proporção chega a 86,8%. A educação tem impacto maior sobre a posição ocupacional dos homens do que das mulheres (há 12 mulheres com graduação em ocupações de rotina/semirrotina e apenas três homens). Mulheres graduadas em ocupações gerenciais e profissionais tendem a ter cômjugas nessas mesmas ocupações em proporção maior do que os homens graduados (69,1% para mulheres; 64,1% para homens). Contudo, homens graduados que estão em posições no topo da escala

**Tabela 9.** Ocupação da respondente MULHER e ocupação do cônjuge (apenas para as que têm cônjuge).

Ocupação da respondente mulher	Ocupação dos cônjuges das respondentes mulheres						Total
	Gerencial/profissional	Intermediária	Pequeno/a empregador/a /autônomo/a	Técnicos/as e supervisores/as	Semirrotina/rotina	Nunca trabalhou	
Ocupação do respondente homem	<b>99</b> 55.9 (47.8)	<b>4</b> 2.3 (18.2)	<b>18</b> 10.2 (24.3)	<b>39</b> 22.0 (35.1)	<b>17</b> 9.6 (14.9)	-	<b>177</b> 100.0 (33.3)
Gerencial/profissional	<b>41</b> 41.4 (19.8)	<b>7</b> 7.1 (31.8)	<b>12</b> 12.1 (16.2)	<b>26</b> 26.3 (23.4)	<b>13</b> 13.1 (11.4)	-	<b>99</b> 100.0 (18.6)
Intermediária	<b>11</b> 40.7 (5.3)	-	<b>11</b> 40.7 (14.9)	<b>2</b> 7.4 (1.8)	<b>3</b> 11.1 (2.6)	-	<b>27</b> 100.0 (5.1)
Pequeno/a empregador/a /autônomo/a	<b>4</b> 19.0 (1.9)	<b>1</b> 4.8 (4.5)	<b>2</b> 9.5 (2.7)	<b>6</b> 28.6 (5.4)	<b>8</b> 38.1 (7.0)	-	<b>21</b> 100.0 (3.9)
Técnicos/as e supervisores/as	<b>48</b> 24.7 (23.2)	<b>9</b> 4.6 (40.9)	<b>25</b> 12.9 (33.8)	<b>38</b> 19.6 (34.2)	<b>70</b> 36.1 (61.4)	<b>4</b> 2.1 (50.0)	<b>194</b> 100.0 (36.5)
Semirrotina/rotina	<b>4</b> 28.6 (1.9)	<b>1</b> 7.1 (4.5)	<b>6</b> 42.9 (8.1)	-	<b>3</b> 21.4 (2.6)	-	<b>14</b> 100.0 (2.6)
Total	<b>207</b> 38.9 (100.0)	<b>22</b> 4.1 (100.0)	<b>74</b> 13.9 (100.0)	<b>111</b> 20.9 (100.0)	<b>114</b> 21.4 (100.0)	<b>4</b> 0.8 (100.0)	<b>532*</b> 100.0 (100.0)

\* excludes 3 'not classified'

ocupacional se unem a mulheres em posições gerenciais e profissionais ou intermediárias em proporção bastante alta (81,5%, ou 64,1% + 17,4%), enquanto mulheres com as mesmas características tendem em maior proporção a se unir com homens em posições ocupacionais mais baixas. Isso demonstra potenciais diferenças de orientação entre homens e mulheres em posições superiores ao escolherem cônjuges: homens em posições altas buscam mulheres em posições análogas em proporção maior do que as mulheres. Enquanto 31% das mulheres graduadas em ocupações profissionais e gerenciais têm cônjuges nas três posições ocupacionais mais baixas, entre os homens essa proporção é de 18%. Isso é o oposto do previsto por Bourdieu dentro da lógica da dominação masculina. Segundo ele, as mulheres sempre buscam cônjuges em posições mais altas do que elas próprias.

Indivíduos sem instrução formal estão concentrados em ocupações de rotina e semirrotina (61,7% das mulheres e 50% dos homens) (Tabela 11). Há relativamente mais mulheres (328 das 847 que têm cônjuges, ou 38,7%) do que homens (197 dos 711 que têm cônjuges, ou 27,7%) nessas ocupações (com diferentes níveis educacio-

nais), as quais concentram altas proporções de indivíduos que não têm cônjuges: 37,2% dos homens sozinhos e 42,5% das mulheres sozinhas estão em ocupações de rotina ou semirrotina. Pela Tabela 11, pode-se ver que mais da metade das mulheres (52,1%) sem instrução formal e que trabalham em ocupações de rotina e semirrotina têm cônjuges do mesmo grupo ocupacional. Entre os homens de mesmo perfil educacional e ocupacional a tendência é a mesma, mas em proporção um pouco menor (45,5%). Homens sem qualificação educacional nas ocupações de rotina e semirrotina têm cônjuges tanto em ocupações gerenciais e profissionais quanto intermediárias em muito maior proporção (13,6% + 13,6% = 27,2%) do que as mulheres de perfil equivalente (11,3% + 1,4% = 12,7%). Isso indica que os homens em posições mais baixas tendem a ter cônjuges em posições mais altas do que eles em maior proporção do que as mulheres em posições equivalentes, reforçando, como já salientado, uma tendência que vai contra a tese da “dominação masculina” de Bourdieu.

As mulheres têm cônjuges em posições ocupacionais inferiores às suas em proporção maior do que os homens. Para aprofundar o exame dessa conexão, as homologias entre níveis educacionais serão agora consideradas. Como os níveis de educação dos/as cônjuges se combinam? Há diferenças entre homens e mulheres no tocante ao nível educacional de seus cônjuges, segundo a posição ocupacional que eles/as ocupam?

A Tabela 12 apresenta indivíduos em ocupações gerenciais e profissionais. Nesse grupo há números ligeiramente maiores de mulheres graduadas do que de

**Tabela 10.** Mulheres e homens com graduação: quais as suas ocupações e quais as ocupações de seus/suas cônjuges?

Ocupação da(o) respondente		Ocupação das(os) cônjuges das(os) respondentes					Total	
		Gerencial/profissional	Intermediária	Pequeno/a empregador/a /autônomo/a	Técnicos/as e supervisores/as	Semirrotina/rotina		Nunca trabalhou
Gerencial/profissional	W	65 (69.1)	-	8 (8.5)	15 (16.0)	6 (6.4)	-	94 (100.0) [75.8]
	M	59 (64.1)	16 (17.4)	2 (2.2)	3 (3.3)	12 (13.0)	-	92 (100.0) [86.8]
Total (inclui todas as ocupações para os/as respondentes graduados/as que têm cônjuge)	W	89 (71.8)	3 (2.4)	8 (6.5)	20 (16.1)	8 (6.5)	-	124 (100.0) [100.0]
	M	69 (65.1)	19 (17.9)	2 (1.9)	3 (2.8)	13 (12.3)	-	106 (100.0) [100.0]



**Tabela 11.** Mulheres e homens sem instrução formal: quais as suas ocupações e quais as ocupações de suas/seus cônjuges?

Ocupação da(o) respondente		Ocupação das(os) cônjuges das(os) respondentes						Total
		Gerencial/profissional	Intermediária	Pequeno/a empregador/a /autônomo/a	Técnicos/as e supervisores/as	Semirrotina/rotina	Nunca trabalhou	
Técnicos/as e supervisores/as	F	1 (14.2)	1 (14.3)	-	4 (57.1)	1 (14.2)	-	7 (100.0) [6.1]
	M	4 (11.8)	4 (11.8)	1 (2.9)	2 (5.9)	23 (67.6)	1 (1.4)	34 (100.0) [25.8]
Semirrotina/rotina	F	8 (11.3)	1 (1.4)	13 (18.3)	11 (15.5)	37 (52.1)	1 (1.4)	71 (100.0) [61.7]
	M	9 (13.6)	9 (13.6)	4 (6.0)	11 (16.7)	30 (45.5)	3 (4.5)	66 (100.0) [50.0]
Total (inclui todas as ocupações dos/as respondentes sem instrução formal que têm cônjuges)	F	20 (17.4)	3 (2.6)	23 (20.0)	25 (21.7)	43 (37.4)	1 (0.9)	115 (100.0) [100.0]
	M	17 (12.9)	23 (17.4)	8 (6.1)	15 (11.4)	65 (49.2)	4 (3.0)	132 (100.0) [100.0]

homens, mas o número de cônjuges com graduação é similar. Entretanto, mais mulheres (7) do que homens (1) têm cônjuges com doutorado, o inverso da tendência de gênero dos respondentes que têm doutorado: duas mulheres e quatro homens; mas consistente com uma maior proporção de homens com doutorado.

A Tabela 13 mostra que há quase o dobro da proporção de mulheres casadas em ocupações de rotina e semirrotina do que de homens, mas os níveis educacionais das mulheres nessas ocupações são significativamente mais altos do que os dos homens, confirmando que as mulheres têm seus ativos educacionais desvalorizados frente aos dos homens para efeitos de suas posições na escala ocupacional. Enquanto nesse grupo de ocupações de rotina e semirrotina existem 66% de homens sem instrução formal, uma proporção similar de mulheres (64%) tem instrução secundária (GCSE) ou acima disso. Há 12 mulheres graduadas nesse grupo ocupacional e apenas três homens.

Embora exista uma ampla literatura sobre as diferenças nas posições de cônjuges no mercado de trabalho – incluindo estudos sobre como essas diferenças afetam os padrões de desigualdade na estratificação social entre famílias, bem como seu impacto na divisão doméstica do trabalho –, o estudo sistemático da

**Tabela 12.** Respondentes em ocupações de gerência e profissionais.

Nível mais elevado de instrução do/a respondente		Nível mais elevado de instrução do/a cônjuge do/a respondente								Total
		Sem instrução formal	Primária (GCSE O-level)	Secundária (A-level/higher)	Pos-secundária (especialização)	Graduação	Doutorado	Outro	NS/NR	
Sem instrução formal	F	4	2	-	1	-	-	-	-	7 [4.0]
	M	12 70.0	1	1	-	1	-	-	2	17 [9.0]
Primária (GCSE O-level)	F	9 27.2	10 30.3	4 12.1	2 6.1	5 15.2	1 3.0	-	2 6.1	33 100.0 [18.6]
	M	4 11.0	17 48.6	4 11.0	1 2.9	7 20.0	-	1 2.9	1 2.9	35 100.0 [18.5]
Secundária (A-level/higher)	F	4	5	12 46.1	4	4	1	-	-	26 [14.9]
	M	1	5	3	-	9 47.4	-	-	1	19 100.0 [10.1]
Pos-secundária (especialização)	F	3	3	-	1	2	-	-	-	9 [5.1]
	M	4	6 40.0	2	2	1	-	-	-	15 100.0 [7.9]
Graduação	F	9 9.6	8 8.5	16 17.0	9 9.6	48 51.0	4 4.3	-	-	94 100.0 [53.7]
	M	6 6.3	18 18.9	12 12.6	13 13.7	45 47.4	-	-	1 1.1	95 100.0 [50.3]
Doutorado	F	-	-	-	-	1	1	-	-	2 [1.1]
	M	-	-	-	-	3	1	-	-	4 [2.1]
Outro; NS/NR	F	1	-	1	1	-	-	-	-	3 [1.6]
	M	-	1	-	-	-	-	-	-	1 [0.5]
TOTAL	F	29 16.6	28 16.0	32 18.3	17 9.7	60 34.3	7 4.0	-	2 1.1	175 100.0 [100.0]
	M	28 14.8	48 25.4	23 12.2	17 9.0	66 34.9	1 0.5	1 0.5	5 2.6	189 100.0

escolha de cônjuges associada aos perfis ocupacionais e educacionais dos indivíduos realizado neste artigo é inovador. Em certos aspectos, resultados óbvios são confirmados; em outros, evidências importantes sobre as diferenças e desigualdades nas oportunidades de mulheres e homens em uniões voluntárias são reveladas, sublinhando a significância do gênero como um ativo para a posição social que tem pesos diferentes para mulheres e homens, dependendo em parte de suas conexões com outros ativos de privilégio que possam.

**Tabela 13.** Respondentes em ocupações de semirrotina e rotina.

Nível mais elevado de instrução do/a respondente		Nível mais elevado de instrução do/a cônjuge do/a respondente							Total
		Sem instrução formal	Primária (GCSE O-level)	Secundária (A-level/higher)	Pos-secundária (especialização)	Graduação	Doutorado	Outro	
Sem instrução formal	W	45 64.3	9 12.9	1 1.4	11 15.7	1 1.4	-	3 4.3	70 100.0 [36.3]
	M	38 56.7	16 23.9	2 3.0	1 1.5	-	2 3.0	8 11.9	67 100.0 [65.7]
Primária (GCSE O-level)	W	13 18.1	26 36.1	12 16.7	8 11.1	6 8.3	-	7 9.7	72 100.0 [37.3]
	M	5	6	1	1	1	-	2	16 [15.6]
Secundária (A-level/higher)	W	3	4	6	2	4	-	1	20 [10.4]
	M	1	2	3	-	1	-	2	9 [8.8]
Pos-secundária (especialização)	W	2	5	2	3	2	1	1	16 [8.3]
	M	1	2	1	-	-	-	2	6 5.9
Graduação	W	1	-	2	1	8	-	-	12 [6.2]
	M	1	2	-	-	-	-	-	3 2.9
Doutorado	W	1	-	-	2	-	-	-	3 [1.6]
	M	1	-	-	-	-	-	-	1 1.0
Total	W	65 33.7	44 22.8	23 11.9	27 14.0	21 10.9	1 0.5	12 6.2	193 100.0 [100.0]
	M	47 46.1	28 27.5	7 6.9	2 2.0	2 2.0	2 2.0	14 13.7	102 100.0 [100.0]

Na análise realizada das afinidades eletivas relacionando classes ocupacionais e níveis de instrução dos entrevistados pelo CCSE, três tendências principais são reveladas.

Em primeiro lugar, detecta-se uma homologia polarizada de parcerias conjugais entre aqueles/as que possuem educação superior, por um lado, e os/as que não possuem instrução formal, por outro. Mulheres sem instrução formal tendem a não ter parceiros, mas as mulheres tendem a ter cônjuges com níveis mais altos de educação do que elas próprias, especialmente quando elas atingiram o nível secundário. Entretanto, as mulheres tendem a ter cônjuges em posições ocupacio-

nais inferiores e com menos instrução do que elas próprias em maior proporção do que os homens.

Em segundo lugar, as mulheres são ligeiramente mais escolarizadas do que os homens. Ainda assim, as mulheres em ocupações de mais baixa qualificação são comparativamente mais escolarizadas do que os homens nas mesmas ocupações. Conseqüentemente, homens com baixos ativos educacionais atingem posições ocupacionais mais altas em maior proporção do que as mulheres com os mesmos ativos educacionais. Esse achado ecoa o argumento de Savage e Egerton (1997) de que os efeitos de classe são mais intensos para as mulheres, de acordo com o nível educacional atingido, enquanto os homens parecem capazes de se valer de outros recursos, como “herança direta ou contatos sociais” (BOTTERO, 2005; 2013).

Em terceiro lugar, homens em posições ocupacionais elevadas tendem a se unir com cônjuges em posições ocupacionais elevadas em maior proporção do que as mulheres. Inversamente, as mulheres têm cônjuges em posições ocupacionais mais baixas do que as suas em maior proporção do que os homens. Homologias de ocupações para homens e mulheres são mais fortes no topo e na base das classes ocupacionais e são mais representativas do padrão conjugal masculino.

Em resumo, o argumento é o de que os homens tendem a preservar sua posição dominante e gerar recursos adicionais para si mesmos por meio da união conjugal enquanto as mulheres tendem a perder potencial para acumular ativos em decorrência de suas escolhas de cônjuges. Não é possível concluir, porém, com uma teoria da dominação masculina nos termos propostos por Bourdieu (2001), porque, em vez da submissão feminina a uma estratégia de subordinação ao homem, implícita em sua teoria, afirma-se que o componente de gênero dos ativos de posição de classe não resulta apenas da ocupação de uma posição superior na estratificação social. Enquanto a maioria das pesquisas esteve focada na influência de recursos materiais ou estruturais, demonstra-se aqui a saliência dos diferentes recursos relacionais associados a diferentes posições de gênero de homens e mulheres, para a operação dos ativos.

## CONCLUSÕES

Os ativos herdados são importantes para a posição de classe, afetando os ativos que resultam de escolhas: a escolha da ocupação, a busca pela educação e o/a cônjuge com quem se vive. Contudo, a herança não determina as escolhas. O gênero importa tanto para os ativos herdados quanto para os de escolha.

Já se afirmou aqui que o gênero é um ativo mal compreendido nas análises empíricas de Bourdieu e que isso deriva de sua concepção de normalidade como

requisito básico para a geração e a ampliação de capitais. Normalidade recobre tanto uma divisão apropriada e tradicional do trabalho entre homens e mulheres quanto uma estrutura familiar “normal”. No entanto, há muitas evidências apontando para a existência de vários tipos de normalidade. Há evidências também a demonstrar a importância do gênero como um indicador adicional de diferença assim como de desigualdade.

Os casais são geralmente vistos como um indicador unificado. Neste artigo foi examinado como os ativos herdados de mães e pais por filhas e filhos indicam caminhos sutis pelos quais o gênero conforma as chances de mobilidade social. As mães investem mais na mobilidade de classe dos descendentes do que os pais. Quando o pai tem uma ocupação de *status* elevado e é o principal provedor do domicílio, os descendentes tendem a ter ocupações de *status* elevado. Isso está ligado também ao fato de a maioria das mulheres na condição de principais provedoras serem de fato mães sem cônjuge (e esse perfil de provedor/a único/a é muito menos comum entre os homens), fazendo do tipo de família um indicador importante dos efeitos dos ativos herdados. Progenitores/as em ocupações de tipo profissional geram uma maioria de filhas e filhos em ocupações profissionais, mas carreiras em ocupações gerenciais são herdadas mais frequentemente por filhos do que por filhas. Esses achados revelam que os ativos ocupacionais herdados interagem com o gênero de forma impactante, embora a sutil inflexão dos ativos de gênero demande uma exploração detalhada dos recursos transmitidos das classes sociais de origem para as de destino.

O nível de instrução do pai afeta o das filhas mais do que o dos filhos. Mães são mais empenhadas em passar para os filhos e as filhas os benefícios da cultura estabelecida, de onde a maioria das chances de mobilidade ascendente emerge (consultar também Silva e Le Roux, 2011). Contudo, é mais comum que elas pratiquem *hobbies*, como parte dos recursos complementares necessários ao “cultivo orquestrado” (conforme Lareau, 2003) dos ativos das crianças.

As formas pelas quais as escolhas conjugais ou de parcerias afetam a posição de um indivíduo na hierarquia social foram exploradas tanto para homens quanto para mulheres. Distinções foram identificadas, segundo as quais ser escolarizada é um ativo para as mulheres na busca de um cônjuge. Também os homens em posições mais elevadas buscam mulheres em posições elevadas. Essa é uma prática mais comum entre os homens do que entre as mulheres em posições elevadas, as quais não estão tão preocupadas em encontrar um cônjuge em posição igual à sua. As práticas das mulheres se revelam contrárias à lógica prescrita por Bourdieu (2001) em *Masculine domination*.

Gênero como ativo tem pesos diferentes para mulheres e homens. O gênero se conecta com outros ativos de privilégio, reforçando posições de variadas maneiras. Os modos como o gênero está implicado com ativos herdados e escolhidos mostram que ele opera no interior dos processos de estratificação social e tem implicações para as posições verticais – e hierárquicas – dos indivíduos, assim como para as escolhas horizontais de cônjuges.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Edison Bertencelo pelo interesse em publicar este artigo, e a Alvaro Augusto Comin por sua excelente tradução. Estendo meu obrigado a meus colaboradores de pesquisa Cultural Capital and Social Exclusion - Tony Bennett, Mike Savage, Alan Warde, Modesto Gayo-Cal e David Wright - por me permitirem o uso do material neste artigo

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENNETT, T.; SAVAGE, M.; SILVA, E.; WARDE, A.; GAYO-CAL, M.; WRIGHT, D. *Culture, class, distinction*. Routledge: London, 2009.
- BOTTERO, W. *Stratification: social division and inequality*. London: Routledge, 2005.
- BOURDIEU, P. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. London: Routledge, 1984.
- \_\_\_\_\_. *In other words: essays towards a reflexive Sociology*. Cambridge: Polity, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Practical reason*. Cambridge: Polity Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Masculine domination*. Stanford: Stanford University Press, 2001. (First published in French 1998.)
- BOURDIEU, P.; J-C PASSERON. *The inheritors: French students and their relation to culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- CROMPTON, R.; SANDERSON, K. *Gendered jobs and social change*. London: Unwin and Hyman, 1990.
- DEVINE, F. *Class practices: how parents help their children get good jobs*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.
- DiMAGGIO, P.; MOHR, J. Cultural capital, educational attainment, and marital selection. *American Journal of Sociology*, v. 90, p. 1231-1261, 1985.
- DUMAIS, S. Cultural capital, gender, and school success: the role of habitus. *Sociology of Education*, v. 75, n. 1, p. 44-68, 2002.

- \_\_\_\_\_. Early childhood cultural capital, parental habitus, and teachers' perceptions. *Poetics*, v. 43, n. 2, p. 83-107, 2006.
- GOLDTHORPE, J. *Social mobility and class structure in modern Britain*. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Rational choice theory and large-scale data analysis*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- HEATH, A.; PAYNE, C. Social mobility. In: HALSEY, A. H.; WEBB, J. (Ed.). *Twentieth-Century British social trends*. Basingstoke: MacMillan, 2000. p. 254-78.
- LAHIRE, B. *La culture des individus: dissonances culturelles et distinctions de soi*. Paris: Éditions la découverte, 2004.
- LAREAU, A. Social class differences in family-school relationships: the importance of cultural capital. *Sociology of Education*, v. 60, n. 2, p. 73-85, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Home advantage: social class and parental intervention in elementary education*. Lanham, MD: Rowan and Littlefield, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Unequal childhoods: class, race and family life*. Berkeley: University of California Press, 2003.
- REAY, D. *Class work: mothers' involvement in children's schooling*. London: University College Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. Class, authenticity and the transition to higher education for mature students, *Sociological Review*, v. 50, n. 3, p. 313-459, 2002.
- SAVAGE, M.; EGERTON, M. Social mobility, individual ability and the inheritance of class in inequality. *Sociology*, v. 31, n. 4, p. 645-672, 1997.
- SAVAGE, M.; BARLOW, J.; DICKENS, P.; FIELDING, A. J. *Property, bureaucracy and culture: middle-class formation in contemporary Britain*. London: Routledge, 1992.
- SILVA, E. B. Gender, home and family in cultural capital theory. *The British Journal of Sociology*, v. 56, n. 1, p. 83-103, 2005.
- SILVA, E. B. (no prelo) 'Cultural Capital', entry to *The Encyclopedia of Social Theory*, edited by Brian Turner et al., forthcoming 2016.
- \_\_\_\_\_. Homologies of social space and elective affinities: researching cultural capital. *Sociology*, v. 40, n. 6, p. 1171-1189, 2006.
- SILVA, E. B.; LE ROUX, B. Cultural capital of couples: tensions in elective affinities. *Poetics*, v. 39, n. 6, p. 547-565, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.poetic.2011.09.004>>.
- WEININGER, E.; LAREAU, A. Translating Bourdieu into the American context: the question of social class and family-school relations. *Poetics*, v. 31, p. 375-402, 2003.

## EXCLUSIVIDADE OU PRIMAZIA DAS PRÁTICAS MAIS RARAS:

os deslocamentos multiterritoriais na socialização  
das classes superiores paulistas

*EXCLUSIVITY OR PRIMACY OF THE RAREST PRACTICES:*

the multi-territorial displacements in the  
socialization of São Paulo upper classes

Carolina Pulici<sup>a</sup>

**Resumo** Este artigo discute a proeminência e as especificidades das práticas multiterritoriais no estilo de vida das elites. Com base em entrevistas com membros das classes superiores paulistas, argumenta que tais mecanismos de socialização no estrangeiro contribuem para a ocupação de posições de poder e a acumulação de um capital cultural internacional. Do ponto de vista dos referenciais de boa conduta em matéria de excelência social, o texto aponta que os indivíduos de alta extração estudados são os que mais conseguem honrar as prescrições em prol da aprendizagem dos códigos sociais cosmopolitas e dos deslocamentos geográficos mais distintivos num dado momento, que mais eficazmente preservam dos espaços densamente ocupados e do contato direto com as multidões.

**Palavras-chave** práticas culturais multiterritoriais; socialização internacional; evitação social; classes superiores; São Paulo.

**Abstract** *This article discusses the prominence of the multi-territorial cultural practices in the lifestyle of the elites. Based on semi-directed in-depth interviews with members of São Paulo upper classes, it argues that such socialization abroad contributes to the occupation of positions of power in Brazil and the accumulation of an international cultural capital. From the point of view of what is considered to be social excellence,*

---

a Professora de Sociologia do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).



*the text points out that the individuals of high social extraction studied are the ones that can better honor the prescriptions in benefit of the apprenticeship of cosmopolitan social codes and of the most distinctive geographical displacements in a given time, that can more effectively preserve from the densely occupied spaces and direct contact with the crowds.*

**Keywords** *multiterritorial cultural practices; international socialization; social avoidance; upper classes; São Paulo.*

Para a Ceci, mais que irmã.

## INTRODUÇÃO

Os deslocamentos territoriais são práticas socialmente distintivas, como demonstram as estatísticas recentes encomendadas pelo Ministério do Turismo brasileiro, que informam que apesar de o número de brasileiros que viaja (pelo país e para o exterior) nunca ter sido tão alto, quando se verificam as proporções de domicílios com viajantes na população urbana do país, tem-se que em apenas 4,3 de cada 100 domicílios “pelo menos um de seus residentes realizou, pelo menos, uma viagem internacional em 2011”<sup>1</sup> (contra 2,7%, em 2007). A seletividade social dos deslocamentos territoriais é evidente mesmo em uma pesquisa voltada às viagens domésticas: quando se analisa a proporção de domicílios com viajantes mediante o critério “renda”, vê-se que em 44% dos domicílios pelo menos um de seus residentes realizou alguma viagem doméstica em 2011, mas que “a proporção de domicílios com viajantes evolui de 35,7% no estrato de mais baixa renda até 68,9% no último estrato”<sup>2</sup>.

Mesmo em um país rico como a França, em que o número de viagens ao estrangeiro também é cada vez maior, os estudos apontam que “as férias permanecem, entretanto, desigualmente acessíveis às diferentes classes sociais. A proporção de operários que não viajam nunca permanece estável, por volta de 48%, e as viagens longínquas são ainda mais seletivas socialmente do que as férias na França” (WAGNER, 2007a, p. 86)<sup>3</sup>. Sobre esse mesmo país, outra pesquisa também mostrou

---

1 Cf. Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011. *Relatório executivo apresentado pela FIPE* (Fundação Instituto de pesquisas Econômicas), em setembro de 2012, p. 2.

2 Cf. Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011. *Relatório executivo apresentado pela FIPE* (Fundação Instituto de pesquisas Econômicas), em setembro de 2012, p. 37.

3 Em livre tradução.

o quanto as diferentes modalidades de férias permanecem dependentes dos perfis sociais das famílias (RÉAU, 2005).

Assim, se os levantamentos amostrais continuam a atestar que as viagens e a mobilidade geográfica (não motivada por dificuldades econômicas e políticas) permanecem desigualmente acessíveis às diferentes classes sociais, o objetivo aqui é ver como aqueles que presumivelmente mais podem honrar os referenciais de boa conduta que prescrevem a exclusividade ou primazia das práticas mais raras logram preservar-se dos espaços densamente ocupados e do contato direto com as multidões. Com base em uma pesquisa voltada aos processos de distinção social pelo gosto, no âmbito das classes superiores de São Paulo, este artigo discute a proeminência e as especificidades dos deslocamentos multiterritoriais no estilo de vida dessas elites e argumenta que tais mecanismos de socialização no estrangeiro contribuem para a ocupação de posições de poder no Brasil, para a assimilação de códigos sociais cosmopolitas e para a acumulação de capital cultural e social em escala internacional.

## **A PESQUISA EMPÍRICA NO ÂMBITO DAS CLASSES ALTAS CONTEMPORÂNEAS**

Este artigo apresenta resultados parciais de uma investigação que coletou material de imprensa e manuais de etiqueta, realizou entrevistas e empreendeu análise secundária de estatísticas culturais. De um lado, procurou-se identificar as lógicas distintivas que depreendem dos “manuais de saber-viver” recentemente publicados no Brasil e das críticas culturais veiculadas pela imprensa paulista entre 2005 e 2009. De outro, realizaram-se (entre 2008 e 2009) trinta entrevistas semidiretivas com representantes de círculos da classe alta paulistana. Como não seria possível discutir aqui as condições em que transcorreu o trabalho de campo com indivíduos abastados que impõem resistências ao contato e tendem a dominar a situação da entrevista (CHAMBOREDON; PAVIS; SURDEZ; WILLEMEZ, 1994; PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2005), apresentar-se-ão, sucintamente, os princípios praticamente considerados na seleção dos informantes. Visto que não se dispõe de um equivalente do *Bottin Mondain* ou do *Who's Who*, nem de pesquisas amostrais que captem esses segmentos, identificaram-se os agentes socialmente designados como “ricos” por meio de critérios “reputacionais” advindos de informações difundidas na imprensa, nos livros de homenagem às elites e em nosso próprio círculo de relações pessoais e profissionais. Face à impossibilidade prática de introduzir na análise dados de estrutura – como rendimentos de operações financeiras e valores de patrimônio (MEDEIROS, 2005) –, também foram usados critérios institucionais,

recorrendo a ocupantes dos postos de maior poder, tendo usado ainda e, sobretudo, parâmetros concernentes à apropriação privilegiada do espaço urbano<sup>4</sup>. A dificuldade de acesso aos altos estratos, assim como sua precária delimitação empírica, impôs uma flexibilidade de seleção dos entrevistados que, a rigor, é incompatível com as exigências de constituição de uma “amostra”. Nesse sentido, a análise aqui é antes de tudo exploratória.

Atenta à multidimensionalidade das formas de riqueza apreendidas de forma sincrônica e diacrônica, a pesquisa em que se fundamenta este artigo logrou reunir indivíduos marcados por disparidades associadas à estrutura e/ou à evolução no tempo do volume total de capital. Dito concretamente, a coleção de casos *que foi possível* constituir abrangeu representantes das frações das elites mais ricas em capital econômico (banqueiros, industriais, empresários, altos executivos/presidentes de grandes empresas), das frações mais ricas em capital cultural (artistas/arquitetos/decoradores, professores universitários/pesquisadores, jornalistas, psicanalistas), das frações intermediárias constituídas por profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros) e dos segmentos formados pelos mais altos cargos públicos (embaixadores, ministros, cônsules). No que tange à origem social dos entrevistados, aproximadamente metade nasceu nas classes superiores; pouco mais de um terço advém de frações das classes médias; e uma minoria é oriunda de “famílias humildes”. Se uns se caracterizam pela superioridade social determinada, principalmente, pelo papel profissional, com sua posição social reduzindo-se à posição no sistema produtivo, a maior parte deles dispõe de formas suplementares de capital como cultura, prestígio e relações.

## **OS DESLOCAMENTOS GEOGRÁFICOS RAROS COMO PRINCÍPIO DE EXCELÊNCIA (E SUCESSO) SOCIAL**

Apesar de os dados estatísticos atestarem as condições socialmente restritivas dos deslocamentos territoriais, a crônica da vida mundana veiculada nos manuais de etiqueta e nas críticas culturais não deixa de proclamar a superioridade das pessoas viajadas e cosmopolitas. Assim, enquanto as estatísticas provam que as viagens e os demais mecanismos de socialização internacional são práticas socialmente discriminantes, algumas “prescrições de bem-viver” fazem disso um

---

4 Estudos sobre as especificidades da urbanização paulistana identificaram experiências de segregação mais drásticas do que em outras capitais do país e apontaram que tal zoneamento social da cidade se intensificou com a criação dos bairros-jardins, onde foi efetuada a maior parte das entrevistas (Cf. MARINS, 1998; WOLFF, 2001).

princípio de excelência social, lançando, inevitavelmente, ao descrédito aqueles cujas condições de existência (e o próprio conjunto do estilo de vida) são incompatíveis com a exclusividade ou a primazia das práticas mais raras. Assim, apesar de o manual *Cultura e Elegância* – apresentado por uma senhora da sociedade, promotora das artes e esposa de um industrial, e reunindo contribuições de proeminentes agentes do “*establishment* cultural” paulista, como professores das Universidades públicas de renome e críticos culturais dos maiores jornais – mapear “os melhores roteiros do chamado circuito *Elisabeth Arden*: New York, Paris, Londres e Roma”, já que, segundo prescreve, “para alguém tornar-se culto e elegante, é desejável que seja também uma pessoa cosmopolita e viajada” (MENDES CALDEIRA, 2005, p. 13), o fato é que 63,9% das classes D/E, 44% da classe C e 22,6% das classes A/B da cidade de São Paulo sequer foram à praia, entre abril de 2004 e abril de 2005 (BOTELHO; FIORI, 2005, p. 127).

Além de propagar a importância das viagens (“Existe um tipo de cultura que só se adquire viajando”), outro “guia do saber-viver” aconselha ainda que se viaje fora do período de alta temporada, o que exige, simultaneamente, a liberação das urgências materiais e da submissão ao calendário regular de trabalho. Apresentando-se ao alcance de todos, mas na verdade escrito por e para os grupos privilegiados, presumivelmente menos sujeitos aos ritmos coletivos homogeneizantes, o manual orienta para a busca deliberada da distância em relação aos outros: “[...] viaje fora de estação, procure, sobretudo, lugares que não estejam na moda. A Índia, por exemplo, só no ano 2015. Miami, nunca. Não se misture com hordas de turistas, ninguém pode apreciar uma obra de arte cercado por trezentas pessoas” (LEÃO, 2007a, p. 127).

Os deslocamentos raros e a evitação dos espaços densamente ocupados também fornecem o referencial de boa conduta em *Cultura e Elegância*, que indica “pequenos e preciosos lugares, todos fora dos grandes circuitos turísticos mundiais” (MENDES CALDEIRA, 2005, p. 13). O enaltecimento dos circuitos frequentados por poucos e que não violam o princípio da homogeneidade social é encenado ainda em um material de imprensa dedicado à prescrição de “um certo *script* para aproveitar o melhor que o mar tem a oferecer”, que lança os critérios que devem presidir a escolha de uma praia: “é fundamental que ela seja limpa, de preferência longe da muvuca” (BRISSAC, 2007, p. 4).

E essa valorização da mobilidade geográfica mais distintiva em um dado momento está longe de ser reconhecida apenas nos mercados, por assim dizer, “mundanos”, uma vez que estudos sobre a seletividade social dos deslocamentos territoriais estão a demonstrar que esses mecanismos de socialização internacional

contribuem para a ocupação de postos de poder. Anne-Catherine Wagner aponta que a extensão internacional do círculo de relações, as viagens e o conhecimento de línguas e culturas estrangeiras são práticas socialmente distintivas essenciais à formação das elites (WAGNER, 2007b). Em estudo subsequente, a autora afirma que se a mobilidade em si não é exclusiva das classes dominantes – posto que as migrações de massa dizem muito mais respeito às categorias populares – o mesmo não se pode dizer da capacidade de fazer desses deslocamentos um meio de acumular formas específicas de capital cultural e social. Assim é que a socióloga francesa sublinha que a mobilidade que é própria a esses grupos não é incompatível com algumas formas de enraizamento local e “a acumulação de recursos de autoctonia” (WAGNER, 2010, p. 89)<sup>5</sup>. Nesse momento em que se fala tanto em globalização, a autora lembra que a realidade das fronteiras foi quase sempre uma questão de classe:

O cosmopolitismo das classes altas lhes faz perceber como próximo aquilo que se passa muito longe delas. As competências linguísticas, o conhecimento de vários países, o hábito de viajar, a facilidade nas relações com estrangeiros definem formas específicas, internacionais, de capitais culturais e sociais (WAGNER, 2007a, p. 43)<sup>6</sup>.

Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot também insistiram que, “enquanto se continua a falar de globalização e de emergência de estilos de vida europeus, vale a pena lembrar que a alta sociedade pratica, há muitas gerações, trocas matrimoniais e relações em escala internacional” (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2000, p. 70)<sup>7</sup>.

O suposto de que as temporadas no exterior, as viagens longínquas e a mobilidade geográfica mais distintiva em um dado momento têm nas classes dominantes de uma sociedade seus portadores preferenciais também foi documentado nos estudos sobre as elites de São Paulo do primeiro quartel do século XX e suas (então raras) “sensibilidades cosmopolitas” (SCHPUN, 2011). Atestando que a riqueza é também um poder social sobre o espaço e reiterando, portanto, a própria hierarquização dos grupos em função da dimensão de seu espaço de referência, as entrevistas com membros das elites paulistanas contemporâneas também levantaram indícios corroborantes da importância da socialização internacional e das práticas culturais multiterritoriais na acumulação de formas específicas de

---

5 Em livre tradução.

6 Em livre tradução.

7 Em livre tradução.

capital cultural e social e, sobretudo no caso dos homens, na ocupação de postos de comando no âmbito das relações de produção.

Em vista disso – e mesmo ciente de que a mobilidade geográfica seja hoje menos exclusiva das categorias abastadas, seja dentro do Brasil, seja no exterior<sup>8</sup> –, a análise que segue procurará dimensionar a proeminência e captar as especificidades desses deslocamentos no estilo de vida dos grupos em que a socialização cosmopolita continua a ser consideravelmente mais frequente e, também, mais determinante no posicionamento social.

### **AS PRÁTICAS CULTURAIS MULTITERRITORIAIS NAS ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS DAS ELITES PAULISTANAS**

“Eu sou uma pessoa que viajou muito a vida toda e que visitou muita coisa”, assim descreveu suas práticas culturais uma historiadora da arquitetura, ex-diretora de museu, nascida na elite imigrante e mulher de um arquiteto de renome<sup>9</sup>. A enunciação de relatos de viagem, em resposta às questões sobre as preferências artísticas, revela as condições de possibilidade da disposição estética, bem como a acumulação de capital cultural internacional:

Eu gosto de tudo, eu vejo tudo quando eu vou para fora e mesmo em São Paulo eu vou em tudo quanto é exposição que tem. Eu não tenho, não é assim: “ai, não gosto deste tipo”, não, eu gosto de arte, arte é uma coisa que me mobiliza. Muito. Qualquer atividade artística, música, ópera, concertos, balé. Eu costumo viajar uma vez por ano para Nova Iorque e fico fazendo isso dez dias, já vou com tudo programado. Agora eu fui para Tóquio, para o Japão, toda aquela coisa de Kyoto, aqueles templos, quer dizer, arte, arquitetura, música, tudo eu gosto. Cinema, eu vou muito no (sic) cinema, eu vou no festival de cinema [...]. Quem trabalha num, quem dirige um museu oito anos, está recebendo todo o tipo de [...]. E eu viajava muito, quer dizer, era convidada pelo British Consul para ir para lá para Londres. Quando eles abriram os museus em 2000, eu fui passar uma semana lá vendo todas as aberturas, da *Tate*, da não sei o quê, então [...]

---

8 *O brasileiro nunca viajou tanto pelo Brasil*. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas\\_noticias/20121024-2.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20121024-2.html)>. Acesso em: 20/09/2014. Essa matéria do site do Ministério do Turismo, que divulga um estudo da demanda turística doméstica em 2012, afirma que “o número de viagens domésticas realizadas no Brasil saltou de 161 milhões, em 2007, para 191 milhões, em 2011”, e, também, que o “crescimento na movimentação internacional é ainda mais expressivo. Em 2007, apenas 2,7% das famílias haviam feito viagens internacionais. Na última edição, o percentual subiu para 4,3%, um salto de 57%”.

9 Entrevista realizada em 30/10/2008.

Representante do polo intelectual da coleção de casos constituída, essa informante que exprime com veemência a intensidade de seu comprometimento cultural esteve enredada no seguinte mecanismo distributivo: malgrado o fato de que seus avôs libaneses tenham sido mascates, seu avô materno se tornou um homem muito rico, e seu pai se formou médico na Universidade de São Paulo, especializando-se nos Estados Unidos, em companhia da família. Na volta dessa temporada no exterior, matriculou as filhas em uma das escolas internacionais de São Paulo, a americana Graded, situada no bairro do Morumbi desde 1961<sup>10</sup>. Exprimindo a manutenção das sensibilidades cosmopolitas e o prolongamento de um estilo de vida “sem fronteiras” já corrente, como visto, na geração de seus pais, a informante precisa que a celebrada casa moderna em que reside foi originalmente concebida por um arquiteto conhecido para a sua irmã mais velha, então uma jovem médica/psicanalista que passara a estudar e a viver em Paris, em um imóvel posteriormente remanejado pelo mesmo arquiteto.

Assim, e ainda que no conjunto dos informantes afortunados não seja exatamente pelo patrimônio financeiro que ela se distingue – integrando, antes, o polo da elite paulistana em que o capital cultural (e o capital simbólico a ele ligado) sobressai –, suas práticas culturais estão sempre associadas aos deslocamentos multiterritoriais vivenciados precocemente:

Pesquisadora: E você saberia dizer com quem e quando você foi ao museu pela primeira vez? Você lembra, assim, tem uma vaga ideia?

Informante: Acho que quando eu tinha quatorze, ah, não, quando eu tinha dez anos eu fui para a Europa com os meus pais e aí começamos, foi a primeira vez que eu comecei [...]. Eu me lembro do Museu do Prado, eu me lembro do Louvre também [...]. Meu pai era médico, era um homem mais inteligente, assim, então a gente fazia, lia para aprender, isso em mil e novecentos e lá vai pedra, quando que é, estou falando em 1959. Eu nasci em 1949, então, ia para a Europa e fazia, né, essas coisas, para aprender coisas, ia nos (sic) palácios, ia nos (sic) [...] *eu viajei muito a vida toda*. Meu marido é um viajante, então, a gente pegava o carro e fez assim Portugal inteiro, um mês, com a família, depois um outro mês, um outro julho, a Espanha inteira, depois a França inteira, a Alemanha inteira, a Itália inteira. Então, a Europa nós fizemos tudo, Estados Unidos também, viajamos

---

10 Para uma análise da constituição de um espaço de escolas internacionais em São Paulo, ao longo do século XX, e de sua valorização progressiva como opção de escolarização dos filhos de famílias de elite, consultar Cantuaria (2004).

mais de seis mil quilômetros dentro dos Estados Unidos vendo a arquitetura do Frank Lloyd, vendo, sabe? Sempre vendo arquitetura e associando com o país. O Canadá [...]. Depois, agora eu fui para o Japão, foi uma coisa diferente que eu fiz e que foi alucinante, foi a melhor viagem da minha vida. Líbano eu conheci, a Grécia, todas essas coisas. *Eu fui conhecendo, porque o meu pai também gostava de viajar, então desde os dez eu fiz muito isso.* E eu gosto, eu adoro viajar.

Pesquisadora: Você já fazia desde pequena.

Informante: Desde pequena. Fui para a Europa a primeira vez e para o Líbano, Síria e Jerusalém. Então, eu já conhecia tudo isso, e aí, foi sempre, eu fui sempre, porque faz parte também da educação do arquiteto, você vai lá para ver a obra, [...] quando as crianças eram pequenas o Brasil inteiro. Quando elas cresceram, a Europa inteira. *Eu sempre viajei com os meus filhos.*

Para além da familiaridade com outros países (e da decorrente facilidade de interação com pessoas de nacionalidades diversas), seu testemunho também confere a medida do papel desses mecanismos de socialização internacional, para aqueles que já ocupam uma posição privilegiada no país de origem, na constituição de um capital social cosmopolita:

Eu já saio daqui sabendo exatamente o que eu vou fazer, dia por dia. Eu nem tenho surpresa. Em geral, encontro pessoas, porque em geral tem pessoas nesses locais que eu conheço, que vieram para o Brasil porque procuram o [marido arquiteto reconhecido], não sei o quê, a gente acaba se relacionando e a gente faz mais coisas mais legais.

Seu relato de que o gosto pelas viagens lhe foi transmitido pelo pai e automaticamente prolongado na educação de suas filhas vai ao encontro dos estudos voltados ao papel das viagens nas práticas educativas das elites, que mostram como a transmissão de um “capital de mobilidade” exige que se eduquem os filhos segundo a ideia de que “[...] as mudanças de país de residência, as frequentes viagens e os deslocamentos são ‘normais’ no sentido durkheimiano: a mobilidade é normal por ser geral em seu grupo de pertença” (WAGNER, 2010, p. 91)<sup>11</sup>.

---

11 Em livre tradução.



Essa visão de que é preciso criar os filhos de modo que eles se sintam e sejam cidadãos do mundo esteve presente também no discurso de uma psicanalista, herdeira e administradora de fazendas e proprietária de imóveis de veraneio no Brasil e no exterior. Tendo relatado nunca ter escutado um “não” do pai quando se tratasse de viagens, cultura e conhecimento, ela afirma ter dado continuidade a esse dispositivo pedagógico de transmitir aos filhos as oportunidades de socialização internacional e as práticas culturais multiterritoriais. Em seus relatos sobre sua atuação com as crianças, figura o episódio em que, tendo trazido uma reprodução de obras de arte do museu *Jeu de Paume*, em Paris, para cada um dos três filhos, presenteou-os, dizendo: “Meus filhos, [...] eu quero que um dos objetivos de vocês na vida seja seguir e encontrar esses quadros pelo mundo afora”. Se as análises sobre a seletividade social das aprendizagens culturais internacionais registram que “o hábito precoce das viagens e das temporadas no estrangeiro favorece inegavelmente a mobilidade posterior” (WAGNER, 2010, p. 92-93)<sup>12</sup>, não é um acaso que hoje todos eles, que já tinham feito pós-graduação no exterior, tenham se mudado de vez para três países europeus: “[...] eu não esperava que os meus três filhos fossem morar fora, mas, como todo mundo diz, eu dei o caminho, né?”<sup>13</sup>.

Se de sua infância ela guarda algumas lembranças amargas em relação a uma suposta superioridade social das meninas das famílias quatrocentonas (em relação a ela, que descendia de um imigrante rico, autoconstruído), hoje ela não hesita em dizer: “Olha, eu tenho sessenta e três anos, é o que eu digo, o dia em que eu morrer eu quero que escrevam assim: ‘Aqui viveu alguém que viveu muito e muito bem’”. Encarnando as prescrições que emanam da crítica mundana enaltecida dos que viajam somente com uma bolsinha pequena (LEÃO, 2007b, p. C4) – e que podem acumular as virtudes dos deslocamentos geográficos e a comodidade de sentir-se inteiramente em casa, a ponto de nem precisar de malas na localidade de destino –, ela confessa: “Felicidade para mim é você poder viajar com um cartão de crédito – agora um, não, dois – [...] uns dolarzinhos (sic) ou uns euros no bolso e uma malinha”. A decoração da casa e a escolha de peças invulgares dão a ver seu *habitus* cosmopolita e sua busca por exotismos: “Eu gosto de trazer coisas de um país para o outro. [...] Eu gosto de trazer cultura de um lugar para outro, sabe? Alguma coisa que ninguém conhece.” Proprietária de três fazendas em três regiões do Brasil, de duas casas no privilegiado Jardim Europa, em São Paulo, de outra, em uma praia bastante exclusiva no Nordeste, de outra, em uma

---

12 Em livre tradução.

13 Entrevista realizada em 03/11/2008.

seleta praia paulista, e de uma residência em frente ao mar, em um país escandinavo, essa informante para quem a pátria parece ser o mundo atesta como os diferentes grupos sociais não fazem o mesmo uso social das férias (RÉAU; COUSIN, 2009), e como para os jovens de famílias abastadas as viagens – mesmo em um momento em que elas ainda eram bem mais seletivas socialmente – constituem não apenas um modo de aprendizado de códigos socioculturais cosmopolitas, mas uma espécie de iniciação à vida adulta:

Olha, eu estudei no Santa Marcelina, que era um colégio de freiras, depois eu fui fazer faculdade no *Sedes Sapientiae*. Comecei a trabalhar com Psicologia, desde o segundo ano, porque eu adorava, depois me formei e fui fazer o Mestrado na França. Chegou lá, não era bem o que eu queria, mas eu fiquei fazendo vários cursos na... Independentes, fui frequentando os seminários de Lacan... Que eu não entendia nada, mas não tinha importância, era a intelectualidade na França nos anos 1972. [...] Mas, o que era bom, é porque eu conhecia a Françoise Dolto, que foi a primeira francesa que trabalhou com mãe e bebê, fiz supervisão com ela, eu frequentei um pouco algumas aulas da Sorbonne, de filosofia, daí eu fui para Vincennes, eu fazia umas aulas de integração corporal, de espontaneidade. Então, daí eu fiquei dois anos na França fazendo um pouco de tudo isso. Daí eu fui para a Inglaterra, que eu fui fazer um trabalho com uma... uma inglesa que trabalhava com pessoas mais velhas através de psicodrama. [...] eu fui para Paris aos dezessete, quase morri de... fiquei completamente... [...] Sabe, a gente ia ainda pela Panair do Brasil, naquele tempo, a gente viajava de salto alto, de luva e de bolsa. E daí foi assim que foi um pouco a minha formação, foi lá para fora. Quando eu voltei, eu não queria mais morar com os meus pais, porque eu já tinha vinte e seis anos. [...] Eu fiquei bastante tempo.

No caso dos informantes inseridos no polo, por assim dizer, “mundano”, como é o caso dos vinculados aos domínios da gastronomia e da decoração, depara-se, frequentemente, com trajetórias cujo sucesso não se deveu a um aprendizado escolar sistemático, mas, sobretudo, a uma frequência precoce e rotineira de pessoas, lugares e objetos cosmopolitas. Na reconstituição que um banqueteiro e empresário do ramo da alta gastronomia faz de seu percurso, está até mesmo implícita a ideia de que o hábito da sociabilidade internacional pode, muitas vezes, substituir um aprendizado estritamente escolar: as línguas francesa e inglesa ele aprendeu “na vida”, como conta, morando em Londres e em Paris, onde sua mãe tem um apartamento (e onde ele também é hoje proprietário de um apartamento).

Sua consagrada carreira de chef na alta gastronomia paulistana não teve nada de premeditado, ele não fora preparado “escolarmente” para isso. Tendo feito Elvira Brandão, Rio Branco, Santa Cruz e Mackenzie – onde não terminou o curso de Administração –, iniciou sua vida profissional no mundo dos capitais, atuando na bolsa de valores e trabalhando em bancos. A reconversão profissional (de investidor financeiro a produtor no âmbito da alta gastronomia) foi entremeada por temporadas no exterior: “[...] Fui para Londres. Depois eu voltei, voltei no mercado. [...] Trabalhei no Auxiliar, Comind, Mercantil. [...] Mas depois parei de gostar, comecei a achar chato e não sei o quê. Daí eu fui viajar de novo”<sup>14</sup>. Ele que mora, há trinta anos, em uma cobertura duplex no exclusivo bairro dos Jardins (cujo prédio foi construído por sua avó, com dinheiro da posse de fazendas) pôde, nos momentos de hesitação profissional, fazer das temporadas no estrangeiro um período de aprendizado de competências que lhe seriam úteis para assumir, posteriormente, posições de destaque no Brasil. Nesse trajeto, o papel das “recomendações” não foi sem importância, já que garantiu a circulação internacional da consideração social, que é necessária à melhor rentabilização da mobilidade geográfica. Se, como apontam os estudos sobre a mobilidade, a viagem sempre “é facilitada materialmente por cartas de apresentação de amigos ou familiares” (PATTIEU, 2007, p. 112)<sup>15</sup>, é digno de nota que seu irmão já havia prestado serviço para a família na qual ele mesmo viria em seguida trabalhar, família esta bastante bem posicionada na sociedade francesa<sup>16</sup>. Nessa temporada parisiense, determinante em seu processo de reconversão, ele se empregou como cozinheiro de duas senhoras francesas, que o viam como um “aristocrata rebelde” que largara tudo, o emprego na Bolsa de Valores, “muito distinto” e “bem-apeadoo [...], de uma família tradicional [...], fazendeiros [...]. E muito bem educado, também”. Sua inserção bem-sucedida em Paris exprime como a notoriedade nacional da família de origem pode, de alguma forma, ser convertida em poder social que garante a boa acolhida no país estrangeiro: “Um aristocrata rebelde! Me lembra Yves Montand em *Let’s make love...* Fazendo-se passar por pobre para conquistar Marilyn Monroe... Quem nosso playboy brasileiro tentará conquistar?”. O modo como ele próprio descreve sua reconversão profissional “nada premeditada” dá a medida de como seu pertencimento social e familiar no Brasil assegurou-lhe o melhor aproveita-

---

14 Entrevista realizada em 26/03/2009.

15 Em livre tradução.

16 Trata-se de uma grande família francesa cujo marido, médico e homem político francês, era neto de Louis Pasteur. Ele participou da Resistência contra a ocupação alemã e atuou como defensor da Argélia francesa.

mento dessa socialização internacional, preparando-o para se tornar proprietário de restaurantes e bufês, na cidade de São Paulo, e também para adquirir, tal como havia feito sua mãe anteriormente, uma residência secundária em Paris:

No fim de 1980, criei coragem, me (sic) demiti, vendi o carro, juntei uns caraminguás e fui para Paris. Estava saturado do trabalho na Bolsa de Valores e incerto sobre o rumo a tomar. Logo que cheguei, herdei do Zé, meu irmão, um emprego chez Madame Vallery-Radot e sua filha Nicole, na *Place de Mexico*. O trabalho era simples, tipo preparar o almoço e deixar uma sopa pronta para o jantar. Ir ao mercado fazia parte das minhas tarefas, e eu adorava ver a enorme variedade de queijos, frutas, legumes. Elas gostavam da minha comida, gostavam do pudim de macarrão e dos pratos gratinados. Nos fins de semana, sempre tinha amigos para almoçar no meu microapartamento na *Rue Duplex*. Como meu orçamento era limitado, só ia aos bons restaurantes quando algum tio ou amigo abastado passava por Paris. [...] Um ano depois, de volta a São Paulo, aproveitei o “espírito natalino” para começar a fazer patês<sup>17</sup>.

De modo parecido, um pianista e compositor (herdeiro de um industrial) muito bem-sucedido que abriu mão da carreira iniciada no curso de administração de empresas da Fundação Getúlio Vargas para estudar música contemporânea nos Estados Unidos vê nessa temporada no exterior um aprendizado quase tão importante quanto os cursos que frequentou formalmente: “E por causa da história do jazz, né? [...] Eu tinha essa fixação pela música americana, pela cultura americana, aquele negócio todo. Então, o inglês ajudava, né? [...] Eu fui para os Estados Unidos em sessenta e nove. [...] Na escola eu fiquei três semestres e nos Estados Unidos eu fiquei três anos”<sup>18</sup>. Tendo iniciado sua formação musical com um preceptor europeu, ele parte para Boston como o primeiro aluno brasileiro a cursar a primeira escola dedicada à música popular: “Eu fui o primeiro brasileiro lá”. O próprio preceptor teria sido o primeiro mestre de música popular de São Paulo que, por ter lhe ensinado piano, leitura e acordes próprios à música popular americana, preparou-o para integrar – já aos quatorze anos - um grupo de jazz tradicional: “Eu sabia todas as músicas, conseguia tocar tudo nos tons e me enquadrava nesse estilo

---

17 Na ocasião, sua primeira clientela foram senhoras da alta sociedade paulistana, por meio de sua mãe e, pouco depois, o Empório Santa Luzia, especializado em importados e produtos finos da gastronomia e localizado no mesmo bairro em que ele e sua família residem, o Jardins. Não se pode fornecer a referência desse livro em sua homenagem, para preservar o anonimato a ele garantido.

18 Entrevista realizada em 04/03/2009.

que os caras tocavam. Então, acho que foi isso tudo que me levou para ser... para a carreira, para ser músico mesmo, me dedicar à arte”.

As viagens como modo de aprendizado de códigos sociais cosmopolitas e preparação à vida adulta emergiu também no relato de um investidor financeiro, presidente de honra de uma creche da qual é mantenedor e neto das fundadoras do Hospital Sírio-Libanês, o qual tem como parte de sua renda os valores que recebe da locação de imóveis na Avenida Paulista, área em que tiveram residências seus avós. Em seu testemunho é evidente a representação de que, quando se é herdeiro, a importância de uma educação escolar convencional e sistemática pode ser nuançada face às obrigatórias viagens de aprendizagem cultural no estrangeiro. Ainda que, na infância, impulsionado pelos pais, ele tenha cursado os colégios clássicos da elite paulistana do século XX, o momento da Faculdade se sobrepõe ao período da vida em que começa a experimentar o mundo na condição de herdeiro, na qual a grande formação cultural pode também ser aquela que se adquire viajando, conhecendo o mundo, aprendendo línguas via *natural approach*. Assim é que, nos momentos em que a entrevista trata das viagens, o informante não tem dificuldades em exprimir a naturalidade com que experimenta as interações com povos e lugares estrangeiros: “Eu já sei quais são os lugares que eu gosto, já sei quais são os hotéis que eu gosto, já sei quais são os restaurantes que eu gosto e já sei o que é que eu vou comer em cada um deles. Entendeu?”<sup>19</sup>. No caso desse entrevistado, a adesão a um estilo de vida “sem fronteiras” é ainda mais significativa na fase posterior ao período de formação, pois, mesmo estando à frente de negócios localizados no Brasil, foi casado com uma francesa e viveu em Paris, no aristocrático bairro de *Neuilly*, por vinte anos: “Meus negócios estão no Brasil. A conta de telefone era desse tamanho!”.

Para além da visão de que a verdadeira formação cultural é aquela que se adquire viajando, o relato de seus anos de escolarização também revela que as temporadas no exterior são frequentemente ocasiões em que se desenvolverão as competências profissionais que serão úteis nos negócios que será chamado a capitanear no Brasil:

Pesquisador: Bom, então, eu queria começar perguntando, assim, qual foi a sua formação, o que é que você estudou, se você aprendeu alguma língua estrangeira...

---

<sup>19</sup> Entrevista realizada em 10/03/2009.

Informante: Bom, eu fui para colégios muito rígidos. [...] E fiz até o primeiro grau aqui no Elvira Brandão, que era um colégio muito, muito rígido, um colégio católico, muito rígido, que foi o mais rígido que eu já tive. Depois, fui para o Mackenzie, quando eu fiz o segundo grau, e comecei a fazer economia. Daí eu fui morar na Inglaterra.

Pesquisador: Depois da Graduação?

Informante: Não, antes de terminar a Graduação.

Pesquisador: Depois do colegial.

Informante: É. Daí, da Inglaterra eu fui para a Irlanda do Norte, direto, tinha dezessete anos. Fui aprender a falar o inglês, que eu cheguei lá eu já tinha uma noção.

Pesquisador: Do colégio?

Informante: Do colégio e...

Pesquisador: do Mackenzie?

Informante: Do Mackenzie e também de uma prima, que era a minha professora particular. Porque ela era de Cambridge e me deu as primeiras... Mas eu cheguei na Irlanda do Norte e não entendia nada, porque o inglês que eles falam lá é um negócio um pouco complicado. Muito bom. Depois de oito meses... Eu estava estudando equipamento industrial, então, indústria que nós estávamos, a família estava comprando, na época. E daí eu guardei dinheiro, porque eu tinha dinheiro para ficar num hotel, fiquei numa casa de família, depois de oito meses, você já viu que eu tinha um caixa importante. E daí eu fui, e daí eu fui conhecer o mundo.

Pesquisador: Você já tinha feito Economia?

Informante: Não. [...] Economia, depois eu fui fazendo cursos de Economia, curso um aqui e outro ali.

A organização da vida e da carreira em escala internacional, a utilidade social da maior mobilidade geográfica e o próprio desenvolvimento de competências sociais que serão úteis nas funções a serem exercidas no retorno ao Brasil estiveram presentes na trajetória de um banqueiro e filantropo advindo, do lado materno, das famílias antigas brasileiras e, do lado paterno, da elite imigrante. Nascido nos anos 1930, ele, que já havia trabalhado em um tradicional escritório de advocacia de São Paulo, antes de terminar o curso de Direito na Universidade de São Paulo, partiu para a Europa, a fim de especializar-se em Direito Internacional Privado. No final dessa temporada de estudos na Alemanha, foi chamado a reintegrar-se à referida empresa: “o escritório em que eu já havia trabalhado aqui em São Paulo, que é o escritório Pinheiro Neto, me (sic) convidou para voltar para trabalhar com ele. [...] Mas antes me pediam que fizesse um estágio em escritórios de advocacia alemães, o que eu fiz em Munique”<sup>20</sup>. Bastante dependente de recursos altamente seletivos socialmente, essa mobilidade que é mais específica das elites, cujos membros, não raro, preparam-se para capitanear negócios que adquirem dimensões internacionais, ficou visível também nos estágios de formação de um ex-presidente e alto executivo de uma das maiores construtoras do país, de propriedade familiar, cuja atuação se estende a mais de vinte países: “O Bankers Trust me contratou, e eu fui um dos primeiros brasileiros a ir para os Estados Unidos, fiquei oito meses em Nova Iorque. [...] fui muito bem no Bankers e fiz uma carreira muito bonita lá”.<sup>21</sup>

A familiarização precoce com os países estrangeiros e o hábito de conviver com pessoas de nacionalidades diferentes fazem parte das práticas educativas que preservam e reproduzem a propensão aos deslocamentos multiterritoriais, que é mais frequente entre os homens de posse, com seus dispositivos de socialização internacional que levam à constituição de um capital social cosmopolita. O modo como uma embaixatriz (filha, neta e esposa de embaixadores e crítica de decoração de um grande jornal) se refere aos membros de sua família sugere que essa aprendizagem internacional pode até dispensar um ensino formal:

Pesquisador: Então, você foi a primeira geração [de mulheres da família a ter uma profissão]?

Informante: É, eu e a minha irmã estudamos... Mas, sei lá, também tenho uma tia que casou com diplomata, tem vários filhos fantásticos. C.L.B, por exemplo,

---

20 Entrevista realizada em 11/03/2009.

21 Entrevista realizada em 17/03/2009.

é meu primo irmão, é filho de uma irmã da minha mãe. Você conhece o C.L.B? [...] Acabou de lançar esse livro que está nos jornais [...]. Ele tem a [editora] hoje, mas ele é um dos grandes colecionadores de autógrafos e de coisas, ele é agitadíssimo aí. Ele tem um irmão maravilhoso que mora em Brasília, que é casado com uma francesa maravilhosa também. Enfim. Aí esse meu primo é um arquiteto nato, mas é diplomata, tem uma casa deslumbrante [...]. Mas superinternacional, o C. também; todo mundo viaja, todo mundo conhece todo o mundo lá fora, então, sabe?<sup>22</sup>

## **AS VIAGENS MAIS DISCRIMINANTES SOCIALMENTE E A DENÚNCIA DO TURISMO DE MASSA**

Se até o momento apontou-se o papel das temporadas no exterior nas práticas educativas e na consolidação do futuro posicionamento social de membros da elite de São Paulo, não se pode perder de vista que, mesmo no âmbito das viagens puramente turísticas, as práticas dos entrevistados se distinguem dos deslocamentos geográficos considerados ordinários em uma sociedade como a brasileira. Quando discute o papel das temporadas no estrangeiro nas estratégias educacionais das classes superiores e, portanto, na preparação para a ocupação de postos de poder reconhecidos, Anne-Catherine Wagner identifica a valorização de recursos culturais internacionais (como o conhecimento de línguas estrangeiras, a abertura em relação a outras culturas e a propensão à mobilidade), mas, ao mesmo tempo, não deixa de sublinhar: “A mobilidade só é distintiva porque se situa num conjunto mais vasto de dispositivos de socialização internacional, produzindo modos de *savoir-faire* e de *savoir-être* socialmente discriminantes” (WAGNER, 2010, p. 91)<sup>23</sup>. E a presença dessa dimensão internacional na orientação mais geral do conjunto do estilo de vida não deixa de ser documentada, no âmbito do conjunto dos entrevistados, nas recorrentes referências aos passeios pelo mundo como pretexto para que toda a família se encontre:

Nós, a cada dois anos, vamos para um lugar no exterior e convidamos toda a família. [...] Os cônjuges, os netos e tal. [...] a primeira vez começou com alugarmos um barco lá no Egeu. [...] Depois fomos para a Toscana, [...] no inverno para a

---

22 Entrevista realizada em 22/09/2009.

23 Em livre tradução.



Provence. [...] Depois fomos para Portugal. [...] Todo mundo vai, quer dizer, tem a viagem paga e a estadia de graça (banqueiro, filantropo e promotor das artes)<sup>24</sup>.

A primazia das experiências mais raras e dos espaços mais protegidos se manifesta no testemunho de um alto executivo de uma imensa construtora brasileira (comprometido com a benemerência social e o patrocínio cultural). Proprietário de barcos com os quais explora os altos mares, ele revela nem parar mais nas praias: “É, no barco eu não paro mais na praia. Eu faço projetos sociais, eu tenho barco que salva, eu tenho aí diversos salvamentos [...]. Preservação das comunidades pesqueiras... Eu mergulho com os pescadores, brigo com os pescadores”. E se representa como desbravador de lugares inatingíveis, como quando evoca suas caminhadas pelos picos dos Alpes que fazem a fronteira entre a Suíça e a Itália, ou seus voos particulares pela França: “Eu fui caçar no polo norte com dois esquimós. [...] Mas a caça me traz... Eu fui para lugares espetaculares que eu nunca podia imaginar que eu ia atingir [...] Alaska, África, Áustria... Eu fui caçar na reserva que era do Hitler, lá há uns cinco anos atrás (sic)”. A primazia dos espaços virgens, que em tudo se opõem aos locais de veraneio densamente ocupados, compõe também o relato de uma dona de casa, esposa de um industrial: “Eu já viajei muito com meu marido, lugares assim absurdos, que você nem acredita [...]. Fazer churrasco no polo norte, assim...”<sup>25</sup>.

O primado das práticas mais raras despontou no relato de uma artista plástica, publicitária e herdeira de um grande publicitário brasileiro – cuja família possui residências secundárias em dois países europeus e casa de veraneio no Brasil, celebrada pela crítica de arquitetura –, quando evocou o show de Bob Marley, em Paris, e o do The Police, em São Francisco, como espetáculos que marcaram sua juventude. Se os gêneros rock e reggae são pouco discriminantes socialmente, a ida a shows no estrangeiro, nos anos 1980, posiciona esse “gosto” no conjunto das práticas culturais multiterritoriais mais exclusivas. A exploração dos circuitos menos comuns orientou também os deslocamentos de um colecionador e médico proprietário de clínica, que, no momento da entrevista, acabava de levar seu filho de sete anos para andar de submarino em Aruba (“então, ele entrou num submarino e foi para cento e quarenta pés”). A preferência pelos itinerários menos ordinários também já se fez presente na escolha da viagem seguinte: ao invés da Disneyworld,

---

24 As entrevistas já citadas não serão novamente acompanhadas de nota de rodapé com a data de sua realização.

25 Entrevista realizada em 26/03/2009.

“a próxima viagem vai ser para a Índia numa casa de uma amiga em Goa [...]. A gente vai para a Índia para ele andar de elefante”<sup>26</sup>.

Se a mobilidade nunca foi exclusiva das elites, mesmo em períodos históricos considerados presos ao imobilismo e ao enraizamento no território (Pattieu, 2007), esta análise do estilo de vida de membros das classes superiores de São Paulo colheu vários indícios de que a proeminência das viagens continua a corresponder às aspirações de cosmopolitismo e à valorização dos deslocamentos geográficos-mais raros em um dado momento:

Quando eu fiz quarenta anos, eu podia escolher um colar de pérolas maravilhoso, pérolas barrocas, assim, desse tamanho, eu preferi um mês de Japão. Ficamos três semanas no Japão, quando eu fiz quarenta anos, e fomos para, também, enfim, fomos para a China... Também no outro ano eu preferi viajar. [...] A China, meu Deus do céu, tinha um avião em Pequim, fora o nosso. Só. Cada um levou a sua mala... Não faz tanto tempo, são só trinta e oito anos atrás, meu Deus do céu! (coleccionadora de arte, psicanalista e ex-esposa de industrial)<sup>27</sup>.

Descrita por seu marido, um conhecido economista e ex-ministro do Brasil, como uma mulher muito cultivada, que o arrasta por diferentes países com o intuito primordial de visitar determinados museus (“Já fomos até uma vez à Holanda só para ver um museu. [...] Nós fomos agora, nós fomos agora à França, a Cannes, região de Cannes, só para... O interesse principal da minha mulher [...] era ver a igreja, a capela do Matisse”<sup>28</sup>), outra psicanalista e proprietária de uma residência secundária em Paris exprime um relato que deixa visível a programação frequente de práticas culturais em escala internacional:

Costumo ir às exposições aqui em São Paulo e também procuro me manter informada de exposições em Paris, Nova Iorque, Londres e ir quando possível. Por exemplo, no mês de abril estará havendo uma grande exposição da Mira Schendel, no MOMA, em Nova Iorque. Como estarei na primeira semana de abril em Nova Iorque, tenho intenção de ir. Faço isto há muitos anos. Nos anos 70, vi no MOMA, em Nova Iorque, uma grande exposição de Picasso. Este ano vi a exposição de Picasso no Grand Palais [em Paris]. Acho que é uma sorte poder ter estas experi-

---

26 Entrevista realizada em 26/09/2008.

27 Entrevista realizada em 29/04/2009.

28 Entrevista realizada em 03/01/2009.

ências. Há muitos anos atrás (sic), na década de 80, vi uma imensa exposição de Chagall, em Londres. No ano passado fomos a Nice e fomos ao Museu Chagall<sup>29</sup>.

Além da valorização do aprendizado de códigos socioculturais cosmopolitas, a denúncia do turismo de massa também foi um preceito mundano identificado nas declarações (sobre estilo de vida) emitidas pela classe alta investigada. Proprietária de várias casas de veraneio, sendo uma delas em Trancoso, na Bahia, do tempo em que o vilarejo ainda não era conhecido, uma entrevistada se lastima: “[...] Trancoso era uma maravilha. Era uma coisa... tinha alguns poucos ricos [...] e o gostoso era você conviver com as pessoas do local. Hoje em dia você vai para Trancoso não tem diferença de Laranjeiras”. O lamento dessa residente do Jardim Europa é análogo ao relato nostálgico de uma senhora francesa acerca da deserção da ilha caribenha de Saint-Barthélemy, por parte de figuras importantes, supostamente em razão de esse destino de vilegiatura, outrora “autêntico”, ter se tornado “um produto de massa”:

Era apenas quatro horas de avião, era um pouco como uma casa de campo. Conheci Edmond de Rothschild, David Rockefeller (que lançou Saint-Barth) e vários outros que, desde então, partiram. Isso porque Saint-Barth se tornou um produto de massa. À época nós desfrutávamos de lindas praias com os amigos. Os transportes na ilha se faziam através de burros. O que eu e o meu marido mais apreciávamos no mundo era a autenticidade. Os primórdios de Saint-Barth, nos anos sessenta, era a busca de calma, de solidão e de inocência (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2007, p. 151-152)<sup>30</sup>.

O senso de posicionamento que leva a abandonar práticas e lugares desvalorizados porque tornados acessíveis a grupos até então excluídos de tais experiências aparece na fala de um banqueiro residente no Jardim Europa, que declarou ter se tornado sócio do MOMA e do Metropolitan, em Nova York, para poder dispor de uma noite em que as exposições se abrem exclusivamente aos sócios, que ficam, assim, liberados das visitas com as multidões. Tal como a francesa que afirmou que a viagem a Saint-Barthélemy deixou de ser autêntica depois que a ilha foi descoberta pelas massas, esse informante julgou que, no momento em que as multidões invadiram as exposições, perdeu-se a experiência genuína com as obras de arte

---

29 Entrevista respondida por escrito e recebida em 16/03/2009.

30 Em livre tradução.

(“As pessoas estão indo lá para dizer ‘eu fui’<sup>31</sup>). E é em nome da preservação da fruição cultural mais autêntica que se deve orientar a novos circuitos frequentados por poucos:

Hoje não dá para ver muita exposição também. Em Nova Iorque, em lugar nenhum, você não vê, você é arrastado por uma multidão de pessoas. Agora estou vendo no New Yorker que tem uma nova, eu não vi, não dá para você ver, é impossível você ver. Você fica embodegado, cansado, empurrado [...]. Então também não tem como ver. E as pessoas estão indo lá para dizer ‘eu fui’ [...]. Agora se você falar tem lugares menores, você vai no museu de Edimburgo, tem algumas coisas maravilhosas e você vê *à l’aise* [...]. Tem uma sala no museu de Edimburgo que é um octógono. Um dos lados é a entrada para a sala. Tem sete paredes. Você pode ficar lá três horas vendo [...]. Então – sabe? –, você pega um museu assim. Museus provinciais, às vezes, são muito mais gostosos. [...] Agora a última vez que eu fui no (sic) MOMA, em New York [...] eu fui um dia lá, bem na hora do almoço, chovia, eu fui para isso, para ver a exposição. A quantidade de pessoas em todos os andares! Você não conseguia ver as coisas. Era quantidade de pessoas [...]. Então o que acontece hoje, para dizer um pouco – por acaso eu sou sócio do MOMA e do Metropolitan – [...] os sócios têm uma noite especial, um dia especial. Depois eu, no fim das contas, você até quer ser sócio para isso<sup>32</sup>.

A busca por distância em relação aos outros e a evitação dos espaços densamente ocupados também foram visíveis na narrativa de uma restauradora de obras de arte que, a propósito de seu bairro de residência – o muito privilegiado Jardim América –, avaliou: “É maravilhoso, é tudo de bom [...] aqui você está perto de tudo [...] e *longe de todos*”<sup>33</sup>. Tendo feito parte da 2<sup>a</sup> à 11<sup>a</sup> Casa Cor, ela deixou de participar dessa mostra de arquitetura, decoração e paisagismo porque “agora virou uma feira, a Casa Cor. Mas naquela época nós conhecemos os grandes decoradores de São Paulo, porque a Casa Cor era uma mansão vazia [...] que cada um fazia um ambiente, e só os grandes, né?”. A resistência a atividades menos seletivas socialmente também aparece nas observações dos leilões de arte frequentados:

---

31 Entrevista realizada em 14/10/2008.

32 “[...] todas as intolerâncias – ao ruído, aos contatos, etc. – inculcadas por uma educação burguesa são suficientes, quase sempre, para determinar as mudanças de terreno ou de objeto que, tanto no trabalho como no lazer, orientam para os objetos, lugares e práticas mais raros em determinado momento” (BOURDIEU, 2008, p. 233).

33 Entrevista realizada em 16/08/2008.

Olha os leilões que eu mais tenho ido ultimamente, que eu mais tenho gostado são os do James Lisboa, até chegou um catálogo hoje para mim, já vi que dia dez de novembro vai ter. Esse cara, o James Lisboa, consegue um acervo bárbaro. É muita coisa boa e é um leilão bem bacana, porque tem muito leilão mixuruca por aí, né? De lance livre, que eles chamam, então são obras de pequeno valor e que os caras acabam comprando por cinquenta reais, cem reais [...]. Tem bastante leilão de lance livre aí, *Tableau* que chama normalmente quem faz. Agora os que eu... Esses do James Lisboa são muito bons, do Aloísio Cravo; o Aloísio Cravo faz um por ano, mas ele também junta obras bárbaras. E coisas até internacionais, artistas internacionais.

Herdeiro de uma família de políticos e banqueiros, um músico, escritor e patrocinador cultural aprova os lugares em que seus pais construíram casas de veraneio, por serem “bonitos, saudáveis, *sem superlotação*”<sup>34</sup>. Para uma artista plástica (herdeira de renomado publicitário), o fator “ter pouca gente” é determinante na escolha de um destino de veraneio. Em um estudo de Luc Boltanski, a denúncia do turismo de massa exprime, com frequência,

[...] o ressentimento dos membros das classes superiores estrangidos a mudar seu período de férias (eles são os menos propensos a tirar férias durante o mês de agosto, 2-3), num contexto em que o controle sobre o tempo permite muito frequentemente compensar a perda relativa do controle sobre o espaço, e renovar seus lugares de vilegiatura para escapar ao contato poluente com as outras classes, ao preço de viagens mais e mais longínquas e mais e mais custosas (BOLTANSKI, 1976, p. 107)<sup>35</sup>.

Nessa mesma linha de juízo, mostrou-se, no início deste artigo, como os guias de estilo de vida contemporâneos recomendam viajar para os circuitos mais raros e inexplorados e, também, fora do período de temporada. As entrevistas com frações da classe alta de São Paulo mostraram que, sendo esses estratos, de fato, menos sujeitos aos ritmos coletivos e ao calendário regular de trabalho, eles seriam, por isso mesmo, presumivelmente os mais aptos a reverenciarem essa referida codificação das normas de viagem: “Para mim é diferente porque eu não tenho férias, né? Cada dois meses eu tiro dez dias e viajo. Não é que eu tenho

---

34 Entrevista respondida por escrito e recebida em 17/03/2009.

35 Em livre tradução.

férias, assim, uma vez por ano” (chef e proprietário no ramo da alta gastronomia). “Eu estou sempre em férias. [...] Não, eu não tenho, quer dizer, esse negócio de férias para mim não faz muito sentido” (economista e ex-ministro). “Férias para mim é a minha vida do dia a dia. Ou seja, eu vivo de férias e eu vivo trabalhando” (investidor financeiro). Um colecionador de arte e médico proprietário de clínica disse gostar de ir a exposições quando elas estão vazias: “[...] eu não vou mais a vernissage porque dá trabalho. E eu gosto de ficar, de ir num horário... Como eu não trabalho<sup>36</sup>, então eu tenho horários, eu não preciso...”. Sua disponibilidade de tempo permite efetivamente compensar a perda do controle do espaço para as multidões: “Sozinho. E sem ninguém do lado, às três da tarde, às duas da tarde, quatro da tarde”.

Para uma psicanalista, senhora da sociedade e mulher de um importante industrial – cuja decoração da casa é tributária de um rotineiro e antigo trânsito internacional (os móveis e lustres foram comprados em Portugal; os tapetes, na Turquia, etc.) –, viajar é o passatempo número um, realizado com os seguintes destinos e frequências ao longo de um ano: uma praia no Brasil ou no Caribe; uma estação de esqui no Colorado, onde toda a família aluga uma casa e se encontra em janeiro para a prática desse esporte de inverno; a Europa em julho; Nova York entre outubro e novembro, para o auge das temporadas de óperas e de concertos; e, por fim, uma vez por ano um lugar no estrangeiro que ainda não conhece. No momento da entrevista, estava lendo um livro sobre a Índia, pois para lá viajaria em breve só com as amigas, em uma excursão montada por ela própria e da qual participariam apenas pessoas que já se conhecem: “Não é que eu vou com qualquer uma, *vou com as pessoas que eu conheço*”<sup>37</sup>.

Tais informações vão ao encontro das análises empreendidas por Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot, para os quais a multiterritorialidade foi e continua a ser uma característica recorrente das famílias da grande burguesia, mas sempre em espaços em que a homogeneidade social é assegurada (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2004). Diferentemente dos (minoritários) informantes recém-enriquecidos que opinaram que as viagens em excursão permitem evitar inconvenientes, os que foram mais precocemente expostos a algum tipo de socialização cosmopolita não avaliam bem as viagens coletivas, a menos que seja com um grupo de amigos

---

36 Ele hoje vive da renda advinda de uma próspera clínica médica e, sobretudo, da atuação no mercado de arte.

37 Foi feita uma entrevista exploratória com essa informante em 19/5/2007, antes de dar início ao trabalho de campo, e depois foi feita outra em 12/09/2008, no período em que todas as outras entrevistas foram realizadas.

para lugares “exóticos” (Caxemira, Tailândia, Laos, um deserto no Japão). Sobre as distintivas viagens longínquas, um componente essencial do estilo de vida de um chef e proprietário bem estabelecido na cena gastronômica paulistana é a assiduidade de seus deslocamentos multiterritoriais, sem restrição de tempo ou dinheiro, sugestionada, de algum modo, pela frequência precoce de países e culturas estrangeiros e, também, pelo desfrute rotineiro de residências de veraneio:

Pesquisador: E quais são os destinos certos?

Informante: Paris sempre [...]. E às vezes, uma vez por ano, a gente faz uma viagem, eu fui para a Ásia umas três, quatro vezes, Egito, com um grupo de amigos que sempre viajam juntos.

Pesquisador: Para algum lugar, assim, diferente que vocês não conhecem.

Informante: É.

Pesquisador: Mais Europa, assim, e algum lugar diferente.

Informante: Europa nós fizemos assim, agora por isso que eu falei, vamos fazer uma coisa que a gente não conhece aqui, porque a gente vai sempre para bem longe, fizemos Índia, daí duas vezes Tailândia, Camboja. Depois outra vez Tailândia, Vietnã, Laos, então... uma vez Egito... E agora esse ano eu não sei, queria ver uma coisa que eu vi lá dos... aqueles países do Leste lá, sabe? [...] Polônia, dizem que tem umas coisas bonitas [...]. Na Hungria eu estive quando era moleque, gostaria de ir de novo.

## **AS PRÁTICAS ESPORTIVAS EVOCADORAS DAS CLASSES SUPERIORES**

Mas não são apenas as viagens longínquas, em espaços em que a homogeneidade social é assegurada, que contribuem para que os membros do grupo social estudado se preservem eficazmente dos espaços densamente ocupados. Isso porque eles se distanciam dos estilos de vida e dos usos corporais mais ordinários também no que se refere às suas práticas esportivas, como não nega o fato de que essas viagens são, para vários deles, ocasiões de se praticar, em família, o esqui na neve. Se forem considerados os efeitos de distinção associados ao valor distribucional de cada esporte, pode-se dizer que a ida anual ou semestral às estações de esqui

da Europa ou dos Estados Unidos, cujos benefícios honoríficos são, ao menos no Brasil, no mínimo tão importantes quanto suas recompensas físicas, testemunha o compromisso desses indivíduos com práticas automaticamente associadas às classes altas.

Tanto assim que, no caso dos poucos ricos de primeira geração, tais deslocamentos parecem funcionar como investimento em um símbolo certo de pertencimento à burguesia. Depois de casada com um homem que fez fortuna como industrial, uma dona de casa de origem humilde, por exemplo, empenhou-se com afinco na programação de muitas viagens pelo mundo e para que os quatro filhos – que estudaram no Madre Alix, no Des Oiseaux e no Palmares – aprendessem a esquiar bem – durante dez anos, a família inteira esquiou anualmente – e fossem morar nos países cujas línguas estudaram (inglês, francês e alemão).

E, se se quisesse levar ainda mais longe essa tentativa de dimensionar a proeminência e captar as especificidades dessas práticas raras no estilo de vida de grupos em que a socialização cosmopolita continua sendo mais corrente, a referência a um esporte comum não basta, como seu valor distribucional também não dá conta de toda a percepção que se pode ter a seu respeito. Isso porque é preciso saber distinguir, nos “índices de frequência”, quais foram aqueles que praticaram esqui ou mesmo tênis, por exemplo, desde a infância, e os que tiveram acesso a tais esportes na idade adulta. Ora, considerando tal critério, não é preciso nem evocar o esqui na neve para ver emergir distinções (e desigualdades): pode-se ficar com o tênis, hoje tido como um esporte cuja dispersão social teria se tornado mais heterogênea. Considerando o caso de um banqueiro que nasceu em 1935 e jogou tênis desde pequeno, será possível ver que, para além da modalidade esportiva “em si”, a antiguidade de sua prática introduz novos elementos à análise do acesso diferencial a cada esporte e, assim, à apreciação de suas vantagens, tanto imediatas quanto deferidas. Em vista de sua idade, pode-se dizer que a prática do tênis já na infância atesta a antiguidade de seu pertencimento às frações dominantes. O mesmo se diz da entrada em alguns clubes seletivos socialmente: ser sócio do Harmonia e do Paulistano “desde moleque”, como é o caso de um empresário de grande construtora, é uma experiência em tudo diferente da compra de um título do clube Pinheiros aos 50 anos de idade, caso de um colecionador de arte e médico proprietário de clínica, herdeiro de um médico proprietário de hospital filho de imigrantes pobres.

Além do esqui na neve, também aparecem nas narrativas sobre as práticas esportivas dos entrevistados o esqui na água, o pilates, a esteira, a caminhada, o tênis, a corrida, o surf, a natação e a equitação; esta última tida por Gilberto Freyre



como “arte, dentro das tradições européias de cultura, eminentemente aristocrática, associada de modo ostensivo à classe superior” (FREYRE, 1981, p. 484). Junto com a caça e o esqui, o iatismo também desponta como esporte apreciado pelo gosto dominante, cedendo lugar ao combate imemorial contra a natureza, “em vez das lutas entre homens, de homem a homem, dos esportes populares – sem falar das competições, incompatíveis com uma elevada idéia da pessoa” (BOURDIEU, 2008, p. 204). Por fim, a grande maioria dos informantes (25/30) declarou investir nos esportes individuais ou que são feitos com parceiros escolhidos (“professora [de ginástica que vem em casa] que está comigo há vinte e cinco, mais de vinte e cinco anos”; “Eu corro 10 km todo dia [...], que é a hora que eu penso. Sozinho. E sem ninguém do lado, às três da tarde, às duas da tarde”; “Eu tenho uma raia de 12,5 m, compridinha, assim, e aquecida [...]. Todo dia eu nado”).

## **OS IMÓVEIS DE VERANEIO: MULTITERRITORIALIDADE “EM CASA” E INTEGRAÇÃO DA PARENTELA**

Finalmente, resta mencionar que toda essa experiência recorrente da multi-territorialidade também pode se engendrar e se reproduzir por meio da posse de residências secundárias no Brasil e/ou no exterior, situação que permite acumular as virtudes dos deslocamentos geográficos e a comodidade de sentir-se inteiramente em casa. Sobre isso e como visto, o conjunto dos informantes dispõe de casas de veraneio que contribuem, ademais, para a integração e, pois, para a própria preservação da história social de suas famílias. Como exprime o testemunho de uma psicanalista e esposa de um economista e ex-ministro do Brasil, tanto a harmonização das relações familiares quanto a convivência com os “amigos-hóspedes” são tributárias da posse de residências secundárias (uma casa na praia, um sítio na montanha e um apartamento em Paris), sinalizando que receber amigos e familiares em propriedades situadas em localidades reconhecidamente privilegiadas são, inevitavelmente, ocasiões em que se reproduz o capital social e simbólico do casal:

Durante a semana, uma vez por semana, os filhos e netos que podem almoçam comigo. De vez em quando, C. [o marido] também está presente ao almoço. É um almoço aberto para aqueles que podem vir. Os almoços são muito rápidos, mas os netos gostam muito. É uma ocasião para eles se encontrarem e para eu ter mais contato com eles [...]. Os primos se dão muito bem entre eles e são muito amigos [...]. Nós recebemos bastante os amigos também. Provavelmente mais

familiares, porque temos um sítio à beira da represa em [X], e uma casa da praia no [X]. Desde que nossos filhos eram pequenos íamos ou para [X] ou para a praia, para os fins de semana. Nunca tivemos o hábito de passar os fins de semana em São Paulo, e sempre preferi levar os amigos de meus filhos conosco. Portanto estou habituada a ter a casa cheia de amigos e familiares. Continuamos saindo sempre que podemos, e muitas vezes filhos e netos vêm conosco.

Se, pois, a família que tem casa na praia, fazenda na montanha e apartamento no exterior tem maiores chances de conviver mais intensa e harmoniosamente durante toda a vida com os filhos, os amigos dos filhos e seus próprios amigos – em um bom exemplo de como o maior patrimônio pode vir a assegurar também a maior família<sup>38</sup> –, pode-se pensar que os núcleos familiares destituídos de propriedades de veraneio não reproduzem, em igual medida, sua história social<sup>39</sup>. Eles seriam, na visão de Béatrix Le Wita, menos imunes ao arruinamento dos vínculos com a parentela:

A existência das *maisons de famille* situa o burguês nos antípodas do migrante. Seu estilo de vida não é feito de rupturas ou cisões dolorosas. Ele ignora a desagregação da parentela, a separação das gerações, os fins de semana passados na cinzenta monotonia parisiense ou suburbana, as crianças confiadas aos centros educativos durante o recesso escolar. [...] a antiguidade das mansões, a convivência entre as gerações, o enraizamento nas propriedades, a assistência mútua entre parentes, o domínio da gestão material das coisas fazem desses fins de semana um tempo privilegiado de descanso semelhante a um verdadeiro luxo (LE WITA, 1988, p. 43)<sup>40</sup>.

38 “Basta perguntar por que e como os poderosos têm tantos sobrinhos, sobrinhos-netos e sobrinhos-bisnetos para perceber que se os maiores têm também as maiores famílias, ao passo que os ‘parentes pobres’ são também os mais pobres em parentes, então é porque nesse domínio como alhures o capital vai ao capital” (BOURDIEU, 2002, p. 175-176). Em livre tradução.

39 Publicitário europeu muito bem-sucedido no Brasil e proprietário de residências secundárias no país e no exterior, o pai de uma artista plástica se opõe ao ethos paterno que busca “despachar” as filhas casando-as e parece manter-se na posição de mantenedor de toda a família. Tal comportamento que é visto, por sua filha, como algo típico dos homens de sua origem étnica mostra bem como o maior patrimônio assegura também a manutenção da maior família: “Pesquisadora: E hoje, então, você considera que a sua família seja você e sua filha. Seria isso? Informante: É, na verdade, a minha família ainda é todo mundo, porque meu pai é muito centralizador, né? Espanhol, então... Eu frequento muito eles, a gente está sempre muito ligado (sic)”.

40 Já no caso dos (poucos) informantes que viveram uma ascensão social solitária e que são os únicos, entre os seus, a ocupar uma posição social privilegiada, foram obtidos registros de que as casas de veraneio podem, ao contrário, ensejar “brigas de irmão” para decidir quem irá emprestá-las.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se procurou apontar, se há um grupo predisposto a honrar o enaltecimento das práticas e dos circuitos raros que é propagado na codificação de normas de viagens, esse grupo se localiza preferencialmente nos altos estratos da sociedade. Menos sujeitos aos ritmos coletivos e ao calendário regular de trabalho, os indivíduos investigados conseguem, mais do que os membros de outros segmentos sociais, evitar o contato direto com as multidões, por meio de suas práticas culturais multiterritoriais, sem restrições de tempo e de dinheiro. A exclusividade ou primazia das práticas mais raras encontra, assim, plena realização no estilo de vida desses paulistanos de alta extração, que se orientam aos lugares e às práticas mais distintivos em dado momento, preservando-se eficazmente dos espaços densamente ocupados.

Se, por um lado, os guias de estilo de vida fazem dos deslocamentos geográficos raros e das práticas culturais multiterritoriais um parâmetro de excelência social, por outro, os estudos e as entrevistas analisados apontam que tais mecanismos de socialização internacional são, também, um princípio de sucesso social, posto que uma oportunidade de assimilação de códigos socioculturais cosmopolitas, de acumulação de capital social em escala internacional e de aquisição de competências que serão úteis à ocupação de posições de destaque no Brasil.

Em vista disso, e nesse momento em que os dados oficiais informam que o brasileiro viaja como nunca antes em sua história, tanto dentro quanto fora do país – ainda que esse número seja ainda, como visto, diminuto –, vê-se toda a importância de estudos voltados às lógicas socialmente distintivas que emergem desse novo contexto, em que setores historicamente excluídos das práticas culturais multiterritoriais intensificam seus deslocamentos. Isso porque o aumento do número de viajantes faz não apenas expandir as áreas geográficas exploradas, mas, também, intensificar as prescrições de normas de viagem e consagrar a inseparabilidade entre posicionamento social e mobilidade espacial e, assim, a manutenção da hierarquização dos grupos a partir da dimensão de seu espaço de referência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLTANSKI, LUC. L'encombrement et la maîtrise des "biens sans maître". *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 7, p. 102-109, 1976.

- BOTELHO, Isaura; FIORI, Maurício. O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo. *Relatório de pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole*. CEBRAP, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008 [1979].
- . Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction. In: BOURDIEU, Pierre. *Le bal des célibataires: crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- BRISSAC, Chantal. Doce balanço: transforme algumas horas à beira-mar em uma sessão de bem-estar. *Revista da Folha*, São Paulo, p. 4, 7 de janeiro de 2007.
- CANTUARIA, Adriana Lech. Das escolas de imigrantes aos colégios internacionais: a constituição do espaço das escolas internacionais em São Paulo (1878-1978). *Pro-Posições*, Campinas, v. 15, n. 2 (44), p. 39-60, 2004.
- CARACTERIZAÇÃO e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011. *Relatório executivo apresentado pela Fipe*. São Paulo: Fundação Instituto de pesquisas Econômicas, setembro de 2012. p. 2.
- CHAMBOREDON, Hélène; PAVIS, Fabienne; SURDEZ, Muriel; WILLEMEZ, Laurent. S'imposer aux imposants: à propos de quelques obstacles rencontrés par des sociologues débutants dans la pratique et l'usage de l'entretien. *Genèses*, Paris, n. 16, p. 114-132, 1994.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 1. tomo. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- LEÃO, Danuza. Os muito ricos não gargalham. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. C4, 21 de outubro de 2007a.
- LEÃO, Danuza. *Na sala com Danuza*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b.
- LE WITA, Béatrix. *Ni vue, ni connue: approche ethnographique de la culture bourgeoise*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1988.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 3 (Da belle époque à era do rádio). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131-170.
- MEDEIROS, Marcelo. *O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2005.
- MENDES CALDEIRA, Eleonora. Apresentação. In: PINSKY, Jaime (Org.). *Cultura e elegância: o que se deve fazer e o que é preciso conhecer para ser uma pessoa culta e elegante*. São Paulo: Contexto, 2005.
- O BRASILEIRO nunca viajou tanto pelo Brasil. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas\\_noticias/20121024-2.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20121024-2.html)>. Acesso em: 20/09/2014.

- PATTIEU, Sylvain. Usages et conséquences des mobilités à l'époque moderne. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 170, p. 110-115, 2007. Resenha crítica do livro de Daniel Roche – *Humeurs vagabondes: de la circulation des hommes et de l'utilité des voyages*. Paris: Fayard, 2003.
- PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. *Sociologie de la bourgeoisie*. Paris: La Découverte, 2000.
- \_\_\_\_\_. La grande bourgeoisie: une classe sociale très organisée. In: CHOPART, Jean-Noël; MARTIN, Claude. *Que reste-t-il des classes sociales?* Paris: Éditions de l'École Nationale de la Santé Publique, 2004. p. 65-75.
- \_\_\_\_\_. *Voyage en grande bourgeoisie*. Paris: Quadrige/PUF, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Les ghettos du gotha: comment la bourgeoisie défend ses espaces*. Paris: Seuil, 2007.
- RÉAU, Bertrand. Évasions temporaires: socialisations et relâchements des contrôles dans les villages de vacances familiaux. *Espaces et sociétés*, Nanterre, n. 120-121, p. 123-139, 2005.
- RÉAU, Bertrand; COUSIN, Saskia. *Sociologie du tourisme*. Paris: La Découverte, 2009.
- SCHPUN, Mônica Raisa. Regionalistas e cosmopolitas: as amigas Olivia Guedes Penteadó e Carlota Pereira de Queiroz. In: MATTAR, Denise (Org.). *No tempo dos modernistas: D. Olivia Penteadó, a senhora das artes*. São Paulo: Museu de Arte Brasileira da Fundação Armando Alvares Penteadó (FAAP), 2011. p. 41-77.
- WAGNER, Anne-Catherine. *Les classes sociales dans la mondialisation*. Paris: La Découverte, 2007a.
- \_\_\_\_\_. La place du voyage dans la formation des élites. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 170, p. 58-65, 2007b.
- \_\_\_\_\_. Le jeu de la mobilité et de l'autochtonie au sein des classes supérieures. *Regards Sociologiques*, Strasbourg, n. 40, p. 89-98, 2010.
- WOLFF, Sylvia Ferreira Santos. *Jardim América: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura*. São Paulo: EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

# ANÁLISE DE CLASSE E A QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA DO TRABALHO NO BRASIL\*

*CLASS ANALYSIS AND THE DROP IN EARNINGS INEQUALITY IN BRAZIL*

Flavio Carvalhaes<sup>a</sup> e Pedro Souza<sup>b</sup>

**Resumo** Neste artigo, pretende-se relacionar a dinâmica da queda da desigualdade de renda no Brasil, observada na última década, à estrutura de classes no país. Na busca pela descrição dessa associação, apresentam-se e avaliam-se, empiricamente, discussões recentes do debate internacional sobre análise de classe quanto à definição e à operacionalização de seu conceito. Discussões recentes propõem a viabilidade de uma estratégia “neodurkheimiana” para a análise de classe, uma via “micro”, que privilegia uma concentração nas ocupações em si, diferentemente das estratégias neoweberiana e neomarxista, que operariam em perspectivas “macro”. Os resultados apontam para a relevância da análise de classe ao estudo da desigualdade de renda do trabalho no Brasil e para as dinâmicas internas à estrutura de classes do país que merecem um estudo mais aprofundado e sofisticado metodologicamente. Eles também apontam reservas significativas em relação à proposta neodurkheimiana e indicam que a operacionalização de uma tipologia de classes neoweberiana disponível na literatura brasileira é satisfatória e revela aspectos não triviais da dinâmica da desigualdade no país.

**Palavras-chave:** análise de classe; desigualdade de renda; microclasse; macroclasse; estratificação social.

**Abstract** *Our objective in this article is to associate the drop in Brazilian earnings inequality with the country's class structure. In order to do that, we present two possible strategies present in the international literature about class analysis. In*

---

\* Agradecimento aos comentários prévios a este trabalho, emitidos por José Alcides Figueredo Santos, Nelson do Valle Silva, Carlos Antônio Costa Ribeiro, Rogério Barbosa e Marcelo Medeiros.

a Professor adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Núcleo Intedisciplinar de Estudos sobre Desigualdade.

b Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

*the last fifteen years, a critical debate has emerged among class analysis scholars regarding the proper ways to conceptualize and operationalize the class concept. A new proposal, with a durkheimian inspiration, has been advanced in opposition with the previously available options, inspired by marxist and weberian literatures. After presenting the main analytical differences between these strategies, we proceed to evaluate them in an empirical fashion, relating these debates with Brazilian trends about earnings inequality. Our results show that class is an important dimension to understand inequality in Brazil, but the neo-durkheimian approach is not a promising strategy to understand this process.*

**Keywords:** *class analysis; earnings inequality; micro class; macro class; social stratification.*

Há mais de uma década, a desigualdade de rendimentos do trabalho está em queda no Brasil, tendo atingido em fins da primeira década do século XXI, nos últimos vinte e cinco anos, embora ainda esteja em níveis muito superiores aos dos países desenvolvidos. Graças às pesquisas, sobretudo de economistas, sabe-se que dois aspectos são centrais para entender esse fenômeno: o controle da inflação e a mudança da composição educacional da população (FERREIRA; BARROS, 1998, p. 164; FERREIRA; LITCHFIELD, 2001; FERREIRA et al., 2006). No caso da educação, por exemplo, tanto a desigualdade educacional da força de trabalho quanto os diferenciais de remuneração por nível educacional declinaram, o que explicaria cerca de um terço da queda recente da desigualdade da renda do trabalho (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006, p. 60). Além disso, outros determinantes importantes dessa queda seriam a relativa homogeneização da composição etária da população, que contribuiu para diminuir as diferenças de retornos em experiência (BARROS et al., 2006), e certa convergência entre os rendimentos dos setores rurais e urbanos (FERREIRA et al., 2006).

Embora tais explicações sejam bastante convincentes, ainda há, principalmente para os sociólogos, um aspecto potencialmente relevante, porém pouco abordado: o da relação entre a queda da desigualdade e a estrutura de classes no Brasil<sup>1</sup>. O propósito deste artigo é justamente contribuir nesse sentido. Procura-se, a partir de um ponto de vista sociológico, oferecer algumas evidências analíticas

---

1 Um dos poucos estudos que investiga precisamente essa relação é o de José Alcides Figueiredo Santos (2000), que desenvolve uma crítica sociológica dos modelos do capital humano para mostrar a relevância da estrutura de classes na desigualdade de renda. Em uma perspectiva distinta, igualmente preocupada em analisar a ligação entre desigualdade de renda e a estrutura de classes, encontram-se os trabalhos de Silva (2003) e Ribeiro (2007).

e empíricas para o debate sobre a desigualdade de renda no Brasil. Nesse sentido, o presente trabalho pode ser visto como um primeiro investimento que subsidia discussões aprofundadas em outros artigos que procuram relacionar a estrutura ocupacional ou de classes no país, transformações no alcance educacional da população e a relação desses processos com a desigualdade de renda (CARVALHAES et al., 2014; SOUZA; CARVALHAES, 2014).

A principal diferença do presente artigo em relação aos anteriores é que as perguntas que movem aqui as reflexões pretendem contribuir não somente para o objeto empírico que serve como mobilizador (a desigualdade de renda), mas também há interesse nos critérios de operacionalização dessa variável central para a análise sociológica, a classe social. Especificamente, pretende-se entender se recentes debates internacionais sobre a análise de classes têm alguma pertinência teórica e empírica no Brasil, especialmente as discussões em torno do uso de “macro” ou “microclasses” para a análise sociológica da desigualdade. Nos debates internacionais dos últimos vinte anos, de um lado, é possível localizar autores – como John Goldthorpe e Erik Olin Wright – que defendem que, a partir de alguns critérios estabelecidos como fundamentais, é possível agregar um conjunto de ocupações sob uma mesma dimensão (GOLDTHORPE, 2002; WRIGHT, 2005). Os critérios propriamente ditos variam, naturalmente, mas o ponto básico desses autores é de que é possível compreender a dinâmica geral do mundo do trabalho a partir das relações entre macroclasses. Em geral, com raízes neweberianas ou neomarxistas, esse tipo de abordagem é bastante tradicional, estando por trás de inúmeros trabalhos clássicos que podem receber essa classificação não somente por sua importância para a especialização disciplinar convencionalmente chamada de “estratificação social”, mas da Sociologia como um todo (os exemplos mais famosos nesse sentido são, sem dúvida, Erikson; Goldthorpe, 1992b, e Wright, 1997). De outro lado, estariam os partidários da teoria neodurkheimiana das microclasses, ou teoria da estruturação desagregada, capitaneados por David Grusky, elaborando um argumento que recoloca as ocupações propriamente ditas no centro da análise de classes. Sob essa ótica, em vez de trabalhar com agregados construídos, o mais apropriado seria precisamente utilizar as distinções ocupacionais institucionalizadas no mercado de trabalho, com justificativas analíticas e empíricas para tal investimento (GRUSKY; SORENSEN, 1998; GRUSKY; WEEDEN, 2001; WEEDEN, 2002; GRUSKY; GALESCU, 2005; WEEDEN et al., 2007).

Neste trabalho, tentar-se-á tanto compreender melhor a relação entre estrutura de classes e desigualdade de renda no Brasil como também apreender até que ponto a teoria de Grusky acerca da “ocupacionalização” do mercado do trabalho



pode ajudar na compreensão da dinâmica da desigualdade de renda no país. Estar-se-ia caminhando para uma ocupacionalização do mercado de trabalho? A queda da desigualdade até aqui ocorreu mais entre (macro) classes, entre ocupações ou dentro das ocupações? Essas são algumas das perguntas principais que se pretende responder.

## MICRO OU MACRO CLASSES?

Tradicionalmente, as aplicações empíricas da análise de classe se fundamentaram em esquemas de cunho neoweberiano, capitaneados sob a liderança do inglês John Goldthorpe, do sueco Robert Erikson e seus associados no projeto CASMIN (ERIKSON; GOLDTHORPE, 1992a e b), ou neomarxista, como o de Erik Olin Wright (1997), seus colaboradores e longa iniciativa teórica e empírica de fundamentar uma análise de classes legitimamente neomarxista no capitalismo contemporâneo. Em que pesem diferenças conceituais importantes – como, por exemplo, o foco de Wright nas formas de exploração como critério de construção das classes, por oposição às “relações de emprego”, tal como definidas por Goldthorpe e seus associados –, ambas as correntes produziram, até hoje, tipologias que, na prática, acabam apresentando semelhanças perceptíveis, tanto nos procedimentos metodológicos básicos de sua operacionalização, que envolvem, necessariamente, a agregação de categorias ocupacionais combinadas com outras características da inserção laboral dos indivíduos, como resultados empíricos bastante parecidos, em diversos processos socioeconômicos, notadamente, níveis salariais, estabilidade no emprego e outros (GOLDTHORPE, 2000, 2007).

Recentemente, David Grusky e seus associados questionaram a validade dessas estratégias de agregação, recorrendo aos escritos de Durkheim (2008)<sup>2</sup> para elaborar uma teoria que defende o trabalho diretamente com as ocupações, o que, segundo os autores, justificaria a chamada abordagem das microclasses, termo propositalmente escolhido, em oposição à estratégia analítica e metodológica das “macroclasses” descritas brevemente nos parágrafos anteriores. A crítica central

---

2 Na trindade convencionalmente considerada como fundadora da moderna tradição sociológica, o “pai fundador” que faltava nas considerações sobre a análise de classes era Durkheim. Não que ele estivesse de todo ausente, pois os escritos do sociólogo francês exerceram bastante influência sobre a obra de Talcott Parsons (1964) e suas propostas sobre a organização dos sistemas sociais e seus estratos, que serviu de orientação para a geração de estudos ligados à “realização de *status*” (BLAU; DUNCAN, 1967). Portanto, seria possível defender uma presença indireta de Durkheim, em uma área central dos estudos de estratificação social, mas, como influência direta para considerações teóricas sobre a análise de classes, a presença de Durkheim é relativamente recente (GRUSKY; GALESCU, 2005).

da nova abordagem é que sustentam que, ao colocar sob uma mesma rubrica um conjunto de ocupações, há um desrespeito à sua heterogeneidade e perdem-se de vista importantes atributos da estrutura ocupacional, como sua ligação com a identidade dos indivíduos e as diferentes capacidades de proteção ou acesso a direitos. Para captar essas nuances, seria necessário levar a análise de classes para o nível real, onde os grupos sociais se formam em torno de nichos funcionais da divisão social do trabalho, ou seja, o nível ocupacional. Essa perspectiva teria a virtude de substituir as categorias puramente nominais utilizadas nas análises de macroclasses por categorias “realistas”, isto é, que estão enraizadas nas próprias instituições sociais e que, por isso, são portadoras de sentido não só para acadêmicos, mas também para o público em geral (GRUSKY; SORENSEN, 1998).

O caráter institucionalmente arraigado e realista das ocupações seria uma consequência, principalmente, do fato de que as estratégias de fechamento social – como a emissão de licenças ou as exigências de credenciais mínimas – operariam não no nível de macroclasses abstratas, mas sim no controle da entrada e permanência nas ocupações mais detalhadas. Ao agregar um conjunto ocupacional heterogêneo, as abordagens ligadas às macroclasses misturariam ocupações “maduras”, em suas estratégias de fechamento, com aquelas que têm estratégias incipientes ou inexistentes (GRUSKY; WEEDEN, 2001, p. 205). Analiticamente, isso seria custoso, pois seria perdida a noção de um aspecto importante da estruturação do mercado de trabalho, que é compreender os mecanismos geradores de “rendas” (*rents*), que seriam retornos inflacionados por mecanismos relativamente artificiais criados no nível ocupacional, os quais conseguiriam fazer com que houvesse uma valorização dos serviços prestados pelos praticantes de determinada ocupação, além do nível competitivo do mercado (SORENSEN, 1996, 2005). Em outras palavras, as unidades elementares da exploração fundamentada em habilidades ou conhecimentos [*skill-based exploitation*] seriam as ocupações propriamente ditas, com o potencial para abocanhar *rents*, surgindo precisamente nesse nível. Ou seja: uma análise de classes que focalizasse o nível ocupacional seria potencialmente mais completa, em razão de seu caráter “realista”, que poderia dar conta das ligações entre inúmeros aspectos comumente associados à estrutura de classes, como a construção de identidades coletivas, a consciência e o conflito de classe, as diferenças em chances de vida e as estratégias de exclusão e fechamento social (GRUSKY; SORENSEN, 1998; GRUSKY; WEEDEN, 2001; GRUSKY; GALESCU, 2005).

A própria teoria, contudo, admite que a ocupacionalização pode não ser completa. Grusky reconhece que, em certos casos, associações ocupacionais podem não emergir, seja em virtude da competição de outras formas associativas (por

exemplo, grandes centrais sindicais), seja simplesmente porque a organização se mostrou inviável (GRUSKY; GALESCU, 2005, p. 65). Diferenças de etnia, raça, gênero, estrutura industrial e sindical poderiam influenciar o desenvolvimento dessa forma mais desagregada de estruturação, e, mesmo em casos em que a ocupacionalização teve grande extensão, não há a ambição de afirmar que processos relativos às ocupações seriam os únicos a exercer influência, por exemplo, na determinação dos salários (WEEDEN, 2002).

De todo modo, em geral, as tendências identificadas por esses autores apontam para um possível aumento do grau de ocupacionalização: Grusky e Sorensen (1998), por exemplo, sugerem que os processos de reestruturação produtiva, o declínio das grandes empresas verticalmente integradas e o aumento da terceirização e da diferenciação produtiva tendem a criar condições estruturais que favoreçam a emergência de solidariedades cada vez mais localmente situadas, em termos de ocupações específicas, e não organizações abrangentes. Esse fenômeno seria particularmente agudo, nos setores profissionais altamente especializados, que seriam justamente aqueles setores em maior expansão no novo cenário econômico. Weeden et al (2007) apresentam uma argumentação muito parecida, quando destacam o notável sucesso das ocupações profissionais especializadas em estabelecer mecanismos de fechamento social e de proteção de seus interesses. No entanto, esses autores qualificam essa tendência à ocupacionalização, ao lembrar que, nos setores manuais em geral, os instrumentos de fechamento, como os sindicatos, têm perdido eficácia nos últimos vinte anos. Isso sugeriria um quadro em que a tendência ao crescimento da desigualdade entre ocupações seria, em alguma medida, contrabalançada por forças “desocupacionalizantes”.

Um dos traços característicos da teoria das microclasses está em sua ligação íntima com o contexto norte-americano de aumento expressivo das desigualdades de renda, nos últimos trinta anos. Entre 1983-1985 e 2000-2002, por exemplo, o índice de Theil para a renda do trabalho nos Estados Unidos teria aumentado 19% (KIM; SAKAMOTO, 2008, p. 137). Trata-se, afinal, de uma teoria que tenta dar conta desse crescimento da desigualdade geral e também da heterogeneidade cada vez maior das macroclasses. Não causa espanto, assim, que boa parte dos estudos empíricos que testam essa abordagem tenha se fundamentado em dados americanos. Até o momento, não parece haver um consenso consolidado sobre os resultados: embora haja resultados que aparentemente confirmam aspectos da teoria (WEEDEN, 2008), outros autores chegam a conclusões bem diferentes. Kim e Sakamoto (2008), por exemplo, lançam mão de regressões multinível para investigar as causas determinantes do aumento da desigualdade e concluem que

seus resultados não são consistentes nem com a teoria de Grusky nem com a teoria das mudanças tecnológicas fundamentadas em habilidades [*skill-biased technological changes*, ou SBTC<sup>3</sup>]; segundo eles, mais de 75% do aumento da desigualdade estaria associado à desigualdade intraocupacional – e não entre ocupações –, e a chave explicativa estaria nas mudanças institucionais e organizacionais ensejadas pela “nova economia”, isto é, a nova configuração econômica que se caracteriza pela globalização, pelo avanço da tecnologia da informação e pela reestruturação produtiva. Entre essas mudanças, eles citam a maior variância das características dos empregadores – com megacorporações convivendo lado a lado com pequenos proprietários –, o declínio dos mercados de trabalho internos e os maiores retornos associados a quem está no topo de cada ocupação<sup>4</sup>. Essas conclusões, no entanto, devem ser tomadas com cautela: Mouw e Kalleberg (2010), por exemplo, utilizam o mesmo banco de dados para decompor a desigualdade de salários, concluindo que as mudanças entre 1983-1985 e 2000-2002 se devem majoritariamente a diferenças em termos dos salários médios entre ocupações. Além disso, eles calculam que 71% do aumento da desigualdade entre esses anos pode ser atribuído a mudanças – em termos dos salários médios, da dispersão interna ou do tamanho proporcional – de apenas quatorze ocupações<sup>5</sup>.

No presente artigo, pretende-se dialogar com a literatura mobilizada acima em dois sentidos distintos, porém complementares. De um lado, pretende-se avaliar, principalmente a partir de um exercício empírico, se existem evidências empíricas no contexto brasileiro que apontem para a necessidade de analisar tendências do mercado de trabalho no nível de micro, e não de macroclasses, como foi o caso até o presente. Adicionalmente, o trabalho também apresenta descrições da desigualdade de renda no Brasil e uma decomposição a partir da análise de classes,

---

3 Bastante popular na literatura econômica, a teoria das *skill-biased technological changes* afirma que as mudanças tecnológicas recentes teriam aumentado sensivelmente a demanda por trabalhadores muito qualificados, ao mesmo tempo em que diminuiu a demanda por trabalhadores com baixa qualificação. Dessa maneira, os crescentes retornos para a habilidade/conhecimento seriam a principal causa do aumento na desigualdade de salários nos EUA (consultar, por exemplo, Juhn; Murphy; Pierce, 1993; Violante, 2008).

4 Sobre este último ponto, fundamentado no argumento de Frank e Cook (1996), os autores assinalam que as informações incertas acerca de diferenças qualitativas, fatores psicológicos e atributos organizacionais promoveriam a identificação de um reduzido número de “líderes” em cada uma das áreas de especialização; estes “líderes” seriam demandados por um número cada vez maior de clientes, ao passo que aqueles indivíduos que estariam logo abaixo dos “líderes” seriam muito menos demandados, muito embora os diferenciais de produtividade entre os dois grupos sejam pequenos, se não imperceptíveis para os clientes (KIM; SAKAMOTO, 2008).

5 Tanto Kim e Sakamoto quanto Mouw e Kalleberg especulam que tamanha discrepância muito provavelmente está relacionada à decisão metodológica de manter ou não os casos em que a renda foi imputada pelo Census Bureau americano.

tanto com “micro” como “macroclasses”, que é uma forma inédita e raramente mobilizada nos debates brasileiros sobre o tema.

## DADOS E METODOLOGIA

As análises realizadas neste trabalho fundamentaram-se nas Pesquisas Nacionais de Amostragem Domiciliar (PNADS), do IBGE, de 1981 a 2007. Foram incluídos todos os indivíduos ocupados entre 25 e 64 anos, exceto aqueles com renda de trabalho igual a zero; com isso, o banco de dados para cada ano ficou com 98 mil casos.

O esquema de classes empregado foi a tipologia de classes proposta por Carlos Costa Ribeiro (2007), de inspiração neoweberiana, que combina o esquema de Nelson do Valle e Silva (2003) e o mapa desenvolvido por Erikson e Goldthorpe, no projeto Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Countries (CASMIN) (consultar, por exemplo, Erikson; Goldthorpe, 1992b). A vantagem desse esquema sobre o uso puro e simples da classificação do projeto CASMIN é que o esquema europeu foi elaborado para captar a variabilidade de uma estrutura ocupacional que se desenvolveu na direção da complexificação de ocupações não manuais (GANGLIANI, 1985), enquanto um esquema brasileiro tem que conseguir captar a heterogeneidade de uma estrutura de classes mais heterogênea no setor manual (RIBEIRO, 2007, p. 125). Em outras palavras, por ter sido adaptada especificamente para a realidade brasileira, essa tipologia parece dar conta daquilo que Aníbal Pinto (2000) chamou, em texto clássico da Cepal, de “heterogeneidade estrutural” típica da situação de subdesenvolvimento e dependência da América Latina. O mapa de final de classes e o cruzamento com os outros esquemas que lhe deram origem podem ser encontrados no anexo I. O anexo II, por sua vez, mostra a evolução do tamanho das classes, para homens e mulheres, entre 1981 e 2007.

A variável dependente do trabalho é a variância do logaritmo neperiano da renda do trabalho; e como a variância não é uma estatística que respeita o princípio de invariância de escala (COWELL, 1977) e todas as análises são fundamentadas em sua decomposição, utilizou-se o IPCA para deflacionar as rendas do trabalho para julho de 2008.

Outro conjunto de variáveis centrais para o trabalho são as ocupações desagregadas. Procurou-se respeitar a lógica do sistema ocupacional como sugerida pelas documentações das bases de dados do IBGE. Essa escolha implica no seguinte procedimento metodológico. Em 2002, o IBGE passou a adotar a classificação do novo Código Brasileiro de Ocupações nas PNADS, e essa nova classificação não

é diretamente compatível com a anterior, assim foi necessário elaborar manualmente uma compatibilização entre os dois códigos. Para as classes agregadas, os testes mostraram bastante consistência, não havendo rupturas entre 2001 e 2002. Todavia, não foi possível fazer o mesmo para as ocupações. Dessa forma, todas as análises que envolvem diretamente as ocupações desagregadas, que são a forma de operacionalização das microclasses, estão separadas em dois blocos, 1981-2001 e 2002-2007.

Como foi dito, as análises a seguir fundamentam-se em uma decomposição que parte da análise da variância dos resíduos atingidos após realizar um conjunto de equações que tem como variável dependente o logaritmo neperiano da renda do trabalho e como variáveis independentes, em um primeiro momento, variáveis representativas das macroclasses e, em um segundo momento, variáveis que representam as ocupações<sup>6</sup>. Após aplicar esses modelos para todos os anos disponíveis, pode-se fazer uma decomposição dos resíduos das equações por meio das seguintes fórmulas, igualmente fundamentadas em Weeden et al. (2007):

$$\begin{aligned} Var_{BC} &= \frac{\sum_{i=1}^N (y_i - \bar{y})^2}{N - 1} - \frac{\sum_{i=1}^N \left( (\hat{y}_i|c_i - y_i) - \overline{(\hat{y}_i|c_i - y_i)} \right)^2}{N - 1}, \\ Var_{WC/BO} &= \frac{\sum_{i=1}^N \left( (\hat{y}_i|c_i - y_i) - \overline{(\hat{y}_i|c_i - y_i)} \right)^2}{N - 1} - \frac{\sum_{i=1}^N \left( (\hat{y}_i|o_i - y_i) - \overline{(\hat{y}_i|o_i - y_i)} \right)^2}{N - 1}, \text{ e} \\ Var_{WO} &= \frac{\sum_{i=1}^N \left( (\hat{y}_i|o_i - y_i) - \overline{(\hat{y}_i|o_i - y_i)} \right)^2}{N - 1}, \end{aligned}$$

Em que  $c_i$  é um vetor de variáveis *dummy* que representa a macroclasse do indivíduo  $i$ ,  $o_i$  é um vetor de variáveis *dummy* que representa a ocupação do indivíduo  $i$ , e  $N$  é o tamanho da amostra. Dessa forma, chegar-se-á a três componentes da variância da desigualdade de renda: **entreclasse (EC)**, **intraclasse entreocupação (IC/EO)** e **intraocupação (IO)**. Na seção posterior a essa decomposição principal, procedeu-se, então, à decomposição da desigualdade interna dentro de cada classe, como será visto mais adiante.

<sup>6</sup> Para isso, também adota-se uma padronização das ocupações, de modo a só incluir na análise as que aparecem em todos os anos. Isso é necessário, pois, se não houvesse certificação de que são as mesmas ocupações que estão sendo introduzidas em todos os anos, não se teria ideia se a variação explicada nos modelos adotados estaria ocorrendo devido ao impacto diferencial de um mesmo conjunto ocupacional, pela entrada e saída de ocupações na distribuição amostral, ou se por ambos os motivos.

## HIPÓTESES PRINCIPAIS

A partir de tudo o que foi dito até aqui, é possível apresentar a hipótese principal deste trabalho: para que a versão mais forte da teoria da estrutura desagregada seja aplicável ao Brasil, não apenas a desigualdade entre ocupações (isto é, intraclasses e entre ocupações) deverá ser responsável por uma proporção considerável da desigualdade total, como também se pode supor que a influência desse componente tenha aumentado ao longo dos anos<sup>7</sup>, uma vez que o mercado de trabalho estaria se tornando mais especializado e com maior demanda por profissionais qualificados.

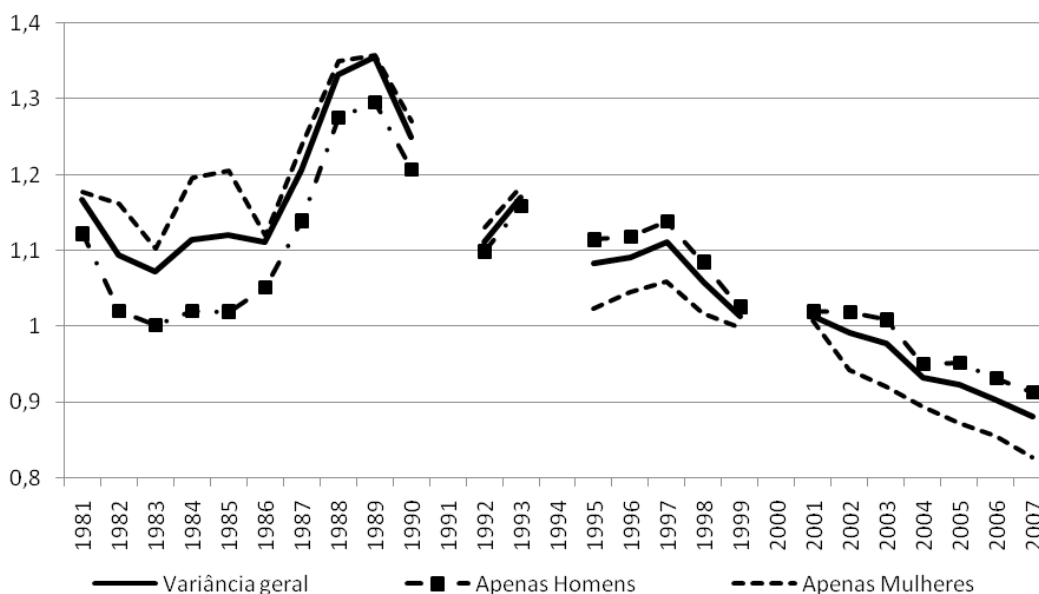
Outra hipótese mais fraca relaxaria a segunda afirmação – relativa ao aumento da importância da ocupacionalização –, exigindo apenas que as diferenças entre ocupações, dentro de cada classe, sejam responsáveis por uma proporção considerável da desigualdade total. Essa hipótese tem dois fundamentos básicos: em primeiro lugar, em razão do caráter periférico da economia brasileira, pode-se supor que a dinâmica que alia especialização e inovação tecnológica não seria tão forte aqui quanto nos Estados Unidos ou alhures, fazendo com que as tendências à intensificação da ocupacionalização sejam bem mais fracas. Com efeito, como se pode observar no anexo II, as classes de profissionais e administradores de nível alto e baixo apresentaram, na melhor das hipóteses, um crescimento muito modesto, ao longo do período considerado. Por outro lado, a primeira afirmação – que espera uma contribuição considerável, ainda que não necessariamente crescente, das diferenças entre ocupações para a desigualdade total – é mantida, principalmente em função do processo histórico de institucionalização do mercado de trabalho no Brasil. Muito embora o sistema produtivo brasileiro seja marcado por profundas heterogeneidades, com amplos setores de baixa especialização, baixo nível de formalização e baixa produtividade, é forçoso reconhecer que, desde os anos 1930, a consolidação da legislação social e sindical privilegiou enormemente a organização profissional por profissões – e não por indústrias, por exemplo – e com bases geográficas delimitadas. Logo, a possível aplicação da teoria de Grusky, pelo menos em uma versão mais fraca, que sublinha menos a tendência ao aumento da desigualdade entre ocupações do que a influência considerável desse componente ao longo do tempo, não parece fora de contexto ou absurda.

---

7 Fala-se, aqui, da influência proporcional desse componente na desigualdade total. Quanto a valores absolutos, parece correto supor que, diante da queda expressiva da desigualdade, os valores absolutos de todos os componentes tenham diminuído. A questão, portanto, está na influência proporcional.

## A CONTRIBUIÇÃO DAS CLASSES E DAS OCUPAÇÕES PARA A DESIGUALDADE DE RENDA DO TRABALHO

No Gráfico 1, logo abaixo, tem-se a variância total da renda do trabalho logaritmizada. Os resultados são consistentes com as tendências observadas pela literatura: crescimento até o fim da década de 1980, um período de alta volatilidade entre 1989 e 1993 e, a partir daí, um declínio quase contínuo, que se acelera a partir de 2002. Vale observar também a razoável similaridade das variâncias de homens e mulheres e o fato de que, com o tempo e a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, a desigualdade feminina passou a ser inferior à masculina. Esse ponto será retomado mais adiante.

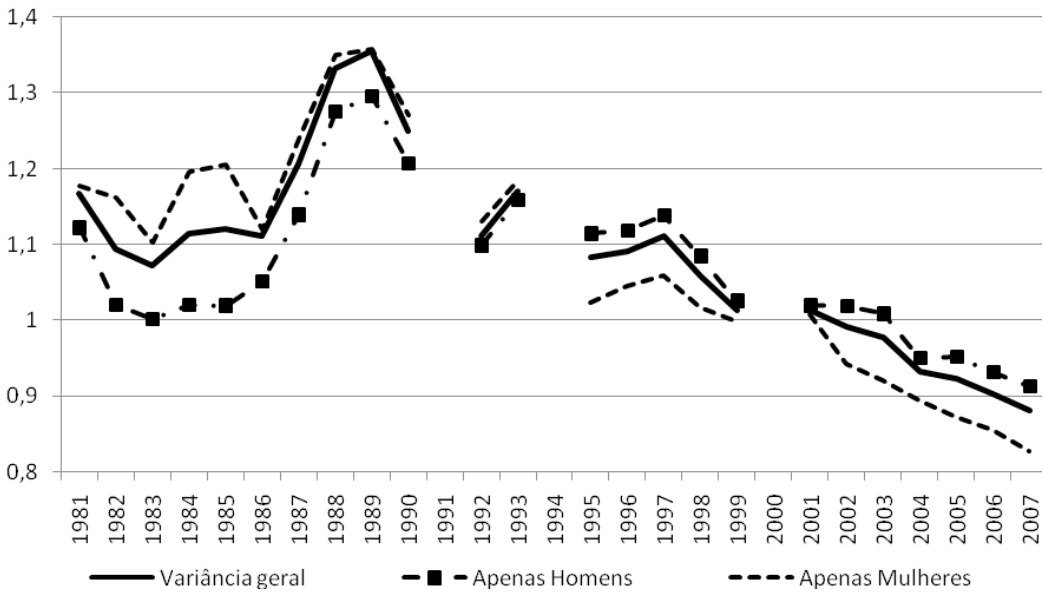


**Gráfico 1.** Variância do logaritmo da renda horária do trabalho deflacionada, PNADS 1981-2007.

Já os gráficos 2a e 2b mostram a decomposição da variância apenas para os homens. Em primeiro lugar, cabe destacar que esses gráficos mostram apenas os valores relativos; quanto aos valores absolutos, todos os componentes vêm apresentando uma tendência geral não linear de queda, o que é esperado, uma vez que a desigualdade total no Brasil vem diminuindo, como visto no primeiro gráfico<sup>8</sup>. Logo, as mudanças nos percentuais se referem a quedas de diferentes intensidades, em cada componente.

<sup>8</sup> Basta entrar em contato com os autores para obter a tabela de valores absolutos: <pedrosouza@gmail.com> ou <flaviocarvalhaes@gmail.com>.





**Gráfico 2a.** Contribuição percentual de cada componente para desigualdade total, apenas homens, Pnas 1981-2001.



**Gráfico 2b.** Contribuição percentual de cada componente para a desigualdade total, apenas homens, PNADS 2002-2007.

Se pelo menos a hipótese mais fraca acerca das “microclasses” fosse robusta para descrever o padrão de desigualdade brasileiro, então dever-se-ia esperar que o componente intraclasses entre ocupações tivesse um grande destaque. Não é o que acontece: esse componente tem importância reduzida e é basicamente estável, ao longo de todo o período, com apenas um aumento proporcional quase insignifi-

cante, nos últimos dez anos<sup>9</sup>. Assim, os componentes entreclasses e intraocupações estão associados à esmagadora desigualdade de renda horária do trabalho, havendo certa sobreposição entre eles, durante a maior parte dos anos 1980, sendo que, depois disso, o componente intraocupações passou a ter importância proporcional cada vez maior, ao passo que o entreclasses foi perdendo, algo já identificado em pesquisas anteriores (consultar, por exemplo, Silva, 2003).

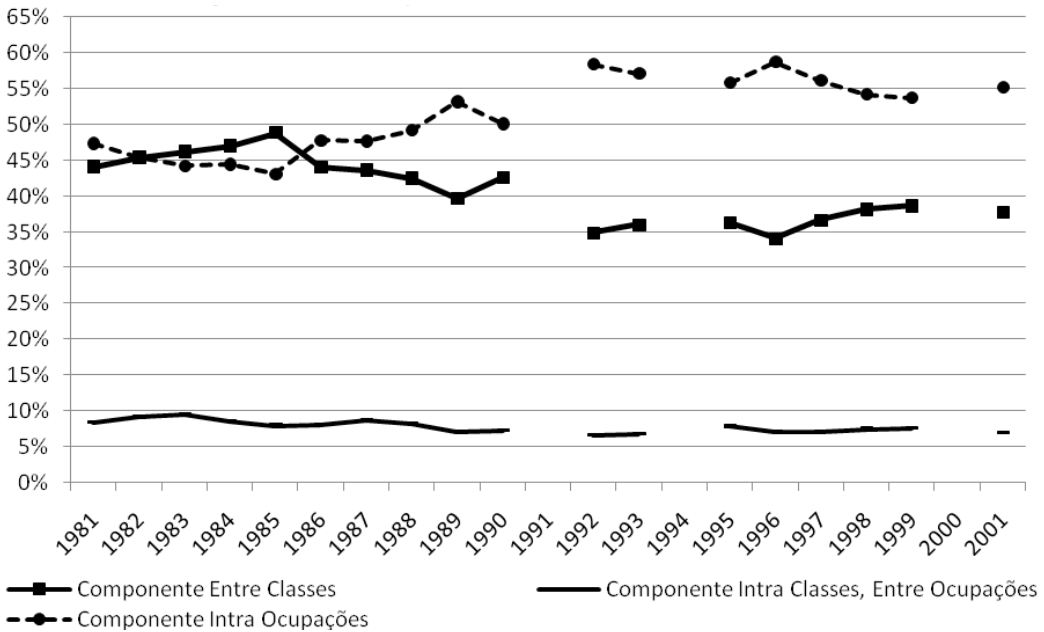
No entanto, é difícil correlacionar as mudanças nas importâncias relativas com a dinâmica geral da desigualdade, pois o componente intraocupacional supera o entreclasses, já no fim dos anos 1980, período em que a desigualdade total atinge seu pico, e mantém essa posição até 2007, tendo, inclusive, aumentado – por oposição à diminuição do componente entreclasses –, nos últimos anos, período em que a desigualdade vem caindo de forma mais acelerada. De todo o modo, vale destacar desses gráficos a baixa importância relativa e a grande estabilidade da desigualdade entre ocupações e a simetria entre os componentes intraocupacionais e entreclasses, sendo que o primeiro vem sendo cada vez mais importante para a desigualdade geral. Em outras palavras, a desigualdade entreclasses ainda é muito relevante, mas vem caindo em um ritmo bastante superior ao dos outros componentes: desde 2002, o valor absoluto componente teve uma trajetória linear de queda bastante robusta, tendo diminuído 4,3% do valor inicial ao ano, ao passo que o valor absoluto da desigualdade total, que também apresentou uma trajetória linear, diminuiu apenas 2,1% ao ano.

Os gráficos 3a e 3b repetem as mesmas análises para as mulheres. De forma semelhante à dos homens, a desigualdade feminina também se concentra majoritariamente nos componentes entre as classes e dentro das ocupações, sendo que os dois componentes apresentam uma sobreposição, durante os anos 1980, e, depois disso, o componente dentro das ocupações adquire primazia. Da mesma maneira, também se observa, desde 2002, um aumento do peso relativo da desigualdade intraocupações e uma perda relativa da desigualdade entre as classes.

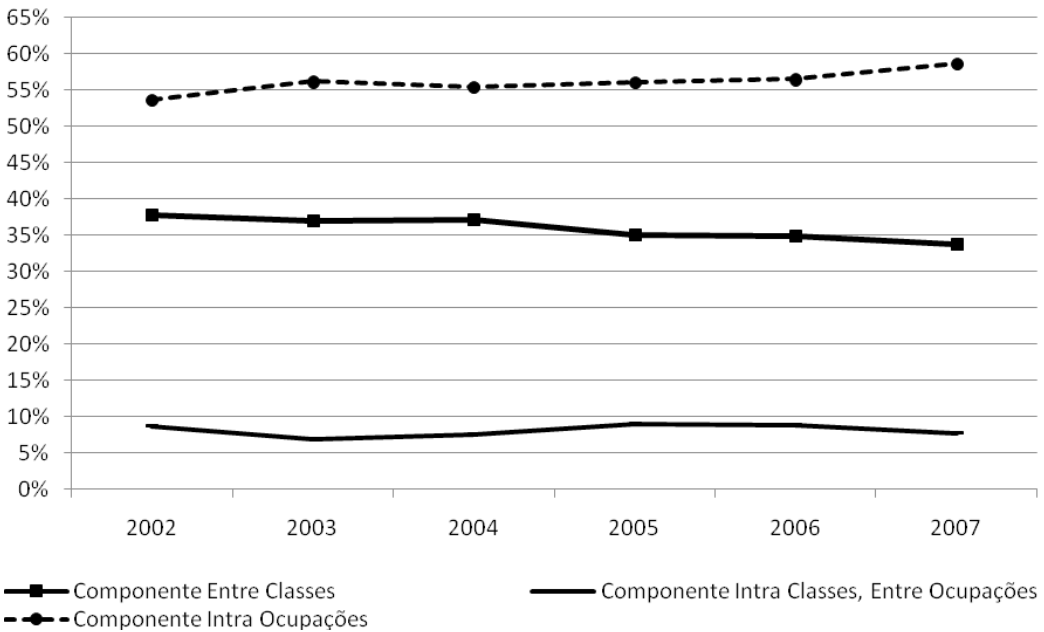
Quanto à desigualdade existente entre as ocupações, também nesse caso ela tem um peso relativo bem inferior ao dos demais componentes, embora este oscile mais do que o peso dos homens; contudo, a tendência, entre 1981 e 2001, tende a ser linear e negativa, ou seja, refletindo uma perda de importância do valor absoluto do componente de 2,1% ao ano, a mesma magnitude da perda do valor absoluto do componente entreclasses<sup>10</sup>. Com efeito, observa-se certo processo de convergência

9 Apenas 0,5%, entre 1996 e 2001, e 1%, entre 2002 e 2007.

10 A tendência linear temporal ajustada da mesma maneira que nos modelos para homens (consultar nota anterior) indica um  $R^2$  de 0,794 para a regressão com os dados de 1981 a 2001 e indica o



**Gráfico 3a.** Contribuição percentual de cada componente para a desigualdade total, apenas mulheres, PNADS 1981-2001.



**Gráfico 3b.** Contribuição percentual de cada componente para a desigualdade total, apenas mulheres, PNADS 2002-2007.

entre homens e mulheres: para estas, o peso relativo do componente entre ocupações foi superior ao peso dele entre os homens, principalmente durante os anos

componente entre ocupações como variável dependente. O  $R^2$  da regressão com o componente entre classes é 0,576; o  $R^2$  da regressão com o componente intraocupações é 0,560.

1980 – de 1981 a 1988, o peso relativo foi 3% maior –, e sua queda o trouxe para o mesmo patamar de importância encontrado entre os homens, tendo oscilado, a partir de 2002, em torno da casa dos 8%. Tal resultado não é de todo inesperado, dado que a entrada progressiva das mulheres na força de trabalho teve como efeito diminuir entre elas a polarização entre ocupações.

Já os dados a partir de 2002, por sua vez, replicam para as mulheres efeitos muito semelhantes aos encontrados entre os homens. Os valores absolutos do componente entreclasses caem 4,4% ao ano, em um ritmo bastante superior ao da queda da desigualdade total, de 2,4% ao ano, e ao da queda do componente intraocupações, de 1,2% ao ano<sup>11</sup>. De modo geral, portanto, as tendências tanto para mulheres quanto para homens são parecidas, especialmente nos últimos anos: o componente intraocupações parece estar adquirindo importância crescente, enquanto o componente entreclasses, embora ainda de tamanho considerável, tem um peso relativo cada vez menor. Por fim, o componente intraclasses entre ocupações, ao contrário das previsões da teoria de Grusky e seus associados, tem um peso relativo bastante inferior e, para os homens, apresentou, ao longo do período, uma grande estabilidade, com um pequeno crescimento a partir de 2002, e, para as mulheres, teve uma queda considerável – nos anos 1980, sua média foi de 8,3%, contra 6,1% nos anos 1990, uma queda de 27% – até atingir certa estabilidade, em um patamar bem próximo ao dos homens. Em suma, não há evidências suficientes para apontar a relevância de analisar a desigualdade de renda por meio de microclasses. A forma tradicional de operacionalização das classes sociais, que agrega ocupações em diversos segmentos, parece ser um bom indicador sobre a inserção ocupacional dos indivíduos, especialmente uma versão preocupada em captar a especificidade do mercado de trabalho brasileiro, como é proposto por Ribeiro (2007) e aqui é operacionalizada.

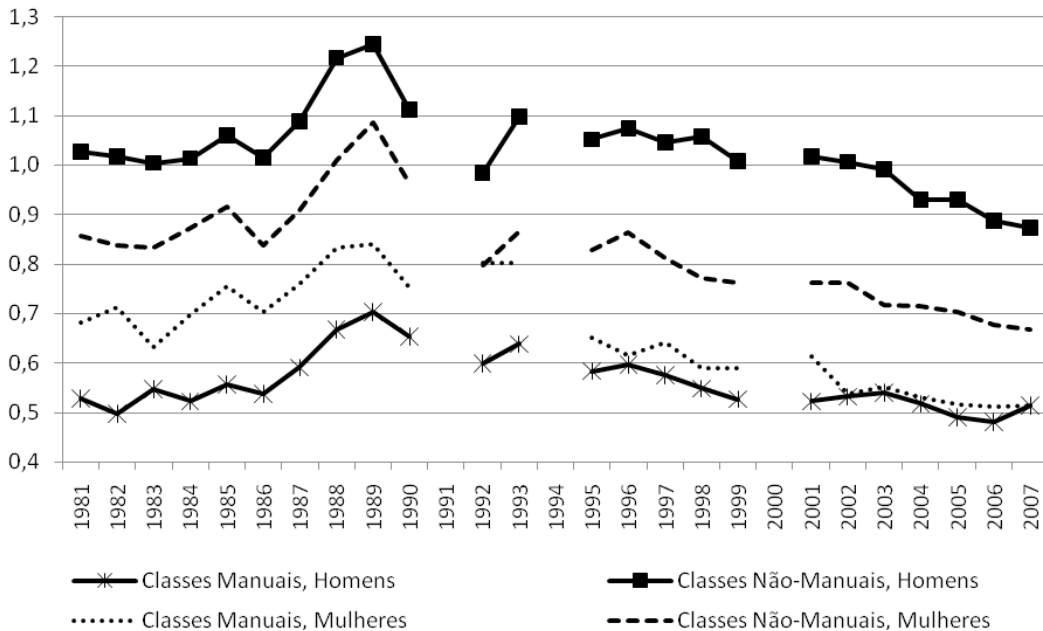
## **DECOMPOSIÇÃO DAS DESIGUALDADES INTERNAS DAS CLASSES MANUAIS E NÃO MANUAIS**

Os resultados até aqui não parecem confirmar nem a hipótese mais forte nem a mais fraca da ocupacionalização para o Brasil. Contudo, é possível perguntar se os padrões gerais detectados não estariam encobrendo tendências em direções

---

11 Para os dados de 2002 a 2007, com o  $R^2$  da regressão linear, o valor absoluto da desigualdade total como variável dependente foi de 0,997; na regressão com o componente entreclasses, foi de 0,983; na regressão com o componente intraclasses entre ocupações, foi de 0,087, o que indicou a ausência de uma relação linear simples. Na regressão com o componente intraocupações, foi de 0,718.

opostas: como já se discutiu, Weeden et al. (2007) apontam para a possibilidade de que a ocupacionalização estaria avançando nos setores especializados e em retrocesso nas classes manuais. Para testar essa hipótese, foram escolhidas duas estratégias. A primeira foi a de selecionar somente os trabalhadores das classes não manuais e não proprietárias urbanas<sup>12</sup> e aplicar as decomposições feitas na seção anterior, para depois selecionar somente os trabalhadores das classes manuais e não proprietárias urbanas<sup>13</sup>. O Gráfico 4 a seguir mostra a evolução geral das desigualdades internas: como se vê, as maiores desigualdades internas são encontradas quando se selecionam apenas homens das classes não manuais. Em média, a desigualdade interna das classes não manuais é 1,84 vez maior do que a das classes manuais entre os homens, e apenas 1,26 vez entre as mulheres.



**Gráfico 4.** Desigualdades internas: classes não manuais e manuais, homens e mulheres, PNADS 1981-2007.

Em seguida, procedeu-se à decomposição das desigualdades internas dos quatro grupos acima<sup>14</sup>. Dentro das classes não manuais masculinas, o componente entreclasses cai de 35% para 30%, entre 1981 e 1990, e permanece oscilando em torno desse patamar, entre 1990 e 2007. O componente entre ocupações mostra

12 Ou seja, todos aqueles indivíduos das classes dos profissionais e administradores de nível alto e baixo e trabalhadores não manuais de rotina de nível alto e baixo (supervisão, escritório e serviços).

13 Ou seja, todos aqueles indivíduos das classes dos técnicos e supervisores de trabalhos manuais; trabalhadores manuais qualificados da indústria moderna, indústria tradicional e de serviços; e trabalhadores manuais não qualificados da indústria, serviços e serviço doméstico.

14 Não foram incluídos os gráficos dessas decomposições para economizar espaço. Eles podem ser obtidos com os autores.

grande estabilidade, oscilando levemente em torno de 11%, ao longo de todo o período. Por fim, o componente intraocupações cresce de 53,7% para 57,8%, entre 1981 e 1990, e oscilando em volta dos 60%, entre 1992 e 2007. Nas classes não manuais femininas, os componentes entreclasses, entre ocupações e intraocupações oscilam sem direção, em torno de, respectivamente, 25%, 11,5% e 63%, ao longo de todo o período. Nas classes manuais, o quadro é um pouco diferente: para os homens, o componente entreclasses cai de 21% para 8%, entre 1981 e 2001, ficando estável, em torno de 6%, entre 2002 e 2007; com isso, ele acabou sendo superado pelo componente entre ocupações, que variou em torno da casa dos 13,5%, entre 1981 e 2001, e em torno de 16%, entre 2002 e 2007. Já o componente intraocupações cresce de 64,7%, em 1981, para 76,2%, em 1992, e, a partir daí, oscila em torno da casa dos 78%, até 2007. Finalmente, entre as mulheres, o componente entreclasses cai do patamar de 8%, no início dos anos 1980, para cerca de 5%, a partir de 2001; o componente entre ocupações também diminuiu, apresentando média de cerca de 20%, entre 1981 e 1985; 16%, entre 1986 e 1990; 13%, entre 1992 e 2001; e 9%, entre 2002 e 2007<sup>15</sup>.

Dessa forma, nem mesmo quando se analisam separadamente as classes manuais e não manuais encontra-se qualquer indício de aumento substancial do componente entre ocupações; pelo contrário, a única exceção à forte estabilidade se encontra entre as classes manuais femininas, em que esse componente perdeu bastante importância, no período em questão. Mais ainda, em todos os quatro grupos analisados, esse componente tem peso bastante reduzido, tipicamente em torno de 10%, e, curiosamente, em geral, a ocupacionalização é mais forte entre as classes manuais do que entre as classes não manuais.

Por outro lado, também é importante observar que as diferenças entre (macro) classes vêm perdendo peso, consideravelmente. Nas classes manuais, esse componente – além de ter sempre peso inferior ao das classes não manuais – tornou-se praticamente irrelevante nos últimos anos, explicando apenas 6% das desigualdades internas tanto entre homens quanto entre mulheres. Nas classes não manuais, contudo, as diferenças entre (macro) classes ainda são significativas, explicando, em 2007, cerca de 30% das desigualdades internas entre os homens e 25% entre as mulheres. Na primeira metade dos anos 1980, no entanto, esse número era, para os homens, de 35%. Dos quatro grupos, apenas entre as classes

---

15 A diferença entre os anos 90 e o período 2002-2007 deve ser interpretada com cautela, uma vez que pode derivar inteiramente da mudança na classificação ocupacional do IBGE.

não manuais femininas que o peso do componente entreclasses não apresenta uma tendência nítida de queda.

Com isso, tudo indica que as desigualdades intraocupações têm respondido por uma proporção maior das desigualdades internas, principalmente entre as classes manuais, em que esse componente está associado, em 2007, tanto para homens quanto para mulheres, a mais de 80% da desigualdade interna. Para as classes não manuais, os valores são um pouco mais baixos: pouco mais de 60%, tanto entre homens quanto entre mulheres.

### **DECOMPOSIÇÃO DAS DESIGUALDADES INTERNAS DE CADA CLASSE**

Mesmo com essas evidências, todavia, pode-se argumentar que apenas a separação manual e não manual ainda é abrangente demais para detectar os processos efetivos de ocupacionalização. Assim, talvez o mais indicado fosse olhar, dentro de cada macroclasse específica, a decomposição entre os componentes entre e intraocupações. Se pelo menos a hipótese mais fraca da ocupacionalização for aplicável ao Brasil, então, poder-se-ia imaginar que as classes mais especializadas apresentariam um padrão distinto – e mais intenso – de desigualdades. Para operacionalizar essa segunda estratégia, portanto, implementou-se um novo conjunto de modelos, selecionando apenas os indivíduos de cada classe, tomando o logaritmo neperiano da renda horária deflacionada como variável dependente e, como variáveis independentes, somente os códigos ocupacionais padronizados da classe selecionada, o que leva a um conjunto de dezenove modelos de regressão linear por ano avaliado. Como a desigualdade interna de cada classe pode ser decomposta em um componente entre ocupações e outro intraocupações, tem-se que o  $R^2$  das regressões rodadas corresponde à proporção da desigualdade interna explicada pelo primeiro componente<sup>16</sup>. As próximas decomposições foram realizadas apenas para os homens, porque, como o número de mulheres ocupadas em cada amostra – especialmente nos anos 1980 – é muito menor do que o de homens, acabou-se com um número de casos muito pequeno em diversas classes, gerando resultados com alta volatilidade, em função desse tamanho reduzido das subamostras<sup>17</sup>.

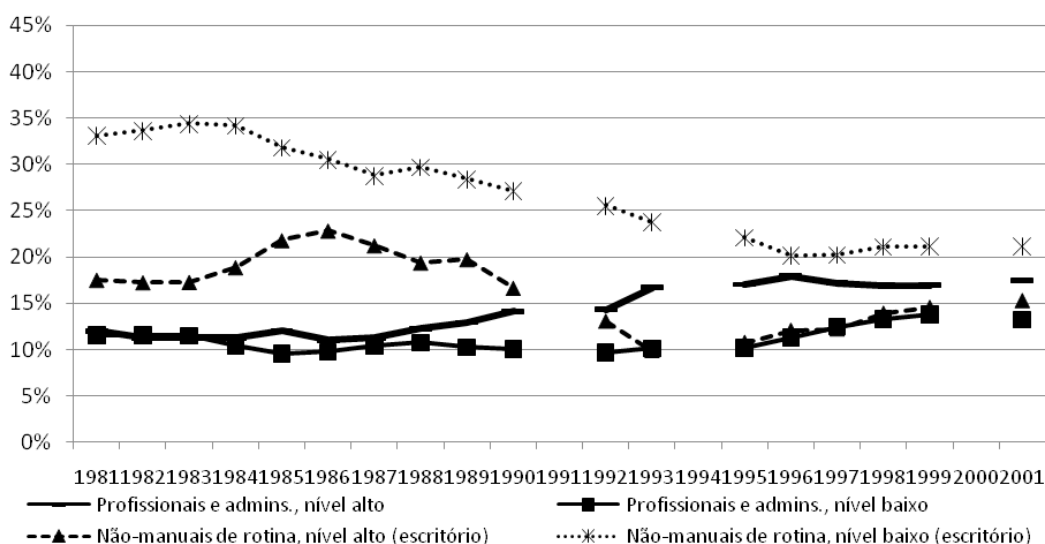
---

16 Naturalmente, basta fazer  $(1 - R^2)$  para obter o peso relativo do componente intraocupações. Weeden et al (2007) usam o mesmo procedimento. A única diferença é que, por clareza, optou-se por mostrar os valores relativos.

17 Com efeito, entre as mulheres, muitas classes não tinham mais do que 200 ou 300 casos, o que certamente está por trás da alta volatilidade do  $R^2$ . Como os valores calculados do  $R^2$  só dizem respeito à amostra à qual eles se referem, não havendo nenhum parâmetro populacional correspondente (o que leva a críticas como as de King, 1986), não é possível sequer contornar parcialmente esse problema com base em intervalos de confiança. Para as mulheres, a melhor

Por questão de espaço, não foram apresentados aqui os gráficos da desigualdade interna total de cada classe, uma vez que eles seguem, grosso modo, a mesma tendência geral, com forte crescimento nos anos 1980 e um declínio a partir de meados dos anos 1990. Além disso, como esperado – e já indicado no gráfico 4 –, as desigualdades internas dentro de cada um das classes manuais urbanas são, em geral, inferiores às das classes não manuais.

Passa-se, então, à decomposição dessas desigualdades internas. Como a hipótese da ocupacionalização não se aplica diretamente às classes proprietárias ou aos trabalhadores manuais rurais, não foram feitas as decomposições para essas classes. Tampouco incluíram-se as classes com tamanho muito reduzido, para evitar ruídos em função de subamostras muito pequenas<sup>18</sup>. Dessa maneira, os gráficos 5a, 5b, 6a e 6b mostram os resultados das decomposições: cada gráfico exibe a média dinâmica trianual da proporção da desigualdade interna de cada classe, que é atribuível às diferenças entre ocupações dentro daquela classe.

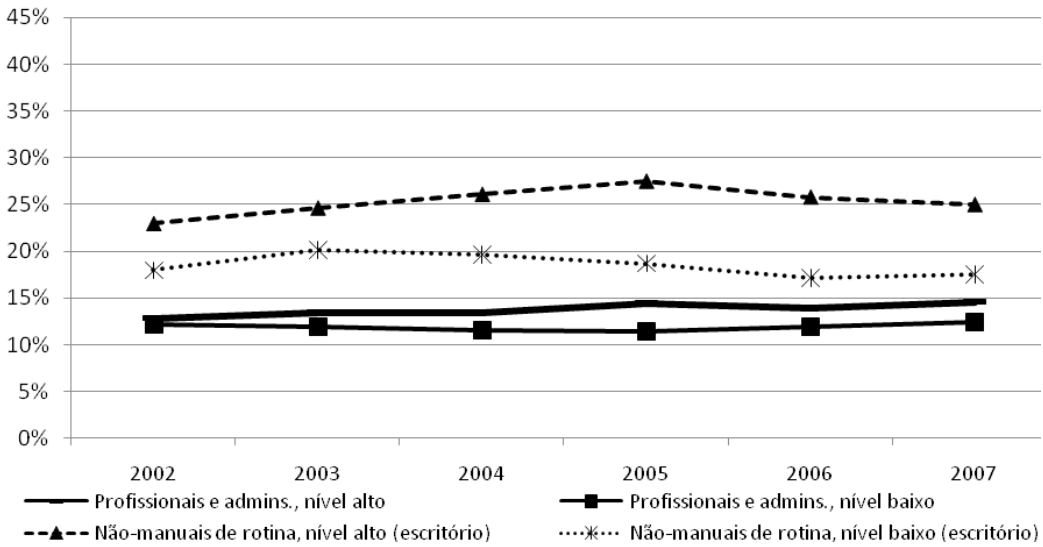


**Gráfico 5a.** Média dinâmica trianual da proporção da desigualdade interna de cada classe associada às diferenças entre ocupações, classes não manuais, homens, PNADS 1981-2001.

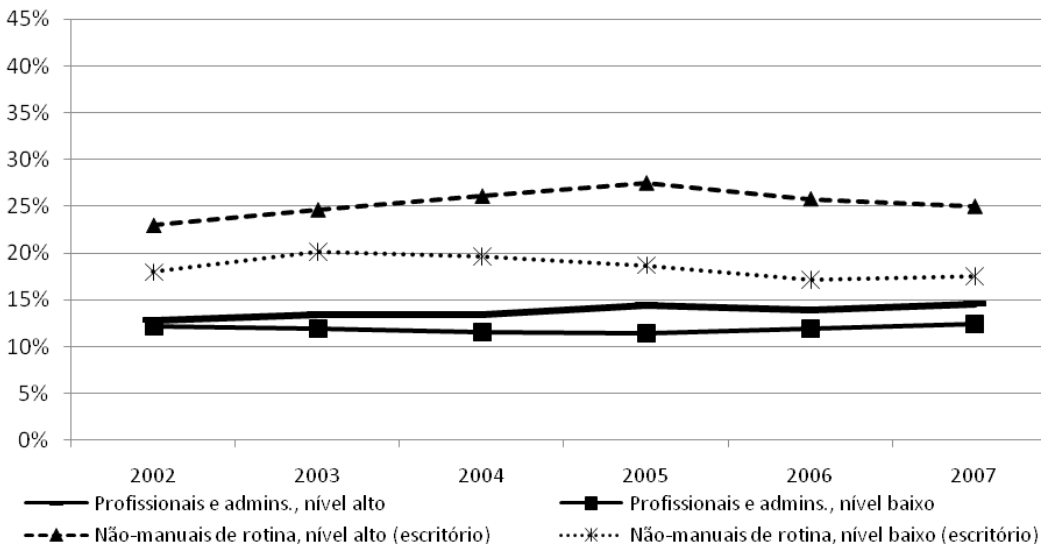
forma de tentar realizar a decomposição desejada parece ser a partir de bases agregadas (por exemplo, juntando as PNADS 81-83 em um único banco). Infelizmente, não foi possível fazer isso para este trabalho.

<sup>18</sup> Não foram incluídas as classes que tiveram, em média, menos de 2% dos casos válidos, entre 1981-2001 e 2002-2007.





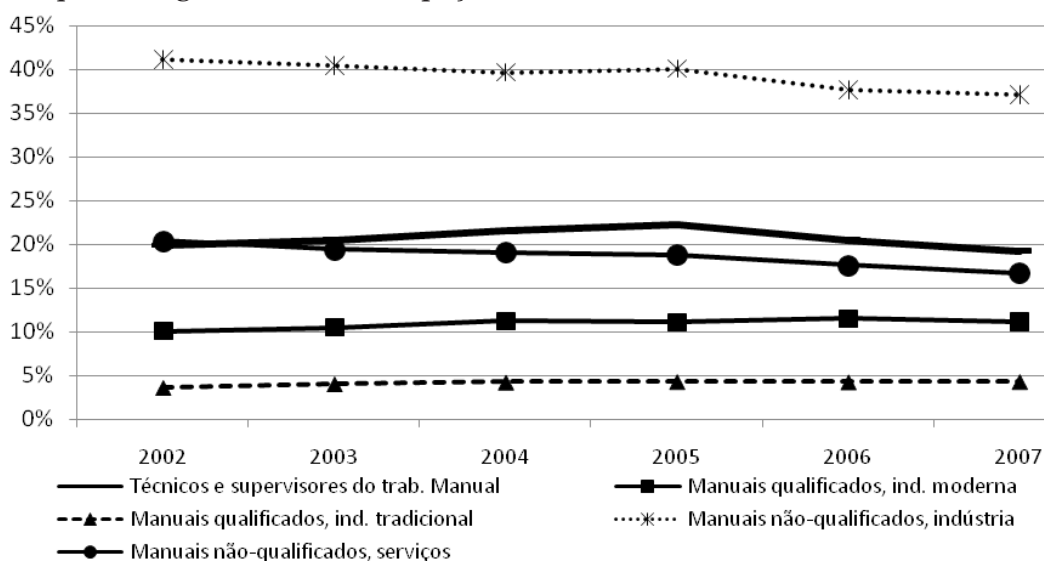
**Gráfico 5b.** Média dinâmica tri anual da proporção da desigualdade interna de cada classe associada às diferenças entre ocupações, classe não manuais, homens, PNADS 2002-2007.



**Gráfico 6a.** Média dinâmica tri anual da proporção da desigualdade interna de cada classe associada às diferenças entre ocupações, classe não manuais, homens, PNADS 1981-2001.

Algumas tendências ficam mais claras. A começar pelas classes não manuais: nestas, há um forte processo de desocupacionalização entre os trabalhadores não manuais de rotina, tanto de nível baixo quanto de nível alto, entre o início dos anos 1980 e meados dos anos 1990, sendo que, entre 1995 e 2001, o componente entre ocupações volta a ganhar alguma importância para os últimos. De todo o modo, essa desocupacionalização faz com que, a partir de meados dos anos 1990, haja certa convergência entre as classes não manuais, com o componente entre ocupações ficando em geral entre 15% e 20%. Já a classe mais especializada, a dos profissionais e administradores de alto nível, torna-se mais ocupacionalizada entre

o fim dos anos 1980 e meados dos anos 1990, embora em nenhum momento essa classe – ou mesmo a classe dos profissionais e administradores de nível baixo – apresente os maiores percentuais do componente entre ocupações. Entre 2002 e 2007, há uma estabilidade forte para todas as classes. Nesse período, assim como no anterior, a desigualdade intraocupacional é muito mais forte em todas as classes do que a desigualdade entre ocupações.



**Gráfico 6b.** Média dinâmica tri-anual da proporção da desigualdade interna de cada classe associada às diferenças entre ocupações, classes manuais, homens, PNADS 2002-2007.

Finalmente, vê-se nas classes manuais alguns padrões bem distintos. Em primeiro lugar, entre 1981 e 2001, as diferenças entre as ocupações são bem pequenas e ainda apresentam uma queda perceptível para os trabalhadores manuais qualificados tanto da indústria moderna quanto da tradicional. Por outro lado, nesse período, essas diferenças são bem fortes entre os técnicos e supervisores do trabalho manual e os trabalhadores manuais não qualificados da indústria, ainda que haja também um declínio bastante razoável. Ou seja, há dois processos de desocupacionalização: um entre as diferentes classes, que eram pouco marcadas por diferenças ocupacionais, e outro em classes, em que esse componente era bastante forte. Por fim, há um grande aumento do peso do componente entre ocupações na classe dos manuais não qualificados dos serviços, fazendo com que, ao fim do período, as classes manuais dividam-se em dois blocos bem distintos: um em que o componente entre ocupações é bastante significativo e outro em que esse componente é praticamente irrelevante. A mudança da classificação ocupacional faz com que o ordenamento seja bem diferente, em 2002-2007, do que no período anterior; de todo o modo, mesmo assim é possível identificar a continuação do

processo de desocupacionalização entre os manuais não qualificados da indústria, ao lado de certa estabilidade das demais classes.

Esses gráficos sugerem, portanto, as seguintes conclusões; a) há de fato diferenças importantes no grau de ocupacionalização das classes não manuais e manuais, como esperado; b) no entanto, as classes mais especializadas e com maiores rendimentos não são mais ocupacionalizadas, por assim dizer; c) mais ainda, no início dos anos 2000, as classes com maior peso do componente entre ocupações são três classes manuais (técnicos e supervisores, não qualificados da indústria e não qualificados dos serviços, as três em torno de 25%), ao passo que as classes não manuais apresentam certa convergência para a faixa dos 15% e 20%; d) embora, em certos casos, o peso do componente entre ocupações não deva ser desprezado, ele tampouco deve ser superestimado: o componente intraocupacional é sempre muito maior, e não parece haver nenhuma tendência temporal de crescimento do componente entre ocupações que seja drástica o suficiente para mudar esse quadro. Mesmo os processos de ocupacionalização identificados parecem ter um caráter episódico e de curto prazo, sendo incapazes de fazer alguma classe destoar visivelmente em relação às demais. Por outro lado, pelo menos em duas classes – trabalhadores não manuais de rotina de nível alto (escritório) e técnicos e supervisores do trabalho manual – identificou-se um processo de desocupacionalização de prazo mais longo, que fez com que o componente entre ocupações declinasse mais de 10%, entre 1981 e 2001.

## CONCLUSÕES E DISCUSSÃO

Para tentar entender melhor a relação entre a queda da desigualdade de rendimentos do trabalho e a estrutura de classes brasileira, levando a cabo um diálogo com a abordagem sociológica da análise de classes em debates recentes, foram percorridas três etapas neste trabalho. Em primeiro lugar, fez-se uma decomposição da variância da renda horária deflacionada do trabalho, em três componentes: entre (macro) classes, intraclasses/entre ocupações e intraocupações (microclasses). Tanto entre homens quanto entre mulheres, observou-se que o componente entre ocupações apresenta, entre 1981 e 2007, um peso bem reduzido, além de forte estabilidade. Por outro lado, os componentes entreclasses e intraocupações estão associados à maior parte da desigualdade, sendo que, desde o final dos anos 1980, este último passou a ter um peso cada vez maior, em detrimento das diferenças entreclasses. Ou seja: embora nos últimos quinze anos os valores absolutos dos três componentes estejam em queda, as diferenças entre as classes vêm diminuindo

em um ritmo mais rápido do que a desigualdade dentro das ocupações (e também do que as diferenças entre as ocupações).

A partir daí, foi-se para a segunda etapa, em que foram selecionados apenas, tanto para homens quanto para mulheres, os indivíduos das classes não manuais não proprietárias urbanas, e aplicou-se a mesma decomposição. Em seguida, repetiu-se o mesmo procedimento para os indivíduos das classes manuais não proprietárias urbanas. Com isso, configurou-se uma primeira tentativa de identificar a possível existência de forças contraditórias que, na análise anterior, com os dados mais agregados, poderiam passar despercebidas. Aqui, mais uma vez, verificou-se que a proporção da desigualdade atribuível ao componente entre-classes diminuiu bastante, desde o início dos anos 1980 – com exceção das classes não manuais femininas –, tornando-se praticamente irrelevante entre as classes manuais, sendo que nestas esse componente passou a ter peso menor do que o componente entre ocupações. No setor não manual, contudo, as diferenciações entre-classes ainda estão associadas a um percentual considerável, cerca de 25% para as mulheres e 35% para os homens.

Os resultados não confirmam seja a hipótese mais forte, seja a mais fraca acerca da ocupacionalização, uma vez que não foi identificado nenhum crescimento significativo da contribuição percentual do componente entre ocupações, e, além disso, esse componente sempre teve peso bastante reduzido. O que salta aos olhos é o forte crescimento da desigualdade dentro das ocupações (medida pelo componente intraocupacional) entre as classes manuais, tanto entre homens quanto entre mulheres: entre estas, o componente intraocupações atingiu um patamar de cerca de 80% da desigualdade total, no início dos anos 2000. Essa tendência é menos pronunciada entre as classes não manuais, embora também ali esse componente tenha atingido a marca de cerca de 60% da desigualdade total, em 2001.

Por fim, chega-se à terceira etapa, que consistiu em uma desagregação ainda maior. Dessa vez, analisaram-se as desigualdades internas de cada classe em particular, decompondo-a em dois componentes, entre e intraocupações. Com isso, pôde-se identificar que, com efeito, as diferentes classes apresentaram dinâmicas distintas, ao longo do tempo. Em relação à chamada hipótese mais fraca da ocupacionalização, verificou-se que, ao contrário do esperado, o peso do componente entre ocupações não é maior nas classes mais especializadas; muito pelo contrário. Além disso, houve certa convergência entre as classes não manuais, ao longo dos anos 1990, fazendo com que, no fim da década, as quatro classes analisadas tivessem de 15% a 20% de suas desigualdades internas associadas às diferenças entre as ocupações, valores que, se não são desprezíveis, tampouco endossam de

maneira não ambígua a versão mais fraca da hipótese da ocupacionalização. Quanto à versão mais forte, também não se encontram evidências capazes de sustentá-la: embora processos de ocupacionalização tenham sido identificados em algumas classes específicas, estes pareceram sempre ter um caráter episódico, de curto prazo, em que o aumento do peso do componente entre ocupações foi logo seguido por uma nova estabilidade. Por outro lado, também foram identificados processos de desocupacionalização que, em pelo menos duas classes – trabalhadores não manuais de rotina de nível alto (escritório) e técnicos e supervisores do trabalho manual – ocorreram em um prazo mais longo e com grande intensidade.

O que isso representa, então, para as hipóteses testadas acerca da aplicabilidade da teoria das microclasses à realidade brasileira? Em primeiro lugar, cabe lembrar que essa linha tenta interpretar uma situação de desigualdade de renda crescente, como ocorre no mercado de trabalho nos Estados Unidos, gerada principalmente pela complexidade ocupacional, que criou uma série de posições altamente qualificadas no mercado de trabalho americano, o qual tem como característica correlata altos retornos salariais. O raciocínio é de que os ocupantes dessas novas posições buscam meios de institucionalizar seu lugar no mercado de trabalho, fazendo uso de diversos mecanismos, que podem ter um efeito protecionista, gerador de “rendas”. Em um contexto como esse, é natural que a desigualdade de renda cresça (GANGLIANI, 1985; WEEDEN et al., 2007).

No Brasil, a situação é distinta. Primeiramente, as tendências identificadas no mercado de trabalho não apontam para uma importância crescente na geração de posições não manuais altamente qualificadas. Mais uma vez, faz-se referência ao anexo II, em que se nota que as classes mais especializadas praticamente não aumentaram entre 1981 e 2007 e que mais de 85% do crescimento do setor não manual não proprietário urbano nesse período – de 20,5% para 30,0% – ocorreu nas classes de trabalhadores não manuais de rotina. As classes manuais não proprietárias urbanas, por sua vez, empregavam, em 2007, 50,8% da amostra.

Dessa forma, na contramão da teoria que enfatiza as microclasses e a efetividade das estratégias de fechamento social em nível ocupacional, o quadro identificado parece estar intimamente ligado não apenas ao controle da inflação e à composição educacional da população, como citado logo no início do texto, mas também a outros fatores igualmente importantes, como a reestruturação produtiva ocorrida no Brasil, durante a década de 1990, que teve impacto significativo sobre a organização do mercado de trabalho e suas instituições reguladoras. Essa década, vale lembrar, foi marcada por um aumento da precarização das relações de emprego, com acentuação da informalidade, além de um aumento da pressão sobre a força de

trabalho formalmente empregada, tendo como reflexo a fragilização de várias posições da estrutura ocupacional do país (CASTRO; DEDDECA, 1998; GUIMARÃES, 2002). A crescente abertura comercial e a internacionalização da economia aprofundou um processo de introdução de inovações tecnológicas e novos métodos de gestão da força de trabalho (CASTRO; DEDDECA, 1998), ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro perdeu sua capacidade de promoção do desenvolvimento e regulação da economia, o que levou a uma desarticulação da estrutura de produção e ao menor investimento na capacidade produtiva, deixando mais estreitas as possibilidades de integração socioeconômica por meio do emprego (BALTAR, 2001, p. 19).

Do ponto de vista da organização coletiva dos trabalhadores e de sua capacidade de reação a esses intensos processos de mudança social, é possível afirmar que o novo contexto de estruturação do mercado de trabalho teve impactos sobre a principal instituição representativa do trabalho, os sindicatos. Em paralelo à erosão das bases sociais dos principais sindicatos brasileiros, em função do aumento do desemprego, das privatizações e da reestruturação produtiva, outros instrumentos comuns adotados no processo de reestruturação, como a divisão da responsabilidade pela solução de problemas, a premiação por nível de engajamento nos objetivos da empresa, passaram a colocar o empregador na competição pela lealdade do trabalhador com o sindicato (CARDOSO, 1999, p. 164).

Nesse quadro, seria muito improvável que se pudesse observar qualquer tendência forte à ocupacionalização. Pelo contrário, o que se espera é justamente um aumento da desigualdade interna às ocupações, como observou-se de modo geral: por um lado, o declínio da formalização, a retração da capacidade reguladora e homogeneizadora do Estado e o enfraquecimento dos sindicatos atuam como forças poderosas para o aumento da heterogeneidade interna de classes e ocupações, o que se faz sentir particularmente nas classes menos privilegiadas e mais precariamente institucionalizadas. Por outro lado, a transição demográfica – que fez aumentar a população em idade ativa (PIA) e população economicamente ativa (PEA) em quase 10%, entre 1981 e 2007<sup>19</sup> – e o aumento da escolaridade ocorreram em um contexto em que não foram criadas posições altamente qualificadas, em um ritmo suficiente: como visto, a classe mais especializada, composta por profissionais e administradores de alto nível, cresceu muito pouco, entre 1981 e 2007, passando de 3,7% para 4,2%. Por sua vez, o percentual de indivíduos com nível superior mais do que dobrou nesse período: em 1981, era de 3,8% da PEA, e, em 2007, 9,9%.

---

19 Dados obtidos com base nas PNADS: em 1981, a PIA correspondia a 74,3% da população total; em 2007, já era 84,1%. A PEA, em 1981, era 39,7% da população total; em 2007, passou para 49,7%.

A operação conjunta destes dois processos – as mudanças institucionais no mercado de trabalho em função da abertura econômica e da reestruturação produtiva e a maior competição por postos de trabalho, inclusive no topo da hierarquia – torna compreensíveis as dinâmicas de queda da desigualdade total da renda – reforçada, nos últimos anos, pela forte recuperação do valor real do salário-mínimo (sobre os efeitos distributivos do salário-mínimo, consultar Soares, 2002; Sabóia, 2007) – e de aumento da importância relativa da desigualdade intraocupacional, em detrimento da desigualdade entre as ocupações e entre (macro) classes. Pensou-se, no entanto, que isso não confirma, em absoluto, a já mencionada tese de Kim e Sakamoto (2008), inspirada em Frank e Cook (1996): o quadro que eles descrevem é o de aumento da desigualdade intraocupacional, primariamente nas ocupações altamente qualificadas, em que as incertezas informacionais produziam uma espécie de “*winner-takes-all society*”, com os líderes em determinado campo, abocanhando fatias cada vez maiores da renda. Pelo menos com os dados coletados, não é possível afirmar que isso ocorre no Brasil, justamente porque o aumento da importância relativa da desigualdade intraocupacional não pode ser atribuído apenas às classes e ocupações mais especializadas, muito pelo contrário: o efeito é mais forte justamente nas classes manuais.

Logo, conclui-se que, definitivamente, a hipótese mais forte acerca da ocupacionalização não pode ser aplicada à realidade brasileira. Quanto à hipótese mais fraca, tende-se a rejeitá-la também, uma vez que o percentual da desigualdade associado às diferenças entre as ocupações é, na vasta maioria dos casos, pequeno, embora não desprezível. Além disso, não se encontra uma correlação entre o grau de especialização das classes e um alto valor do componente entre as ocupações, como sugerem os partidários dessa teoria. Por fim, tampouco se acredita que a formulação de Kim e Sakamoto (2008) seja aplicável ao Brasil. Os resultados – em traços bem gerais: diminuição da importância da desigualdade entre classes, estabilidade e pouca importância relativa do componente entre ocupações e crescimento do componente intraocupações – parecem ser melhor compreendidos quando se aliam os argumentos elaborados por economistas para explicar a queda da desigualdade aos diagnósticos produzidos pela Sociologia do trabalho para compreender as transformações estruturais e institucionais do mundo do trabalho no Brasil.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Abertura econômica e absorção de mão de obra no Brasil. In: CASTRO, N.; DEDECCA, C. (Org.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo/Rio de Janeiro: Associação Latino Americana de Sociologia do Trabalho, 2001.
- BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N. et al. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. v. 1. Brasília: IPEA, 2006.
- BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N. et al. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. v. 1. Brasília: IPEA, 2006.
- BLAU, Peter; DUNCAN, Otis Dudley. *The American occupational structure*. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1967.
- CARDOSO, Adalberto. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal – a Era Vargas Acabou?* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARVALHAES, Flavio Alex de Oliveira; BARBOSA, Rogério Jerônimo; SOUZA, Pedro Herculano G. F.; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Os impactos da geração de empregos sobre as desigualdades de renda: uma análise da década de 2000. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 85, p. 79-98, 2014.
- CASTRO, Nadya A.; DEDECCA, Claudio S. Flexibilidade e precarização: tempos mais duros. In: CASTRO, N.; DEDECCA, C. (Org.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo/Rio de Janeiro: Associação Latino Americana de Sociologia do Trabalho, 1998.
- COWELL, Frank A. *Measuring inequality*. Oxford: Philip Allan, 1977.
- DURKHEIM, Emile. The Division of Labor in Society. In: C. MANWAI; S. SZENLENYI, et al (Org), *Social stratification: class, race and gender in sociological perspective* (3 ed). Boulder: Westview Press, 2008.
- ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John H. The CASMIN project and the American dream. *European Sociological Review*, v. 8, n. 3, p. 283-305, 1992a.
- \_\_\_\_\_. *The constant flux*. Oxford: Clarendon Press, 1992b.
- FERREIRA, Francisco H. G.; BARROS, Ricardo Paes. Climbing a moving mountain: explaining the decline in income inequality in Brazil from 1976 to 1996. In: WORKSHOP OF THE LACEA, I. *Paper...* IDB/World Bank Inequality and Poverty Network. Buenos Aires, 1998.
- FERREIRA, Francisco H. G.; LEITE, Philippe G.; LITCHFIELD, Julie A.; ULYSSEA, Gabriel. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. *Econômica*, v. 8, n. 1, p. 147-169, 2006.



- FERREIRA, FRANCISCO H. G.; LITCHFIELD, Julie. Education or inflation? The micro and macroeconomics of the Brazilian income distribution during 1981-1995. *Cuadernos de Economía*, v. 38, n. 114, p. 209-238, 2001.
- FRANK, Robert H.; COOK, Philip J. *The winner take all society*. Nova Iorque: Penguin Books, 1996.
- GANGLIANI, Giorgio. Long-term changes in the occupational structure. *European Sociological Review*, v. 1, n. 3, p. 183-210, 1985.
- GOLDTHORPE, John H. *On sociology: numbers, narratives, and the integration of research and theory*. Oxford UK; New York: Oxford University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. Occupational Sociology, yes: class analysis, no: comment on Grusky and Weeden's research agenda. *Acta Sociologica*, v. 45, n. 3, p. 211-217, 2002.
- \_\_\_\_\_. *On Sociology*. 2. ed. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 2007.
- GRUSKY, David B.; GALESCU, Gabriela. Foundations of a neo-Durkheimian class analysis. In: GRUSKY, David B.; GALESCU, Gabriela (Org.). *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- GRUSKY, David B.; SORENSEN, Jesper B. Can class analysis be salvaged? *The American Journal of Sociology*, v. 103, n. 5, p. 1187-1234, 1998.
- GRUSKY, David B.; WEEDEN, Kim. Decomposition without death: a research agenda for a new class analysis. *Acta Sociologica*, v. 44, n. 3, p. 203-218, 2001.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. Por uma Sociologia do desemprego. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 50, p. 103-121, 2002.
- JUHN, Chinhui; MURPHY, Kevin M.; PIERCE, Brooks. Wage inequality and the rise in returns to skill. *Journal of Political Economy*, v. 101, n. 3, p. 410-442, 1993.
- KIM, Chagwan; SAKAMOTO, Arthur. The rise of intra-occupational wage inequality in the United States, 1983 to 2002. *American Sociological Review*, v. 73, n. 1, p. 129-157, 2008.
- KING, Gary. How not to lie with statistics avoiding common mistakes in quantitative political science. *American Journal of Political Science*, v. 30, n. 3, p. 666-687, 1986.
- MOUW, Ted; KALLEBERG, Arne L. Occupations and the structure of wage inequality in the United States, 1980s to 2000s. *American Sociological Review*, v. 75, n. 3, p. 402-431, 2010.
- PARSONS, Talcott. A revised analytical approach to the Theory of Social Stratification. In: PARSONS, T. (Org.). *Essays in sociological theory*. Nova Iorque: The Free Press, 1964.
- PINTO, Aníbal. Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural da América Latina. In: BIELSCHOWSKI, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record/Cepal, Cofecon, 2000.

- RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2007.
- SABÓIA, João. Efeitos do salário mínimo sobre a distribuição de renda no Brasil no período 1995/2005 - resultados e simulações. *Revista Econômica*, v. 9, n. 2, p. 270-295, 2007.
- SILVA, Nelson do Valle. O esquema analítico e a classificação ocupacional. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. *O impacto distributivo do salário mínimo: a distribuição dos rendimentos do trabalho*. Brasília, IPEA: 2002. (Texto para Discussão 873.)
- SORENSEN, Aage B. The structural basis of social inequality. *The American Journal of Sociology*, v. 101, n. 5, p. 1333-1365, 1996.
- \_\_\_\_\_. Foundations of a rent based class analysis. In: WRIGHT, E. O. (Org.). *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SOUZA, Pedro Herculano G. F.; CARVALHAES, Flavio Alex De Oliveira. Estrutura de classes, educação e queda da desigualdade de renda (2002-2011). *Dados*, v. 57, n. 1, p. 101-128, 2014.
- VIOLANTE, Giovanni. Skill-biased technological change. In: DURLAF, S. N.; BLUME, L. E. (Org.). *The new palgrave dictionary of economics*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.
- WEEDEN, Kim. Why do some occupations pay more than others? Social closure and earnings inequality in the United States. *American Journal of Sociology*, v. 108, n. 1, p. 55-101, 2002.
- \_\_\_\_\_. Occupational closure and earnings inequality. In: GRUSKY, D. (Org.). *Social stratification – Class, race, and gender in sociological perspective*. 3 ed. Boulder, Colorado: Westview Press, 2008.
- WEEDEN, Kim; KIM, Young Mi; CARLO, Matthew Di; GRUSKY, David B. Social class and earnings inequality. *American Behavioral Scientist*, v. 50, n. 5, p. 702-736, 2007.
- WRIGHT, Erik Olin. *Class counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. Foundations of a New-Marxist class analysis. In: WRIGHT, Erik Olin (Org.). *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

**ANEXO I.** Esquemas analíticos propostos para o estudo de classes.

<b>Ribeiro (2007)</b>	<b>Erikson e Goldthorpe EGP12</b>
I - Profissionais e administradores, nível alto	I - Profissionais e administradores de nível alto
II - Profissionais e administradores, nível baixo	II - Profissionais e administradores de nível baixo
IIIa1 – Não manual rotina, nível alto (escritório)	IIIa - Não manual de rotina nível alto
IIIa2 - Não manual rotina, nível alto (supervisão)	
IIIb1 - Não manual rotina, nível baixo (escritório)	IIIb - Não manual de rotina nível baixo
IIIb2 - Não manual rotina, nível baixo (serviços)	
Iva - Pequenos proprietários, empregadores	Iva - Pequenos proprietários com empregados
Ivb - Pequenos proprietários, sem empregados	Ivb - Pequenos proprietários sem empregados
IVc2 - Pequenos proprietários rurais, sem empregados	IVc2 - Conta própria rural
IVc1 - Pequenos proprietários rurais, com empregados	IVc - Empregadores rurais
V - Técnicos e supervisores do trabalho manual	V - Técnicos e supervisores do trabalho manual
Via - Trabalhadores manuais qualificados, indústria moderna	VI - Trabalhadores manuais qualificados
Vib - Trabalhadores manuais qualificados, indústria tradicional	
Vic - Trabalhadores manuais qualificados, serviços	
VIIa1 - Trabalhadores manuais não qualificados, indústria	VIIa - Trabalhadores manuais semiqualeificados e não qualificados
VIIa2 - Trabalhadores manuais não qualificados, serviços	
VIIa3 - Trabalhadores manuais não qualificados, serviços domésticos	
VIIa4 - Trabalhadores manuais não qualificados, ambulantes	
VIIb - Trabalhadores manuais rurais	VIIb - Trabalhadores rurais

**ANEXO II.** Distribuição geral das classes, 1981-2007.

	Percentuais válidos, homens e mulheres, 1981-1993												
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
I	3,8	3,7	3,7	3,8	3,7	3,8	3,9	4,1	4,2	4,0		3,8	4,1
II	4,5	4,4	4,5	4,7	4,6	5,0	5,4	5,5	5,5	5,3		5,6	5,5
IIIa1	3,9	3,9	4,2	4,3	4,5	4,4	4,3	4,6	4,6	4,7		7,5	7,4
IIIa2	3,2	3,1	3,1	3,1	3,2	3,4	3,3	3,5	3,6	3,4		3,9	3,9
IIIb1	4,0	4,0	4,0	4,2	4,4	4,5	4,5	4,6	5,0	4,9		5,7	5,5
IIIb2	1,1	1,0	1,1	1,2	1,1	1,1	1,1	1,2	1,3	1,2		1,3	1,3
IVa	3,3	3,5	3,5	3,5	3,4	3,8	3,8	3,8	4,7	5,1		3,6	3,5
IVb	3,7	3,9	3,9	3,8	4,0	4,1	4,4	4,4	4,3	4,8		5,4	5,5
IVc2	11,7	11,6	9,6	11,2	10,7	10,2	8,8	9,1	8,8	8,3		8,2	8,0
IVc1	1,5	1,6	1,3	1,5	1,4	1,3	1,2	1,0	1,2	1,5		1,3	1,2
V	2,5	2,6	2,5	2,5	2,5	2,5	2,7	2,9	2,5	2,4		2,3	2,3
Via	4,5	4,4	4,3	4,3	4,5	4,5	4,5	4,5	4,6	4,2		4,3	4,2
Vib	10,5	10,6	9,8	9,6	9,6	10,2	10,1	9,7	9,7	9,6		10,2	10,3
Vic	2,4	2,5	2,7	2,6	2,7	2,9	2,9	3,0	3,0	3,0		3,3	3,4
VIIa1	8,8	8,1	11,0	7,7	8,1	7,7	8,4	8,0	7,7	7,4		6,1	6,5
VIIa2	6,1	6,0	6,0	5,9	5,9	5,9	5,9	6,0	6,0	6,1		10,6	10,8
VIIa3	10,5	11,2	11,5	11,6	11,7	11,6	12,1	12,0	12,0	12,0		4,0	3,7
VIIa4	2,6	2,5	2,6	2,9	2,7	2,9	2,7	2,6	2,9	3,1		3,3	3,4
VIIb	11,4	11,4	10,9	11,7	11,3	10,2	10,0	9,5	8,6	9,0		9,7	9,4
Total	101695	109841	111584	114096	119304	67274	71070	71724	68696	75385		73246	75368

Percentuais válidos, homens e mulheres, 1995-2007													
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
I	4,2	4,4	4,3	4,5	4,4		4,7	4,1	4,2	4,0	4,2	4,2	4,2
II	5,2	5,6	5,2	5,2	5,3		5,4	4,9	4,6	4,6	4,9	5,0	5,1
IIIa1	7,2	7,0	7,0	7,0	7,2		7,5	6,5	7,0	7,0	7,1	7,4	7,3
IIIa2	4,0	4,0	4,0	4,3	4,2		4,0	3,8	3,7	3,6	3,5	3,4	3,6
IIIb1	6,1	6,7	6,8	6,8	7,0		7,6	6,1	6,4	6,4	6,7	7,2	7,3
IIIb2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,2		1,4	2,1	2,0	2,1	2,2	2,2	2,4
IVa	3,5	3,3	3,5	3,4	3,4		3,4	4,2	3,9	3,8	4,0	4,3	3,6
IVb	5,5	6,0	5,9	5,5	5,6		5,5	5,0	5,1	4,9	4,9	4,7	4,6
IVc2	8,2	7,9	8,1	7,6	7,6		6,7	6,0	6,0	6,2	5,4	5,2	4,8
IVc1	1,1	0,9	0,9	0,9	0,9		0,8	0,6	0,7	0,7	0,6	0,6	0,5
V	2,1	2,2	2,3	2,1	2,1		2,1	3,1	2,6	2,7	3,3	2,8	3,1
VIa	4,5	4,2	4,2	4,1	4,1		4,2	5,4	5,6	5,7	5,7	5,7	5,9
VIb	10,2	10,7	10,3	10,4	10,2		10,2	8,0	8,0	7,8	7,3	7,7	7,7
VIc	3,7	3,4	3,7	3,9	3,8		4,1	4,4	4,6	4,4	4,5	4,6	4,7
VIIa1	6,2	6,2	6,3	6,4	6,8		6,7	6,5	6,2	6,3	6,4	6,3	6,5
VIIa2	10,7	10,5	10,7	11,4	11,1		11,3	9,5	9,6	9,8	9,5	9,7	9,8
VIIa3	3,8	3,4	3,3	3,4	3,2		3,2	10,5	10,5	10,7	10,8	10,7	10,6
VIIa4	4,0	3,4	3,5	3,6	3,7		3,7	3,0	3,0	2,8	2,9	2,7	2,6
VIIb	8,6	8,8	8,7	8,1	8,2		7,5	6,2	6,3	6,4	6,1	5,7	5,7
Total	80924	78087	83296	83615	85048		93254	114054	114789	122373	125684	129415	127535

Legenda		
Setor	Código	Nome
Classes não manuais não proprietárias urbanas	I	Profissionais e administradores, nível alto
	II	Profissionais e administradores, nível baixo
	IIIa1	Não manuais de rotina, nível alto (escritório)
	IIIa2	Não manuais de rotina, nível alto (supervisão)
	IIIb1	Não manuais de rotina, nível baixo (escritório)
	IIIb2	Não manuais de rotina, nível baixo (serviços)
Classes proprietárias urbanas	IVa	Pequenos proprietários empregadores
	IVb	Pequenos proprietários, sem empregados
Classes proprietárias rurais	IVc2	Pequenos proprietários rurais, sem empregados
	IVc1	Pequenos proprietários rurais, com empregados
Classes de trabalhadores manuais qualificados e não qualificados	V	Técnicos e supervisores do trabalho manual
	VIa	Manuais qualificados, indústria moderna
	VIb	Manuais qualificados, indústria tradicional
	VIc	Manuais qualificados, serviços
	VIIa1	Manuais não qualificados, indústria
	VIIa2	Manuais não qualificados, serviços
	VIIa3	Manuais não qualificados, serviço doméstico
	VIIa4	Manuais não qualificados, ambulantes
Classes rurais	VIIb	Trabalhadores manuais rurais

# CLASSES SOCIAIS E FECHAMENTO SOCIAL:

determinantes da desigualdade de renda em São Paulo

*SOCIAL CLASSES AND SOCIAL CLOSURE:*

determinants of income inequality in São Paulo

Ian Prates<sup>a</sup> e Rogério Jerônimo Barbosa<sup>a</sup>

**Resumo** Recentemente, o tema das desigualdades de renda ganhou grande visibilidade, porém, na maioria das vezes, os fatores explicativos estão no desempenho econômico e nas políticas sociais. Neste trabalho, incorporamos a dinâmica das classes ao debate e oferecemos uma interpretação complementar. As classes ocupacionais operam mecanismos de fechamento social e distribuição de poder que condicionam a distribuição de renda. Tomamos a Região Metropolitana de São Paulo, entre 1981 e 2011, como estudo de caso. Usamos técnicas de decomposição da desigualdade e construímos cenários contrafactuais. As análises mostram que uma polarização “*skill-biased*” teve lugar durante os anos 1990, mas é revertida durante a década de 2000. Encontramos também polarização associada a outros fatores, que não a qualificação. As dinâmicas das classes ocupacionais foram justamente os componentes que mais tiveram importância na redução das desigualdades, seguidas de perto pelo processo de formalização da mão de obra. O principal vetor de queda das desigualdades foi a homogeneização interna às classes, sugerindo que o regime de classes tenha se tornado mais coeso. Dessa forma, resta principalmente a desigualdade entre ocupações – fazendo com que esse componente assuma maior importância explicativa sobre o estoque de desigualdade atual.

**Palavras-chave** classes sociais; fechamento social; polarização; mercado de trabalho; desigualdade de renda.

**Abstract** *Recently, the income inequality issue has gained great visibility. However, most of the explanatory factors are the economic performance and the social policies. In this paper, we incorporate the class dynamics debate and offer a complementary*

---

a Doutorando em Sociologia pela USP e pesquisador do CEM/CEBRAP.

*interpretation for this issue. We argue that occupational classes operate as social closure mechanisms and distribution of power, which determine the distribution of income. We take the Metropolitan Region of São Paulo, between 1981 and 2011, as a case study. We use decomposition techniques of inequality and build counterfactual scenarios. Our analyses show that a “skill-biased” polarization took place during the 1990s, but it has been reversed during the late 2000. We also found polarization associated with other factors, not just from qualification credentials. The dynamics of occupational classes were precisely the components that had more importance in reducing inequalities, followed closely by the labor formalization process. The main vector of falling inequality was the inside homogenization of classes, suggesting that the class regime has become more cohesive. In this way, inequality between occupations remain the most important explanatory aspect of the current inequality stock.*

**Keywords** *social classes; social closure; polarization; labor market; income inequality.*

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Os estudos sobre desigualdade de renda no Brasil ganharam grande visibilidade e centralidade, nos últimos quinze anos. Na maioria das vezes, os fatores explicativos estão ligados à composição da força de trabalho, às mudanças tecnológicas, ao desempenho econômico e às políticas sociais. Entretanto, aspectos de ordem institucionais e relacionais foram negligenciados nas explicações que se tornaram mais aceitas.

Neste trabalho, incorporamos a dinâmica das classes sociais ao debate e oferecemos uma interpretação complementar para o movimento de ascensão e queda das desigualdades de rendimentos no mercado de trabalho. Para tal, construímos um diálogo entre a tradição sociológica sobre o tema e perspectivas contemporâneas que têm enfatizado as transformações na estrutura do emprego como um aspecto-chave desses processos.

Partimos do entendimento de que as classes ocupacionais constituem mecanismos de fechamento social e distribuição de poder que condicionam a forma como os ganhos auferidos no mercado de trabalho se distribuem desigualmente – o que é fartamente corroborado por ampla literatura na área de Estratificação Social. Sob esse suposto, compreendemos que mudanças nos padrões de distribuição de

---

1 Os autores agradecem atenciosa leitura e os comentários de Eduardo Marques e Flavio Carvalhaes.

renda associados às ocupações são sintomas ou consequências de mudanças na estrutura ocupacional, isto é, no sistema de organização e hierarquia relacionado às posições e às funções no mercado de trabalho. Temos também como objetivo mostrar de que modo a variação das desigualdades de rendimentos do trabalho está relacionada a aspectos institucionais do mercado de trabalho e às mudanças que perpassam o perfil da oferta e da demanda por mão de obra. Discutimos, ainda, com algumas hipóteses mais próximas a perspectivas econômicas e propomos novas formas de operacionalização e teste.

Como caso, foi considerado o mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo, entre os anos de 1981 e 2011. A RMSP é especialmente interessante não apenas em razão de sua centralidade na economia brasileira e de seu peso histórico. Trata-se, também, do mais dinâmico mercado de trabalho nacional, que, justamente por isso, experimenta, com particular intensidade, os momentos de crise, estagnação e crescimento, constituindo-se uma fértil oportunidade para testar as interpretações que nos propomos aqui a fornecer.

Posto isso, o artigo se encontra estruturado da seguinte maneira, além desta introdução. Na primeira seção, retomamos brevemente o debate sociológico em torno das classes sociais e mostramos como pode ser incorporado aos estudos sobre desigualdade de renda no mercado de trabalho. Na segunda, debruçamo-nos sobre as principais explicações elencadas pela literatura internacional contemporânea para tratar do tema, incorporando a dimensão da polarização ocupacional. Na terceira, delineamos um breve panorama histórico sobre o mercado de trabalho na RMSP, destacando os pontos pertinentes ao debate. As duas últimas seções apresentam os dados utilizados, a metodologia empregada, os principais resultados e suas implicações teóricas e empíricas. A última seção se encarrega das considerações finais.

## **CLASSES SOCIAIS E DESIGUALDADES**

O tema das ocupações, das classes sociais e da estratificação social remete, quase que inevitavelmente, às tradições clássicas do pensamento sociológico, nos escritos de Durkheim, Marx e Weber. A fundamental diferença entre eles, quanto ao tema, é o problema sociológico que as categorias “classe” e “ocupações” ajudam a responder. Afinal, uma análise de classes em si mesma não faz mais do que descrever posições sociais hierarquizadas. A formulação de Erick Olin Wright (2005) é mais do que pertinente: “Se ‘classe’ é a resposta, qual é a pergunta?”.

Tanto em Weber quanto em Marx, as “classes sociais” foram utilizadas como categorias heurísticas para responder a perguntas diversas, mas a mudança histórica permeada pelo constante conflito embutido nas relações sociais conforma o pano de fundo interpretativo dos autores (BENDIX, 1974; COLLINS, 2009). Em geral, a contraposição do conceito de classe nos autores recai, sobretudo, na oposição “situação de mercado (Weber)  $x$  posse dos meios de produção (Marx)”<sup>2</sup>. Lidaremos com algumas distinções conceituais decorrentes dessas oposições, já que podem iluminar de forma teórica e empírica a compreensão da estruturação das desigualdades.

O debate contemporâneo sobre estratificação social ganhou proeminência no bojo das críticas à dominância do funcionalismo – especialmente da “síntese parsoniana” –, que vigorou até meados da década de 1960<sup>3</sup>. Com relação às formas de estratificação, o processo de desenvolvimento histórico colocaria, em um *continuum típico ideal* com polos opostos, “sociedades primitivas” e “modernas”. Nestas, características adquiridas (meritocracia) e impessoais (universalismo) atuariam como critérios *culturalmente legítimos* para a alocação individual ao longo dos sistemas de hierarquia (PARSONS, 1969). Em outras palavras, define-se um modelo teórico em que o processo de modernização *tenderia a minimizar* a importância das características herdadas. Classes sociais deixariam de assumir proeminência no curso das mudanças históricas e na hierarquização das posições individuais ao longo dos cursos de vida. É importante, todavia, atentar para o caráter típico ideal da teoria parsoniana, especialmente a ênfase concebida à legitimação cultural dos critérios normativos. Seria incorreto atribuir a Parsons o postulado de uma sociedade sem classes e sem a operação de critérios adscritos enquanto mecanismos que estruturam desigualdades diversas<sup>4</sup>. Não obstante, ao priorizar a coesão do sistema em detrimento de conflitos que se originam das posições desiguais, Parsons

---

2 Não caberia aqui retomar as várias convergências e proximidades entre ambos, suficientemente debatidas.

3 Em geral, as revisões críticas dirigidas às teorias funcionalistas da estratificação se restringem ao artigo de Davis e Moore (1945), colocando-o lado a lado da teoria parsoniana e reduzindo esta ao primeiro. Esse é, a nosso ver, um tremendo equívoco. Embora, de modo geral, seja certo que os autores partem do que se poderia chamar de uma “perspectiva parsoniana”, a teoria da estratificação de Parsons, além de não se restringir às formulações de Davis e Moore, é consideravelmente mais complexa e elaborada, enquadrando-se em uma ampla teoria evolucionária dos sistemas sociais. Justamente por isso, optamos por destacar o próprio Parsons, mesmo que de forma sucinta.

4 Este é, certamente, um ponto que merece amplo debate, mas aqui não vamos nos deter sobre ele. Cabe, apenas a título de ilustração, destacar um excerto de Parsons (1949, p. 25; em livre tradução) sobre o tema: “A absoluta igualdade de oportunidades é, em certo sentido, a norma típica ideal de determinado sistema social, mas na prática é impossível. [...] Eu acredito que o conflito de classes é endêmico à moderna sociedade industrial. Eu não acredito, contudo, que seja o aspecto dominante dos sistemas sociais e do seu desenvolvimento dinâmico”.



deixou o caminho aberto para que a crítica ao funcionalismo trouxesse esse ponto de volta ao centro das análises<sup>5</sup>.

Na tradição marxista, um dos principais motes do dissenso foi aquilo que Parkin (1979) denominou “o problema da fronteira”<sup>6</sup>: como definir “fronteiras de classe”, em uma sociedade que havia se diversificado de modo que a posse ou não dos meios de produção se tornara insuficiente para agrupar indivíduos com posições razoavelmente distintas no interior da hierarquia social? Alguns autores continuaram a argumentar que a distinção básica se organiza em torno da propriedade dos meios de produção (ALTHUSSER, 1979; POULANTZAS, 1986; WRIGHT, 2005), enquanto outros enfatizaram relações de autoridade (DAHRENDORF, 1982) ou componentes simbólicos de construção das identidades. O mais importante aqui, entretanto, é que, para essa tradição e suas variantes, o conceito de “classes sociais” busca compreender, essencialmente, processos relativos à estruturação do poder e aos mecanismos de manutenção e/ou rompimento da ordem social.

Diferentemente, a chamada perspectiva “neoweberiana” salienta a importância dos processos de “fechamento social” enquanto aspecto distintivo das classes sociais – ou, em alguns casos, das classes ocupacionais. Em linhas gerais, podemos dizer que “fechamento” é uma característica de grupos seletivos, não universalistas ou monopolistas. Trata-se da tentativa de garantir o acesso a recursos e oportunidades aos membros, enquanto exclui-se, simultaneamente, os não membros dessas mesmas prerrogativas. No caso de agrupamentos ocupacionais, o fechamento pode ser exercido de diversas maneiras: 1) pelo monopólio legítimo do exercício de certas atividades, garantido pelo Estado e outros organismos de classe; 2) por regulação, controle e fiscalização do exercício da atividade dos membros; 3) por determinação de critérios, qualificações e requisitos mínimos para o ingresso profissional, inclusive por meio de certificações; 4) por barganha e reivindicações políticas diretas para mediação de conflitos com outros grupos ocupacionais e garantia de direitos e prerrogativas diversas. Importante sublinhar que a delimitação de fronteiras de grupo e a obtenção de benefícios não implicam necessariamente uma articulação de uma “ação coletiva” por parte de todos os membros. Além disso, alguns grupos (especialmente os desprivilegiados) caracterizam-se justamente pela ausência de organismos de classe e lideranças – em outras palavras, o fechamento é um atributo que se distribui de modo não uniforme e está ligado à constituição de desigual-

---

5 A crítica ao funcionalismo ocorreu a partir de diferentes correntes e abordagens. Para uma análise sócio-histórica, consultar Gouldner (1970). Para uma excelente análise posterior, consultar Paixão (1989).

6 A expressão original é “*the boundary problem*”, de Frank Parkin (1979).

dades entre ocupações. É verdade que Weber tratou do conceito de “fechamento” de forma mais ampla, quando de sua análise da estratificação social, ao associá-lo principalmente aos privilégios monopolizados por grupos estamentais, e não pelas classes em si (WEBER, 1974). Afinal, se as classes se distinguem por sua “situação de mercado”, o único fechamento possível seria aquele decorrente da lógica interna às relações associativas que operam no interior da esfera mercantil.

Nesse sentido, Parkin (1979) expande a noção original de “fechamento” de Weber e fala de processos de “fechamento excludente”, em que grupos sociais asseguram privilégios a expensas de um processo de subordinação, impondo categorias sociais que tornam elegíveis o acesso a recursos materiais e simbólicos. Tais fechamentos ocorreriam especialmente por meio da propriedade privada e das credenciais educacionais e profissionais. De maneira semelhante, Collins (2009) trata de como credenciais asseguram monopólios que se reproduzem no fechamento de ocupações a partir de requisitos educacionais preestabelecidos. Em termos sintéticos, o processo histórico e os sistemas de estratificação seriam caracterizados por lutas subseqüentes em torno do monopólio de recursos sociais valorizados que garantiriam o estabelecimento das fronteiras de classe.

Também com forte influência weberiana, o chamado “Programa de Nuffield” – que tem em John Goldthorpe seu principal expoente – ficou conhecido pelas inúmeras análises sobre classe e estratificação social. Para os autores que se situam em torno dessa escola, o ponto central a ser retomado de Weber é sua ênfase sobre as “chances de vida”, aspecto que definiria a relativa homogeneidade interna às classes (BREEN, 2005). As “chances de vida” seriam definidas por: 1) diferentes posições no mercado de trabalho; 2) natureza da relação entre empregado e empregador<sup>7</sup>; e 3) diferenciais de poder e acesso a recursos. Uma das grandes preocupações desse programa era constituir, a partir dessas definições, um esquema de classes que fosse operacionalizável e de fácil aplicação em pesquisas empíricas com dados quantitativos. O resultado foi a proposta de um esquema com onze classes (que pode ser reduzido a sete ou quatro, em versões mais agregadas)<sup>8</sup>.

---

7 Entre os empregados, a dicotomia central estaria entre posições: i) reguladas por contratos de trabalho; e ii) reguladas por uma relação de prestação de serviço com o empregador. Para mais detalhes, consultar: Erickson, Goldthorpe e Portocarrero (1979).

8 Esquema de classes de Erickson, Goldthorpe e Portocarrero, conhecido como “Esquema EGP”: I) profissionais, administradores e gerentes de alto nível; II) profissionais, administradores e gerentes de baixo nível; III-a) empregados não manuais de rotina, alto nível; III-b) empregados não manuais de rotina, baixo nível; IV-a) pequenos empregadores; IV-b) pequenos proprietários, conta própria; IV-c) pequenos empregadores rurais; V) técnicos de nível baixo e supervisores do trabalho manual; VI) trabalhadores manuais qualificados; VII-a) trabalhadores manuais não qualificados; e VII-b) trabalhadores rurais.

Se na tradição mais próxima ao marxismo as classes constituíam a base de compreensão da ação coletiva, na tradição (neo)weberiana seu papel central é explicar a reprodução das desigualdades. A produção acadêmica do Programa de Nuffield e muitos daqueles que se utilizam do esquema EGP atestam sua robustez<sup>9</sup>. O esquema se mostra analiticamente relevante na identificação de regularidades associadas aos diferenciais no mercado de trabalho (BLOSSFELD; MILLS; BERNARDI, 2006), à mobilidade social (BREEN, 2004), às possibilidades de alcance educacional (SHAVIT; MÜLLER, 1998), ao consumo cultural (CHAN; GOLDTHORPE, 2004), entre outros aspectos, seja em estudos comparativos, sejam em nacionais.

A literatura recente sobre classes evidenciou que, se a proposta é responder regularidades associadas às “chances de vida” e à mobilidade social, os resultados empíricos auferidos a partir do uso operacional do esquema de classes neoweberiano se aproximam muito daqueles produzidos com o uso de esquemas neomarxistas (WRIGHT, 2005). Ou seja, a despeito das diferenças teóricas que norteiam os modos de operacionalização, há grandes convergências, que indicam que o fenômeno subjacente é captado de modo igualmente eficaz por mais de uma alternativa. Desse modo, para um leque razoável de questões de pesquisa, há caminhos empíricos intercambiáveis, que concordam em seus diagnósticos.

Desse modo, neste estudo adotaremos o esquema neoweberiano EGP como forma de operacionalizar a noção de classes sociais. Nossa escolha se justifica pelo fato de que observaremos um fenômeno econômico – e noções centrais desse esquema (“posição no mercado” e modos de fechamento ocupacionais) se dirigem diretamente a esses aspectos. Além disso, a intercambiabilidade empírica entre os esquemas de classe garante validade nas inferências, para além dessa escolha.

A lógica que perpassa as possibilidades de acesso a ocupações distintas, o exercício do poder que decorre do posto ocupado e o grau de fechamento imbricado nesse processo condicionam, nos planos macrossocial e econômico, a distribuição do produto social gerado no interior do mercado de trabalho. Buscamos mostrar como tais processos atuam como vetores de manutenção, aprofundamento ou queda da desigualdade de renda. Mas será preciso considerar as hipóteses tradicionais sobre os determinantes da distribuição de rendimentos no mercado de trabalho e tomá-las como contraponto ao nosso modelo. Por isso, como dissemos anteriormente, as classes não serão o único fundamento explicativo. Iremos contrastá-las a outros fatores comumente elencados no debate da Sociologia e da

---

9 O esquema, obviamente, não é livre de críticas. Para uma boa revisão, consultar Bertonecelo (2009).

Economia; em especial, referimo-nos às características educacionais da força de trabalho e ao complexo institucional que organiza as relações sociais no interior do mercado. Dessa forma, a seção seguinte apresenta como esses temas têm sido abordados quando do estudo das desigualdades, para que, em seguida, possamos articular com o que foi tratado até aqui.

## **A HIPÓTESE DA POLARIZAÇÃO, O PAPEL DA EDUCAÇÃO E A REGULAÇÃO INSTITUCIONAL**

A desigualdade dos rendimentos do trabalho tem crescido de forma consistente nos EUA, na maioria dos países europeus e também no famigerado grupo dos BRICs – o Brasil está em uma contratendência. Mas, se para os emergentes o levante das desigualdades é fenômeno recente, na Europa e nos Estados Unidos, já é carta marcada desde meados dos anos 1970. Para alguns analistas, a causa principal seria a transição do modelo fabril-manufatureiro para uma “economia de serviços”, que se faria acompanhada do crescimento das instituições financeiras, de mercados mais abertos, de novas tecnologias de produção e de dificuldades dos sistemas de proteção social em se adaptarem às novas configurações do mundo do trabalho.

Nos Estados Unidos, a estrutura ocupacional se adaptou às transformações econômicas por meio da criação de empregos mal remunerados, minimizando o problema do desemprego – mas intensificando a dispersão e a desigualdade salarial (FREEMAN; KATZ, 1995). Em alguns países da Europa, a rigidez das instituições de regulação do trabalho e a capilaridade da proteção social teriam feito com que a estrutura salarial e a desigualdade pouco se alterassem (de início), mas os trabalhadores menos qualificados teriam se tornado “redundantes” em face ao novo contexto produtivo (MARX, 2007).

No debate sobre as “causas” do aumento da desigualdade, alguns analistas argumentaram que a evolução tecnológica decorrente da reestruturação teria enviesado a demanda na direção de trabalhadores mais qualificados, premiando, de forma desigual, o topo da hierarquia ocupacional (ACEMOGLU, 1999, 2002; CARD; DINARDO, 2002). Estaria ocorrendo, desde meados dos anos 1970, uma “mudança tecnológica enviesada pela qualificação” (*skill-biased technological change – SBTC*), que, como o próprio nome já diz, levaria ao aumento contínuo na demanda por trabalhadores mais qualificados<sup>10</sup>.

---

10 “This conclusion is based on the sharp increase in overall inequality starting in the 1970s and on the fact that returns to schooling rose over the past thirty years despite the unusually rapid increase in the supply of educated workers” (ACEMOGLU, 2002, p. 1266).

Entretanto, estudos posteriores mostraram que o que corria nos Estados Unidos e em muitos países da Europa não foi um lento “*upgrading*” da estrutura ocupacional em razão do aumento na demanda *apenas* por mão de obra qualificada, mas um processo de polarização. Em resposta a esse fenômeno, Autor, Levy e Murnane (2003) propuseram uma versão nuançada da hipótese SBTC. Segundo os autores, a incorporação tecnológica e a automatização das tarefas no interior das firmas tenderiam a substituir as ocupações de rotina (de escritório ou manuais) por processos mecanizados. Estando os empregos de rotina localizados justamente no meio da distribuição salarial e ocupacional, seu esvaziamento promoveria polarização. Em contrapartida, cresceriam tanto as ocupações “não de rotina cognitivas” do topo (profissionais liberais, gerentes, trabalhadores criativos) como aquelas “não de rotina não cognitivas” da base (garçons, trabalhadores de limpeza, etc.). A hipótese “ALM” (sigla que remete às iniciais dos autores: Autor, Levy e Murnane), ou hipótese da rotinização (*routinization hypothesis*), foi reforçada por outros estudos – inclusive para países da Europa Ocidental (GOOS; MANNING, 2007; GOOS; MANNING; SALAMONS, 2009).

Contudo, também o lado da oferta – isto é, o comportamento das tendências quanto às características individuais – ocupou seu lugar nesse debate. Para os Estados Unidos, Goldin e Katz (2008) argumentam que a equalização da composição educacional até os anos 1970 serviu para tornar a distribuição salarial menos desigual, de modo que os frutos do crescimento econômico do pós-guerra foram mais bem distribuídos no interior do mercado de trabalho; já a partir de meados daquela década, o processo se inverteu, trazendo retornos mais desproporcionais pela educação. Em outras palavras, os autores atribuem o crescimento das desigualdades ao padrão de evolução da oferta educacional.

De outro ponto de vista, Wright e Dwyer (2003), estudando os padrões de geração de emprego nos EUA dos anos 1960 aos anos 2000, argumentam que a imigração hispano-americana, uma característica fundamental da composição do mercado de trabalho local, foi central para promover polarização. Durante a década de 1990, a grande maioria dos empregos criados na base da estrutura ocupacional esteve vinculada aos imigrantes, ao passo que os empregos do topo foram basicamente preenchidos por brancos nativos. Assim, para além de qualquer alteração na demanda causada pela rotinização, estariam em ação mecanismos de discriminação ligados a características étnicas que se somariam ao fato de que parte desses imigrantes não está legalmente no país e, por isso, não poderia, de qualquer forma, assumir melhores postos.

Buscando ampliar o foco da abordagem para além da relação entre oferta e demanda, Kalleberg (2012) e Mouw e Kalleberg (2010) argumentam que as dinâmicas especificamente ocupacionais têm impacto sobre as desigualdades. Os autores identificam que, desde os anos 1980, cresceram bastante as diferenças salariais *entre ocupações* – ou seja, identificou-se um aumento das desigualdades em razão de aspectos estruturais do mercado de trabalho (isto é, a estrutura ocupacional), independentemente da mudança na composição e do efeito de características individuais (como idade, sexo e escolaridade). Segundo Kalleberg (2012), a configuração institucional do mercado de trabalho norte-americano (mais especificamente, a queda da força dos sindicatos nos últimos quarenta anos, a descentralização das instituições de ajuste salarial e a elevação do nível de flexibilização das relações de trabalho) facilitou ou tornou possível o processo de polarização ocupacional. Di Prette et al. (2006), Fernandez-Macías (2012) e Oesch e Menés (2010) também criticam a excessiva ênfase no desenvolvimento tecnológico e argumentam que os desenhos institucionais e dos sistemas de *welfare* e de regulação do trabalho têm impacto independente sobre os formatos de expansão do emprego – podendo frear ou alterar possíveis tendências de polarização.

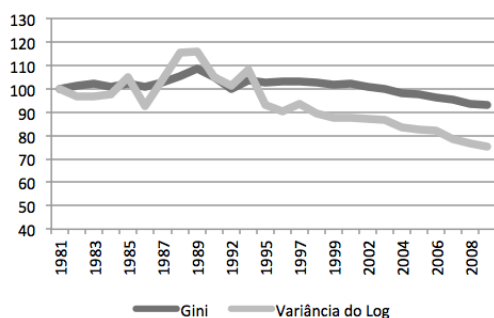
## **MERCADO DE TRABALHO E DESIGUALDADES SALARIAIS – O BRASIL E A RMSP EM PERSPECTIVA**

Até início dos anos 1970, as desigualdades salariais ainda não haviam sido rigorosamente medidas no Brasil. Isso foi possível apenas com a publicação dos dados dos Censos de 1960 e 1970, que mostraram que os níveis de concentração de renda se elevaram consideravelmente na década anterior. Explicações diversas compuseram o que ficou conhecido como a controvérsia sobre a distribuição de renda e o desenvolvimento (TOLIPAN; TINELLI, 1975). Os níveis de desigualdade se mantiveram relativamente estáveis na década seguinte, mas o ano de 1981 inaugura um período de profunda instabilidade macroeconômica, em que se alternam pequenos ciclos de recessão e recuperação (CARDOSO JR., 2001). A sensibilidade dos indicadores aos processos macroeconômicos é claramente perceptível por meio do Gráfico 1.

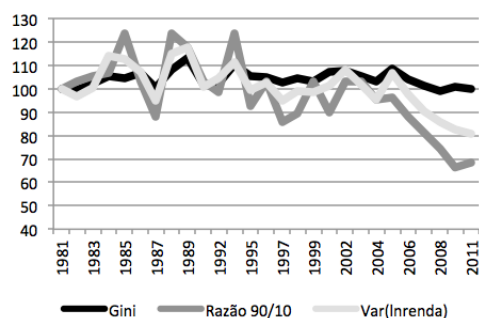
A década de 1990 é marcada por relativa estagnação econômica, a despeito de fortes variações na taxa de crescimento do PIB e da estabilidade monetária que se seguiu ao Plano Real, em 1994. Com a abertura comercial e a competitividade crescente, as indústrias (principalmente seu *core*, instalado na RMSP) passaram a reelaborar processos, adotando mecanismos mais intensivos em produtividade.

Essa reestruturação das firmas (da planta às gerências) implicou transferência de certas atividades auxiliares da produção para empresas subcontratadas ou de “terceirização” (COMIN; AMITRANO, 2003). A fragmentação da contratação acirrou a desarticulação de sindicatos e, por consequência, a capacidade de mobilização e barganha dos trabalhadores (RODRIGUES, 2009). Além disso, inúmeras decisões políticas foram tomadas no sentido de flexibilizar a regulamentação das relações de trabalho (CARDOSO JR., 2001).

a. Brasil, 1981-2009



b. RMSP, 1981-2011



**Gráfico 1.** Desigualdades na renda do trabalho segundo várias medidas (1981=100).

Os indicadores de desigualdades de renda do trabalho na RMSP oscilaram com muito mais intensidade do que os indicadores nacionais. Para o Brasil, os valores declinam consistentemente a partir de 2001. As causas desse movimento foram foco de intensivos estudos sobre o assunto, que, como conclusões, apontam fatores como a estabilização macroeconômica e o controle da inflação; as mudanças na composição educacional da população e a redução dos retornos salariais excessivos; a convergência dos rendimentos rurais e urbanos (FERREIRA et al., 2006); os programas de transferência de renda (SOARES, 2010); e a valorização real do salário-mínimo, para citar alguns exemplos.

Na RMSP, no entanto, a queda das desigualdades só se iniciou a partir de 2005 e, ainda assim, não medida da mesma forma pelos diferentes índices. A Variância do Log da Renda e a razão 90/10 apresentam acentuado declínio, ao passo que o Gini apenas retorna, em 2011, para seu antigo patamar de 1981. No entanto, ainda que considerássemos somente essa última medida, é concebível que esse “mesmo patamar” de outrora tenha significado e composição diferentes.

Se para o cenário nacional muito tem sido produzido para se compreender o movimento das desigualdades, o mesmo não é verdade para o caso da RMSP. Os dados mostram que o estado da distribuição de renda na RMSP foi bastante sensível às intensas e agitadas transformações em seu mercado de trabalho. Isso reforça que, além da dinamicidade e das transformações pelas quais passou a região no

período estudado, estamos frente a um interessante caso que possibilita articular as perspectivas teóricas apresentadas, bem como testá-las empiricamente.

Dessa forma, e tendo em vista os debates apresentados até então, é possível indagar: em que medida os processos de polarização e a dinâmica de classes explicam os movimentos da desigualdade de renda na RMSP, durante os últimos trinta anos? Se de fato as classes ocupacionais operam mecanismos de fechamento social, de acesso diferenciado a recursos e de distribuição de poder (no sentido que discutimos nas seções anteriores), poderemos observar como tais processos se relacionam com os anteriores e acabam por moldar a estruturação das desigualdades de renda. Além disso, se é verdade que nossos anos 1990 (com a abertura econômica, a redução de direitos trabalhistas e a reestruturação micro-organizacional) têm algumas semelhanças com os cenários experimentados por parte dos países desenvolvidos nas décadas anteriores, será também verdade que o rol de explicações (ou parte dele) mobilizado para explicar as dinâmicas das desigualdades nesses países se reproduz na região metropolitana paulista?

## MODELOS ANALÍTICOS E DADOS

Como argumentamos, consideraremos as classes EGP como modelo operacional para observar o efeito do fechamento ocupacional sobre as desigualdades de renda. É importante agora também tornar operacional a noção de polarização. Neste trabalho, os rendimentos definirão a principal dimensão a partir da qual mediremos a polarização. Polares são os indivíduos localizados nos extremos da distribuição de renda. Compreendemos ainda que a polarização pode se referir a dois aspectos: ao *estoque* de trabalhadores no mercado de trabalho e ao *fluxo* dos postos de trabalho, ou seja, aos padrões de geração ou redução de empregos. Desse modo, a polarização pode ocorrer porque (1) as classes de ocupação existentes se distanciaram no espectro dos rendimentos, tornando-se polares, ou (2) porque os novos empregos de determinado período foram criados apenas nos extremos da distribuição de renda, ou ainda (3) porque parte das classes que antes ocupavam o meio da distribuição de renda foi desfeita (segundo as expectativas da hipótese ALM).

Partindo do pressuposto de que a polarização é uma das possibilidades para explicar o sinuoso movimento das desigualdades no período em análise, podemos inversamente questionar se a queda recente das desigualdades de renda estaria ligada a uma “despolarização” e seus possíveis condicionantes. Ou seja, de que ordem teria sido a polarização: estritamente ligada a componentes educacionais



(isto é, ativos de qualificação da mão de obra), tal como pretende as hipóteses SBTC e ALM (rotinização)? Teria havido polarização também na estrutura de classes? Qual o papel das instituições e da institucionalização dos mercados de trabalho (formalização/relação contratual)?

No entanto, consideramos também que poderia haver um desencaixe entre as expectativas teóricas mais gerais e o quadro brasileiro – e, mais especificamente, o paulistano. A Região Metropolitana de São Paulo conforma um contexto específico ao qual mesmo as explicações vigentes no plano nacional podem não se adequar. As questões levantadas devem, então, receber atenção especial, bem como as hipóteses explicativas cuidadosamente testadas.

Nossa estratégia analítica se fundamenta em procedimentos de decomposição das desigualdades, em parte semelhantes àqueles aplicados por Carvalhaes et al. (2014). Apresentamos, nesta seção, a intuição geral desses modelos e, a seguir, os dados utilizados. O indicador de desigualdade que adotaremos é a variância do logaritmo natural da renda do trabalho. O uso da variância do logaritmo possui limitações e críticas<sup>11</sup>, mas, ao mesmo tempo, permite a aplicação de técnicas multivariadas e sofisticadas de decomposição, fruto de desenvolvimentos recentes (LEMIEUX, 2006; WESTERN; BLOOME, 2009; MOUW; KALLEBERG, 2010). O princípio, de forma bem simples, é o de que a dispersão de uma variável contínua pode ser decomposta a partir de grupos de uma variável categórica. A variância (ou desigualdade) total é igual à soma da variância entregrupos e intragrupos. Indivíduos dentro de um grupo são heterogêneos e há também heterogeneidade entre os grupos, dos quais é possível fazer parte. Assim:

Desigualdade total = desigualdade **ent**regrupos + desigualdade **intra**grupos

Em notação matemática, podemos expressar essa relação de modo mais formal:

$$V^J = \sum_{j=1}^J \pi_j (\mu_j - \bar{\mu})^2 + \sum_{j=1}^J \pi_j \sigma_j^2 \quad (1)$$

A primeira expressão do lado direito da equação representa o componente *entregrupos*. Um grupo ( $j$ ) é tanto mais desigual quanto mais sua média ( $\mu_j$ ) distar

---

11 O log é uma transformação não linear e não respeita o “princípio da transferência” (cf. COWELL, 1995).

da média global ( $\bar{\mu}$ ) – e a importância de sua contribuição para a desigualdade em geral é proporcional ao seu tamanho ou à fração que ocupa na população como um todo ( $\pi_j$ ). Mas um grupo pode também contribuir para as desigualdades, caso ele próprio seja internamente desigual ou heterogêneo – ou seja, a depender de sua variância ( $\sigma_j^2$ ). Obviamente, a contribuição dessa desigualdade interna também é proporcional ao tamanho do grupo ( $\pi_j$ ). Assim, o segundo termo do lado direito da equação representa o componente *intragrupos*.

Desse modo, a desigualdade total pode aumentar ou diminuir a depender de várias configurações:

- 1 – *Os grupos podem se distanciar entre si*. Ou seja, suas médias podem se mover de modo a polarizá-los. Chamaremos isso de **efeito de médias** ou simplesmente de componente **entregrupos**. Trata-se do crescimento da expressão  $(\mu_j - \bar{\mu})^2$ .
- 2 – Mantendo as médias constantes (isto é, mantendo os grupos em seus lugares), *pode haver um aumento da desigualdade interna aos grupos*. Chamaremos isso de **efeito de variância** ou componente **intragrupos**. Trata-se do crescimento da variância  $\sigma_j^2$ .
- 3 – Mantendo as médias e as variâncias constantes, *grupos internamente muito desiguais (como aquele mais à direita) podem aumentar de tamanho*. Ou seja, grupos desiguais passam a *compor* uma fração maior da distribuição global. Chamaremos isso de **efeito de composição intra**. Na Equação, trata-se do crescimento de  $\pi_j$ , quando multiplica um grupo que já possui grande variância interna, isto é, que tem um alto valor de  $\sigma_j^2$ .
- 4 – Mantendo as médias e as variâncias constantes, *grupos que já estão em polos opostos podem aumentar de tamanho (ou seja, o crescimento pode ocorrer de forma polarizada)*. Chamaremos isso de **efeito de composição entre**. Trata-se do crescimento de  $\pi_j$ , quando multiplica um grupo que já está distante da média global, isto é, que tem um alto valor de  $(\mu_j - \bar{\mu})^2$ .

Os itens 1 e 4 operacionalizam a forma como mediremos os efeitos de possíveis polarizações sobre as desigualdades de renda no mercado de trabalho. O item 1 se refere à polarização do *estoque* dos postos de trabalho, ou seja, o aumento da distância entregrupos, uma vez que mantemos constantes seus tamanhos. O item 4, por sua vez, refere-se à polarização produzida pelo *fluxo*, ou seja, pela criação ou redução de postos de trabalho; mantidas constantes as distâncias existentes.

Em linhas gerais, calculamos esses componentes da Equação 1 para todos os anos, entre 1981 e 2011. Em seguida, congelamos cada um dos componentes, por vez, em seus valores observados no início do período, 1981. Assim, produzimos

uma série de exercícios contrafactuais que permitem distinguir como cada um dos quatro mecanismos listados atuou em cada variável explicativa do modelo. Importa-nos responder, por exemplo,

- a) Como seria a desigualdade de renda em cada um dos anos, até 2011, caso a diferença de renda entre os grupos tivesse permanecido constante com os valores de 1981? A diferença entre a desigualdade efetivamente observada e a contrafactual mostra o quanto do movimento das desigualdades no período se deve ao efeito de médias, relacionado à educação.
- b) Como seria a desigualdade de renda em cada um dos anos, até 2011, caso a variância da renda dentro dos grupos tivesse permanecido constante com os valores de 1981? A diferença entre observado e contrafactual releva o efeito de variância (intra).
- c) Como seria a desigualdade de renda em cada um dos anos, até 2011, caso o tamanho dos grupos tivesse permanecido constante com os valores de 1981? A diferença entre observado e contrafactual releva o efeito de composição.

Nesta análise, um “grupo” é definido por um cruzamento de características sociais e individuais. Seleccionamos diversos aspectos e dimensões teoricamente relevantes para a discussão apresentada. Cabe, então, definir as variáveis e categorias que caracterizam tais grupos.

Como já ressaltamos, para operacionalizar a noção de classes ocupacionais, valeremo-nos do esquema desenvolvido por Erikson, Goldthorpe e Portocarrero (1979) e utilizaremos o esquema EGP adaptado às classificações ocupacionais utilizadas nas pesquisas do IBGE, conforme o modelo desenvolvido por Barbosa e Marschner (2013)<sup>12</sup>. Dado que o número de trabalhadores rurais na RMSP é relativamente reduzido, para evitar flutuações amostrais e comportamentos anômalos, excluímos as classes rurais (proprietários/empregadores, trabalhadores autoempregados ou de subsistência e volantes). Desse modo, seleccionamos apenas oito classes do esquema EGP, a saber: profissionais de alto nível, profissionais de baixo nível, não manuais de rotina alto nível, não manuais de rotina baixo nível,

---

12 Apesar de a proposta de classificação de Barbosa e Marschner não ter sido ainda publicada, já foi largamente utilizada em trabalhos desenvolvidos no Centro de Estudos da Metrópole, em especial em capítulos dos livros *O quanto o Brasil mudou nos últimos 50 anos?*, organizado por Marta Arretche, e *São Paulo nos anos 2000*, organizado por Eduardo Marques, ambos no prelo pela Editora UNESP.

empregadores (urbanos), técnicos e supervisores, trabalhadores manuais qualificados e trabalhadores manuais não qualificados.

Consideramos, também, o nível de escolarização formal obtido pelos indivíduos. É certo que educação não informa apenas sobre a importância da oferta e da demanda por capital humano, no entanto, as expectativas das hipóteses SBTC e ALM são bastante específicas: espera-se polarização, ligada principalmente ao componente de composição – mas também de médias. Do ponto de vista sociológico, poderíamos esperar, por exemplo, que a recente expansão dos níveis educacionais (em especial da educação superior) elevasse a desigualdade no interior dos níveis de escolarização e o tamanho dos grupos já internamente desiguais. As variáveis de anos de estudos dos anos 1980 foram padronizadas segundo a proposta de Soares e Lima (2002). Em seguida, para todos os anos analisados, compusemos categorias de níveis educacionais: analfabeto/sem escolarização, fundamental incompleto, fundamental completo-médio incompleto (somados), médio completo, superior incompleto e superior completo.

Como mencionamos, o efeito das instituições do mercado será operacionalizado por meio da observação da formalização da mão de obra. Compreendemos que formais são os trabalhadores que: 1) possuem carteira assinada ou são empregados públicos (e, em ambos os casos, possuem rendimento maior que zero); 2) são empregadores ou trabalhares por conta própria que contribuem para a Previdência Social (também possuindo rendimento maior que zero).

Além disso, usamos sexo e idade como variáveis de controle. Sexo foi utilizado como variável *dummy* e idade foi categorizada em faixas etárias: 25-34, 35-39, 40-44, 45-49, 50-54 e 55 anos e mais.

De maneira operacional, os *grupos*-alvo de nossa análise são definidos pelas seguintes variáveis: as classes ocupacionais EGP (oito categorias – excluindo os grupos rurais), faixas de escolaridade (seis categorias), os setores formal e informal (duas categorias), grupos de sexo (duas categorias) e faixas etárias (cinco categorias)<sup>13</sup>. Um grupo, na realidade, é o cruzamento de todas essas características, por exemplo: profissionais de alto nível (segundo EGP), com ensino superior, no setor formal, do sexo feminino, com idade entre 35 e 39 anos. Desse modo, o número total de grupos é dado pela multiplicação  $8 \times 6 \times 2 \times 2 \times 5 = 960$ . Ou seja, poten-

---

13 As variáveis de anos de estudos, dos anos 1980, foram padronizadas segundo a proposta de Soares e Lima (2002). Em seguida, para todos os anos analisados, compusemos categorias de níveis educacionais: analfabeto/sem escolarização, fundamental incompleto, fundamental completo-médio incompleto (somados), médio completo, superior incompleto e superior completo. Para as faixas etárias, tomamos os seguintes recortes: 25-34, 35-39, 40-44, 45-49, 50-54 e 55 anos e mais.

cialmente, um indivíduo pode pertencer a 960 combinações daquelas categorias explicativas que mobilizamos. Cada um desses cruzamentos tem um nível de renda específico, determinado simultaneamente por todas aquelas características, um patamar de desigualdade interno e ocupa certa proporção no mercado de trabalho.

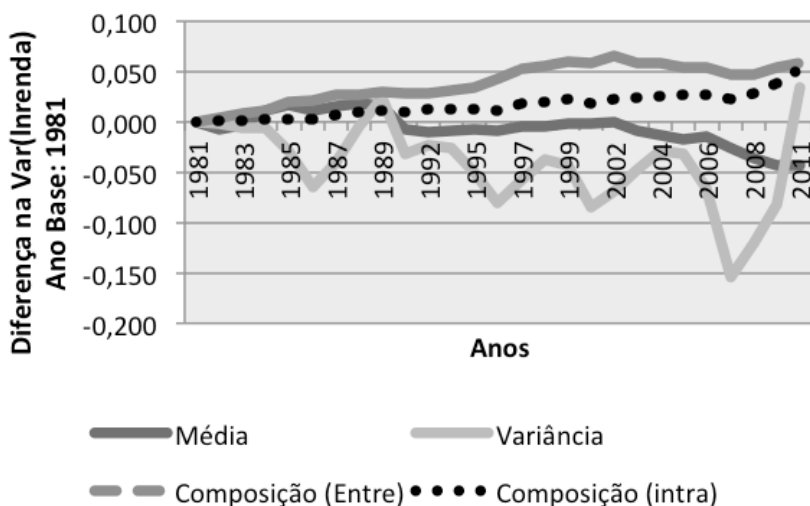
Assim, a desigualdade entre grupos é a distância entre as médias de renda (na realidade, entre as médias do logaritmo da renda) de cada uma dessas 960 células produzidas por esse cruzamento. A desigualdade interna aos grupos é a variância do logaritmo da renda dentro de cada célula. Para obter as médias e variâncias de cada grupo, aplicamos o método de decomposição multivariado, com base em regressões, proposto por Western e Bloome (2009), chamado pelos autores de *variance function regression* (VFR). Os detalhes estatísticos desses modelos e sua estimação encontram-se no Apêndice. Como são muitas unidades de análise, não interessa aqui fazer uma análise descritiva de cada uma das células. Apenas consideramos os valores das médias e variâncias estimadas como parâmetros para o cálculo da decomposição da desigualdade total (Equação 1). É importante sublinhar que as 960 combinações formadas pelo cruzamento das variáveis explicativas existem apenas em potencial. É possível que diversas células estejam vazias (por exemplo, pode não existir nenhum trabalhador manual de baixo nível, do sexo feminino, com idade entre 60 e 65 anos, com ensino superior completo e no mercado informal). Um cenário como esse não se constitui como problema: como mostra a Equação 1, a importância de cada célula na desigualdade total é proporcional à fatia que ocupa no mercado de trabalho, isto é, ao seu tamanho. Desse modo, a média e a variância estimadas para uma célula que, na realidade, é vazia serão multiplicadas por zero. O exercício contrafactual que propomos é observar como a configuração geral da desigualdade se alteraria se “congelássemos” a contribuição que cada uma das variáveis explicativas trazem para a diferença entre grupos e para a variância dentro dos grupos.

Utilizamos como fontes de dados as PNADS de 1981 a 2011, selecionando apenas os indivíduos que trabalhavam na semana de referência da coleta de dados, tinham renda diferente de zero, possuíam entre 25 e 65 anos e residiam na Região Metropolitana de São Paulo. A medida de renda adotada é o rendimento mensal do trabalho principal da semana de referência, em valores de reais de 2012, deflacionada segundo método proposto por Corseuil e Foguel (2002).

## RESULTADOS

A seguir são apresentados os resultados contrafactuais abordados na seção anterior. Eles permitem uma decomposição mais detalhada a partir de cada uma

de nossas variáveis explicativas. Primeiramente, analisaremos as dinâmicas relacionadas à educação e à regulação do mercado de trabalho (aqui operacionalizada como formalização da mão de obra). Desse modo, dialogamos primeiro com as hipóteses concorrentes e outros fatores explicativos para, em seguida, tratar mais detidamente dos efeitos relacionados à estrutura ocupacional. Assim, o gráfico a seguir trata dos resultados relativos ao componente de educação.



**Gráfico 2.** Decomposição contrafactual: efeitos da educação<sup>14</sup>.

Tomando o nível de desigualdades existente em 1981 como base, as linhas apresentam de que forma cada um dos componentes contribuiu para elevar ou diminuir esse patamar. A soma de todas as linhas, em um dado ano, representa o efeito global da educação sobre as desigualdades, até aquele ponto, no tempo.

Observando o efeito de médias, bem como o efeito de composição (fator entre-grupos), é possível dizer que os retornos e a distribuição educacional, nos anos 1980, trouxeram leve polarização para o mercado de trabalho paulistano. Essa tendência é em parte revertida entre 1989-1990, quando o componente de médias (distância entregrupos) sofre um rápido declínio. No entanto, entre 1990 e 2002, há um contínuo crescimento desses componentes – principalmente do efeito de composição. Isso significa que o saldo de empregos (*fluxo*), na década de 1990, foi polarizado, sob a ótica educacional, e que a distância salarial entre mais e menos escolarizados ampliou-se (efeito sobre todo o *estoque*). Esse achado corrobora, em parte, as expectativas da hipótese ALM: em um contexto de acirramento da compe-

14 Todos os gráficos de decomposição contrafactual apresentam, na realidade, valores que são médias móveis, com vistas a suavizar as linhas e facilitar a leitura dos resultados.

titividade, o aumento da produtividade se far-se-ia via demanda de trabalhadores qualificados (*skill-biased*), e a rotinização produziria esvaziamento dos postos substituíveis por processos tecnológicos – como consequência, novos ingressantes pouco qualificados ocupariam os empregos de menor renda. Polarização seria grande demanda qualificada, por um lado, e grande oferta desqualificada, por outro.

No entanto, temos que se trata de um período bastante específico. A reestruturação micro-organizacional é fenômeno sem precedentes – bem como também o é o alto volume de demissões que inflaram as taxas de desemprego. Além disso, tudo ocorreu em meio à parca geração de novos postos. Desse modo, o viés polarizado, do ponto de vista educacional, talvez informe menos sobre um novo tipo de “demanda” por qualificação por parte das empresas e mais sobre o perfil dos “sobreviventes” à crise e à reestruturação. Ao que parece, os proponentes da hipótese ALM não pretendem tratar apenas de efeitos conjunturais, mas sim de padrões regulares que estruturam as expectativas das empresas quanto aos trabalhadores; e não parece ser esse o caso.

A leitura de que na RMSP o fenômeno da polarização possa ter sido mais conjuntural é corroborada, quando observamos os dados de 2002 em diante. Há uma clara e intensa reversão dos efeitos de média, isto é, a distância salarial entre os grupos educacionais, de modo geral, passa a decrescer continuamente. Também, após 2002, verificamos a redução da polarização ligada à composição educacional dos postos de trabalho (fluxo). O caso pode ser também o inverso, no entanto: o período de bonança econômica pode ter apenas “acolchoado” tendências polarizantes. Não temos, por ora, elementos para descartar nenhuma dessas duas hipóteses. Mas o fato é que podemos certamente dizer que *polarização não é o único fator em jogo*. Adicionalmente, destacamos que o resultante dos dois vetores de polarização, ao final do período estudado, é praticamente nulo: enquanto o saldo líquido do efeito de médias é de redução da desigualdade, o efeito de composição termina ainda com efeito na direção contrária, ainda com saldo positivo.

Com relação às desigualdades internas aos grupos educacionais, há dois grandes movimentos. O primeiro deles é o comportamento extremamente inconsistente da variância da renda, mas que, ainda assim, na tendência geral, esboça um movimento de declínio. Rememorando, a variância é a medida de desigualdade interna aos grupos educacionais – indicando a heterogeneidade dos indivíduos, do *status* das credenciais e, não podemos negligenciar, também da produtividade. Ao longo de todo o período (à exceção do ano de 1989), o componente das desigualdades internas se manteve negativo, ou seja, houve homogeneização/equalização dos retornos dentro dos níveis de escolarização. Justamente por isso, chama a atenção

a grande inflexão que ocorre entre 2006-2007, fazendo com que chegue a ser, em 2011, um vetor produtor de desigualdade. Em outras palavras, de modo geral, as desigualdades internas aos grupos educacionais (de todos, não apenas de um nível educacional específico) aumentaram bruscamente. Isso significa ampliação generalizada das incertezas (ou da heterogeneidade) quanto aos retornos pela educação. Certamente, há correlação entre esse fato e o crescente ingresso de graduados do ensino superior no mercado que se beneficiaram da grande expansão desse nível educacional. Contudo, as dinâmicas do ensino superior não são capazes de explicar todo o fenômeno. O segundo movimento se refere à contínua tendência de crescimento daqueles grupos que já são mais internamente desiguais, em especial daquele conjunto de pessoas que detém o ensino médio completo. Trata-se de um processo que já ocorre ao menos desde 1981, mas que, no entanto, se intensifica também depois de 2007 (consultar o componente “Composição Intra”).

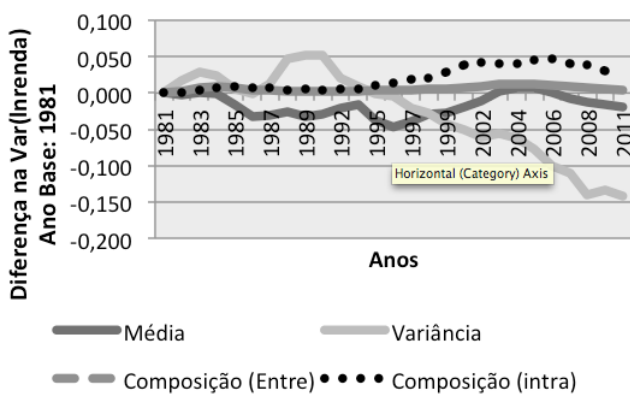
Quando decomparamos as desigualdades, encontramos diversos vetores e forças que atuaram conjuntamente para formar o saldo efetivamente observado nos indicadores de desigualdade agregados. Apesar de o indicador geral de desigualdade ter caído, encontra-se que os vetores especificamente educacionais exerceram impacto no sentido de aumentar as desigualdades (no ponto final do gráfico, a soma de todos os componentes é positiva) – o que certamente será contrabalanceado pelas demais variáveis e seus componentes, *uma vez que o saldo global é de queda*. Resumindo, nossa análise aponta que *as dinâmicas educacionais na RMSP, entre 1981 e 2011, elevaram as desigualdades salariais*. A grande inversão do componente de variância é a maior responsável por esse quadro.

Passamos, então, para as dinâmicas dos setores formal e informal, que revelam aspectos da regulação institucional dos mercados de trabalho. Na década de 1980, há um cenário em que o comportamento dos vetores decompostos é bastante irregular, o que pode ser compreendido à luz das várias crises, do ambiente econômico extremamente instável e da elevada inflação. Os ciclos de crise elevam a incerteza quanto aos retornos pela formalização: podemos ler isso claramente por meio do componente da variância; há picos em 1983 e 1989 (momentos de grande instabilidade e crescimento negativo do PIB *per capita* no plano nacional) e vale entre 1985-1986 (anos marcados por recuperação). Após 1989, há uma queda quase linear das desigualdades internas ao grupo formal. É interessante observar que esse é exatamente o período em que, entre 1989 e 2001, há um grande enxugamento do setor formal na metrópole.

Conjecturando, podemos associar essa queda das desigualdades internas (1) à relativa (e crescente) homogeneidade no perfil dos sobreviventes às demissões e



às reformas pelas quais passaram ou que atingiram as empresas e (2) ao resultado da estabilidade monetária, que finda com a intensa prática de reajustes salariais (que eram também desigualmente distribuídos). O intervalo entre 2001 e 2003, de breve interrupção da tendência, é simultâneo à estagnação da tendência de crescimento do segmento informal. Quando, a partir de 2004, a formalização é retomada, a queda das desigualdades continua seu curso, provavelmente agora puxada pela homogeneização proporcionada por políticas de regulação, em especial a do salário-mínimo. O efeito de composição (vetor intragrupos) mostra também que a reorganização das parcelas representativas dos grupos formal/informal analisados se fez de modo a produzir desigualdades – movimento que é interrompido justamente entre 2001-2003.



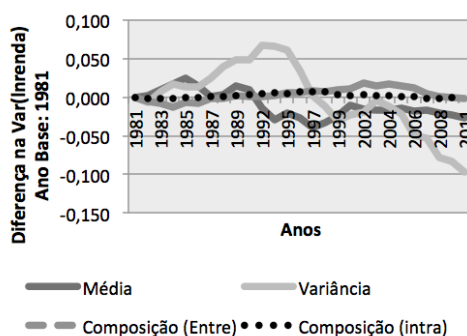
**Gráfico 3.** Decomposição contrafactual: efeitos da (in)formalidade.

Nos anos 1990, o vetor do efeito de médias mostra um intenso processo de polarização entre os setores formal e informal: crescem as diferenças salariais entre os grupos (eles se tornam mais distantes). Contudo, em uma escala muito menor, observamos, pelo efeito de composição, que a geração de empregos foi mais intensa nos grupos que já eram polares. Encontramos, assim, uma forma de polarização que não está ligada apenas a elementos educacionais ou de qualificação (logo, de produtividade), como pretende a hipótese ALM. Nesse caso, deve-se às dinâmicas institucionais, de regulação e desregulação.

No período 2005-2011, o processo de polarização se inverte, e, simultaneamente, todos os componentes apresentam declínio sistemático – justamente naquele período de recuperação das taxas de formalidade. Esse é um ponto central, porque nos mostra o peso da dimensão institucional da regulação das relações de trabalho sobre as desigualdades. Não é o caso, aqui, de debater os motivos pelos quais a formalização cresceu na última década. Alguns autores (BALTAR et al.,

2010) têm enfatizado o papel assumido pela ampliação do escopo de fiscalização do Ministério do Trabalho e dos incentivos à formalização. O efeito líquido, ao final do período, é muito claro: a formalização é vetor de queda da desigualdade de rendimentos na RMSP.

Quando decomparamos a desigualdade segundo as classes ocupacionais EGP, dois são os principais resultados. *Em primeiro lugar, a queda das desigualdades se deve basicamente à redução das desigualdades internas às classes.* Ao menos desde 1981 havia uma tendência de crescimento da heterogeneidade dos rendimentos no interior das classes. Esse caminhar se interrompe após a estabilização monetária, ocorrida em 1994 – e, desse ponto até 1999, diminuíram as distâncias entre os rendimentos dos indivíduos dentro dos grupos. Nos períodos de maiores incertezas no mercado de trabalho, entre 1994 e 2003, a desigualdade interna às classes volta a crescer, indicando maiores riscos e incertezas quanto aos retornos ocupacionais. Mas a trajetória final, até 2011, volta a ser de queda intensa.



**Gráfico 4.** Decomposição contrafactual: efeitos da estrutura de classe (EGP).

Em segundo lugar, de forma sinuosa, as diferenças médias decrescem nos anos 1980 – mas os meados dos anos 1990 voltam a ampliar as distâncias de renda entre as classes. Esse é um período em que também se observa crescimento do efeito de composição (componente entre grupos). Em outras palavras, há leve polarização, de acordo com nossas duas medidas, com ápice em 2002. Desse ano em diante, o quadro começa a ser revertido, e, então, todos os componentes têm queda sistemática. Nenhum deles registra saldo líquido positivo, ao fim dos trinta anos estudados. Por isso, a grande homogeneização das rendas internas às classes, somada à leve redução das distâncias entre elas, acabou por se constituir como o principal fator de queda das desigualdades na RMSP.

Essa homogeneização dos rendimentos é positiva, do ponto de vista do estoque global de desigualdades, mas também indica que a diferença entre os grupos ocupacionais se torna relativamente mais importante para explicar as desigualdades restantes, ou seja, como a diferença de rendimentos entre classes se

manteve em grande medida, tornam-se mais evidentes as desigualdades devidas às hierarquias ocupacionais – poderíamos dizer que o modo de estruturação das classes torna-se mais transparente.

A homogeneização dos rendimentos dentro das classes pode decorrer de processos de coordenação e regulação, característicos de processos de fechamento ocupacional, mas tal hipótese apenas poderia ser corroborada empiricamente pela análise rigorosa e detalhada de um conjunto amplo de ocupações particulares (isto é, das mudanças nos padrões de seleção, credenciamento, regulação, associação, etc.).

Se a hipótese do fechamento proceder, podemos estar de frente a um cenário em que a estrutura de classes passa a ter maior importância explicativa. No entanto, como o saldo é de queda das desigualdades de rendimento, isso também implicaria que *maiores graus de fechamento e de coesão do sistema ocupacional não necessariamente implicam acirramento das desigualdades*. Em outras palavras, podemos estar passando por uma mudança qualitativa dos determinantes das desigualdades de rendimentos – o que coloca desafios distintos para seu enfrentamento. No panorama nacional, pesquisas recentes sugerem que o efeito da equalização educacional dos trabalhadores sobre a distribuição de renda, por exemplo, pode estar se aproximando de um esgotamento (CARVALHAES et al., 2014). No caso da RMSP, que já possui patamares de escolarização mais elevados e homogêneos do que o Brasil como um todo, isso já pode ter ocorrido. Nossos resultados mostram, inclusive, que houve redução dos retornos educacionais, acompanhada de elevação das incertezas e dispersão dos rendimentos – possivelmente corroborando que o papel da educação como equalizadora pode ali já ter atingido esse ponto de ineficácia. E, apesar de toda a queda nos indicadores, os níveis de desigualdade ainda permanecem bastante altos – o que reforça a necessidade de introduzir mecanismos explicativos alternativos aos correntemente mobilizados. Sugerimos que a estrutura ocupacional é um âmbito de grande importância e que as dinâmicas e os mecanismos de fechamento das classes merecem maiores investigações.

Teoricamente, nossos achados se opõem à noção de que uma economia mais centrada nos setores de serviços, mais internacionalmente integrada e com intensificação de processos tecnológicos necessariamente deva levar à polarização social, ao aumento das distâncias entre os grupos sociais e, claro, à desigualdade de renda.

Por fim, e de forma a resumir os efeitos líquidos de todos os vetores e variáveis no período estudado, a tabela a seguir mostra o estado dos componentes no ano de 2011.

**Tabela 1.** Saldos de todos os componentes e variáveis sobre as desigualdades de rendimento na RMSP, no período entre 1981 e 2011<sup>15</sup>.

	Média	Variância	Composição (entre)	Composição (intra)	Total
Formalidade	-0,027	-0,101	0,002	0,012	-0,114
EGP	-0,036	-0,080	-0,006	0,001	-0,121
Educação	-0,030	0,016	0,071	0,059	0,117

## DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RMSP assistiu à queda das desigualdades ao longo dos últimos anos, assim como todo o Brasil, mas são muitas suas especificidades. De início, cabe ressaltar que o estado das desigualdades no ambiente metropolitano foi muito mais suscetível aos ciclos econômicos e às transformações no mercado de trabalho ocorridas no intervalo de tempo analisado (Gráfico 1). Em segundo lugar, a própria magnitude da queda é inferior. E, por fim, vimos que os vetores não são os mesmos que atuaram no plano nacional.

As explicações com base nas expectativas econômicas, cujo principal foco dirige-se para o perfil de demanda por mão de obra por parte das empresas, aparentemente, têm vigência restrita para o caso que estudamos. Uma polarização “*skill-biased*” teve lugar durante os anos 1990, mas é revertida em boa medida durante a década de 2000. E, somente a partir dessa abordagem, não temos elementos para explicar essa reversão. Além disso, encontramos também polarização associada a outros fatores, que não à qualificação. Esse foi o caso, por exemplo, das dinâmicas entre setores formal e informal. Esse resultado confere confiança para afirmar que a ação institucional do Estado sobre o mercado de trabalho, ao remover ou aplicar instrumentos de regulação, têm o poder de atuar para amplificar ou atenuar assimetrias. Há evidências para pensar que esse foi o cenário, ao menos nas duas últimas décadas.

Outros fatores de ordem institucional – porém não ligados estritamente a políticas – também tiveram papel importante. As dinâmicas das classes ocupacionais foram justamente os componentes que mais tiveram importância na redução das desigualdades, seguidas de perto pelo processo de formalização da mão de obra. As hierarquias ocupacionais expressam desigualdades estruturadas e sistemáticas, fundadas tanto na proteção política de algumas ocupações (associações, sindi-

15 Lembramos que os gráficos de decomposição contrafactual foram plotados como médias móveis, para produzir suavização das linhas e facilitar a leitura dos resultados. Esses da tabela são os valores brutos, não suavizados.

catos, regulamentações profissionais, etc.) quanto em estruturas institucionais mais difusas, arraigadas nas posições dos ocupantes na estrutura produtiva e nos processos de fechamento social que daí decorrem.

O principal vetor de queda das desigualdades foi aquele relativo à homogeneização interna às classes, sugerindo que o regime de classes tenha se tornado mais coeso, ou seja, intensificando o fechamento social que lhes caracterizam e fazendo cair as desigualdades entre indivíduos dentro das ocupações. Dessa forma, resta principalmente a desigualdade entre ocupações – fazendo com que esse componente assuma maior importância explicativa sobre o estoque de desigualdade atual. Um resultado relativamente semelhante foi encontrado por Carvalhaes et al. (2014), em um estudo dedicado às desigualdades ocupacionais no Brasil, durante o último decênio. Contudo, as consequências práticas no mercado de trabalho dessa maior nitidez nas clivagens ocupacionais não são tão claras – e podem não se correlacionar com outras dimensões da estratificação social (como, por exemplo, com qualquer aspecto ligado ao poder político).

Importa destacar que se observamos a operação de diversos fatores sociais não contemplados por expectativas estritamente econômicas – apesar de que, em parte, elas se verificam. A análise do caso da RMSP mostrou ainda evidências de comportamentos divergentes das tendências nacionais – no caso, por exemplo, da educação (que, ao fim do período analisado, gerava um saldo de aumento das desigualdades) e da idade (que, pela ampliação da variância interna aos grupos etários, trazia também mais desigualdade). Esses achados indicam a vigência de processos específicos, colocando ao menos em suspenso possibilidades de generalização fácil de diagnósticos. Se não é possível estender para São Paulo os padrões encontrados no plano nacional, seria mesmo pouco provável que a aplicação do modelo ALM a diversos países, como fizeram Goos e Manning (2007), a despeito de todas as diferenças institucionais, incorresse em impropriedades – como bem sublinha a crítica Fernandes-Macías (2012). E, como já dissemos, apontamos que mesmo o padrão de polarização que teoricamente era esperado pelas hipóteses mais economicistas foi razoavelmente revertido nos anos recentes. Esse fato levanta uma questão sobre a força desse processo guiado pela demanda de trabalho qualificado e sobre as condições necessárias para sua ocorrência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron. Changes in unemployment and wage inequality: an alternative theory and some evidence. *The American Economic Review*, v. 89, n. 5, p. 1259-1278, 1999.

- \_\_\_\_\_. Technical change, inequality and the labor market. *Journal of Economic Literature*, v. 40, n. 1, p. 7-72, 2002.
- ALTHUSSER, L. *Ler o capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- AUTOR, David; LEVY, Frank; MURNANE, Richard. The skill content of recent technological change: an empirical exploration. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 118, n. 4, p. 1279-1333, 2003.
- BALTAR et al. Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a experiência brasileira recente. *Global Labor University Working Papers*, n. 9, 2010. Disponível em: <[http://www.globallabourniversity.org/fileadmin/GLU\\_Working\\_Papers/GLU\\_WP\\_No.\\_9\\_portuguese.pdf](http://www.globallabourniversity.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No._9_portuguese.pdf)>. Acesso em: 05 de julho de 2014.
- BARBOSA, Rogério; MARSCHNER, M. Uma proposta de padronização de classificações em pesquisas do IBGE (Censos 1960-2010) e PNADS (1981-2011): educação, setores de atividade econômica e ocupação (ISCO-88, EGP11 e ISEI). *Working Paper... s/n*, 2013. São Paulo: CEM, 2013. Mimeo.
- BENDIX, Reinhard. Inequality and social structure: a comparison of Marx and Weber. *American Sociological Review*, v. 39, n. 2, p. 149-161, 1974.
- BERTONCELO, Edson Ricardo Emiliano. As classes na teoria sociológica contemporânea. *Boletim de Informação Bibliográfica*, n. 67, p. 25-49, 2009.
- BLOSSFELD, Hans-Peter; MILLS, Miranda; BERNARDI, Fabrizio (Org.). *Globalization, uncertainty and men's careers: an international comparison*. Cheltenham: U.K., 2006.
- BREEN, Richard (Ed.). *Social mobility in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- \_\_\_\_\_. Foundations of a neo-Weberian class analysis. In: WRIGHT, Erick Olin. *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- CARD, David; DiNARDO, John. Skill-biased technological change and rising wage inequality: some problems and puzzles. *Journal of Labor Economics*, v. 20, n. 4, p. 733-783, 2002.
- CARVALHAES, Flavio; BARBOSA, Rogério J.; SOUZA, Pedro H. G. F.; RIBEIRO, Carlos Antônio C. Os impactos da geração de empregos sobre as desigualdades de renda: uma análise da década de 2000. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, p. 81-98, 2014.
- CHAN, Tak Wing; GOLDTHORPE, John. Is there a status order in contemporary british society? Evidence from the Occupational Structure of Friendship. *European Sociological Review*. v. 20, p. 383-401, 2004.
- COLLINS, Pandall. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- COMIN, Álvoro; AMITRANO, Cláudio. Economia e emprego: a trajetória recente da Região Metropolitana de São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 66, p. 53-76, 2003.
- CORSEUIL, Carlos Henrique; FOGUEL, Miguel Nathan. Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão n. 897.)

- DAHRENDORF, Ralf. *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: Editora UnB, 1982.
- DAVIS, Kingsley; MOORE, Wilbert. Some principles of stratification. *American Sociological Review*, v. 10, n. 2, p. 242-249, 1945.
- DiPRETE, T. et al. Work and pay in flexible and regulated labor markets: a generalized perspective on institutional evolution and inequality trends in Europe and the U.S. *Working Paper...* 2006. Disponível em: <<http://www.yale.edu/ciqle/CIQLEPAPERS/DiPrete,%20work%20and%20pay%20in%20flexible.pdf>>. Acesso em: 17 de agosto de 2013.
- ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John; PORTOCARRERO, Lucienne. Intergenerational class mobility in three western European societies. *British Journal of Sociology*, v. 30, n. 4, p. 415-441, 1979.
- FERNÁNDEZ-MACÍAS, Enrique. Job polarization in Europe? Changes in the employment structure and job quality, 1995-2007. *Work and Occupations*, v. 39, p. 157-182, 2012.
- FERREIRA, Francisco et al. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. *Econômica*, v. 8, n. 1, p. 147-169, 2006.
- FREEMAN, Richard; KATZ, Laurence. *Differences and changes in wage inequality*. Chicago: Chicago University Press, 1995.
- GOLDIN, Claudia; KATZ, Laurence. *The race between education and technology*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.
- GOOS, Marteen; MANNING, Alan. Lousy and lovely jobs: the rising polarization of work in Britain. *The Review of economics and statistics*, v. 89, n. 1, p. 118-133, 2007.
- GOOS, Marteen; MANNING, Alan; SALOMONS, Anna. Job polarization in Europe. *The American Economic Review*, v. 99, n. 2, p. 58-63, 2009.
- GOULDNER, Alvin. *The coming crisis of western sociology*. Chicago: Equinox, 1970.
- KALLEBERG, Arne. Job quality and precarious work: clarifications, controversies and challenges. *Work and Occupations*, v. 39, p. 427-448, 2012.
- LEMIEUX, Thomas. Increasing residual wage inequality: composition effects, noisy data, or rising demand for skill? *American Economic Review*, v. 96, p. 461-98, 2006.
- MARX, Ivo. *A new social question?* Amsterdã: Amsterdam University Press, 2007.
- MOUW, Ted; KALLEBERG, Arne. Occupations and the structure of wage inequality in the United States, 1980s to 2000s. *American Sociological Review*, v. 75, p. 402-431, 2010.
- OESCH, Daniel; MENÉS, Jorge Rodríguez. Upgrading or polarization? Occupational change in Britain, Germany, Spain and Switzerland, 1990-2008. *Socio-Economic Review*, v. 9, p. 503-532, 2010.

- PAIXÃO, Antônio Luiz. A teoria geral da ação e a arte da controvérsia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 11, 1989. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_11/rbcs11\\_03.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_11/rbcs11_03.htm)>. Acesso em: 03 de março de 2011.
- PARKIN, Frank. *Marxism and class theory – a bourgeois critique*. Nova York: Columbia University Press, 1979.
- PARSONS, Talcott. An analytical approach to the theory of social stratification. *American Journal of Sociology*, v. 5, n. 6, p. 841-862, 1940.
- \_\_\_\_\_. Social classes and class conflict in the light of recent sociological theory. *The American Economic Review*, v. 39, issue 3, p. 16-26, 1949.
- \_\_\_\_\_. Evolutionary universals in society. *American Sociological Review*, v. 29, n. 3, p. 339-357, 1969.
- POULANTZAS, Nico. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- RODRIGUES, Iram Jácome. Estratégia operária e neocapitalismo. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 21, p. 51-64, 2009.
- SHAVIT, Yossi; MÜLLER, Walter (Org.). *From school to work: a comparative study of educational qualifications and occupational destinations*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- SOARES, Sergei. O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável? *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 3, p. 363-380, 2010.
- SOARES, Sergei; LIMA, Adriana Fernandes. A mensuração da educação nas PNADS da década de 1990. *Ipea - Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, n. 928, 2002.
- TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos. *A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- WESTERN, Bruce; BLOOME, Deidre. Variance function regressions for studying inequality. *Sociological Methodology*, v. 39, p. 293-326, 2009.
- WRIGHT; ERICK OLIN (Org.). *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University, 2005.
- WRIGHT, Erick Olin; DWYER, Rachel. The patterns of job expansions in the United States: a comparison of the 1960s and 1990s. *Socio-Economic Review*, v. 1, p. 289-325, 2003.

## APÊNDICE ESTATÍSTICO

A variância do logaritmo da renda pode ser decomposta segundo o seguinte:

$$V^J = \sum_{j=1}^J \pi_j (\mu_j - \bar{\mu})^2 + \sum_{j=1}^J \pi_j \sigma_j^2 \quad (\text{A.1})$$



Em que:

$j$ : categoria ou grupo;

$\mu_j$ : média da categoria;

$\bar{\mu}$ : grande média do log da renda;

$\pi_j$  = proporção (de 0 a 1) de cada categoria;

$\sigma_j^2$  = variância dentro de cada categoria.

Quando o número de grupos analisados é muito grande e fruto da interseção de categorias de diversas variáveis, é possível adotar métodos de decomposição com base no uso de regressões. O modelo básico da *Variance Function Regression* (VFR) pode ser implementado em dois passos (WESTERN; BLOOME, 2009):

$$Y_i = \beta_0 + \sum_{k=1}^K \beta_k X_{ik} + \varepsilon_i \quad (\text{A.2})$$

$$\ln(\sigma_i^2) = \lambda_0 + \sum_{k=1}^K \lambda_k X_{ik} + \omega_i \quad (\text{A.3})$$

A expressão A.2 é uma regressão linear convencional que estima um valor médio da variável dependente, dado um conjunto de covariáveis. Se essas covariáveis forem categóricas, os valores preditos serão as médias de todos os grupos formados pelas interseções das categorias. Os resíduos dessa regressão serão justamente a parcela de variação não explicada na determinação dessas médias, ou seja, a desigualdade entre indivíduos dentro dos grupos. Como todos os resíduos já estão centralizados nas médias dos grupos, a soma ponderada dos resíduos ao quadrado indica a variância dentro dos grupos.

Havendo heterocedasticidade (ou seja, variância não constante dentro dos grupos), é possível considerar as próprias variáveis que delimitam os grupos como fator explicativo da variância. Desse modo, o segundo passo é tomar os resíduos ao quadrado como variável dependente, em um modelo de regressão Gama com função de ligação logarítmica (própria para variáveis estritamente positivas e assimétricas à direita)<sup>16</sup>. Com isso, fere-se um dos pressupostos básicos da análise de regressão, o da homocedasticidade – que, em caso de violação, envia os erros-padrão das estimativas. No entanto, a heterocedasticidade é parte constituinte da VFR. Western e Bloome (2009), inclusive, advertem de que a variância não é apenas um “componente não explicado” ou “assistemático”, mas sim um atributo

---

16 A regressão Gama é uma família dos modelos lineares generalizados, implementada na maioria dos pacotes estatísticos.

estrutural que pode receber explicação sociológica. Por exemplo, é característica da ocupação de administrador ter uma variância ou desigualdade interna muito maior do que a do grupo dos juizes (em razão de inúmeros fatores socionormativos). Essa característica deve ser incorporada ao modelo. Para então obter estimativas não enviesadas dos erros, é possível implementar um método iterativo de ajuste dos dois passos por máxima verossimilhança. A função de máxima verossimilhança é expressa por:

$$\begin{aligned} L(\beta, \lambda; y_i) &= -\frac{1}{2} [\log(\sigma_i^2) + (y_i - \hat{y}_i)/\sigma_i^2] \\ &= -\frac{1}{2} [z_i'\lambda + d_i \exp(z_i'\lambda)] \end{aligned} \quad (\text{A.4})$$

Em que  $d_i$  indica os resíduos ao quadrado da regressão linear. Desse modo, os passos para a implementação são: (1) estimar a regressão linear, salvar os resíduos; (2) ajustar a regressão gama sobre os resíduos ao quadrado, salvando os valores preditos:  $\sigma_j^2 = \exp(z_j'\lambda)$ ; (3) ajustar novamente a regressão linear, usando  $1/\sigma_j^2$  como peso (*weighted least squares*); (4) repetir os passos 2 e 3 até que a função de máxima verossimilhança atinja convergência.

Os coeficientes da regressão linear expressam, assim, o efeito das diferenças de médias entre grupos, e os coeficientes da regressão gama, as diferenças entre as variâncias dos grupos. Os valores preditos das duas regressões podem substituir, na Equação A.1,  $\mu_j$  e  $\sigma_j^2$ , respectivamente.

Esses modelos foram ajustados para todos os anos, entre 1981 e 2011, e a substituição dos valores preditos na equação da variância produziu os resultados apresentados no Gráfico 2. Para estimar a decomposição contrafactual das desigualdades para cada variável:

- 1 – fixaram-se os coeficientes  $\beta$  das regressões lineares nos valores de 1981 e calcularam-se os valores preditos. A diferença entre a desigualdade observada em um dado ano e a desigualdade contrafactual informa o efeito de médias.
- 2 – Fixaram-se os coeficientes  $\lambda$  das regressões gama em 1981 e calcularam-se os valores das variâncias dentro dos grupos. A diferença entre a desigualdade efetivamente observada em um dado ano e a desigualdade informa o efeito de variância.
- 3 – para o efeito de composição, ajustes adicionais são necessários. Calcularam-se as proporções marginais da variável de interesse em 1981 ( $p_{oc}$ ) e as proporções marginais em um dado ano  $t$  da série ( $p_{tc}$ ). Sendo  $\pi_j$  a proporção do grupo  $j$  no total de grupos existentes, é possível calcular uma proporção

ajustada  $\tilde{\pi}_j$  que fixe valores com base nas distribuições marginais de 1981, apenas com base na variável de interesse, a partir de  $\tilde{\pi}_j = p_{oc}/p_{tc}) \pi_j$ .

- a) O efeito de composição (fator entre grupos) é calculado pelo uso dessa proporção ajustada apenas no primeiro termo da expressão de decomposição da variância A.1.
- b) O efeito de composição (fator intragrupos) é calculado pelo uso dessa proporção ajustada apenas no segundo termo da expressão de decomposição da variância A.1.

# OS ESTUDOS DE CLASSE NA SOCIOLOGIA EM PORTUGAL:

uma entrevista com Virgílio Borges Pereira

Realizada por Edison R. E. Bertencelo<sup>a</sup>

Virgílio Borges Pereira é professor associado com agregação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), onde leciona desde 1994, e investigador do Instituto de Sociologia da mesma instituição, unidade de investigação e desenvolvimento que integra o sistema científico nacional, o qual coordena cientificamente desde 2010. Colabora, desde 2003, com a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto no curso de licenciatura/mestrado integrado e no Programa de Doutorado em Arquitetura. Desde 2008, é investigador associado do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da mesma Universidade.

Atualmente, tem se especializado na sociologia das classes sociais e das práticas simbólico-ideológicas, com investigações realizadas na cidade do Porto, nas regiões do Vale do Ave e do Vale do Sousa, norte de Portugal. É professor visitante em várias universidades estrangeiras e coordena diversos colóquios científicos nacionais e internacionais, sendo autor de trabalhos publicados no país e no estrangeiro. Entre suas publicações, destacam-se: *Classes e culturas de classe das famílias portuenses: classes sociais e “modalidades de estilização da vida” na cidade do Porto* (Porto: Afrontamento, 2005), com José Madureira Pinto (Org.); *Pierre Bourdieu, a teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal* (Porto: Afrontamento, 2007); com José Madureira Pinto (Org.), *Desigualdades, desregulação e riscos nas sociedades contemporâneas* (Porto: Afrontamento, 2008), organizou, também, *Ao cair do pano: sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do vale do Ave* (Porto: Afrontamento, 2012), com João Queirós; *Na “modesta cidadezinha”: génese e estruturação de um bairro de casas económicas do Porto [Amial, 1938-2010]* (Porto: Afrontamento, 2012).

---

a Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

**Revista Plural** *Conte-nos sobre sua formação intelectual e sobre os programas de pesquisa que vem conduzindo, nos últimos anos.*

**Virgílio Borges Pereira** Fiz um percurso de formação em Sociologia, na Universidade do Porto, realizando, em um primeiro momento, uma Licenciatura, com a duração de cinco anos, entre 1988 e 1993, a que se seguiu um Mestrado, o qual se prolongou por cerca de dois anos, e, posteriormente, um Doutorado, a que dediquei cinco anos. Minha formação foi se tornando, progressivamente, mais especializada nas opções envolvidas no domínio do conhecimento sociológico e, desde cedo, foi se orientando para a problemática das divisões sociais e simbólicas. Devo dizer que me foi dada a possibilidade de conhecer, com algum detalhe, a relevância do trabalho de outras disciplinas das Ciências Sociais. Tentei integrar essas preocupações com o conhecimento das divisões sociais, a partir de referenciais analíticos alargados que articulassem não só uma atenção grande à dimensão econômica dos processos, mas também às suas dimensões culturais, o que me motivou a aliar conhecimentos econômicos e históricos, sem perder de vista contributos como os que dependem da etnografia ou da geografia. Para além disso, pude aliar a tentativa de obter um conhecimento relativamente alargado das áreas do saber sociológico, que, de algum modo, as formações superiores mais alongadas, na altura, vigentes no país, potenciavam, com a dedicação a diferentes processos de iniciação à investigação, em que tive a possibilidade de conjugar preocupações teóricas e desenvolvimento de pesquisas empíricas.

Beneficiei-me, em todo esse processo, de um percurso de aprendizagem muito intenso, realizado, a partir dos anos finais de minha Licenciatura, com o professor José Madureira Pinto, que me acompanhou, desde sempre, como orientador científico e cujos trabalhos de investigação foram e são uma influência decisiva em meu modo de pensar. Nesses anos iniciais de minha formação, os estudos desenvolvidos por José Madureira Pinto, no plano teórico, sobre as relações entre estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas e as análises que ele tinha dinamizado, juntamente com João Ferreira de Almeida, no plano teórico-empírico, sobre as transformações sociais no mundo camponês do Noroeste de Portugal, foram muito influentes tanto no delinear das principais questões sociológicas que fui formulando como no desenho das formas mais adequadas de obtenção de respostas para elas no plano da investigação empírica. É nesse quadro, onde está presente uma leitura muito atenta e, simultaneamente, muito original das relações entre divisões sociais e práticas simbólico-ideológicas, que fui procurando integrar a compreensão das vivências quotidianas dos agentes e dos contextos inquiridos, em uma linha de investigação que foi muito marcada por essa forma

de olhar, a qual militantemente conjugava o extensivo e o monográfico e que só pude alcançar por ter participado de uma dinâmica de aprendizagem criativa construída a partir da sala de aula, primeiro, em disciplinas de teoria sociológica contemporânea, depois, em seminários de investigação muito ricos, em que o debate era intenso, e a aprendizagem, partilhada. Sob conselho do professor José Madureira Pinto, conjugando criatividade teórica ao desafio do conhecimento da realidade social do país, em uma altura em que era necessário desenvolver um esforço relativamente considerável para acumular informação significativa sobre os mais diversos domínios da realidade nacional, iniciei, depois de algumas incursões exploratórias no estudo da cidade e de sua sociabilidade, um estudo sociológico sobre o núcleo antigo da cidade do Porto. Nesse estudo estavam presentes muitas das questões que viriam a marcar minhas pesquisas. Pude aprofundar a teoria e o método que lhe estavam subjacentes, em trabalhos subsequentes; primeiro em uma região industrializada do Norte de Portugal, depois no estudo mais alargado que dediquei à cidade do Porto.

Os estudos que venho conduzindo nos últimos anos continuam a prolongar uma parte muito significativa das preocupações e estratégias de trabalho desenvolvidas ao longo dessas pesquisas. Procuo ter, contudo, a preocupação em introduzir questionamentos complementares que permitam aperfeiçoar o olhar sobre problemas e contextos. É à luz dessa postura analítica que se desenvolveu o trabalho de revisitação da coletividade camponesa em transformação do Noroeste português, que José Madureira Pinto e João Ferreira de Almeida tinham estudado nos anos 1970, atividade em que me empenhei com grande entusiasmo, desde a sua génese, no ano de 2004, e cujos resultados temos constituído e analisado desde então.

Publicamos, em 2010, um primeiro volume, organizado por José Madureira Pinto e João Queirós, sobre a pesquisa (*Ir e voltar: Sociologia de uma colectividade rural do Noroeste Português*, 2010), e temos em mãos – João Ferreira de Almeida e eu próprio – o trabalho de organização do segundo volume, que deverá ser publicado em breve.

De igual forma, são também preocupações análogas, agora com questões centradas na compreensão das contradições a que o mundo operário industrial está sujeito, que me levaram a continuar a interrogar a região industrializada do Vale do Ave e sua crise, que analisamos, em um extenso trabalho coletivo, em *Ao cair do pano* (2012).

Por fim e procurando ser breve, diria que a prossecução mais evidente de minhas preocupações tem se traduzido no estudo da cidade do Porto, a partir da

relação entre a estruturação do espaço social e a produção do espaço físico, por um lado, e da relação entre essas realidades e as políticas públicas, em particular da política habitacional, por outro; trata-se de algo que tenho desenvolvido de forma mais sistemática, nos últimos oito anos. Beneficiando-me do convívio acadêmico e profissional com o professor António Teixeira Fernandes, fundador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e um reconhecido especialista, entre outros domínios, na análise do Estado, fui também integrando o interesse pela análise da política, em meus estudos. Tenho ainda me beneficiado da partilha de interesses e atividades acadêmicas com vários colegas do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Porto. Na sequência das investigações sobre a configuração do espaço social portuense, fui, por isso, incluindo progressivamente a necessidade de estudar os efeitos da política habitacional na cidade e em seus habitantes. Temos reunido um acervo muito significativo de informação, e é a este que mais tenho dedicado minha atenção nos últimos anos, quer por aqui se situar um núcleo muito importante de exigência teórica e metodológica, decorrente da necessidade de conjugar estratégias de objetivação muito diversificadas, que incluem a análise de arquivos históricos e institucionais, a análise etnográfica, para além do inquérito sociológico e da entrevista, tal como pudemos demonstrar em um livro que publiquei com João Queirós (*Na modesta cidadezinha: génese e estruturação de um bairro de casas económicas do Porto* [Amial: 1938-2010], 2012), entre outros trabalhos, quer ainda por se associarem a esses trabalhos várias teses de Doutorado em Sociologia que tenho orientado e que têm me ajudado a renovar meu pensamento sobre a cidade.

De resto, a partir da acentuação do estudo dessa relação entre espaço social, espaço físico e política, alguns dos estudantes que comigo trabalharam deram passos muito substantivos no avanço do conhecimento sobre a cidade do Porto contemporânea. Estou convencido de que a próxima publicação das respectivas teses de Doutorado ajudará a reforçar essa ideia. Sublinharia, por isso e com esse propósito, a importância de que se tem revestido, nesses trabalhos e nos restantes que mencionei, o trabalho coletivo e a capacidade de se conjugarem agendas de investigação que são marcadamente sociológicas, mas que geram perspectivas de investigação multidisciplinar, que, para além de renovarem permanentemente meu interesse pelo estudo da configuração social da relação com o trabalho e a economia, têm suscitado diálogos muito ricos com a história e com a arquitetura, para apenas citar dois exemplos de intercâmbio produtivo nesse nível.

**Revista Plural** *O estudo das relações de classe em Portugal é uma das principais preocupações que orientam suas pesquisas empíricas. Os estudos de classe ocupam um lugar central na Sociologia portuguesa mais amplamente? E como você descreve os contornos principais dos debates sobre as relações de classe na Sociologia portuguesa, atualmente?*

**Virgílio Borges Pereira** Sim, é verdade que o estudo das relações de classe em Portugal é uma de minhas preocupações principais, e também se pode afirmar que a Sociologia das classes sociais teve lugar central no processo de constituição da Sociologia portuguesa, por razões que se prendem quer com a relevância, historicamente falando, das desigualdades sociais no país, quer com o modo, particularmente heurístico, como os sociólogos que protagonizaram alguns dos momentos principais da institucionalização da disciplina em Portugal souberam assumir as preocupações próprias da Sociologia das classes nas agendas de pesquisa, as quais, então, se dinamizaram.

Atentando-se aos contributos diretos de José Madureira Pinto e de João Ferreira de Almeida – particularmente ativos, em meados e no final dos anos 1970, na dinamização de investigações que viriam a ter um estatuto de relevo na institucionalização da Sociologia portuguesa em termos acadêmicos –, é possível verificar que a conceitualização sociológica por estes desenvolvida sabia incorporar a necessidade de ultrapassar alguns dos impasses que marcavam os debates internacionais sobre as questões de classe e de estratificação, na época. Os estudos que estes desenvolveram e, especificamente e mais tarde, as grelhas de análise dinamizadas pelos trabalhos de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, ou os estudos sobre disposições sociais de José Luís Casanova, deram contributos muito significativos para o conhecimento das estruturas de classe no país e para a leitura dos protagonismos sociais que estavam e estão subjacentes ao processo de recomposição social que o país viveu no último meio século. Afirmar a relevância desse contributo, bem como o de outros autores, como Manuel Villaverde Cabral, mais inspirado pelos trabalhos de John Goldthorpe, ou Elísio Estanque e José Manuel Mendes, mais inspirados pelas investigações de Erik O. Wright, e até certa intensificação do interesse pelas temáticas das classes sociais nos últimos anos, como resultado do recrudescimento das tensões sociais, impelido pela crise econômica, não significa, contudo, que a vitalidade dos estudos sobre classes sociais tenha sido permanente ao longo destas últimas décadas. Não obstante o interesse e o dinamismo revelado pelos sociólogos das classes em Portugal, ao longo de alguns momentos das duas últimas décadas, verifiquei que as agendas científicas que se constituíam nem



sempre se beneficiavam dos adquiridos teóricos e empíricos que resultaram do esforço desses diferentes sociólogos. Sob o efeito de algumas modas científicas, a que os sociólogos não são alheios, parecia que conceitos como os de desigualdade e de classe social não seriam mais heurísticos, sem que, no entanto, tivessem existido transformações sociais de relevo que suportassem tais decisões. Os últimos anos contribuíram para que tal tendência se invertesse, e espero que o renovado interesse de que esses temas são alvo, e que agora parece ser mais resiliente, possa ser acompanhado por uma renovação dos debates e por uma definição consistente de agendas de investigação.

A Sociologia ganha definitivamente com isso, mas é a consciência que a sociedade portuguesa pode ter de si que, com isso, pode ser incrementada. As agendas de investigação na área da Sociologia das classes tendem, na atualidade, a ser marcadas pelas preocupações com o estudo da distribuição de recursos educativos e com as políticas nessa área, pelas investigações sobre as relações entre desigualdade, valores e cidadania, em diferentes domínios, mantendo-se, por fim, o foco na análise das recomposições sociais no país, marcado, nos tempos mais recentes, pelas investigações e pelos debates em torno da pobreza e da precariedade laboral, da crise da classe média e das transformações no interior das classes dominantes.

**Revista Plural** *O que você destaca como os principais aspectos de seus estudos de classe?*

**Virgílio Borges Pereira** Em uma resposta breve, diria que meus estudos tentam demonstrar como será possível beneficiar-se do efeito da cumulatividade na produção de conhecimento científico sobre a sociedade. Partindo de adquiridos teóricos sólidos, frequentemente coletivos, produzidos e testados em múltiplos trabalhos ao longo do tempo, é possível avançar no conhecimento da realidade social, dando a conhecer regularidades e fazendo emergir novos problemas. É da capacidade de mobilizar, não sem criatividade, tais adquiridos teóricos, os quais são também metodológicos e técnicos, que depende a possibilidade de gerar novos conhecimentos. Diria, por isso, que, em um primeiro momento, seria esse aspecto que mais poderia se destacar e que se materializa na possibilidade de mobilizar os já referidos trabalhos dos sociólogos portugueses das classes, ou os trabalhos de Pierre Bourdieu, entre outros. Em articulação com isso, destacaria também o modo como uma abordagem desse teor – que responde, no domínio da análise das classes sociais, por uma perspectiva estruturalista, ainda que genética e crítica – se articula com um propósito de conhecimento das vivências cotidianas, em diferentes contextos sociais e territoriais. Essa dimensão territorial-

lizada e próxima do vivido será outro aspecto relevante, que se conjuga bem com uma tradição de investigação com esse perfil que existe hoje em Portugal. Em relação com esses dois traços, destacaria, por fim, o modo como tenho procurado, com o apoio dos colegas que mais diretamente têm partilhado comigo esse percurso, implementar estratégias metodológicas que conjugam abordagens extensivas e intensivas, algo que só tem sido possível concretizar porque essa dimensão coletiva do trabalho se encontra inscrita no âmago dessas investigações.

**Revista Plural** *A investigação da produção do cotidiano pelos agentes ocupa lugar central em suas pesquisas, ao lado da preocupação em reconstruir o processo de formação das classes sociais. Que relação seus estudos constroem entre fenômenos sociológicos?*

**Virgílio Borges Pereira** A adoção de uma perspectiva centrada sobre o cotidiano e a preocupação com os processos de formação de classe obrigam-nos a um grande esforço de pensamento relacional e, nessa medida, fazem dos exercícios que propomos inevitáveis trabalhos de síntese. Será esse – penso isso muitas vezes – o aspecto mais exigente inerente a uma tarefa como essa. Durante muito tempo, procurei encontrar uma fórmula heurística para proceder a esse exercício de relacionar fenômenos sociais. A classe e o espaço social são conceitos relacionais. Sua viabilização depende da capacidade de fazê-los interrogar domínios variados da realidade social, sendo, por isso, muito importante encontrar meios para potenciar essa capacidade de relação. Isso significa que tem de existir um grande investimento na teorização e análise de classes e capitais, mas considero que esse investimento não deve se esgotar aí, como aconteceu com alguns estudos de Sociologia das classes (que se tornaram, por isso, autorreferenciais e escolásticos, no sentido menos heurístico da palavra). Quer dizer, também os elementos centrais da teoria das classes devem ser interrogados, do ponto de vista empírico, pois só assim será possível avançar no conhecimento do modo como os capitais se formam e transformam.

Por outro lado, a Sociologia da vida cotidiana, construída a partir de uma teoria das práticas sociais e simbólicas fundada sobre o tempo e o espaço físico socialmente apropriado, pode ser um ativo de relevo a esse nível: não só se enriquece a análise do cotidiano, mas também se potencia a relação a que os conceitos de classe e de espaço social convidam. Foram essas as vias que segui, tomando, inicialmente, como referência um conjunto de teorizações sociológicas sobre os tempos sociais, definido em torno de obras como a de Norbert Elias, que inscrevi em uma análise das modalidades de estilização da vida, a partir de uma

inspiração weberiana que procurei potenciar. Isso implica ser capaz de encarar sociologicamente a espessura dos tempos sociais, começando, como está implícito na análise de classes, pelo tempo de trabalho, mas atribuindo um estatuto analítico também aos tempos libertos do trabalho e do lazer. A adoção dos tempos e dos espaços das práticas que assim se consuma remete-nos para a necessidade de conceber sua estruturação específica (quais são as regularidades que definem determinada prática?), e, mais importante ainda, também para a necessidade de conceber o modo como as diferentes modalidades de prática se relacionam com outras modalidades de práticas, próximas ou afastadas.

A configuração do cotidiano, e dos estilos de vida nele, poderá ser conhecida pela análise dessas relações. A mesma preocupação será válida para outros domínios, do foro das representações e das tomadas de posição simbólica. A análise das determinações sociais e dos horizontes de inscrição no espaço social de tais modalidades será o exercício que seguidamente se impõe. Como se depreende, a teorização afinada das relações entre fenômenos sociais é aqui crucial.

**Revista Plural** *Você vem conduzindo pesquisas bastante abrangentes sobre as classes sociais e as modalidades de estilização da vida na cidade do Porto, tomando como principal referência a obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Que linhas de comparação são possíveis de serem estabelecidas entre as estruturas do campo das classes sociais na sociedade portuguesa (e, mais especificamente, na referida cidade) e na sociedade francesa estudada por Bourdieu, em suas principais obras?*

**Virgílio Borges Pereira** De fato, encontrei na obra de Pierre Bourdieu, desde logo, em *La distinction*, a concretização de um programa de pesquisa verdadeiramente relacional, dotado de um potencial analítico muito alargado. Foi uma obra decisiva em minha formação e na definição das dimensões fundamentais do trabalho de análise de desigualdades e classes sociais no Porto e nos outros contextos que tenho estudado. O fato de a obra de Bourdieu constituir-se também como uma referência plenamente integrada nos programas de pesquisa usados por José Madureira Pinto e João Ferreira de Almeida, estes, nas fases iniciais de suas pesquisas, muito influenciados pelo *Esquisse d'une théorie de la pratique*, mas sensíveis, ao longo de seu próprio percurso, às implicações de *La distinction*, ajudou a tornar a análise desse livro um trabalho sistemático que procurei integrar nas perguntas que fui definindo. Devo dizer que li, e continuo lendo, com o maior interesse, essa obra, e nela encontro permanentemente pistas novas. Muito se disse e muito se tem escrito sobre as diferentes implicações da investigação que

Bourdieu conduziu sobre o gosto e os respectivos fundamentos sociais, mas cedo fui percebendo (e é importante dizer que essas atividades ocorrem, em meu caso, durante os anos 1990) que, à época, poucos daqueles que discutiam tais implicações o faziam tomando por referência um quadro analítico informado por preocupações teóricas e, não menos relevante, por resultados de pesquisa empírica suscetíveis de dialogarem com as propostas que Bourdieu fazia e em termos equivalentes aos seus. De resto, nunca deixei de interpretar o legado de Bourdieu, neste e em outros domínios, como uma proposta interpretativa, com base em extenso e infatigável trabalho de campo, como um convite à dinamização de investigação teoricamente fundada, e não como uma teoria fechada, um veredito final sobre a realidade social, como recorrentemente parecia e parece afirmar-se a seu respeito.

Ora, a esse propósito, e salvaguardando evidentes diferenças que existem relativamente à realidade social francesa dos anos 1960 e às lógicas de constituição das classes e frações de classe que a caracterizavam, assim como a própria dinâmica de estruturação dos estilos de vida e das práticas que os compunham, tem sido possível verificar que os processos de formação do espaço social portuense, que pude estudar na transição do século XX para o século XXI, podem ser interpretados com vantagem, retendo a pertinência das diferenças de volume global de capital dos agentes sociais e da composição de sua estrutura. Tudo indica, por outro lado, que é possível identificar relações de homologia não irrelevantes entre o espaço social assim concebido e o espaço dos estilos de vida, entre outros aspectos. Para além disso, a articulação entre os resultados assim documentados e a respectiva inscrição no espaço físico da cidade revelou aspectos congruentes com as análises sobre o enraizamento social e cultural de práticas e representações dos agentes sociais, em registos compatíveis com aqueles que Bourdieu e seus mais diretos colaboradores desenvolveram, em obras como *La misère du monde*, por exemplo.

Nesse sentido, direi que, não obstante as diferenças importantes que existem, desde logo, na história da estruturação do capital econômico e do capital cultural, entre sociedades como a francesa e a portuguesa, há dimensões muito relevantes da teorização de Bourdieu que podem ser heurísticamente mobilizadas para o conhecimento desta última. Os estudos desenvolvidos sobre o espaço social portuense parecem dar conteúdo a tal afirmação, mas temos encontrado fundamentos da relevância desses exercícios em outros domínios e contextos da realidade nacional. Sem preocupações de exaustividade e apenas para dar mais dois exemplos que tocam em domínios muito distintos da realidade, direi que as investigações de Bourdieu sobre os intelectuais parisienses, tal como as concebeu em *Homo Academicus*, podem ser

mobilizadas com propriedade para ler o espaço social dos intelectuais do Porto da primeira metade dos anos 1960, tal como decorre dos estudos de Bruno Monteiro, que em breve estarão publicados e em que tenho também colaborado ativamente. Algo de equivalente será possível dizer dos trabalhos sociológicos que Bourdieu dedicou à análise do tempo, nomeadamente *Algérie 60* (livro dedicado à análise da sociedade argelina e às profundas crises que ela atravessou), que se revelaram decisivos para a compreensão das transformações decorrentes do processo de desindustrialização nas regiões que temos estudado a esse propósito, no Norte de Portugal, e a que fiz anteriormente alusão. Não tenho, assim, qualquer dúvida sobre a capacidade de promoção de investigação sociológica da obra de Bourdieu e vou tendo a noção de que poderemos mobilizá-la com grande proveito analítico para continuar a interrogar várias das dimensões mais marcantes da sociedade portuguesa contemporânea.

**Revista Plural** *Por fim, quais são os principais desafios (teóricos, metodológicos, empíricos) a serem enfrentados pelos estudos de classe na Sociologia portuguesa e alhures?*

**Virgílio Borges Pereira** Os desafios são múltiplos. Para tentar simplificar a resposta, partirei de um quadro de análise que retém, sobretudo, os efeitos da “reformulação” que Bourdieu provoca nos estudos sobre Sociologia das classes sociais, para reter a leitura que Loïc Wacquant faz do processo. Não seria inteiramente esse o modo de responder, caso não tivesse em conta esses efeitos e caso respondesse a partir de um plano mais geral relativo ao da Sociologia das classes que não os tenha incorporado. Do ponto de vista teórico, saliento, assim, a importância de se continuar a investir no estudo sociológico dos processos de formação (e de eventual deformação) de capitais, para assim compreendermos as estratégias dos agentes e as modalidades de recomposição e/ou de crise a que os mecanismos de reprodução social estão sujeitos nas sociedades contemporâneas, tendo o cuidado de conhecer com detalhe a história desses mecanismos e as margens de sua variação nos espaços politicamente constituídos (países, regiões, municípios). Do ponto de vista metodológico, os desafios são também significativos e envolvem a capacidade de se prosseguir na estratégia de conjugação de abordagens diferenciadas, algo que é muito exigente e que nem sempre é fácil de se constituir. Seria muito interessante se pudéssemos continuar a investir em programas de objetivação extensivos, que permitissem reunir séries de dados alargados sobre a estruturação de capitais, de práticas e representações, mas é tanto ou mais relevante que se possa conjugar tais investimentos com estratégias de

objetivação etnográfica que nos permitam fazer compreender o sentido das posições, das disposições sociais e das tomadas de posição dos agentes no espaço e, não menos importante, sua trajetória no tempo. O desafio empírico é, nessa medida, fundamental. Por sua configuração, a Sociologia assim desenvolvida exige a interrogação sistemática da realidade. A esse propósito, os desafios maiores passarão pela capacidade de construir planos de objetivação que saibam articular planos de análise mais compósitos, que incluam, por exemplo, níveis infra e supranacionais. São exercícios muito delicados, já que, para serem bem-sucedidos, tal como se depreende do que tentei afirmar, implicam uso ativo da história e análise cuidada da variação que ela introduz na formação dos espaços sociais e das classes. Ainda assim, é um desafio verdadeiramente exigente e que, muito possivelmente, só poderia ser enfrentado por um coletivo muito mobilizado de investigadores, algo de semelhante ao intelectual coletivo que Bourdieu tanto procurou promover.

Tais desafios são válidos para a Sociologia das classes em geral, e não apenas para a portuguesa. Ainda assim, pela originalidade de sua história e não obstante as dificuldades, penso que a Sociologia das classes desenvolvida em Portugal poderia enfrentar de modo criativo e qualificado os desafios que acabei de elencar.

# APONTAMENTOS SOBRE O SIGNIFICADO DE MEMÓRIA E VERDADE NO LEGADO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Notes on the meaning of memory and truth in the  
legacy of the Brazilian civil-military dictatorship

Rafael L. F. C. Schincariol<sup>a</sup>

**Resumo** O direito à memória e à verdade são pilares da Justiça de Transição, utilizada, desde 2009, pelo Estado brasileiro, como categoria central para lidar com o legado autoritário da ditadura civil-militar (1964-1985). A Justiça de Transição oferece, assim, um amplo repertório para que países confrontem seu passado violento. No entanto, pesquisas recentes demonstram limitações da categoria e de seu uso. Essas críticas têm sido pouco trabalhadas no debate e em sua aplicação no país. Com base em uma visão crítica da categoria de Justiça de Transição e na observação empírica das especificidades do caso brasileiro, este artigo pretende problematizar essas questões de um ponto de vista analítico, demonstrando como as noções de memória e verdade devem ser abordadas em uma perspectiva mais refinada.

**Palavras-chave** memória e verdade; justiça de transição; Direitos Humanos; democracia; ditadura civil-militar brasileira.

**Abstract** *The Right to Memory and Truth are pillars of the concept of Transitional Justice, which has been used since 2009 by the Brazilian government as a central category for dealing with the authoritarian legacy of civil-military dictatorship (1964-1985). The category Transitional Justice offers a broad repertoire for countries confront their violent past. However, recent research demonstrates the limitations of the concept and its use. These critiques have not been worked in the debate about the concept and its application in Brazil. Based on a critical view of the concept, Transitional Justice and the empirical observation on the specificities of the Brazilian*

---

a Coordenador da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – primeira comissão de Estado criada para lidar com o legado da ditadura –, desempenhando, entre outras, a função de coordenação do Grupo de Trabalho Araguaia e do Grupo de Trabalho Perus, que são encarregados, respectivamente, (1) das buscas dos desaparecidos políticos da guerrilha do Araguaia e (2) da avaliação das ossadas encontradas na Vala Clandestina de Perus, com vistas a identificar desaparecidos. É doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e, atualmente, realiza pesquisa de pós-doutoramento em Ciência Política na mesma instituição.

*case, this article aims to problematize these issues in an analytical point of view, showing how notions of memory and truth must be addressed in a more refined perspective.*

**Keywords** *truth and memory; transitional justice; Human Rights; democracy; Brazilian civil-military dictatorship.*

## INTRODUÇÃO

De 1964 a 1985, o Brasil esteve sob a égide de uma ditadura civil-militar, que se distinguiu principalmente por praticar, favorecer e permitir diversas formas de violência contra a pessoa humana. O contexto se caracterizou, sobretudo, pela supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contrários ao regime autoritário, que, por sua vez, foram exilados, presos, torturados, assassinados e ficaram desaparecidos.

A transição para a democracia, no entanto, foi lenta. Iniciou-se ainda em meio a torturas e à repressão, desencadeando-se até 1974, com destaque para a revogação do AI-5. Em 1979, um segundo passo foi dado com a promulgação da Lei 6.638, conhecida como a Lei da Anistia. Nos anos 1983-1984, o movimento “Diretas Já!” termina por conseguir que um presidente civil seja eleito pelo colégio eleitoral. A última grande etapa desse processo de redemocratização é cumprida somente com a promulgação da Constituição de 1988, rígida para garantir a inderrogabilidade de direitos e as garantias fundamentais, propalada como “Constituição cidadã”, que funda um Estado democrático de Direito no Brasil.

Esse processo “lento, gradual e seguro”, para utilizar a expressão consagrada por um ditador, ocorreu sem a derrota efetiva do regime autoritário, na medida em que foi conduzido pelos próprios militares, auxiliando a construção de uma ideia que é fundamental para compreender as dificuldades encontradas historicamente para lidar com o legado do estado de exceção: a ideia de que se vivia em um Estado legal e que, nessa medida, havia dois lados lutando em uma guerra pelo poder – enquanto, como se sabe, tratava-se de um Estado que perseguiu e aniquilou seus próprios cidadãos. Tais fatos se somam a outros elementos que tornaram extremamente difícil o desnudamento sobre a verdade das violações de direitos humanos ocorridas no Estado de exceção.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Brasil avançou muito nos últimos anos. A esfera pública brasileira está tomada pelo debate sobre o direito à memória e à verdade. Lançado em dezembro de 2009, por meio de decreto, o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos é o primeiro desses programas que previu o



respeito ao direito à memória e à verdade, nas diretrizes 23 a 26 (BRASIL, 2009b). Além disso, definiu a criação de um grupo de trabalho incumbido de elaborar um projeto de lei para a criação de uma Comissão da Verdade, competente para investigar os crimes da ditadura. Foi desse contexto histórico e político que surgiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Durante os debates sobre o projeto de lei que criava essa comissão, e também após sua instalação, o país passa a viver um período especial, pelo menos no que tange ao debate sobre a garantia do direito à memória e à verdade.

Desde 2009, a categoria Justiça de Transição vem sendo usada pelo Estado brasileiro. Hoje, a Justiça de Transição, que traz em seu bojo os direitos à memória, à verdade e à justiça, veiculada acadêmica e politicamente de forma ampla entre setores ligados aos Direitos Humanos, vem impulsionando o desenvolvimento de políticas para lidar com o legado da ditadura. No entanto, sua aplicação no Brasil vem sendo feita de forma assistemática e sem a consideração das críticas que são dirigidas tanto à categoria quanto à sua aplicação prática, que acusam limitações teóricas e atacam, de um lado, a normatividade e, de outro, a maneira como a categoria é tratada como universalizável para distintos contextos. Nesse âmbito, o direito à memória e à verdade é tido de modo demasiadamente específico e excludente. Este artigo pretende, justamente, contextualizar de forma crítica o uso da categoria no Brasil, nos últimos anos, e, a partir da observação das especificidades do caso brasileiro, problematizá-la de um ponto de vista analítico, demonstrando como as noções de memória e verdade devem ser abordadas sob uma perspectiva mais refinada quanto à Justiça de Transição.

## **JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO**

Justiça de Transição é um conceito relativamente novo, que se refere a como sociedades devem lidar com o legado de violência e violações de Direitos Humanos após um período de conflito, guerra civil, genocídio, terrorismo de Estado e outras formas de severo trauma social. Basicamente, consiste em processos e mecanismos necessários para o (r)estabelecimento do Estado de Direito, para a prestação de contas no que tange às violações de direitos humanos e para a consolidação da democracia (BICKFORD, 2004; ICTJ, 2008; TEITEL, 2003, UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2004; ZYL, 2009).

São vários os objetivos da justiça transicional, em um contexto global, e eles podem ser agrupados da seguinte maneira, à guisa de sistematização: diferenciar e distanciar o novo regime das práticas do anterior, com o intento de construir

um futuro mais democrático e pacífico, evitando a repetição da violência; fornecer reparações às vítimas, revelar a verdade sobre crimes do passado, reformar as instituições perpetradoras do abuso, processar os agentes responsáveis e promover a reconciliação; e promover iniciativas de paz, reconciliação e democracia, restaurando o Estado de Direito e consolidando a democracia.

Para que isso ocorra, contudo, uma combinação de estratégias judiciais e não judiciais é recomendada ao Estado. A primeira iniciativa seria, então, *processar os perpetradores de crimes contra os Direitos Humanos*. Essa tarefa deve envolver a “responsabilização dos agentes de Estado que cometeram graves violações de Direitos Humanos, como a tortura, os homicídios, os estupros, os sequestros, as ocultações de cadáveres, além de tantos outros crimes” (MÉNDEZ, 2007).

É necessário, a partir disso, que o Estado encampe uma acirrada *busca pela verdade*. “Uma comissão da verdade pode ser definida como órgão estabelecido para investigar determinada história de violações de Direitos Humanos” (MEZAROBBA, 2010, p. 32). As comissões podem servir de resposta não só às violações do passado, mas também, e, sobretudo, aos abusos ainda presentes, ou seja, ao que restou do período ditatorial, na medida em que devem auxiliar a combater a impunidade, acentuar a responsabilidade do Estado e recomendar reformas do aparato institucional (HAYNER, 2002, p. 11 e ss.).

Outra iniciativa consistiria nos chamados Programas de Reparação, pois é necessária a reparação das vítimas que sofreram perseguições e tiveram prejuízos com a situação de conflito, sejam eles de caráter material, sejam psicológicos. Essa reparação pode ser econômica (pagamento de bolsas, pensões, etc.), psicológica (aconselhamento ou terapia para lidar com o trauma) ou ocorrer, ainda, por intermédio de medidas simbólicas (construção de monumentos, museus e memoriais e criação de dias de comemoração nacionais).

Outro desafio que deve ser enfrentado é *reformular ou dissolver as instituições que estavam conectadas às práticas abusivas*, com o intuito de prevenir futuras violações e democratizar efetivamente as instituições. Esse processo deveria ocorrer, por exemplo, na reforma da polícia e dos órgãos de segurança pública, das instituições militares e do Sistema de Justiça. Isso inclui, inclusive, a remoção de pessoas que violaram os Direitos Humanos de cargos públicos.

Importante destacar que a categoria de Justiça de Transição é considerada uma nova disciplina no campo dos Direitos Humanos (ANDRIEU, 2010), que vem ganhando cada vez mais importância. Em um período curto de tempo, tem dominado os debates na “intersecção entre democratização, proteção aos Direitos Humanos e reconstrução do Estado após conflitos” (McEvoy, 2008, p. 15). De

acordo com Olsen (2010a), mais de 126 países aplicaram ou estão aplicando pelo menos um dos mecanismos sugeridos pela Justiça de Transição.

## CRÍTICAS AO CONCEITO

Antes de continuar, é imperativo destacar que Justiça de Transição não é uma categoria analítica forte e completa, haja vista que ainda está em desenvolvimento e disputa no campo das Ciências Humanas e das Ciências Sociais aplicadas. Isso faz com que a abordagem sobre ela seja complicada, na medida em que suas fronteiras ainda não foram efetivamente definidas (OKELLO, 2010). Mesmo envolvendo dois conceitos, justiça e transição, a literatura especializada sobre o assunto não analisa satisfatoriamente o significado deles.

De um lado, a literatura não discute adequadamente o conceito de transição; de outro, foca nas estratégias que trariam justiça, e não propriamente na definição do conceito. A categoria trata, sem muita diferenciação, todas as mudanças a que uma sociedade e/ou Estado está sujeito após diferentes situações de violência: guerra civil, genocídio, Estado autoritário, etc. Isso a enfraquece, pois a torna muito ampla e imprecisa. Além disso, o termo transição traz confusão ao conceito, pois, muitas vezes, suas estratégias e seus mecanismos são utilizados não necessariamente no período de transição, mas após ela ocorrer. Reconciliação e democracia, outros conceitos importantes no debate, também são definidos de maneira vaga.

Reconciliação é um conceito tratado como universalizável, o qual toda a sociedade que passou por situações de graves violações de Direitos Humanos e conflitos deve buscar, como mecanismo para chegar à democracia e à paz social. Ou seja, reconciliar deveria ser utilizado em pelo menos dois cenários muito distintos: um, no qual a radicalização da violência alcançou uma expressão que dividiu a sociedade em pelo menos dois grupos, que assim deveriam se reconciliar; outro, no qual houve um Estado perpetrador de graves violações, de forma indistinta, contra seus cidadãos. Pelo menos na segunda situação, não há sentido no reconciliar, pois não há sujeito para a reconciliação, já que o Estado foi o agente criminoso. A carência de uma melhor especificação do que se entende por reconciliar, em diferentes conjunturas, empobrece o uso do conceito na categoria Justiça de Transição. Já a noção de democracia é colocada como objetivo orientador de todas as ações relacionadas ao processo de transição. No entanto, não há uma consonância sobre o que se entende por democracia, atualmente. De maneira geral, predomina a ideia de que se tem democracia quando há, nas instituições políticas de um país, uma

democracia liberal formal, isto é, garantias mínimas de igualdade jurídica para votar, aliada à regra da maioria.

McEvoy (2008) chama a atenção para a predominância do legalismo na construção da categoria de Justiça de Transição, o que o mantém dominado pelas estreitas lentes das construções jurídicas. A maneira como são abordados os Direitos Humanos também traz problemas dentro desse debate. Especialistas apontam que as estratégias da categoria são muito seletivas e excludentes, já que consideram violações de Direitos Humanos apenas ofensas a direitos civis e políticos: “foca [a Justiça de Transição] em formas particulares de abuso, intervalos de tempo e categorias de perpetradores específicos” (MERWE, 2009, p. 117). Dessa forma, mesmo sendo a Justiça de Transição uma categoria inserta nos Direitos Humanos, não há uma preocupação em garantir a reparação de todas as formas de opressão que se sucederam, em um Estado de violência.

Nesse sentido, há uma interpretação conservadora que ignora questões sociais e econômicas, bem como o sofrimento advindo da experiência de ausência de liberdades. Além disso, suas estratégias tendem a desconsiderar relações políticas, econômicas, sociais e internacionais que causaram as violações, pois o foco está exatamente nessas, e não necessariamente no contexto que possibilitou que as violações ocorressem. Isso faz com que a busca pela garantia dos Direitos Humanos seja incompleta.

Há críticas, também, quanto à normatividade e universalidade do modelo, fortemente influenciado por uma perspectiva liberal, digamos assim, que delinea estratégias de democratização com base em paradigmas que poderiam ser utilizados em distintas conjunturas (QUINALHA, 2012). Isso faz com que a Justiça de Transição seja operada como uma combinação de mecanismos padrões preestabelecidos, e assim acabe por ser reduzida a uma “caixa de ferramentas”. Dessa maneira, elementos universais estariam disponíveis para serem utilizados por diferentes atores, em diferentes realidades.

Como a mediação entre o universal e o particular não existe na teorização acerca da categoria, isso gera um casuísmo na aplicação dos mecanismos. Com efeito, esse uso da Justiça de Transição faz com que exista o risco da transposição de uma normatividade de um contexto a outro, com a apreciação equivocada de distintos processos e com desprezo a particularidades (Cf. BELL, 2009; GREIFF, 2010; LEEBAW, 2008; MERWE; BAXTER; CHAPMAN, 2009; NAGY, 2008; OLSEN; PAYNE; REITER, 2010b; PALMER; CLARK; GRANVILLE, 2012; QUINALHA, 2012).

Somam-se a essas críticas os desafios que comumente se apresentam quando da aplicação dos mecanismos da Justiça Transicional. Esses desafios podem ser elencados da seguinte forma:

- a) Fornecer legitimidade e sentimento de pertença dos locais, que “são essenciais para a eficácia das instituições sociais” (RAMJI-NOGALES, 2010; AIV; CAVV, 2009; FLETCHER et al., 2009; LUTZ, 2006).
- b) Assegurar transparência dos processos e garantir, com efeito, um alcance maior de suas ações (VINCK; PHAM, 2010).
- c) Os mecanismos devem ser parte da reconstrução e consolidação do Estado Democrático de Direito (HAIDER, 2011).
- d) Tendo em vista que há dificuldade em determinar o momento apropriado para a aplicação dos mecanismos, deve-se encontrar a maneira mais apropriada de combiná-los (FLETCHER et al, 2009).

Essa sistematização das críticas que se dirigem tanto à categoria quanto à aplicação de seus mecanismos permite refletir sobre o necessário cuidado para o uso da categoria de Justiça de Transição e de suas estratégias, em contextos específicos.

## **JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL**

Com base nas prescrições dessa categoria – Justiça de Transição –, após mais de duas décadas do fim da ditadura, o Estado brasileiro pouco fez para lidar com o espólio autoritário da ditadura civil-militar (1964-85) (PAYNE, 2008; ABRÃO; TORELLY, 2010). Os principais passos dados pelo Estado para lidar com o legado de violações dos Direitos Humanos foram três até então. Houve, em um primeiro momento, a promulgação da Lei 9.140/1995, pela qual o Estado reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas em razão de sua participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Depois, ocorreu a promulgação da Lei 10.559/2002, que deu corpo à Medida Provisória que instituiu a Comissão da Anistia (o programa de reparação brasileiro). Atualmente, essa Comissão tem levado a cabo grande parte dos esforços para a realização da Justiça de Transição no Brasil. Por último, houve a promulgação da Lei 12.528/2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade, encarregada de apurar as violações de Direitos Humanos, em um período que inclui a ditadura civil-militar.

Pode-se dizer que, até o momento, o saldo do “acerto de contas” é escasso. O Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade na morte e no desaparecimento de (apenas) 434 pessoas, sendo 191 mortas e 210 desaparecidas (BRASIL, 2014)<sup>1</sup>. No entanto, de acordo com relatórios encaminhados à CNV, esse número tende a ser muito maior (ZELIC, 2012). Apesar do reconhecimento da responsabilidade em mortes e desaparecimentos forçados, apenas 33 restos mortais foram localizados e identificados.

Os esforços do Estado se concentram, hoje, na atuação de dois grupos de trabalho. Em 2009, por meio da Portaria n. 567, foi criado o Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), coordenado pelo Ministério da Defesa (MD). Em 2011, esse grupo foi reformulado, passando a se chamar Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) e contando também com a participação do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, nos termos da Portaria Interministerial n° 1.102, de 05 de junho de 2012<sup>2</sup>. Esse grupo de trabalho foi reestruturado em 2014, pela Portaria Interministerial n° 1540, de 08 de setembro de 2014. Segundo a nova configuração, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República assume a coordenação-geral dos trabalhos, enquanto o Ministério da Defesa se incumbem da logística, e o Ministério da Justiça, da perícia. O objetivo fundamental do GTA é localizar, recolher e identificar os corpos de guerrilheiros mortos no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia. O outro Grupo de Trabalho é incumbido de cuidar do processo de identificação de desaparecidos políticos cujos corpos podem estar entre as ossadas descobertas na Vala Clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus, no Município de São Paulo. O Grupo de Trabalho Perus (GTP), inclusive, foi criado por meio da Portaria da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos n° 620, de 09 de outubro de 2014<sup>3</sup>.

O Estado brasileiro também estabeleceu um programa de reparação financeira para vítimas da ditadura ou suas famílias e instalou a CNV para revelar a

---

1 A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos havia reconhecido 363 vítimas fatais da ditadura (BRASIL, 2009a). A Comissão Nacional da Verdade aumentou esse número para 434, em seu relatório final.

2 O GTT foi criado para atender a condenação da União, na Ação Ordinária n° 820024682-5, da 1ª Vara Federal de Brasília-DF. O GTA foi criado para atender essa sentença e, ainda, a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Gomes Lund e outros envolvendo o Brasil.

3 Para a realização desse trabalho, foi contratada uma equipe multidisciplinar formada por arqueólogos forenses, antropólogos, bioarqueólogos, historiadores e fotógrafos. Integram o quadro de profissionais peritos oficiais brasileiros, vinculados à Secretaria Nacional de Segurança Pública, à Associação Brasileira de Antropologia Forense e à Polícia Federal. Em 2015, serão realizados os primeiros exames de DNA de amostras extraídas das ossadas analisadas. Esse trabalho busca, também, o fortalecimento de políticas públicas contra o desaparecimento e o fortalecimento da antropologia forense na área dos Direitos Humanos.

verdade sobre as violações de Direitos Humanos durante o regime autoritário<sup>4</sup>. No entanto, nenhum agente envolvido em crimes contra a humanidade foi punido até então, seja penalmente (em virtude do bloqueio imposto pela Lei de Anistia), seja administrativamente (*vetting*). A Lei de Anistia, de acordo com a interpretação oficial, garantiu anistia aos agentes públicos que cometeram crimes durante a ditadura. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ingressou com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, n. 153, com o intuito de alterar tal interpretação, a fim de que os agentes públicos fossem julgados (CONSELHO FEDERAL DA OAB, 2008). Em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou provimento à ação. Em dezembro do mesmo ano, a Corte Interamericana de Direitos Humanos invalidou a Lei de Anistia brasileira, na decisão do “Caso Araguaia”. No entanto, até o momento, o Estado brasileiro não cumpriu a sentença da Corte. Juízes federais chegaram a aceitar denúncias contra agentes públicos por alegados crimes durante a ditadura – acataram a tese de que, como os corpos de algumas vítimas nunca foram encontrados, os casos de sequestro permanecem em aberto e, assim, não estão sujeitos à Lei de Anistia (BRASIL, 2010; CIDH, 2010; MEYER, 2012; MPF, 2013). Inclusive, a CNV, em seu relatório, pede a punição dos agentes perpetradores de graves violações de Direitos Humanos.

Ademais, não há nenhum programa de reparação psicológica, e as medidas relativas à reparação simbólica<sup>5</sup> ainda não começaram a se alastrar. O programa de reparação, é certo, apresenta avanços no aspecto imaterial e memorialístico com as Caravanas da Anistia, que consistem em sessões públicas para anistiar os beneficiários, nas quais o Estado pede oficialmente perdão pelos seus crimes (ABRÃO; TORELLY, 2010, p. 52 e ss.). Mas o fato é que os esforços memorializantes, digamos assim, são ainda bastante tímidos<sup>6</sup>, e, no plano mais concreto, as instituições de segurança, a Polícia e o Exército, não foram reformadas.

---

4 A Comissão Nacional da Verdade iniciou seus trabalhos em 16 de maio de 2012 e encerrou-os no dia 10 de dezembro de 2014, com a entrega do relatório final, em cerimônia oficial no Palácio do Planalto, à presidenta Dilma Rousseff.

5 Há de serem destacados os esforços recentes da Comissão de Anistia, com a criação das Clínicas do Testemunho, para atendimento psicológico de vítimas da ditadura, e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que, no âmbito do Grupo de Trabalho Perus, vem estabelecendo uma relação antropológica e psicologicamente estabelecida com familiares de possíveis inumados na Vala de Perus.

6 Só há um espaço oficial de Memória: o Memorial da Resistência de São Paulo. Há previsão para a construção do Memorial da Anistia, em Belo Horizonte, e do Memorial pela Justiça e Liberdade, em São Paulo. Enquanto isso, o Brasil tem quase mil escolas, inúmeras cidades e espaços públicos com nomes de “presidentes” da ditadura civil-militar. Não existem datas comemorativas nacionais em respeito às vítimas da ditadura, além do fato de que os clubes militares insistem em comemorar a “Revolução de 1964”.

O Estado brasileiro passou a utilizar, em 2009, o termo *Justiça de Transição* para lidar com a violência pregressa. No final do mesmo ano, foi lançado o III Plano Nacional de Direitos Humanos, o qual trouxe pela primeira vez um eixo dedicado ao Direito à Memória e à Verdade. Desde então, o uso do termo Justiça de Transição trouxe ganhos políticos e jurídicos, pois o debate acerca do “que resta da ditadura” foi enriquecido, adentrando na pauta política. Nesse período, pode-se dizer que alguns avanços ocorreram – o maior deles, certamente, foi a criação da CNV<sup>7</sup>.

No entanto, o uso do termo, em sua forma tradicional, sem a observância das críticas direcionadas a ele e sem a avaliação do contexto de aplicação de seus mecanismos, impede que seja delineada uma estratégia mais clara e acabada do que significa lidar, de fato, com o legado autoritário brasileiro. Isso ocorre, principalmente, por conta de alguns motivos que seria interessante serem mencionados.

A abordagem tradicional da categoria permite que direitos relativos à violência do passado (justiça, memória, verdade, reparação e reforma institucional) e a seus mecanismos sejam teorizados e operacionalizados de maneira compartimentada, e não de forma conjunta. No caso brasileiro, o foco maior reside na discussão sobre a responsabilização criminal dos agentes públicos e, mais recentemente, também no debate sobre o direito à verdade. Outras formas de responsabilização e outros direitos não são priorizados, tais como a reparação psicológica, os esforços memorializantes e a reforma das instituições de segurança.

Nessa medida, o entendimento sobre a justiça é limitado, uma vez que ela é compreendida essencialmente como uma categoria criminal. Assim, somente se considera um grupo seletivo e limitado de perpetradores e responsáveis pelos crimes da ditadura. O uso tradicional da categoria Justiça de Transição traz também outro problema: o da aplicação de mecanismos preestabelecidos e

---

7 Ademais, na esteira da criação da CNV, intensificou-se a luta por memória, verdade e justiça na sociedade civil. Em 2011, já haviam sido criados diversos comitês estaduais para reivindicar os direitos à memória, à verdade e à justiça. Em 2012, manifestações foram organizadas por esses comitês. Houve, também, protestos organizados por outros setores da sociedade civil organizada. Uma série de “escrachos”, ou “esculachos”, organizados principalmente pelo Levante Popular da Juventude, ganhou corpo. Os escrachos consistem em denunciar o endereço de uma ou mais pessoas que participaram de crimes durante a ditadura, mostrando aos vizinhos e aos transeuntes que, naquele determinado local, reside um antigo colaborador do regime autoritário. No *site* do *youtube*, podem ser encontradas diversas dessas ações. No mesmo contexto, diversos movimentos sociais se congregaram e formaram o grupo chamado “Cordão da Mentira”. O primeiro ato desse grupo foi um carnaval fora de época, no dia 1º de abril, com o tema “Quando vai acabar a ditadura civil-militar?”, para protestar contra os resquícios da ditadura civil-militar e exigir o direito à memória, à verdade e à justiça. É interessante frisar, também, que a criação da Comissão da Verdade gerou também um “efeito cascata”, na luta pelo direito à verdade. Atualmente existem mais de uma centena de comissões da verdade (estaduais, municipais e institucionais) espalhadas pelo Brasil.



utilizados em diferentes contextos, sem que seja pensado como eles deveriam ser institucionalizados diante do contexto específico da ditadura civil-militar brasileira. Não há critério algum para a definição de quais mecanismos e estratégias deveriam ser aplicados e de quando deveriam ser aplicados.

A falta de definição de como a categoria vai ser utilizada faz com que, por exemplo, um conceito como o de reconciliação perdure no debate nacional, mesmo desgastado semanticamente pelo largo uso que fizeram dele os militares para justificar a não efetivação dos direitos ligados à Justiça de Transição – “remexer no passado” traria o “perigo do retrocesso”, diziam. Importante ressaltar, nesse sentido, que a reconciliação, um dos objetivos mais importantes de Justiça de Transição, não parece se encaixar no caso brasileiro, porque o país não tinha, na época da ditadura, uma sociedade dividida – não tínhamos um *apharteid* ou alguma situação similar. Não houve uma guerra, mas sim um ataque do Estado contra seus cidadãos. Se existiu, ou existe ainda, alguma divisão na sociedade brasileira, ela é caracterizada por outras dimensões, entre a elite e a “patuleia”, entre os ricos e os pobres, entre os brancos e os negros, apenas para ficar em alguns exemplos.

Como querem alguns, não é uma estratégia interessante renovar o conceito de reconciliação, no sentido de que reconciliar seria “reformular as instituições”, “garantir a verdade” e efetivar outros objetivos da Comissão da Verdade (que traz em seu bojo, é bom lembrar, o objetivo da reconciliação). Isso porque o termo já tem apegado a si uma significação histórica. Políticos e militares mais conservadores usam essa expressão para justificar a não necessidade (e o perigo) de olhar para o passado, porque o sucesso da democracia depende, para eles, da transição, com base nessa “reconciliação”, que já teria sido efetivada com a malfadada transição “lenta, gradual e segura”.

Da mesma forma, a consolidação da democracia, objetivo aberto na categoria Justiça de Transição, permanece obscura, quando pensada para o caso brasileiro. Questões históricas que remontam à compreensão da motivação do golpe militar e da sustentação e do financiamento da ditadura, que envolvem o rastro político-econômico-social-internacional que imprimiu a força autoritária, permanecem tímidas no debate. A participação de camadas da sociedade civil na ditadura, por exemplo, é algo ainda por ser devidamente explorado. A literatura sobre o tema ainda negligencia o papel dos empresários na liderança política dos acontecimentos, na definição de diretrizes políticas e táticas, empregadas para enfrentar a resistência ao regime. A Operação Bandeirante, por exemplo, que não dispunha de verbas consignadas em orçamento, foi financiada por empresas privadas. Antonio Delfim Netto e Gastão Vidigal, dono do Banco Mercantil de São Paulo,

encarregaram-se de pedir verbas aos grandes bancos e às empresas, por meio da FIESP. Participaram do financiamento, entre outras empresas, o grupo Ultragás — com destaque para a participação fundamental de seu presidente, Albert Boilesen, que, inclusive, participava das torturas —, a Ford e a Volkswagen (que forneciam carros), a General Motors, a Supergel (que fornecia comida congelada), o Banco Bradesco, o Grupo Objetivo e a Folha da Tarde, que, por publicar na íntegra as notas redigidas por órgãos repressivos, era considerada o “Diário Oficial da Operação Bandeirante” (cf. WEICHERT, 2011; ARNS, 1990, p. 72; GASPARI, 2002, p. 60 e ss.).

Aliás, a Operação Condor, aliança político-militar entre os vários regimes militares da América do Sul — Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai —, criada com o objetivo de coordenar a repressão a opositores dessas ditaduras e eliminar, com isso, líderes de esquerda instalados nos seis países do Cone Sul, também é pouco tematizada, assim como a participação dos Estados Unidos da América (EUA) no golpe e na ditadura. O mesmo ocorre com as consequências de uma transição “lenta, gradual e segura” (CODATO, 2006; COMPARATO, 2009; FERNANDES, 1986) e a aparência de legalidade do regime, que teriam legado ao país uma dificuldade enorme em tematizar e garantir os direitos da Justiça de Transição.

A violência policial (das instituições de segurança em geral) continua a assolar a população, sem que isso seja tratado como um problema ligado à Justiça de Transição. A Polícia Militar (PM) mata em torno de duas mil pessoas anualmente. As PMs do Rio de Janeiro e de São Paulo estão implicadas em pelo menos onze mil execuções extrajudiciais — sendo que jovens, negros e pobres são o principal alvo. Parte desses assassinatos foi cometida por esquadrões da morte, “grupos de extermínio”, formados por policiais. Enfim, a tortura é um problema crônico em nosso país, principalmente nas prisões, e aumentou após o período ditatorial, segundo algumas instituições de Direitos Humanos (AMNESTY INTERNATIONAL, 2013; HUMAN RIGHTS WATCH, 2013; NEV, 2012; NETWORK FOR SOCIAL JUSTICE AND HUMAN RIGHTS, 2012; PASTORAL CARCERÁRIA, 2010; SAFATLE; TELES, 2010; UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2012). O Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), em seu relatório sobre a continuidade autoritária, de 1999, e em outros textos de seus membros, foi pioneiro e um dos poucos a afirmar a necessidade de combater a lógica da polícia advinda do período autoritário, tratando-a expressamente como um dos maiores legados da ditadura. A novidade mais atual nesse campo foi a recomendação, no relatório da Comissão Nacional da Verdade, de que as polícias estaduais sejam desmilitarizadas (BRASIL, 2014).

Ao lado desse panorama, o Poder Judiciário também não assumiu responsabilidade por seu papel na ditadura, e segue conservador e autoritário em inúmeros

aspectos (Cf. PEREIRA, 2010). Conforme afirma Baggio (2010, p. 296), a “perpetuação de uma cultura jurídica autoritária não se restringe às dificuldades em se apurar os fatos ocorridos ao longo do regime ditatorial ou às resistências em responsabilizar os agentes estatais violadores dos Direitos Humanos”. Essa cultura alcança a realidade atual, com procedimentos jurídicos repletos de autoritarismos, ausentes de constitucionalidade e com discursos conservadores. Além disso, o Judiciário é uma das poucas instituições que não criou uma comissão da verdade própria e não vem debatendo o legado da ditadura institucionalmente.

Assim, a ausência de um programa normativo definindo o que se deve entender por Justiça de Transição no Brasil faz com que parte das estratégias e dos mecanismos da categoria não seja debatida de forma ampla, que a implementação dos mecanismos e estratégias fique sem prescrição, sobretudo quanto ao tempo e à forma, e que, quando implementados, corram o risco de que isso aconteça sem que sejam consideradas as críticas já robustas à Justiça de Transição. Em outras palavras, falta a discussão sobre um programa para a Justiça de Transição no Brasil, que defina seu significado e suas estratégias.

Nesse sentido, é fundamental, sobretudo nesse momento histórico, que esse tema seja debatido, ainda mais após o fim da Comissão Nacional da Verdade — e se vislumbra, a partir disso, como manter a pauta da Justiça de Transição na ordem do dia. Isso é imperativo, pois se trata de contribuir para a reorganização e o incremento do uso da Justiça de Transição e de sua estrutura no contexto brasileiro, examinando as críticas a ela, avaliando o uso da categoria e de seus mecanismos no Brasil, sistematizando-os e verificando as especificidades que são determinantes no uso da categoria no país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: MEMÓRIA E VERDADE**

A Justiça de Transição, para ser aplicada de maneira efetiva, deve ser analisada à luz das críticas à categoria e aos seus mecanismos, observando especialmente a necessidade de definir metodologias e usos para contextos específicos. É sob essa perspectiva que o direito à memória e à verdade da ditadura deve ser refletido.

Por ora, há um empenho em garantir esses direitos, por meio do desvelamento dos crimes cometidos contra militantes políticos e mediante a investigação da autoria desses crimes. Porém, nesse diapasão, ficam de fora todas as outras vítimas da ditadura, como os camponeses, os indígenas, as pessoas em situação de rua, minorias étnicas, de gênero e religiosas, etc. Há fortes indícios de que tais

grupos tenham sofrido duramente com a repressão, o que, inclusive, já consta no relatório da CNV. Entretanto, não foi construída nenhuma memória sobre tais fatos até então, por isso a investigação sobre eles deve ser aprofundada.

Há uma determinação excludente de quem são as vítimas, fato que vai de encontro com a definição de vítima no direito internacional. Isso tem como efeito maquiagem o poder exterminador e de fazer “desaparecer” do regime repressivo. De outro lado, a memória e a verdade sobre as relações socioeconômico-empresário-políticas que alavancaram o Estado de exceção se quedam, ainda, de fora das narrativas históricas – quer dizer, estuda-se o efeito (ou seja, a violência), mas não a causa (o contexto político-econômico).

Ainda há outra questão a ser problematizada. A arquitetura da segurança pública existente atualmente no Brasil é, ao menos em parte, legado da ditadura civil-militar brasileira: a estrutura de organização das forças de segurança, a formação dos policiais nas escolas e quartéis, o uso sistemático da tortura como meio de se obter informação, os índices assustadores de execuções sumárias cometidas pelas polícias brasileiras e encobertas por laudos necroscópicos falsos e pela máscara jurídica do “auto de resistência seguido de morte”, bem como a permanência do “poder desaparecedor” do Estado, responsável pelo aumento do número de desconhecidos sepultados em valas comuns – ou em valas clandestinas. Atualmente, as vítimas privilegiadas da violência de Estado não são militantes de organizações políticas clandestinas, mas, principalmente, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas.

Ao abandono social a que está condenada a maioria desses jovens soma-se também o desamparo institucional de suas famílias, que, na maioria absoluta dos casos, não conseguem conhecer a verdade sobre o que ocorreu com seu ente querido ou onde está seu corpo. Isto é, inquéritos são raramente abertos, investigações quase nunca ocorrem de forma séria e efetiva, e os algozes de hoje, como os de ontem, permanecem gozando da impunidade quanto a crimes diversos.

A continuidade da violência de Estado, por meio da manutenção de estruturas repressivas herdadas da ditadura civil-militar, impõe, portanto, a garantia do direito à memória e à verdade aos crimes cometidos por agentes das instituições de segurança, no período pós-democrático, por intermédio de comissões de Estado e de mecanismos de justiça transicional criadas para garantir a memória e a verdade sobre as graves violações ocorridas no período pós-ditatorial. Só assim se pode, efetivamente, caminhar para a consolidação da democracia e para a não repetição das atrocidades, objetivos fundamentais da Justiça de Transição.

Assim, é imperativa a reflexão sobre como tematizar o direito à memória e à verdade no Brasil, quando da aplicação da Justiça de Transição, de maneira a buscar, da melhor maneira possível, o confronto com o legado da ditadura, no sentido de extirpá-lo, “para que não se repita, para que deixe de acontecer”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Justiça de transição no Brasil: a dimensão da reparação. In: ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell; TORELLY, Marcelo D.; SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 24-57.
- AIV. CAVV. *Transitional justice: justice and peace in situations of transition*, n. 65, AIV/n. 19. Advisory Council on International Affairs (AIV) and Advisory Committee on Issues of Public International Law (CAVV), The Hague, 2009.
- AMNESTY INTERNATIONAL. *Annual report 2013: the state of the world's Human Rights*. New York: 2013.
- ANDRIEU, Kora. Transitional justice: a new discipline in Human Rights. *Online Encyclopedia of mass violations*, 2010.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo (Org.). *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BAGGIO, Roberta Camineiro. A incompletude da transição política brasileira e seus reflexos na cultura jurídica contemporânea: ainda existem perseguidos políticos no Brasil? *Revista Anistia*, v. 3, p. 244-273, 2010.
- BELL, C. Transitional justice, interdisciplinarity and the State of the ‘field’ or ‘non-field’. *The International Journal of Transitional Justice*, v. 3, p. 5-27, 2009.
- BICKFORD, Louis. Transitional justice. In: THE ENCYCLOPEDIA OF GENOCIDE AND CRIMES AGAINST HUMANITY. *Macmillan Reference USA*, 2004, v. 3, p. 1045-1047. Disponível em: <www.ictj.org>. Acesso em: 25 maio 2010.
- BRASIL. *Direito à memória e à verdade*. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2009a. \_\_\_\_\_ . *Secretaria de Direitos Humanos*. PNDH III, 2009b. \_\_\_\_\_ . *Supremo Tribunal Federal*. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, n. 153. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, DF, 28 abr. 2010. \_\_\_\_\_ . *Relatório*. Comissão Nacional da Verdade, 2014.
- CIDH. *Sentença de 24 de novembro de 2010*. Julia Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia), 2010.

- CODATO, Adriano Nervo (Org.). *A political transition and democratic consolidation: studies on contemporary Brazil*. New York: Nova Science, 2006.
- COMPARATO, Bruno. A anistia entre a memória e a reconciliação: dilemas de uma transição política ainda inconclusa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14. *Trabalho apresentado no GT05 – Cultura, política e memória*, Rio de Janeiro, julho de 2009.
- CONSELHO FEDERAL DA OAB. *ADPF 153*. BRASÍLIA, 2008.
- FERNANDES, F. *A ditadura em questão*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1986.
- FLETCHER, L. E.; WEINSTEIN, H. M.; ROWEN, J. Context, timing and the dynamics of transitional justice: a historical perspective. *Human Rights Quarterly*, v. 31, n. 1, p. 163-220, 2009.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. v. 2. Coleção As Ilusões Armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GREIFF, P. A normative conception of transitional justice. *Politorbis 50: dealing with the past*. Swiss Federal Department of Foreign Affairs, n. 3, p. 17-29, 2010..
- HAINER, H. *Helpdesk research report: factors contributing to transitional justice effectiveness*. Governance and Social Development Resource Centre, 2011.
- HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity*. Nova York: Routledge, 2002.
- HUMAN RIGHTS WATCH. 2013. *World Report, Events of 2012*.
- ICTJ (INTERNATIONAL CENTER FOR TRANSITIONAL JUSTICE). What is Transitional justice? New York: 2008. Disponível em: <www.ictj.org>. Acesso em: 10 ago. 2010.
- LEEBAW, B. A. *The irreconcilable goals of transitional justice*, *Human Rights quarterly*. v. 30, n. 1, p. 95-118, February 2008.
- MCEVOY, Kieran. Letting go of legalism: developing a “thicker” version of transitional justice. In: MCEVOY, Kieran; MCGREGOR, Lorna (Ed.). *Transitional justice from below: grassroots activism and the struggle for change*. Oxford and Portland, Oregon: Hart, 2008. p. 15-45.
- MERWE, Hugo Van Der. Delivering justice during transition In: MERWE, Hugo Van Der. *Assessing the impact of transitional justice*. Washington DC: United States Institute of Peace, 2009.
- MERWE, Hugo Van Der; BAXTER, Victoria; CHAPMAN, Audrey R. (Ed.). *Assessing the impact of transitional justice*. Washington DC: United States Institute of Peace, 2009.
- MÉNDEZ, Juan. Entrevista a Glenda Mezarobba. *Revista Internacional de Direitos Humanos-Sur*, São Paulo, v. 4, n. 7, 2007.
- MEYER, E. P. N. 2012. 303 p. *Responsabilização por graves violações de Direitos Humanos na ditadura de 1964-1985: a necessária superação da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF no 153/DF pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Tese

- (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasília, 2012.
- MEZAROBBA, Glenda. Afinal, o que é uma Comissão da Verdade? *Revista Direitos Humanos*, n. 5, p. 32-34, abril 2010a.
- \_\_\_\_\_. O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010b. p. 109-119.
- MPF (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL). *Crimes da ditadura: relatório preliminar de atos de perseguição penal desenvolvidos pelo Ministério Público Federal acerca de graves violações a Direitos Humanos cometidas por agentes do Estado durante a ditadura*. Brasília, jan. 2013.
- NAGY, R. Transitional Justice as global project: critical reflections. *Third World Quarterly*, v. 29, ISS. 2, 2008.
- NETWORK FOR SOCIAL JUSTICE AND HUMAN RIGHTS. *Human Rights in Brazil 2012, a report by the network for social justice and Human Rights*. São Paulo, 2012.
- NEV (NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA/USP). Continuidade autoritária e construção da democracia. *Relatório final de pesquisa*. São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. *5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil 2001-2010*. São Paulo, 2012.
- OKELLO, Moses Chrispus. Elevating transitional local justice or crystalizing global governance. In: SHAW, Rosalind; WALDORF, Lars; HAZAN, Pierre (Ed.). *Localizing transitional justice: interventions and priorities after mass violence*. Stanford: Stanford University, 2010.
- OLSEN, Trícia; PAYNE, Leigh; REITER, Andrew. *Transitional Justice in balance*. Washington DC: United States Institute of Peace, 2010a.
- \_\_\_\_\_. The justice balance: when transitional justice improves Human Rights and democracy. *Human Rights Quarterly*, v. 32, n. 4, p. 980-1007, 2010b.
- PALMER, N.; CLARK, P.; GRANVILLE, D. *Critical perspectives in transitional justice. series on transitional justice*. Intersentia, Antwerp, 2012.
- PASTORAL CARCERÁRIA. *Relatório sobre a tortura: uma experiência de monitoramento dos locais de detenção para prevenção da tortura*. São Paulo, 2010.
- PAYNE, L. A. *Unsettling accounts: neither truth nor reconciliation in confessions of state violence*. Edited by Neil L. Whitehead, Jo Ellen Fair and Leigh A. Payne, The cultures and practice of violence series. Durham: Duke University Press, 2008.
- PEREIRA, Anthony. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

- QUINALHA, Renan. 2012. 173 p. *Justiça de transição: contornos de um conceito*. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da USP, 2012.
- RAMJI-NOGALES, J. Designing bespoke transitional justice: a pluralist process approach. *Michigan Journal of International Law*, v. 32, p. 1-72, 2010.
- SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 237-252.
- TEITEL, Ruti. Transitional justice genealogy. *Harvard Human Rights Journal*, v. 16, p. 69-94, 2003.
- UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. *Report of the Working Group on the Universal Periodic Review, Brazil, A/HRC/21/11*, 9 July 2012.
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. *The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies*. New York: Report of the Secretary-General to the Security Council, 23 August 2004. S/2004/616.
- VINCK, P.; PHAM, P. N. Outreach evaluation: the international criminal court in the Central African Republic. *International Journal of Transitional Justice*, v. 4, n. 3, p. 421-442, 2010.
- WEICHERT, M. O financiamento de atos de violação de Direitos Humanos por Empresas durante a ditadura brasileira. *Revista Acervo*, Local de publicação 21, nov. 2011. Disponível em: <[revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/92](http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/92)>. Acesso em: 12 JAN. 2012.
- ZELIC, M. Povos indígenas e ditadura militar: subsídios à Comissão Nacional da Verdade 1946-1988. *Relatório Parcial 01*, 30/11/2012.
- ZYL, Paul Van. Promovendo a Justiça Transicional em sociedades pós-conflito. *Revista da Anistia política e Justiça de Transição*, Brasília, n. 1, p. 32-55, jan.-jul. 2009.



# ANTHONY GIDDENS ENTRE A HERMENÊUTICA E A CRÍTICA:

o *status* do conhecimento de senso comum na teoria da estruturação\*

*ANTHONY GIDDENS BETWEEN HERMENEUTICS AND CRITIQUE:*

the status of common sense knowledge in structuration theory

Gabriel Peters<sup>a</sup>

**Resumo** O artigo se debruça sobre a relação entre Ciência Social e saber de senso comum na teoria da estruturação de Giddens, apresentando-a como uma síntese de diferentes versões da “apologia” e da “crítica” do conhecimento social leigo nas Ciências Humanas. Tal síntese postula um “ponto de partida hermenêutico”, segundo o qual a elucidação de formas de vida depende do contato com os recursos simbólicos que tornam possível a um nativo participar dessas formas de vida, ao mesmo tempo em que defende que a interpretação hermenêutica deve ser combinada à objetivação de condições e efeitos societários que operam à revelia das intenções e/ou do conhecimento dos agentes. Contra os paladinos da “ruptura epistemológica” como passo primeiro da Ciência Social, Giddens abraça a tese de que o contato epistêmico com os saberes pragmáticos mobilizados pelos atores é requisito *sine qua non* para um retrato acurado de suas práticas. Contra a redução da análise social a um relatório de como os agentes leigos pensam e representam seus contextos coletivos, ele articula a mesma tese às tradicionais preocupações da Sociologia estrutural com circunstâncias não reconhecidas e consequências não intencionais da ação social. O sociólogo britânico delinea, assim, uma sugestiva “terceira via” entre a sensibilidade hermenêutica e o questionamento epistemológico e ético-político das noções de senso comum que sempre caracterizou a teoria social crítica.

**Palavras-chave** Anthony Giddens; teoria da estruturação; senso comum; hermenêutica; crítica.

---

\* Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no GT “Teoria Sociológica” do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, beneficiando-se significativamente de comentários dos professores Carlos Eduardo Sell, Marcia Consolim e Márcio de Oliveira, aos quais agradeço aqui. Também envio um aceno especial de gratidão intelectual a Laura Luedy, Luís de Gusmão, Cynthia Hamlin e Frédéric Vandenberghe, por suas observações invariavelmente sensíveis e inteligentes sobre teoria social e outros assuntos. Por fim, um “obrigado” a um/a parecerista anônimo/a de *Plural* que ofereceu pertinentes considerações sobre o presente texto, pelo qual continuo assumindo, entretanto, plena responsabilidade.

a Professor adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

**Abstract** *This article focuses on the relationship between social science and common sense knowledge in Giddens' theory of structuration, and presents it as a synthesis between different versions of the "apology" and the "critique" of lay social knowledge in the human sciences. Such synthesis postulates a "hermeneutical starting point" according to which the elucidation of forms of life depends upon the contact with the symbolic resources that render possible for a native to participate in them, while at the same time defending that hermeneutical interpretation should be combined with the objectivation of social conditions and effects that operate beyond the grasp of agents' will and/or knowledge. Against the paladins of the "epistemological break" as social science's proper first step, Giddens sustains that the epistemic contact with the pragmatic knowledge mobilized by the actors is a sine qua non condition to an accurate account of their practices. Against the reduction of social analysis to a report of how lay agents think about and represent their collective contexts, he links the same thesis to the traditional concerns of structural Sociology about unacknowledged circumstances and unintentional consequences of social action. The British sociologist delineates, thus, a suggestive "third way" between a hermeneutical sensibility, on the hand, and the epistemological and ethico-political questioning of common sense notions which has always characterized critical social theory, on the other.*

**Keywords** *Anthony Giddens; structuration theory; common sense; hermeneutics; critique.*

## INTRODUÇÃO

À luz de um exame mais detalhado, a referência genérica ao problema da relação entre a Ciência Social e o chamado saber de senso comum abraça todo um conjunto de questões teórico-metodológicas articuladas, tais como aquelas relativas à natureza específica das crenças (inter)subjetivas que os atores mantêm acerca dos contextos societários em que estão imersos, ao papel ontológico desempenhado por essas crenças na produção, reprodução ou transformação de tais contextos e, por fim, aos modos heurísticamente mais apropriados pelos quais a pesquisa empírica deve lidar com as "sociologias espontâneas" dos agentes leigos, em sua tarefa de elucidação da agência humana e da vida social.

Como mostrado por Jeffrey Alexander (1987, 1999), a formulação de concepções teóricas quanto às entidades e eventos constitutivos do universo social, assim como de diretrizes metodológicas para o estudo empírico desse universo, está conectada a premissas *metateóricas* acerca de qual é ou deve ser o *status* epistemológico do conhecimento social especializado, sobretudo em comparação com as Ciências Naturais, à sombra das quais a Sociologia se constituiu, seja por

emulação, seja por contraste. No que toca ao saber de senso comum, pode-se aferir que inspirações *epistemológicas* distintas levaram ao desenho de diferentes *ontologias* do saber ordinário e de sua importância na reprodução e/ou transformação do mundo social, bem como à defesa de diferentes atitudes *metodológicas* preconizadas como adequadas ao exame científico desse mundo. Todo esse conjunto de concepções epistêmicas, ontológicas e metodológicas afeta, por fim, a visão dos cientistas sociais sobre a dimensão *crítica* da análise social especializada, referente aos impactos prático-políticos que a inteligência científica do mundo social produz (e pretende produzir) sobre seu domínio substantivo de estudo.

### A CRÍTICA NATURALISTA E ESTRUTURAL DO SENSO COMUM

De modo geral, as escolas de pensamento sociológico que se inspiraram metodologicamente nos extraordinários avanços da Ciência Natural tenderam a conceber a relação entre Ciência Social e senso comum como similar àquela que marcou o progresso das Ciências da Natureza, em que o conhecimento obtido pelo uso do método científico levava a uma clara “ruptura epistemológica” (BACHELARD, 1996) com as noções ordinárias acerca do universo natural, expostas assim como permeadas por confusões, erros e mistificações. Segundo tal perspectiva, as *notiones vulgares* sobre o mundo societário que orientam a conduta e a experiência ordinárias apresentar-se-iam, antes de tudo, como *obstáculos* a serem cientificamente superados no caminho para uma apreensão acurada dos mecanismos de formação, reprodução e mudança da realidade social. Combinando uma epistemologia naturalista e uma visão da autonomia relativa do social, tanto MARX (1982; MARX; ENGELS, 1974) como Durkheim (1977; 1999) conceberam o conjunto das ideias e representações do “senso comum” característico de tais ou quais contextos sócio-históricos antes como parte do *explanandum* – daquilo que deveria ser explicado pela referência sociocientífica a determinações estruturais da coletividade considerada *in toto* – do que do *explanans* – dos fatores primordialmente explicativos dos processos de reprodução e transformação social. Alguns representantes da teoria marxista e do estrutural-funcionalismo de matriz durkheimiana levaram essa perspectiva ao paroxismo, ao simplesmente dispensarem a referência às compreensões e às representações que os indivíduos e grupos faziam de suas próprias condições de existência em prol do recurso intelectual a supostas “leis” autônomas de funcionamento e evolução das formações societárias.

Marx e Durkheim, no entanto, apresentaram argumentos mais complexos e sofisticados, que recorriam a propriedades estruturais da coletividade para explicar *causalmente* as visões de mundo de indivíduos e grupos particulares, mas

sublinhavam a contribuição *funcional* que elas davam à reprodução e à continuidade das circunstâncias socioestruturais que lhes originaram<sup>1</sup>. Assim, em Marx, por exemplo, se uma ideologia individualista pode ser explicada como um efeito “superestrutural” das relações sociais de produção em um mundo capitalista, a legitimação das assimetrias de poder entre burgueses e proletários gerada por essa ideologia contribui, por sua feita, para reproduzir aquelas mesmas relações de produção. A eficácia social de uma ideologia, na operação de um modo de produção, não apenas não seria incompatível com seu caráter de ilusão ou “falsa consciência”, mas dependeria deste – do que derivaria o potencial ético-político da descoberta de tais ilusões e de suas bases socioestruturais pelo cientista social.

De modo algo similar, Durkheim argumentou que as crenças religiosas das mais “primitivas” entre as sociedades, ainda que “falsas” na letra, seriam “verdadeiras” enquanto expressões e respostas reais “a determinadas condições da vida humana”; expressões e respostas que contribuía funcionalmente, por sua conta, para a reprodução daquelas condições (DURKHEIM, 1989, p. 30-31)<sup>2</sup>. Seguindo a pista de Comte, ao conceber o avanço de uma perspectiva genuinamente científica sobre o mundo social como a melhor maneira de oferecer ferramentas responsáveis e realistas de intervenção sociopolítica sobre ele, Durkheim estendeu o raciocínio funcionalista à sua concepção do modo apropriado de aplicação prática do conhecimento sociológico (DURKHEIM, 1999, cap. 3), defendendo uma atuação política cientificamente fundamentada no uso de princípios semelhantes àqueles que, em biologia ou fisiologia médica, determinam a distinção entre fenômenos *normais* e *patológicos*. Assimilando a normalidade de um fenômeno à sua generalidade – concebida não de forma trans-histórica, mas como relativa a um dado tipo societário, em um dado estágio de seu desenvolvimento –, Durkheim desembocou na conclusão de que a *práxis* política sociologicamente orientada teria como tarefa primordial a manutenção da sociedade em seu estado normal, a partir do conhecimento das tendências necessárias inscritas nas próprias condições de funcionamento da coletividade. Tal perspectiva levou Durkheim a considerar possível que a Ciência Social pudesse validar e justificar *fins*, e não apenas fornecer

---

1 Coube a autores como Elster (1989) e o próprio Giddens (1981) a demonstração circunstanciada de que, para além de seus diferentes retratos do social, o recurso a explicações funcionais é um elemento comum às tradições de pensamento durkheimiana e marxista.

2 Desde que não se opere a redução da noção de “ser social” à esfera econômica *tout court*, pode-se reconhecer no “kantianismo sociológico” (Lévi-Strauss) de Durkheim e Mauss, com seu foco sobre a conexão entre estruturas sociais e estruturas mentais, outra manifestação da velha tese de Marx de que “o ser social determina a consciência” (MARX, 1982, p. 25), a asserção fundacional da Sociologia do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 17; ARON, 2000, p. 136).

*meios* adequados à consecução destes, assumindo uma posição dramaticamente distinta daquela que foi vigorosamente defendida por Weber (1982) a esse respeito.

## VERSÕES DA APOLOGIA DO SENSO COMUM NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Em uma diferente tradição de pensamento, que vai de Vico e Dilthey a Schutz, Gadamer e Winch (PETERS, 2011a), a comparação entre as ciências da natureza e as Ciências Humanas se estabelece não segundo uma relação de *emulação*, mas de *contraste*. Ainda que por meio de perspectivas diferentes, todos esses autores enfatizaram que o estudo dos seres humanos e de suas condições sócio-históricas possui uma diferença epistêmica fundamental em relação à Ciência Natural: o fato de ser permeado de representações e significados (inter)subjetivos que reclamam *interpretação*. Longe de poderem ser considerados como obstáculos a serem metodologicamente superados na elucidação dos contextos sociais da ação e experiência humana, esses repertórios de significações constituiriam o próprio fator que faz de tais contextos universos de ação e experiência *humana*. Nesse sentido, a reconstrução intelectual de tais repertórios se apresenta como a tarefa central das Ciências Humanas, seja lá como for percebido o contato do pesquisador social com significados, crenças, representações e categorias pelos quais os atores atribuem (inter)subjetivamente inteligibilidade ao mundo e se orientam nele: a transposição empática para a mente de outras pessoas (Dilthey), a descrição fenomenológica da experiência subjetiva de um ator social competente (Schutz), a “fusão hermenêutica de horizontes” entre universos de significado (Gadamer), a caracterização linguístico-pragmática das regras que governam suas “formas de vida” (Winch), etc.

Embora todos esses autores reconheçam a existência de representações intersubjetivamente partilhadas, bem como sua penetração nas consciências individuais, suas abordagens possuem pressupostos distintos no que toca à identificação ontológica e à busca metodológica do *locus* fundamental de produção e veiculação de sentido. O pressuposto de que a subjetividade individual constitui a instância na qual o significado deve ser procurado pelo cientista social é comum, por exemplo, à proposta diltheyana de revivescência imaginativa dos estados mentais subjacentes a produções socioculturais (OUTHWAITE, 1985), ao recurso weberiano à imputação inferencial de sentido a partir do estudo detido das circunstâncias e dos efeitos da ação (WEBER, 2000, p. 4) e, ainda, à descrição fenomenológica schutziana dos atos volitivos e cognitivos por meio dos quais a consciência do agente opera em seu “mundo da vida” (SCHUTZ, 1962, 1979). Por outro lado, abordagens como a hermenêutica de Gadamer (1997, p. 559) e a filosofia neowittgensteiniana

de Winch (2002) convergem em seu afastamento de visões “psicologizantes” ou “individualistas” do processo de interpretação, ao tomarem o meio intersubjetivo e publicamente acessível da linguagem como o domínio próprio da compreensão sociocultural (GIDDENS, 1998, cap.8).

Para além dessa dicotomia entre formas individualistas e holistas de interpretativismo, e diferenciando-se, nesse sentido, das abordagens mais matizadas de Weber e Schutz, o velho Dilthey possui em comum com Gadamer e Winch a proposta de que a interpretação de significado não seria apenas indispensável às Ciências Humanas, mas constituiria seu procedimento *exclusivo* de elucidação da ação individual e das formações socioculturais, domínios ontológicos que excluiriam, por definição, o recurso “objetificante” a explicações causais. Do ponto de vista das concepções de Sociologia que advogam uma concepção “forte” da cesura epistemológica com o senso comum e/ou abraçam a tarefa crítica de identificação e correção de crenças errôneas mantidas pelos atores leigos, tal proposta de redução das tarefas da análise social a uma exposição de como os atores pensam e representam seus contextos coletivos seria inaceitável, sobretudo porque deixaria de lado tanto as influências causais sobre suas condutas que não operam pela mediação de suas consciências quanto os efeitos não intencionais agregados que derivam de suas intervenções intencionais sobre suas sociedades. *À la limite*, a impossibilidade de submeter as crenças leigas à crítica intelectual ou moral também pareceria levar tanto ao relativismo epistemológico quanto ao quietismo prático-político. A primeira consequência se tornou clara quando Winch (1964) levou suas premissas metodológicas às últimas consequências, ao recusar a possibilidade mesma de que Evans-Pritchard (ou qualquer outro cientista social) pudesse retratar como falsas as crenças dos Azande sobre a bruxaria. A segunda estaria manifesta na tendência, própria às abordagens interpretativas em Sociologia, à subsunção de todas as relações sociais ao modelo da troca simbólico-comunicativa, em detrimento de temas como conflito, poder e dominação (GIDDENS, 1993a: 77; BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 72-74).

### **EM BUSCA DE UMA “TERCEIRA VIA”**

O fulcro da teoria da estruturação de Anthony Giddens consiste na ideia de que a produção, reprodução e transformação das propriedades estruturais de quaisquer sistemas sociais, inclusive daqueles de alcance espaço-temporal mais macroscópico, estão ontologicamente vincadas nas performances hábeis e cognitivamente informadas de uma multiplicidade de atores individuais situados em diferentes regiões de tais sistemas. Ao mesmo tempo em que destaca a dependência

histórica de estruturas e sistemas em relação à agência individual, o estruturacismo sublinha simultaneamente que a capacidade que qualquer ator possui de intervir, de modo competente, sobre os processos sociais é moldada por “regras e recursos” que conferem tal ou qual fisionomia estrutural aos sistemas sociais em que tais atores estão imersos (PETERS, 2011b, 2011c). Definindo como “estruturas” essas regras e recursos organizados como propriedades de coletividades (sistemas sociais), mas socialmente incorporados e reflexivamente mobilizados pelos agentes nas práticas que reproduzem e/ou modificam aquelas coletividades, o sociólogo britânico sublinha, assim, seu papel dual, o fato de que “estruturas sociais são tanto constituídas *pela* agência humana como, ao mesmo tempo, o próprio *meio* dessa constituição” (GIDDENS, 1993a, p. 128-129; 2003, p. 29-33).

Como convém à sua propensão intelectual a busca de um “meio-termo” (Aristóteles) ou de um “caminho do meio” (Buda), em debates intelectuais altamente polarizados, a teoria da estruturação também trilha uma via média entre os dois estilos de abordagem apresentados. Giddens (1993a, p. 163-170) reclama, por um lado, um inescapável “ponto de partida hermenêutico” segundo o qual o acesso a formas de vida social depende do contato com os recursos simbólicos intersubjetivamente partilhados que tornam possível a um nativo participar competentemente dessas formas de vida. Ao mesmo tempo, ele sustenta que a conduta social é tanto causalmente influenciada por fatores sistêmicos não reconhecidos (tácita ou discursivamente) pelos próprios atores quanto gera continuamente efeitos não intencionais agregados sobre seus cenários de ação. Isso implica que um retrato fidedigno do que ocorre no mundo social tem de combinar a interpretação hermenêutica à objetivação de condições e de efeitos societários que operam *a tergo*, à revelia das intenções e/ou do conhecimento dos agentes. Nesse sentido, se *ab initio* as crenças, as categorias linguísticas e os saberes mobilizados pelos agentes nas práticas de produção e reprodução de um sistema social não podem ser corrigidos à luz de descobertas científico-sociais, dado que, sem se partir deles, sequer seria possível chegar a tais descobertas, o exame sociológico de tal sistema pode e deve ser capaz não apenas de identificar circunstâncias e desdobramentos não reconhecidos de suas ações, como também de averiguar a verdade ou falsidade de suas crenças à luz do conhecimento científico, estabelecendo com os próprios atores leigos estudados um diálogo crítico acerca dos rumos da vida social (GIDDENS, 1993a, p. 62).

## A INDISPENSABILIDADE DA HERMENÊUTICA

Diferentemente do que ocorre com o domínio de estudo das ciências da natureza, os agentes imersos em mundos sociais constituem e reconstituem as

características de tais mundos mobilizando os saberes explícitos ou tácitos que possuem acerca deles. Nesse sentido, suas concepções e representações sobre os cenários sócio-históricos em que atuam não são simplesmente adjacentes aos processos de reprodução ou de mudança que se desenrolam naqueles, mas estão *constitutivamente* envolvidas em tais processos, uma vez que habilitam os atores a intervir causalmente sobre suas condições sociais de existência. Embora submeta as sociologias interpretativas a uma “crítica positiva” (1993a) que as reinsere em uma abordagem teórico-metodológica que contempla questões por elas negligenciadas, a teoria da estruturação atribui importância crucial à ideia de que o estudo científico da agência humana e da vida social adquire uma singularidade epistemológica iniludível ao dirigir-se a uma esfera ontológica imbuída de significações pelos próprios “objetos” que a compõem, significações que participam da constituição e reconstituição dessa esfera (GIDDENS, 1998, p. 283-296; 2001b, p. 111).

Em compasso com a guinada pragmática na filosofia da linguagem, segundo a qual esta não é simplesmente (ou mesmo primordialmente) um conjunto de instrumentos de descrição do mundo, mas um meio da atividade prática no mundo social (AUSTIN, 1975), Giddens localiza o repertório linguístico ordinário no seio daqueles saberes constitutivamente envolvidos na reprodução do universo societário. A concepção *performativa* da linguagem abraçada por Giddens foi particularmente influenciada pela transformação observada na obra de Wittgenstein (GIDDENS, 1979, p. 34), o qual, após propor, em seu *Tractatus logico-philosophicus* (WITTGENSTEIN, 2001), uma concepção do significado como figuração do real, se moveu, em suas *Investigações filosóficas* (WITTGENSTEIN, 2000), em direção a uma visão do significado como derivado dos usos *socialmente convencidos* da linguagem, sendo esta concebida fundamentalmente como um instrumento da *práxis* social.

O pensador inglês é, portanto, sensível à ideia de Winch quanto à necessidade de se estabelecer um “laço lógico” entre a terminologia técnica desenvolvida por analistas sociais, de um lado, e o repertório performativo de categorias da linguagem ordinária, de outro, como o único acesso à compreensão de suas formas de vida. Ao defender um ponto de partida hermenêutico, segundo a qual a inteligibilidade dos traços de uma forma social de vida está condicionada à capacidade de participar competentemente dela, Giddens (2001b, p. 110) assume uma postura antípoda às injunções de autores como Bourdieu (1979, p. 21; PETERS, 2010) quanto aos prejuízos analíticos do vocabulário de senso comum e das representações espontâneas do mundo social que estariam nele pressupostas, constituindo, segundo esse autor, o principal obstáculo epistêmico ao avanço de uma perspectiva científica sobre esse mesmo mundo (à maneira dos *idola tribus*, sobre os quais versou Francis Bacon).



A versão giddensiana da ideia de que deve haver um vínculo lógico entre a terminologia especializada dos cientistas sociais e os conceitos orientadores mobilizados pelos próprios atores leigos não deve ser confundida com o que Alfred Schutz (1962, p. 44) denominou “o postulado da adequação”. Em sua formulação de diretrizes metodológicas para a Sociologia compreensiva, o filósofo vienense sustentou que as noções técnicas forjadas na investigação social devem não apenas fornecer uma via de elucidação das construções simbólicas com base nas quais se organiza e se reproduz uma dada forma de vida (algo com que Giddens concorda), mas também ser compreensíveis para os próprios integrantes desta última, à luz de suas construções mundanas. Giddens rejeita essa tese com base no argumento do próprio Schutz, segundo o qual os critérios de formulação e aplicação interpretativa de conceitos técnicos e leigos são distintos (ditados pela “urgência da prática” [BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 88], no último caso, e puramente “cognitivos” ou “teóricos”, no primeiro).

Segundo Giddens, o “postulado da adequação” deve ser entendido em um sentido inverso àquele formulado por Schutz. Não se trata de estabelecer que as proposições e os conceitos técnicos utilizados pelo cientista social devem poder ser compreendidos pelos próprios atores leigos, mas, sim, que o pesquisador especializado precisa compreender corretamente as noções ordinárias que os agentes investem na geração de sua conduta. Retomando um exemplo retirado por Peter Winch do campo da economia, Giddens (1982, p. 15) afirma que faria pouco sentido supor que a “adequação” do conceito técnico de “preferência pela liquidez” dependeria da possibilidade de que o “comerciante da rua” o compreendesse. Por outro lado, a capacidade de compreender adequadamente tal conceito no âmbito da disciplina econômica está necessariamente vinculada à compreensão coetânea das concepções ordinárias que orientam subjetivamente o comportamento dos agentes econômicos: “Seu uso pelo economista pressupõe sua compreensão do que é conduzir um negócio”, o que, por sua vez, depende do entendimento de noções tácitas ou explicitamente mantidas pelos atores estudados pelo economista, tais como “dinheiro, lucro, custo, risco, etc.” (WINCH, 2002, p. 89).

## **O CARÁTER INTERSUBJETIVAMENTE PARTILHADO E PREDOMINANTEMENTE TÁCITO DO SABER LEIGO**

A interpenetração entre agência e estrutura é derivada, na teoria da estruturação, do fato de que a interpretação reflexiva que o ator possui da própria experiência e de seus contextos de ação, bem como a própria capacidade de interagir com outros e produzir efeitos no mundo social, está assentada na utilização

de regras e recursos necessariamente *intersubjetivos*, organizados como propriedades de coletividades e incorporados pelo aprendizado social – seja em situações de interação face a face, seja pelo contato com produtos culturais objetivados em meios materiais. Em compasso com a crítica à filosofia da consciência e a tese do “descentramento do sujeito” articuladas à guinada linguística na teoria social, Giddens sustenta que, na medida em que a própria capacidade de auto-objetivação ou autocompreensão reflexiva depende do aprendizado e do uso de instrumentos simbólicos intersubjetivamente partilhados em uma “forma de vida” social, a metodologia da interpretação não pode partir da subjetividade individual, mas das regras e recursos coletivos que capacitam os indivíduos a produzir e veicular sentido (GIDDENS, 1998, p. 289).

A maior parte do conhecimento reflexivamente aplicado pelos atores está situada no âmbito da *consciência prática* (2003, p. 440), do repertório de crenças e habilidades que habilitam os atores a intervir e interagir competentemente nos contextos da vida social, mesmo que eles não possam ou não precisem emprestar a tais crenças e habilidades um caráter explicitamente consciente ou discursivamente articulado. O “modelo estratificado da personalidade do agente” (1979, p. 121) apresentado por Giddens inclui, além da consciência prática, as dimensões da *consciência discursiva* e do *inconsciente*. O primeiro conceito se refere ao repertório de conhecimentos que os atores são capazes de expressar discursivamente, se requisitados a fazê-lo. Vale a pena lembrar que a fronteira existente entre as consciências prática e discursiva é flutuante e permeável, variando tanto no que se refere a comparações entre agentes situados em diferentes contextos de ação quanto no que tange às experiências de aprendizagem de um ator individual – inclusive, como será visto, daquelas derivadas do contato com o conhecimento social especializado. Embora Giddens reclame uma noção de inconsciente próxima à de Freud, referindo-se a um espaço psíquico de impulsos totalmente subtraídos à consciência ou aparecendo nesta apenas de modo hermenêuticamente distorcido (sonhos, sintomas neuróticos, atos falhos), o principal foco de Giddens nesse terreno está orientado, no rastro das contribuições da “psicologia do ego” avançada por autores como Erikson e Sullivan, para a necessidade psíquica de estabelecimento de um senso contínuo de *segurança ontológica* (2003, p. 444), cuja tematização consiste também na principal via de estudo da dimensão emocional da conduta e experiência humanas na obra do autor inglês, mitigando seu cognitivismo<sup>3</sup>.

---

3 Há uma interessante referência de Giddens ao papel das emoções na vida social, em sua tentativa de contrastar as importações do pensamento psicanalítico nas diferentes versões da teoria crítica construídas por Marcuse e Habermas, este último interessado muito mais na mobiliza-

## OS LIMITES DO SENSO COMUM

A famosa afirmativa de Marx, segundo a qual toda ciência seria supérflua se a aparência e a essência das coisas coincidissem diretamente, pode ser entendida, *inter alia*, como a expressão eloquente da crença de que uma investigação científica da vida social não valeria o esforço se não pudesse ir além do saber de senso comum. Embora seja possível dizer que as abordagens interpretativas “transcendem” o conhecimento social ordinário, ao exprimirem sob forma discursiva aquilo que os atores leigos “já sabem”, mas não podem formular de modo preciso na linguagem, a transcendência cognitiva imaginada por Marx certamente é mais forte que isso, ao focar as influências causais exercidas sobre as condutas individuais, seja sem qualquer mediação da consciência dos atores, seja pela mediação de crenças ilusórias, porém socialmente eficazes. O Mouro certamente tinha esses fenômenos em mente, quando postulou que os seres humanos “fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas do passado” (MARX, 1974, p. 17). Tal reconhecimento da prioridade “biográfica” da sociedade sobre o indivíduo

---

ção do procedimento desenhado na situação analítica para construir o modelo de uma Ciência Social que combinaria os momentos de explicação, interpretação e crítica, do que nas teses substantivas de Freud acerca da mente e do comportamento individual. Sobre tais apropriações diferenciais da psicanálise freudiana, o sociólogo britânico afirma: “Habermas se inspirou em larga medida em Freud ao formular sua versão da teoria crítica. Mas seu uso de Freud parece ser quase totalmente ‘metodológico’: a terapia psicanalítica demonstrou de que modo se poderia obter uma maior autonomia de ação, graças ao autoentendimento do próprio indivíduo. Habermas deixou poucas indicações do quanto ele aceitava o conteúdo dos escritos de Freud. A esse respeito, sua apropriação de Freud contrasta claramente com a de Marcuse, e isso tem consequências para o trabalho posterior de Habermas. Pois o conceito de uma situação ideal de discurso, interessante como possa ser em si mesmo, mantém-se num nível especialmente cognitivo. O que acontece com afeto, sexualidade, amor, ódio e morte? Enquanto a formulação de Marcuse da teoria crítica fundava-se em uma preocupação contrastante com esses fenômenos, o relato de Habermas fornece poucas maneiras de elaborá-los conceitualmente” (GIDDENS, 1998, p. 276). Kilminster (1991, p. 115) afirma que a crítica que Giddens dirige a Habermas em tal passagem poderia se voltar contra o próprio progenitor da teoria da estruturação. Ainda que o acento cognitivista da caracterização estruturacionista do agente seja de fato óbvio, Giddens, no entanto, provavelmente oporia algumas restrições à inflexão eliasiana que Kilminster parece oferecer ao mergulho nessa temática, inflexão focada sobre os parâmetros sócio-históricos de controle (e autocontrole) dos afetos pulsionais por meio de mecanismos como a vergonha e o constrangimento. Além disso, afora sua incursão posterior no território das transformações da intimidade na modernidade tardia (1993a), a incorporação de contribuições da psicologia do ego e, em particular, do conceito eriksoniano de segurança ontológica já abre espaço, na teoria da estruturação, para a tematização da dimensão emocional da ação e experiência sociais (em particular no que tange à ansiedade e ao medo), ainda que tal via de análise evidentemente não esgote o escopo de emoções relevantes à caracterização do comportamento humano. Uma discussão mais sistemática da noção de segurança ontológica teria muito a ganhar ao cotejar o trabalho de Giddens com alguns veios de reflexão nas obras de Peter Berger e Pierre Bourdieu (consultar Peters, 2014).

também era fundamental na caracterização durkheimiana da *exterioridade* como propriedade essencial dos fatos sociais (DURKHEIM, 1999, p. 1-13).

Os fundadores da Ciência Social perceberam bem que as limitações sobre o conhecimento e a iniciativa dos agentes incidem não apenas sobre o presente herdado ou plano das *condições*, mas também sobre o *futuro* ou plano das *consequências*, nos processos em que as múltiplas ações intencionais de diversos indivíduos, ao produzirem impactos diversos umas sobre as outras, engendram configurações estruturais, institucionais e culturais não intencionadas por quaisquer deles. No entanto, pelo menos em alguns momentos de entusiasmo teleológico (que eles de resto partilharam com vários de seus contemporâneos menos brilhantes), em vez de acentuarem a contingência de tais processos, Marx e Durkheim lidaram com o problema dos efeitos não intencionais por meio de um raciocínio teórico-metodológico que transportava as “intenções” para um nível explicativo distinto, subsumindo-os seja na referência a necessidades funcionais de sistemas sociais (que, no último Parsons [1969], por exemplo, passam a ser concebidos como dotados de fins, à maneira de agentes individuais), seja no recurso à ideia de uma lógica imanente do processo sócio-histórico, concebido como regido por leis ou forças impessoais que atuariam à revelia da volição e da consciência dos indivíduos (MARX, 1979, p. 5; MARX; ENGELS, 1974, p. 42; 2000, p. 76; como será mostrado a seguir, no entanto, o próprio Marx forneceu insumos para a crítica desse veio teleológico de seu pensamento).

A presença explícita ou sub-reptícia de pressupostos funcionalistas e evolucionistas certamente ainda marca a ciência social contemporânea, mas, como informa Sztompka (1998), um exame retrospectivo da teoria social, nos últimos dois séculos, torna patente a tendência à passagem de esquemas desenvolvimentistas ou cíclicos, os quais postulam a necessidade e a irreversibilidade dos processos sócio-históricos, em direção a ênfases crescentes no papel historicamente produtivo da agência humana intencional, no curso contingente dos acontecimentos sociais e no caráter necessariamente aberto e imprevisível do futuro. Abraçando tais teses, e sem deixar de considerar como essencialmente falha qualquer perspectiva que considerasse o “conhecimento mútuo” que guia as ações e vivências ordinárias como meros epifenômenos de processos coletivos autônomos, Giddens considera fundamental a lição, legada pelas contribuições da Sociologia clássica e negligenciada pelas abordagens interpretativistas à la Dilthey ou Winch, de que a cognoscitividade dos atores obviamente não alcança o registro tácito ou discursivo de todas as dimensões dos ambientes societários em que eles atuam. Tais ambientes apresentam *condições não conhecidas de ação*, causalmente influentes na emoldu-

ração da conduta tanto sob a forma de injunções exteriores quanto de motivações inconscientes, e são também palco de *efeitos não intencionais* (contingentes) *do comportamento intencional*<sup>4</sup>. Assim, por exemplo, para além das diferenças entre o enfoque “egológico” de Schutz e a concentração sobre regras públicas de uma forma de vida em Winch, ambos seriam incapazes “de reconstituir a realidade social como um mundo-objeto” (GIDDENS, 1993a, p. 36), ou melhor, como (inter) subjetividade e objetividade, simultaneamente. Por exemplo, os “contemporâneos” – as pessoas ou tipos de pessoas de cuja existência o ator tem alguma ciência, mas que não encontra diretamente – e os “predecessores” – integrantes das gerações anteriores à existência do agente – tendem a figurar nos escritos de Schutz apenas como representações simbólico-cognitivas em relação às quais o indivíduo orienta sua conduta no presente, quando, na verdade, os atos de antepassados e contemporâneos podem influenciar causalmente a vida dos atores individuais sob as mais diversas formas – independentemente de tais predecessores e contemporâneos existirem como representações nas subjetividades daqueles.

A discussão sobre as limitações da cognoscitividade dos atores se torna mais clara à luz do conceito estruturacionista de *distanciamento espaço-temporal* – muito semelhante, aliás, à ideia de “compressão do tempo-espaço” avançada pelo geógrafo neomarxista David Harvey (2001, p. 257). O conceito aponta para um conjunto de processos históricos, tecnologicamente assentados no intenso desenvolvimento de meios de transporte de pessoas e bens (da bicicleta ao avião), bem como de geração e disseminação de informações e símbolos (do livro à Internet), graças aos quais um contingente importantíssimo das relações sociais no mundo contemporâneo não está circunscrito ao domínio da copresença física, mas envolve indivíduos e coletividades distantes uns dos outros, no tempo e no espaço.

Sobretudo em uma constelação sócio-histórica caracterizada por “relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas

---

4 Bem antes da tendência identificada por Sztompka e corporificada na teoria da estruturação de Giddens, o canônico estudo de Weber sobre a “afinidade eletiva” entre a ética do protestantismo ascético e o espírito do capitalismo moderno (WEBER, 1967) já podia ser listado, naturalmente, como um exemplar admirável de investigação histórico-sociológica que registra a ocorrência de efeitos não intencionais da ação social sem subsumi-los, no entanto, em uma visão teleológica da história. Nesse sentido, se, por um lado, Giddens buscou afastar-se das cogitações de Weber sobre a interpretação pelo recurso a abordagens que capitanearam a “guinada linguística” na teoria social, tais como a hermenêutica gadameriana ou a pragmática da linguagem do segundo Wittgenstein, ele certamente está mais próximo de Weber do que de Gadamer ou Winch, por outro lado, ao conceber a explicação causal como *complementar* à compreensão interpretativa (sobre visões compatibilistas e incompatibilistas de explicação e compreensão, consultar Peters, 2011a; 2013b).

de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p. 69), a Sociologia vai “além” do senso comum precisamente na medida em que pesquisa, de modo sistemático, as complexas conexões entre a biografia individual e a macro-história social, entre os contextos experienciais locais da vida cotidiana e as transformações sociais de abrangência histórico-geográfica mais larga (entre, por exemplo, uma crise econômica global e as aflições financeiras do casal Sicrano/a e Beltrano/a). “A capacidade de ir das mais remotas e impessoais transformações para as características mais íntimas do ser humano e ver as relações entre as duas”: é esse, com efeito, o traço central da imaginação sociológica, segundo Mills (1975, p. 13-14) – saudada por Giddens, na primeira de suas introduções à Sociologia<sup>5</sup> (GIDDENS, 1984).

## A SEGUNDA VIA NA DUPLA HERMENÊUTICA: DA CIÊNCIA SOCIAL AO SENSO COMUM

O fluxo entre as ideias e os conceitos cunhados pelas diversas Ciências Sociais e aqueles veiculados pelos próprios atores leigos, em seus discursos, e/ou por eles recursivamente implementados como conhecimento prático na produção de suas ações, é de *mão dupla*, caracterizando o processo que Giddens (1993a, p. 170) denomina como *dupla hermenêutica*. Na medida em que os conceitos e as proposições do cientista social podem ser apropriados pelos próprios atores na (re)configuração de suas práticas, a consciência reflexiva dos agentes consiste em um domínio ontológico irreduzível, que não apenas separa as Ciências Sociais das Ciências Naturais, no plano metodológico, mas também no que toca às modalidades

---

5 A perspicácia da visão sobre o relacionamento entre Ciência Social e senso comum que Giddens esposava já no final dos anos 1970 foi imbuída de uma espécie de confirmação, creio eu, à luz dos caminhos e descaminhos que a questão enfrentou na Sociologia francesa pós-bourdiesiana. Por exemplo, em *L'amour et la justice comme compétences* (1990, p. 55-57), Luc Boltanski estava tão determinado a romper com a orientação crítica de seu ex-irmão de armas sociológicas, Pierre Bourdieu, que acabou defendendo um inquérito puramente interpretativo, plenamente contente em reduzir-se à descrição e à explicitação dos modos pelos quais os atores leigos representavam e pensavam sobre seus ambientes sociais. Como Bernard Lahire notou criticamente (2002, cap. 1), Boltanski também escolheu expressar sua defesa metodológica da interpretação e sua crítica da “*rupture épistémologique*” na linguagem da denúncia moral: o projeto da crítica sociológica de representações ordinárias foi visto como uma pretensão “arrogante” à “assimetria” epistêmica; a redução da sociologia à interpretação de interpretações foi apresentada como “respeito” pelos agentes, etc. Felizmente, como mostrado pelas palestras recentes coligidas em *De la critique* (2009), a posição de Boltanski terminou por evoluir para um tratamento mais equilibrado e sintético das forças e fraquezas tanto da Sociologia crítica quanto da Sociologia pragmática da crítica – um tratamento que, *mutatis mutandis*, lembra a perspectiva de Giddens. Embora ainda alerta aos perigos de se tomar os atores leigos por “*dopes*” (idiotas, tapados; escolha um xingamento nessa linha) culturais ou estruturais, ou de se afastar de antemão as críticas do senso comum à Sociologia como meros sintomas de resistência (no sentido psicanalítico do termo), Boltanski também veio a defender a habilidade dos sociólogos em questionar a percepção naturalizante das condições sociais, assim como em oferecer instrumentos de apreensão intelectual comparativamente mais “totalizantes”, em uma paisagem social deveras fragmentada.

de *aplicação prática* do conhecimento produzido por essas duas categorias de ciência. Enquanto o saber científico-natural pode ser tecnologicamente aplicado por sujeitos humanos a um domínio de objetos independentemente constituídos, as Ciências Sociais não mantêm com seus “objetos” (que, nesse caso, são sujeitos) um relacionamento tecnológico unidirecional, mas um relacionamento *dialógico*.

Uma concepção tecnológica da aplicabilidade do conhecimento científico-social está costumeiramente associada à tentativa de fundamentar tal conhecimento no modelo epistêmico das Ciências Naturais, tentativa que, ao tomar como premissa metodológica ou postulado ontológico substantivo a tese de que a realidade societária também opera, como quaisquer instâncias da natureza, segundo leis necessárias de evolução e funcionamento, não implica a consideração de qualquer intervenção prático-política transformativa sobre tal realidade como inútil, mas busca ancorar tais intervenções no domínio teórico-científico prévio daquelas leis – parafraseando um epigrama de Francis Bacon sobre a natureza, tais autores pareceram trabalhar sob a égide do princípio de que os seres humanos só poderiam comandar a história se a obedecessem. Tal modo de visualizar a articulação entre a Ciência Social e a política estava presente, por exemplo, no coração do positivismo comtiano (ARON, 2000, p. 86-87).

O que essas concepções negligenciariam, segundo Giddens (ventilando um argumento similar àquele classicamente avançado por Popper, 1980), é o fato de que a operação mesma daquelas “leis” está ontologicamente atada à natureza, ao alcance e às limitações dos conhecimentos dos agentes imersos no contexto sócio-histórico ao qual elas se aplicam. Ora, uma vez que as representações e categorias linguísticas que os indivíduos possuem acerca de seu próprio comportamento e de suas circunstâncias de ação não são elementos simplesmente adjacentes às suas condutas, mas instâncias constitutivas dessas mesmas condutas, mudanças no conhecimento acerca do universo societário podem desencadear transformações nas próprias leis, padrões e mecanismos em vigência nesse universo. Assim, as “leis” nas ciências da vida social seriam essencialmente de caráter “histórico”, no sentido de que a variação no alcance mais ou menos limitado do saber dos atores sobre as condições de reprodução ou transformação dos sistemas sociais que integram coloca ontologicamente em risco sua continuidade:

[...] não existem leis universais nas ciências sociais nem haverá nenhuma – não [...] porque os métodos de verificação sejam um tanto inadequados, mas porque [...] as condições causais envolvidas em generalizações sobre a conduta social humana são inerentemente instáveis com relação ao próprio conhecimento (ou

crenças) que os atores têm sobre as circunstâncias de sua própria ação (GIDDENS, 2003, p. XXVI).

Na medida em que as conexões causais elencadas pelas generalizações sociocientíficas se referem a “conjunções de conseqüências intencionais e não intencionais da ação reproduzida” (GIDDENS, 1982, p. 15), tais conjunções podem ser alteradas graças à aplicação dialógica do próprio conhecimento social especializado. Como Giddens nota com perspicácia, o mesmo Marx que, em outras paragens, contribuiu para uma concepção tecnológica da aplicação prática do conhecimento científico-social ao postular leis objetivas de movimento da história, avançou inteligentemente, em sua discussão do fetichismo da mercadoria no primeiro capítulo de *O capital* (1979), um argumento segundo o qual as leis de tal ou qual formação social são historicamente *contingentes*, na medida mesma em que dependem do (des)conhecimento dos agentes que integram aquelas formações.

A contínua possibilidade de aprendizado dos agentes torna as asserções sociológicas sobre sua conduta não apenas inerentemente instáveis como também produtoras de efeitos transformativos sobre seu próprio objeto (isto é, a sociedade), na medida em que “as circunstâncias em que as generalizações sobre o que ‘acontece’ aos agentes prevalecem são mutáveis no tocante ao que eles podem aprender a ‘fazer acontecer de modo inteligente’, do que deriva o (logicamente aberto) impacto transformativo que as Ciências Sociais podem ter sobre seu objeto de estudo” (2003, p. XXI). Enquanto conhecimento do mundo societário recursivamente mobilizado em ações em seu interior, a teoria social adquire um poder de (re)constituição de seu próprio objeto. Giddens está descrevendo não apenas uma possibilidade lógica, mas um fenômeno social empírico: os arranjos sociais modernos são fundamentalmente caracterizados pelo influxo sistemático de informações/conhecimentos sobre as relações sociais no próprio forjar e reforjar contínuo dessas relações<sup>6</sup> (GIDDENS, 1989, p. 252).

Na interpretação giddensiana, o diagnóstico da extraordinária intensificação da dupla hermenêutica nas sociedades modernas, isto é, da sistemática mobilização reflexiva de conhecimentos especializados sobre o mundo societário, na estruturação e reestruturação ativa das características desse mesmo mundo, dá

---

6 Ele oferece o conceito político de soberania como exemplo: “É impossível apontar um moderno Estado soberano que não incorpore uma teoria discursivamente articulada do moderno Estado soberano. [...] A noção de soberania e as teorias associadas ao Estado (...) tornaram-se (...) parte integrante da própria realidade social que ajudaram a estabelecer” (GIDDENS, 2003, p. XXVII-XVIII).



ensejo à percepção de que a magnitude do impacto prático das Ciências Sociais sobre a configuração dos arranjos institucionais da modernidade contemporânea é idêntica ou até mesmo maior do que aquela alcançada pelas Ciências da Natureza. Tal mobilização seria levada a cabo, com efeito, por uma infinidade de atores na produção e coordenação das atividades sociais no mundo atual, abrangendo, por exemplo, desde o caso de indivíduos que fazem uso da literatura psicológica na definição e redefinição reflexivas de seus projetos de vida (GIDDENS, 2002) ou de seus relacionamentos erótico-afetivos (GIDDENS, 1993b) até a atuação macroscópica de redes complexas, como os chamados “sistemas-perito” (GIDDENS, 1991), cuja proeminência na organização das práticas sociais hodiernas (do planejamento urbano regional à aviação civil internacional) constitui um dos traços mais importantes do retrato histórico-sociológico da modernidade tardia levado a cabo pelo autor inglês.

Ainda que a operação persistente e inclusiva de tais sistemas-perito consista em uma das principais instâncias responsáveis pela manutenção, no mundo atual, daquele grau mínimo de previsibilidade da atividade social que seria necessário à manutenção de um senso estável de confiança ou segurança ontológica por parte dos atores, Giddens sustenta, de um ponto de vista mais geral, que a permeabilidade e a fluidez das fronteiras que separam (precariamente) o conhecimento social especializado das ideias e informações recursivamente implementadas na *práxis* pelos agentes leigos confeririam ao fluxo da vida social um caráter inerentemente errático. As modalidades imprevisíveis de penetração das ideias veiculadas no discurso científico-social sobre o universo de eventos ao qual tal discurso se dirige explicam, segundo o sociólogo inglês, por que os autores que buscaram transpor o modelo da aplicação tecnológica à análise dos efeitos práticos da Ciência Social consideraram (erroneamente) tão pífios tais efeitos, sobretudo se tomados contra o pano de fundo das transformações técnicas trazidas ao mundo pelas Ciências Naturais.

## **A TEORIA SOCIAL COMO TEORIA CRÍTICA**

O fato de que a reflexão científica sobre processos sociais já penetra continuamente no próprio território de acontecimentos que ela busca descrever e explicar, contribuindo, assim, para conservá-los ou transformá-los (independentemente das intenções ético-políticas de neutralidade ou engajamento por parte dos pesquisadores do mundo social), leva Giddens a afirmar que o entrelaçamento prático da Ciência Social com seu objeto de estudo seria simplesmente inevitável: “[...] essas ponderações levam [...] a uma consideração da Ciência Social como crítica – como

envolvida de maneira prática com a vida social. [...] A formulação da teoria crítica não é uma opção” (GIDDENS, 2003, p. XXXIX-XLI).

A tese de que a teoria social é crítica *per definitionem* não implica, evidentemente, que Giddens não reconheça diferenças importantes entre as concepções de teóricos sociais diversos acerca de como essa dimensão crítica pode ser encaminhada. Embora postulando um ponto de partida hermenêutico segundo o qual a produção de caracterizações válidas de uma forma de vida depende da capacidade de “participar” desta ao menos em tese, vê-se que ele rejeita a redução dos propósitos das Ciências Sociais a essa descrição de quadros de significado e pretende manter, para estas, o papel inseparavelmente epistemológico e ético-político de avaliação crítica do conhecimento ordinário, em termos de suas fronteiras e limitações. No plano epistemológico, Giddens procura evitar as implicações epistemológicas relativistas de perspectivas como a de Winch, traçando uma distinção entre “conhecimento mútuo” e “senso comum” (GIDDENS, 2003, p. 394-404). A primeira expressão designa a dependência hermenêutica que qualquer descrição sociocientífica válida de uma forma de vida possui em relação aos saberes ordinários por meio dos quais os agentes conferem sentido aos seus ambientes e intervêm sobre eles. O motivo pelo qual Giddens faz questão de falar em *conhecimento* em vez de *crença* para retratar os saberes e habilidades tácitos e/ou discursivos que guiam os atores nos contextos da vida social cotidiana resulta do fato de que o exame cético da validade epistemológica de tais saberes e habilidades tem de ser neutralizado (“colocado entre parênteses”) se o que importa é a caracterização fidedigna da agência humana socialmente situada: “O conhecimento mútuo, encarado como o modo necessário de obter acesso ao ‘objeto de estudo’ da Ciência Social, não é corrigível à luz de suas descobertas; pelo contrário, é a condição para se estar apto a apresentar ‘descobertas’” (GIDDENS, 2003, p. 396).

O sociólogo britânico utiliza a expressão “senso comum”, por outro lado, para designar as crenças proposicionais explicitamente articuladas pelos atores leigos ou tacitamente pressupostas em seus comportamentos e experiências, tratando-as, no entanto, não como conhecimento a ser reconstruído pela análise social, mas como um conjunto de teses falíveis, passíveis de avaliação, em termos de sua validade lógica e adequação empírica. Com a exceção daquela parcela do conhecimento mútuo que não pode assumir a forma de crenças proposicionais (“x é o caso”), “conhecimento mútuo” e “senso comum” são a mesma coisa, mas submetida a diferentes tratamentos metodológicos. O senso comum representa o conhecimento mútuo envolvido em uma forma de vida, não mais visto como um conjunto de crenças tácitas e explícitas cujas pretensões de validade são colocadas

entre parênteses metodológicos, mas, ao contrário, como passíveis de exame crítico pelo cientista social, em termos de seu *status* lógico e empírico, à luz dos achados das Ciências Naturais e Sociais<sup>7</sup> (GIDDENS, 1998, p. 296).

A despeito de deixar claro que a possibilidade de avaliação da validade empírica das crenças de senso comum depende de uma epistemologia realista e de uma concepção de verdade como correspondência, Giddens não se preocupou em fundamentar quaisquer delas detalhadamente (BRYANT; JARY, 1991, p. 27). De modo similar, e em gritante contraste com Habermas, por exemplo, o sociólogo britânico considerou “fútil” (BLEICHER; FEATHERSTONE, 1982, p. 72) a tentativa de aduzir às suas formulações teórico-metodológicas e aos seus diagnósticos histórico-sociológicos *um quadro normativo de referência* cuja função seria a de operar como uma fonte de critérios de justificação ou fundamentação de juízos morais acerca da conduta individual e da realidade social (para uma discussão da noção algo preguiçosa de “crítica” em Giddens, consultar Bernstein, 1989).

Nesse sentido, se houver interesse em localizar formulações mais explícitas das diretrizes metodológicas e morais que Giddens julga mais adequadas à persecução de uma teoria crítica, deve-se atentar para a segunda e a terceira fases de seu trabalho, nas quais ele, respectivamente: a) aplica seu quadro teórico de referência a uma análise dos traços institucionais e das tendências desenvolvimentais da modernidade tardia ou reflexiva; e b) avança por uma teorização de cunho abertamente político acerca das possibilidades de sustentação de uma “terceira via” entre esquerda e direita no mundo atual. É possível encontrar, nessas obras subsequentes à elaboração da teoria da estruturação, duas orientações metodológicas norteadoras dos esforços de Giddens. A primeira, mais presente *in actu* do que fraseada como tal, corresponde ao que se poderia denominar princípio da ambivalência (DOMINGUES, 1999, p. 233), enquanto a segunda recebe do próprio Giddens (1994, p. 249) a alcunha de “realismo utópico”.

## A AMBIVALÊNCIA DA MODERNIDADE E O PROGRAMA DO REALISMO UTÓPICO

Uma postura *ambivalente*, em face da modernidade, envolve a observação concomitante dos potenciais repressivos e emancipatórios, de “*grandeur et misère*”

---

7 O benefício da distinção aparece em uma referência oblíqua à controvérsia gerada pela crítica winchiana a Evans-Pritchard: “Digamos que, para estudar a magia numa cultura desconhecida, um antropólogo tenha que dominar as categorias de significado pelas quais possa entender que a magia é organizada naquela cultura como uma prática. Porém, isso não significa que tenha que aceitar como válida a crença de que a doença pode ser induzida na vítima por meio do ritual mágico” (GIDDENS, 1998, p. 296).

(Pascal), infusos em tal constelação multidimensional de modos de vida e de relações sociais. Como o autor britânico lembra, logo no início de *As consequências da modernidade* (1991, p. 16-17), uma inflexão desse tipo pode ser encontrada, sob diferentes formas e combinações, nos mais diversos retratos histórico-sociológicos da sociedade moderna, a começar por aqueles formulados pela “Santíssima Trindade” da Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. No entanto, o equilíbrio relativo, no registro crítico das faces de Jano da modernidade<sup>8</sup>, foi de certo modo dissolvido na geração intelectual que acompanhou a passagem da primeira à segunda metade do século XX, cedendo lugar a pontos de vista diametralmente opostos acerca do “saldo líquido” que resultaria da combinação de benesses e mazelas trazidas no bojo do mundo social moderno. Assim, no polo “apologético”, observou-se o acento altamente otimista e positivo das teorias da modernização de feição desenvolvimentista elaboradas por Parsons e alguns de seus epígonos por volta dos anos 1960, as quais combinavam uma visão teleológica acerca da evolução sócio-histórica, com pressupostos e implicações político-ideológicas de cunho claramente ocidentalista e até mesmo estadunidocêntrico (PARSONS, 1974). Enquanto isso, no polo oposto, emergiu a avaliação desesperadamente negativa e pessimista de Adorno e Horkheimer, diante do que viram como o desembocar perverso da modernidade na catástrofe nazista da Alemanha, na degeneração do ideal socialista em terror stalinista na União Soviética e, por fim, no capitalismo norte-americano fundado no poder ideologicamente entorpecedor da “indústria cultural” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 113).

Mais recentemente, a queda do muro de Berlim, em 1989, e a posterior integração das sociedades do antigo bloco comunista ao mundo do capitalismo e da democracia parlamentar haviam injetado novo ânimo em teorias neoevolucionistas da modernização (ALEXANDER, 1995, p. 6-65), as quais foram retomadas no trabalho de uma série de analistas, em uma tendência cuja epítome parece ter

---

8 Embora a passagem soe superficial àqueles que conhecem a magistral apresentação que o jovem Giddens fez das três figuras totêmicas da Sociologia clássica, em *Capitalismo e moderna teoria social* (2000), deixemos o Giddens (1991, p. 16 e 17) maduro explicar a ambivalência dos clássicos: “Tanto Marx como Durkheim viam a era moderna como uma era turbulenta. Mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas abertas pela era moderna superavam suas características negativas. Marx via a luta de classes como fonte de dissidências fundamentais na ordem capitalista, mas vislumbrava ao mesmo tempo a emergência de um sistema social mais humano. Durkheim acreditava que a expansão ulterior do industrialismo estabelecia uma vida social harmoniosa e gratificante, integrada através de uma combinação da divisão do trabalho e do individualismo moral. Max Weber era o mais pessimista entre os três patriarcas fundadores, vendo o mundo moderno como um mundo paradoxal onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais. Ainda assim, nem mesmo ele antecipou plenamente o quão extensivo viria a ser o lado mais sombrio da modernidade”.

sido a retumbante tese de Fukuyama (1992), segundo a qual tais arranjos institucionais corporificavam o que Hegel havia chamado de o “fim da história”. No entanto, como seu parceiro na Sociologia da modernização reflexiva, Ulrich Beck (1999), a Sociologia giddensiana da modernidade buscou transcender qualquer modalidade unilateral de “celebração” ou “denúncia” e restabelecer o equilíbrio entre diagnóstico crítico e localização de alternativas práticas factíveis de melhora, um compromisso com a necessidade de que a identificação dos problemas e riscos produzidos pela sociedade ao estabelecimento de uma existência coletiva digna seja dialeticamente combinada com uma identificação concomitante dos *loci* presentes nessa mesma sociedade nos quais se pode encontrar recursos para combater e neutralizar aqueles problemas e riscos.

Esse postulado já fornece a deixa para uma caracterização do realismo utópico, definido por Giddens (1994, p. 21, 249), de modo apropriadamente antifundacionista, como “a perspectiva característica de uma teoria crítica sem garantias”. A veia utópica dessa perspectiva deriva de sua intenção de produzir uma análise da vida social que recuse persistentemente a *reificação* ou *fetichização* indevida das propriedades de quaisquer sistemas sociais, escapando à armadilha de tomar condições historicamente contingentes de existência social como necessárias e imutáveis. É nesse sentido que uma teoria crítica deve abordar quaisquer arranjos sócio-históricos, de modo a buscar neles não apenas as propriedades efetivas que apresentam, em dados momentos do tempo, mas também os *potenciais* não realizados contidos dentro de seus parâmetros. Em compasso com o princípio da ambivalência, uma abordagem dessa natureza estaria preocupada tanto com os mais promissores como com os mais sombrios desses potenciais, de modo a legar à práxis social a chance de “empurrar” a história no sentido dos primeiros e afastá-la dos últimos. A afirmação já antecipa, por outro lado, o significado do componente realista no realismo utópico, pois a imaginação utópica, se tiver de ser algo mais do que uma fantasia especulativa inspirada pelas frustrações acerca do “mundo realmente existente” e transformar-se em um instrumento pelo qual se pode influir no curso deste, deve ter como ponto de referência um conhecimento acurado das possibilidades imanentes infusas nas formações sociais em que se vive:

“Realismo” porque essa teoria crítica, essa política radical, tem de captar processos sociais reais para sugerir ideias e estratégias que possuam alguma factibilidade; “utopismo” porque, em um universo social mais e mais atravessado pela reflexividade social, no qual futuros possíveis não apenas são constantemente contrapostos ao presente, mas ajudam ativamente a constituí-lo, modelos do que

poderia ser o caso podem afetar diretamente o que vem a ser o caso (GIDDENS, 1994, p. 249-250).

O desiderato do realismo utópico consiste, assim, em escapar tanto ao quietismo prático-político resultante da crença de que se vive no “melhor dos mundos possíveis”, embora seja crucial reconhecer, com a devida sensibilidade histórica, seus aspectos moralmente positivos, como também ao utopismo despreocupado com os meios e/ou com as consequências sócio-históricas efetivas de sua implementação prática<sup>9</sup>.

## CONCLUSÃO

Tendo sido concebida desde o início como um instrumento heurístico de auxílio à pesquisa empírica de contextos sociais concretos, a teoria da estruturação serviu a Giddens como uma espécie de plataforma para suas incursões à Sociologia histórica da modernidade tardia (GIDDENS, 2001a) e suas intervenções *qua* intelectual público no “debate global sobre a terceira via”, bem como sobre outras questões candentes no mundo atual, tais como o tema do aquecimento global (GIDDENS, 2010). Como visto, sua tentativa de levar a sério as capacidades cognitivas dos agentes leigos reflete-se não apenas na tese da inescapabilidade de um ponto de partida hermenêutico nas Ciências Humanas, mas também na própria insistência de que mesmo a existência de condições não reconhecidas e de efeitos não intencionais da ação no mundo social está sempre em suspenso, por assim dizer, em função das possibilidades de aprendizado dos indivíduos embebidos no universo societário. Com efeito, as pretensões críticas da Sociologia de Giddens têm a ver, antes de tudo, com a tentativa de contribuir para que os atores superem, tanto quanto possível, as limitações de seu conhecimento tácito e discursivo acerca das circunstâncias e consequências estruturais, institucionais e culturais de suas condutas. Como parte da reflexividade institucional característica da própria modernidade, a intenção primeira de uma Ciência Social crítica seria a de trazer à consciência dos atores as condições e os efeitos não conhecidos de seu comportamento, contribuindo para aumentar, assim, suas capacidades de autodeterminação e ação política<sup>10</sup>. O

---

9 O equilíbrio entre as duas orientações não é, obviamente, fácil de se alcançar, de modo que as abordagens comprometidas com o realismo utópico são vulneráveis a críticas que as consideram por demais “realistas” e pouco utópicas (uma objeção frequentemente dirigida ao projeto giddensiano da “terceira via”) ou vice-versa.

10 Para uma comparação com o programa ético-político da Sociologia reflexiva de Bourdieu, tanto no que toca ao domínio da “boa vida” (Aristóteles) quanto àquele da Cidade Justa, consultar Peters (2013a).

conhecimento sociológico poderia ser, portanto, situado no âmbito de uma proposta educativa voltada ao cultivo de agentes que, ao reconhecerem os mecanismos de sua reprodução social, podem agir com mais esclarecimento e consciência de causa, seja para mantê-los, seja para transformá-los<sup>11</sup> (LOYAL, 2003).

Se o Giddens (2003, p. XXXVII) da ontologia social estruturacionista já não tinha muitos problemas em admitir que “não existe uma clara linha divisória entre a reflexão sociológica esclarecida levada a efeito por atores leigos e as diligências similares por parte de especialistas”, o desenvolvimento subsequente de sua obra parece revelar alguém mais do que disposto a sacrificar parte das exigências de densidade intelectual e precisão conceitual associadas ao direito de cidade na comunidade de especialistas da Sociologia, em prol da participação em uma esfera bem mais ampla de diálogo público acerca do presente e do futuro das sociedades contemporâneas. Por um lado, não há dúvida de que pesquisadores enamorados da destreza analítica exibida pelo “sociólogo preciso e consistente da teoria da estruturação” estão destinados a certa exasperação diante do “ideólogo eloqüente, mas pouco convincente na defesa de seu programa de uma terceira via” (COSTA, 2003, p. 26; GIDDENS, 2007). Por outro lado, como indica seu livro mais recente sobre *A política da mudança climática* (2010), as próprias implicações epistemológicas de seu pensamento sobre a dupla hermenêutica levaram-no a situar o conhecimento sociológico como apenas uma (embora inegavelmente importante) entre várias outras fontes da reflexividade institucionalizada por meio da qual as sociedades atuais aprendem sobre si mesmas e deliberam, de modo mais ou menos bem informado, acerca de seus rumos vindouros. Isso provavelmente motivou-o a relaxar na obediência a critérios acadêmicos, com vistas ao acesso intelectual a uma audiência mais abrangente. Seja como for, como convém a um sociólogo da reflexividade, a combinação peculiar de “sucessos” e “fracassos” na trajetória intelectual e política de Giddens pode ser vista como uma instância singular do complexo, gigantesco e incerto processo por meio do qual os próprios atores nas sociedades contemporâneas sucedem (parcialmente) e fracassam (parcialmente) na busca sempre renovada pelo domínio reflexivo de seu próprio destino.

---

11 Em função das limitações de espaço, o presente artigo não tem como se debruçar sobre a enxurrada de discussões acerca do estatuto da “teoria” e da “crítica” na teoria crítica de Anthony Giddens, discussões cujo tratamento exigiria, no mínimo, outro texto. O/a leitor/a interessado/a em acompanhar o debate sobre as fundações epistemológicas e as intenções críticas da teoria da estruturação de Giddens fará bem em começar pelos textos compilados, traduzidos e comentados por Ribeiro da Silva (2010), em especial aqueles de McLennan (2010a e b, p. 106-116 e p. 178-187), Cohen (2010, p. 159-177) e Bryant (2010, p. 382-400), além de traduções dos já citados Bernstein (1989) e Kilminster (1991).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALEXANDER, Jeffrey. O NOVO movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Fin de siècle social theory: relativism, reduction and the problem of reason*. Londres: Verso, 1995.
- \_\_\_\_\_. A importância dos clássicos. In: ALEXANDER, Jeffrey; GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 23-90.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- AUSTIN, John. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BECK, Ulrich. *O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERNSTEIN, Richard. Social theory as critique. In: HELD, David; THOMPSON, John (Org.). *Social theory of modern societies: Anthony Giddens and his critics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 19-33.
- BLEICHER, Jonathan; FEATHERSTONE, Mike. Historical materialism today: an interview with Anthony Giddens. *Theory, Culture and Society*, v. 1, n. 2, p. 63-77, 1982.
- BOLTANSKI, Luc. *L'amour et la justice comme competences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Metailié, 1990.
- \_\_\_\_\_. *De la critique: précis de la sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. *An invitation to reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- BRYANT, Christopher. Sociologia sem filosofia? O caso da teoria da estruturação de Giddens. In: RIBEIRO DA SILVA, Fábio Rodrigues. 2010. 455 p. *Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens*. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH-USP. São Paulo, 2010. p. 382-400.
- BRYANT, Christopher; JARY, David (Org.). *Giddens' theory of structuration: a critical appreciation*. London: Routledge, 1991.



- COHEN, Ira. O estatuto da teoria da estruturação: uma resposta a McLennan. In: RIBEIRO DA SILVA, Fábio Rodrigues. 2010. 455 p. *Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens*. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH-USP. São Paulo, 2010. p. 159-177.
- COSTA, Sérgio. Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53, p. 19-32, 2003.
- DOMINGUES, José Maurício. *Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- DURKHEIM, Emile. *Da divisão do trabalho social*. Portugal/Brasil: Editorial Presença/Livraria Martins Fontes, 1977.
- . *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- . *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ELSTER, Jon. *Marx hoje*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GARFINKEL, Harold. *Studies in ethnomethodology*. New Jersey: Prentice-Hall, 1967.
- GIDDENS, Anthony. *Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis*. London: Macmillan, 1979.
- . *A contemporary critique of historical materialism: power, property and the state*. London: Macmillan, 1981.
- . *Profiles and critiques in social theory*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1982.
- . A reply to my critics. In: HELD, David; THOMPSON, John (Org.). *Social theory of modern societies: Anthony Giddens and his critics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989. p. 249-301.
- . *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- . *New rules of sociological method*. London: Polity Press, 1993a.
- . *A transformação da intimidade*. São Paulo: UNESP, 1993b.
- . *Beyond left and right: the future of radical politics*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- . *Política, Sociologia e teoria social*. São Paulo: UNESP, 1998.
- . *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Presença, 2000.
- . *O Estado-nação e a violência*. São Paulo: EDUSP, 2001a.
- . *Em defesa da Sociologia*. São Paulo: UNESP, 2001b.
- . *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- . *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- . *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: UNESP, 2007.

- \_\_\_\_\_. *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2001.
- KILMINSTER, Richard. Structuration theory as a world-view. In: BRYANT, Christopher; JARY, David (Org.). *Giddens' theory of structuration: a critical appreciation*. London: Routledge, 1991. p. 74-115.
- LAHIRE, Bernard. *Portraits sociologiques*. Dispositions et variations individuelles. Paris: Nathan, 2002.
- LOYAL, Steven. *The Sociology of Anthony Giddens*. London: Pluto Press, 2003.
- MARX, Karl. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. l. 1. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto do partido comunista & Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Martin Claret, 2000.
- MCLENNAN, Gregor. Teoria crítica ou positiva? Um comentário sobre o estatuto da teoria social de Anthony Giddens. In: RIBEIRO DA SILVA, Fábio Rodrigues. 2010. 455 p. *Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens*. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH-USP. São Paulo, 2010a. p. 106-116.
- \_\_\_\_\_. Teoria da estruturação e filosofia pós-empirista: uma réplica. In: RIBEIRO DA SILVA, Fábio Rodrigues. 2010. 455 p. *Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens*. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH-USP. São Paulo, 2010b. p. 178-187.
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- OUTHWAITE, William. *Entendendo a vida social*. Brasília: UnB, 1985.
- PARSONS, Talcott. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Pioneira, 1969.
- \_\_\_\_\_. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- PETERS, Gabriel. Humano, demasiado mundano: a teoria do *habitus* em retrospecto. *Teoria & Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 8-37, 2010.
- \_\_\_\_\_. Admirável senso comum: agência e estrutura na sociologia fenomenológica. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 47, n. 1, p. 85-97, 2011a.
- \_\_\_\_\_. A praxiologia culturalista de Anthony Giddens. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 20, n. 1, p. 123-147, 2011b.
- \_\_\_\_\_. Agência, estrutura e práxis: uma leitura dialógica da teoria da estruturação de Anthony Giddens. *Teoria & Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 8-39, 2011c.
- \_\_\_\_\_. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 83, p. 47-81, 2013a.

- \_\_\_\_\_. Explanation, understanding and determinism in Pierre Bourdieu's sociology. *History of the Human Sciences*, v. 27, n. 1, p. 124-149, 2013b.
- \_\_\_\_\_. Ordem social e (in)segurança ontológica: esboços de existencialismo sociológico em Anthony Giddens, Peter Berger e Pierre Bourdieu. *Política & Trabalho*, v. 40, 2014.
- POPPER, Karl. *A miséria do historicismo*. São Paulo: EDUSP, 1980.
- RIBEIRO DA SILVA, Fábio Rodrigues. 2010. 455 p. *Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens*. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH-USP. São Paulo, 2010.
- SCHUTZ, Alfred. *Collected papers I: the problem of social reality*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SZTOMPKA, Piotr. *A Sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Economia e sociedade*. v. 1. Brasília: UnB, 2000.
- WINCH, Peter. Understanding a primitive society. *American Philosophical Quarterly*, v. 1, n. 4, p. 307-324, 1964.
- \_\_\_\_\_. *The idea of a social science: and its relation to philosophy*. London: Routledge, 2002.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: EDUSP, 2001.

# INTERNET E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Dagmar Manieri<sup>a</sup>

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

As análises de Manuel Castells, em *Redes de indignação e esperança*, cuja publicação, em sua edição original, ocorreu em 2012, faz um amplo balanço sobre os novos movimentos de contestação social do início dos anos 2010. O autor percorre, ao longo de sete capítulos, as revoluções na Islândia e no Egito, bem como os movimentos sociais na Espanha e nos EUA.

Em *Redes de indignação e esperança*, há dois temas que perpassam por toda a obra: primeiro, que os movimentos de 2011 apresentam um conteúdo singular, comparado aos antigos movimentos de contestação social; segundo que as “redes sociais da internet” propiciam uma nova forma de mobilização, denominada por Castells “conectividade”.

O autor apresenta uma ampla pesquisa histórica, detalhando com precisão os principais personagens envolvidos nos acontecimentos de 2011, e isso tudo com uma narração clara sobre as etapas que propiciaram tais eventos. No exemplo da Tunísia, Mohamed Bauazizi surge como herói, vítima do regime do ditador Bem Ali. Observe que Castells procura localizar a importância da internet como uma instância de conectividade contestatória: após a “autoimolação” de Mohamed Bauazizi, “o primo de Mohamed, Ali, registrou o protesto e distribuiu o vídeo pela internet” (CASTELLS, 2013, p. 24, 25).

É nesse contexto que a Islândia se transforma em uma espécie de modelo para os novos movimentos de contestação dos anos 2010. Houve uma forte crise financeira, seguida de uma luta popular por reforma política, e o autor apreende com precisão a insatisfação dos manifestantes. Desde o fim de 2008 (a crise financeira mundial), a Islândia sofre com o endividamento de seus principais bancos. Após a “revolução islandesa”, cria-se o Conselho da Assembleia Constituinte (CAC), composto por 25 membros, todos cidadãos comuns. Nesse Conselho, todo

---

<sup>a</sup> Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor Adjunto do Colegiado de História (Araguaína) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor da disciplina Teoria da História, pelo Programa de Mestrado em Ensino de História (PMEHist) da UFRJ, em Instituição Associada da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

cidadão pode se candidatar: “O CAC buscou a participação de todos os cidadãos via internet” (CASTELLS, 2013, p. 39). Aqui, já se tem um dos méritos da obra de Castells, ao detectar a insuficiência do sistema representativo ocidental. Os novos movimentos sociais mostram que, no sistema representativo atual, há “o confisco da vontade popular por meio da engenharia política”. Daí, em vez de uma “democracia representativa”, os novos movimentos sociais reivindicam uma “democracia participativa”.

Para além da dimensão historiográfica, o autor ensaia uma reflexão de orientação sociológica. Ela se encontra no capítulo 6, “A transformação do mundo na sociedade em rede”. Para Castells (2013, p. 157), os movimentos sociais de 2011 correspondem a uma “ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos”. Esses movimentos são realizados por meio da “emoção”: algum “evento significativo” provocou a indignação dos indivíduos. A pretensão do autor é testar uma nova teoria da revolução:

Quando se desencadeia o processo de ação comunicativa que induz a ação e a mudança coletivas, prevalece a mais poderosa emoção positiva: o entusiasmo, que reforça a mobilização societária intencional (CASTELLS, 2013, p. 158).

As análises de ordem estrutural e subjetiva ocorrem de forma paralela. Foi o colapso econômico de 2008 que gerou uma “crise de legitimidade” cada vez mais profunda. Daí a conclusão de Castells (2013, p. 158) de que os novos movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou do desespero político; eles exigem “uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca”. Ou seja, com a crise econômica, os líderes políticos (os “representantes” ideais do povo) procuram salvar a elite bancária da bancarrota, ao mesmo tempo em que acionam medidas de austeridade sobre a população. A crise (e sua “solução”) deixou às claras a falsidade do sistema representativo.

Outra característica dos novos movimentos sociais é que são locais e globais ao mesmo tempo. As imagens veiculadas no “ciberespaço” se espalham com uma velocidade surpreendente. Nessa nova interação, os movimentos expressam uma “profunda consciência da interligação de questões e problemas” da humanidade. Assim, forma-se uma cultura contestatória cosmopolita. Sobre essas imagens veiculadas, Castells as denomina “imagens de mobilização”.

Os movimentos da era da internet rejeitam os partidos políticos, bem como parecem desconfiar dos líderes. Castells afirma que são “movimentos sem liderança”, isso porque os participantes professam uma desconfiança diante de

qualquer forma de delegação de poder. Há, por isso, uma noção de autogoverno: os manifestantes são entendidos, na intersubjetividade, como “companheiros”. O companheirismo ocorre entre indivíduos que não se conheciam (pessoalmente) antes. Há um encontro presencial, com o compartilhamento de alguns valores e emoções.

Outro detalhe é a carência de uma forte ideologia, expressa por um “programa”. Castells (2013, p. 166) afirma que esses movimentos são “raramente programáticos”. Então, ideologia e utopia precisam ser revistos ao estudar esses novos movimentos sociais. Para ele, a utopia desses movimentos implica “autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade”.

Nesse instante, é possível ingressar em alguns pontos mais problemáticos do pensamento de Castells. Ao se referir às crises estruturais, o sociólogo comenta sobre as “falhas” na administração, ao remediarem a crise. Primeiro, as crises estruturais não são previstas; segundo que não se trata de “falha” da elite dirigente, mas de prioridade. A elite política opta por algumas soluções imediatas, segundo o interesse específico da classe dominante (do setor financeiro).

Outra tese, na obra de Castells, é de que os novos movimentos transformam “pessoas em sujeitos de suas próprias vidas”. Mas não se pode afastar a hipótese de que o que se busca nesses novos movimentos é uma nova representação do indivíduo/cidadão. O que está em jogo não é tanto a questão da autonomia (ênfaticada por Castells), mas a transformação do indivíduo (conformista) em um cidadão ativo. A perda de confiança nas instituições atuais – algo que Castells apreende com exatidão – é só a primeira etapa para um novo estágio de reivindicações.

No término da década de 1990, Zygmunt Bauman (com um tom de queixa e indignação) comenta que os cidadãos provavelmente, “vivendo na escravidão, se sintam livres e, portanto, não experimentam a necessidade de se libertar” (BAUMAN, 2001, p. 27). *Vida em fragmentos* (de 1995) também está repleta de referências aos “cidadãos definidos como consumidores satisfeitos” (BAUMAN, 2011, p. 381). Esse clima de submissão se alterou após 2010. Por isso, Castells parece cair em um erro que leva a outro extremo, ou seja, ao afirmar que esses movimentos promovem a “mudança social”. Mas, pode-se indagar: em que nível? Castells não responde, provavelmente por escrever ainda no calor dos acontecimentos.

Se o grande mérito de Castells em *Redes de indignação e esperança* é ter apreendido os vários detalhes da indignação dos novos movimentos sociais, bem como ressaltado o poder da internet como fator de mobilização social, em contrapartida há a ausência de um pensamento que considera o poder de rearticulação e regeneração da classe dominante, em sua dimensão econômica (elite financeira)

e política (na persistência do modelo de democracia representativa). A Islândia realizou um salto importante ao criar um canal (institucionalizado) para a participação direta do cidadão nos órgãos administrativos. Mas e os outros movimentos? Muitas reivindicações correm o risco de cair no esquecimento, de serem silenciadas pela mídia. As redes sociais necessitam de uma instância de memória que possa funcionar como contrapoder e baliza para as futuras ações contestatórias.

Há uma carência em Castells de uma noção de “democracia manipulada”, portanto. É esta última que, provavelmente, pode cooptar, nos níveis da representação histórica e discursiva, os efeitos dos novos movimentos sociais, neutralizando o poder concreto de contestação à democracia representativa.

Ao término dessa resenha, enfatizam-se os anexos que a obra apresenta ao leitor. Primeiro, um detalhamento (datado) dos fatos mais relevantes dos novos movimentos; segundo, um conjunto de tabelas e quadros, procurando apreender a tendência da opinião pública sobre um conjunto relativamente amplo de elementos da vida social e política dos EUA, como, por exemplo, a confiança nos partidos políticos, a receptividade do *Occupy Wall Street*, etc.

*Redes de indignação e esperança*, com certeza, é uma das principais obras que procuram entender a natureza dos novos movimentos sociais. De forma diversa da postura intelectual de Zygmunt Bauman, Manuel Castells aposta que esses movimentos sociais, pautados pela interação promovida pela internet, possam gerar uma nova forma de democracia, bem como um novo padrão de rebeldia. Após o tumultuado ano de 2011, ultrapassada a fase dessa primeira corrente contestatória, resta a Castells dar continuidade a suas acuradas reflexões, pesquisando sobre o real alcance desses movimentos sociais na era da internet.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna*. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

# A REVISTA *PLURAL* NO CONTEXTO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL:

entrevista com Maria Arminda do Nascimento Arruda

Realizada por Lucas Amaral de Oliveira e Rodrigo Correia do Amaral<sup>a</sup>

Maria Arminda do Nascimento Arruda é professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, livre-docente na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da cultura, história social dos intelectuais, da literatura e das artes; Sociologia da comunicação de massas; e teoria sociológica. Dentre suas contribuições mais significativas para a construção de uma agenda de estudos para a Sociologia da cultura no Brasil, destacam-se as obras: *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX* (São Paulo: Edusp, 2001), Prêmio Jabuti de 2002; *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1990); e *A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro* (São Paulo: Duas Cidades, 1985). Arruda notabilizou-se, ainda, por seus estudos sobre a Escola Paulista de Sociologia e, mais especificamente, a Sociologia de Florestan Fernandes. Dentro dos reconhecimentos que sua produção tem recebido junto à comunidade acadêmica, ganhou, em 2012, a Medalha Cultural e Comemorativa da trasladação dos despojos da Imperatriz Leopoldina, pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e, em 2014, o Prêmio ANPOCS de Excelência Acadêmica “Antônio Flávio Pierucci” em Sociologia. Atualmente, é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – Nível 1A.

Arruda tem atuado, por outro lado, pela institucionalização do campo acadêmico no Brasil, desempenhando diferentes funções. Desde 2010, é Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo e membro do Comitê Institucional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Foi chefe do Departamento de Sociologia (2005-2008), coordenadora da Pós-Graduação em Sociologia (2000-2004), representante da área de Ciências Humanas no Conselho Técnico Científico da CAPES (1998-2001), Secretária Executiva da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS (2005-2008) – e representante da Área de Sociologia

---

a Respectivamente, doutorando e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP.



junto à CAPES (1997). A entrevista a seguir foi concedida pela professora à equipe da *Plural* em seu Gabinete, na Reitoria da Universidade de São Paulo, no dia 04 de novembro de 2014.

**Revista Plural** *A Plural completou seus vinte anos, em 2014, e, como a senhora foi uma figura central no início desse projeto, gostaríamos que falasse sobre o processo de criação da Revista dentro da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Antes de começar a falar sobre esse projeto da *Plural*, devo dizer que tenho grande orgulho de algumas iniciativas que fiz em minha vida, porque, muitas vezes, elas foram realizadas em momentos adversos. Um orgulho especial que tenho é a *Plural* – mesmo ela tendo sido feita em momento favorável. Agora, como a ideia da *Plural* foi pensada? Ingressei na USP em 1989. Havia prestado um concurso, em 1988, mas, por motivo de greve, só pude assumir plenamente o papel de professora da Universidade em 1989. Antes disso, tinha realizado minha Graduação e Pós-Graduação no Departamento de Sociologia. Quando assumi a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, poucos anos depois de me tornar professora – creio que já era 1993 –, percebi certas dificuldades, internas e externas. Uma delas era que nós nos constituíamos como um Programa forte, mas que não tinha expressão externa, não se apresentava às outras instituições como tal. Então, comecei a implantar iniciativas não costumeiras: *folders* que pudessem divulgar o Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Outra coisa que consegui realizar estava relacionada às condições funcionais do Departamento, o qual possuía, então, apenas três computadores: um na chefia, um na Pós e outro, se me lembro bem, na sala do professor José de Souza Martins, pois fazia parte de sua pesquisa financiada pela FAPESP.

Por outro lado, vivíamos, naquela época, uma situação excepcional. Era governo Itamar Franco – na verdade, a transição entre Collor e Itamar –, que assumiu como Presidente da República, indicando como ministro da Educação um educador de Juiz de Fora, Murílio de Avellar Hingel, o qual tinha um projeto de educação avançado. Por isso, colocou recursos à disposição dos programas de pós-graduação. Aproveitando que estávamos recebendo muitos recursos, formatizei o Departamento e fiz uma central telefônica, o que também não havia. O chefe de Departamento, na época, era o professor Fernando Mourão. Sugeri a ele, portanto, que agregássemos as secretarias, que é, fundamentalmente, o formato que temos hoje.

Nesse momento, tive que ir a Brasília para um encontro de coordenadores dos cursos de pós-graduação. Chegando lá, percebi uma coisa interessante: havia algumas exigências para a avaliação dos programas, centrada na produção intelectual, tanto dos professores quanto dos estudantes. Na volta, no avião ainda, comecei a pensar algumas coisas: o Programa da USP era de excelência, mas não se apresentava como tal, pois não havia uma exposição efetiva de sua qualidade. O *folder* veio nesse contexto. A outra concretização, como disse, foi a informatização do Departamento, isto é, a criação de uma base de infraestrutura para funcionários e professores. A última realização vinha de um questionamento: como é possível ampliar a produção acadêmica do Departamento? Poucos dias antes, eu havia recebido o professor Reginaldo Prandi, que me disse ter diversos livros para serem publicados, os quais, ao mesmo tempo, chamavam atenção para o péssimo mercado editorial que tínhamos em São Paulo. Eu pensei, então, em colocar recursos da Pós-Graduação nas publicações.

Lembro que, no dia seguinte, liguei para um editor, o Flávio George Aderaldo, da Hucitec, que eu conhecia, pois sua editora possuía uma linha de publicações na área de História, coordenada por Fernando Novais. O Flávio foi editor das poesias de meu pai. Liguei para o Flávio e disse: “Olha, eu tenho recursos. Tenho bons títulos já prontos, uma produção considerável, no Departamento de Sociologia”. Perguntei, então, se ele aceitaria fazer uma coedição com o Programa. Ele disse que sim, desde que isso não diminuísse a qualidade de sua editora. Foi então que começamos essa linha editorial, que, hoje em dia, como se sabe, está com a Editora 34. O primeiro título daquela parceria foi um livro do Reginaldo Prandi.

O fato é que, a partir desse momento, eu comecei a refletir melhor sobre o que mais eu poderia fazer nessa linha de fomento à produção acadêmica. Foi nesse período que percebi, também, que os estudantes da Pós-Graduação não tinham um veículo que acolhesse suas publicações – enquanto os estudantes de Antropologia tinham a *Cadernos de Campo*. Na época, chamei um grupo de estudantes da Pós, entre eles Ângela Alonso e Fernando Pinheiro – que hoje são professores do PPGS –, junto com Omar Ribeiro Thomaz, que hoje é docente na UNICAMP e era aluno da Antropologia e um dos editores da *Cadernos de Campo*. Fizemos uma reunião, e manifestei meu desejo de que eles fizessem e coordenassem uma revista que fosse de alto padrão e um escoadouro da produção dos estudantes da Pós-Graduação em Sociologia. A ideia inicial era de que eu poria recursos nas edições e não interferiria em nada. Meu desejo, portanto, era de que o projeto fosse feito com seriedade e independência. E tudo isso deu certo. Os estudantes são ótimos; a melhor coisa que existe na Universidade são os estudantes. Nós não

envelhecemos porque estamos em contato constante com eles. Nosso lado jovem está sempre aflorando por conta dessa convivência.

Durante a concepção, começamos a discutir os possíveis nomes da revista. Confesso que não lembro quem primeiro sugeriu *Plural*. Sei que, depois de muita discussão com os estudantes, acabou ficando esse o nome. Então, um aluno da Pós-Graduação em Antropologia, Luiz Henrique de Toledo, fez aquele desenho que foi capa da revista nas primeiras publicações, que parece um pouco uma baleia, um pouco uma cidade, enfim, o desenho foi eleito como arte da capa da *Plural*. Recentemente, o CPC, Centro de Preservação Cultural, órgão que está localizado na Casa de Dona Yayá, ligado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, fez uma exposição de revistas estudantis. Lá estava a *Plural*. Eu fiquei muito emocionada, quase chorei, quando vi.

Foi basicamente assim que se fundou a *Plural*. Resumindo, a revista surgiu a partir de uma preocupação que eu tinha sobre como aumentar a produção científica do Programa, em meados da década de 1990; mais especificamente, criando um mecanismo de difusão para os estudantes. Por ser filha de poeta, muita coisa permanece só na imaginação, mas a *Plural* foi um projeto que deu certo. A partir daí, creio, a produção do próprio Departamento cresceu muito, e nós tivemos um diferencial, que era a produção dos alunos – o que outras instituições não possuíam. E não se tratava de qualquer produção, pois os alunos fizeram coisas notáveis, inéditas, como aquela tradução feita por um ex-orientando meu, o Rubens de Oliveira Martins e a Marta Cavalcante de Barros, na edição número 6, de um artigo de Raymond Williams, “A fração Bloomsbury”, que até então não tinha tradução no Brasil. Por essas e outras, quando eu escuto algo sobre a *Plural*, ou a cada semestre, quando recebo o boletim de divulgação da Comissão Editorial do periódico, eu só posso ter vontade de chorar, entende? Eu defendo a *Plural* até o fim, porque a *Plural* é um instrumento fundamental no PPGS, um instrumento fundamental para os estudantes.

**Revista Plural** *Em sua avaliação, qual impacto um periódico como a Plural teve para a produção sociológica no país, em todos esses anos?*

**Maria Armanda do Nascimento Arruda** De fato, a *Plural* gerou um impacto interno no Programa, mas também externo. Quando construíamos os relatórios da CAPES, nós percebíamos que a *Plural* ampliava muito a produção da Sociologia. Em geral, professor publica, mas, com a expansão da Pós-Graduação, os professores de outros programas tinham que publicar também. Qual era o capital intelectual que nós tínhamos e que não se expressava efetivamente? Nosso diferencial eram os

estudantes de Pós, isto é, a autonomia deles em tomar iniciativas e tocar projetos. Isso fez com que tivéssemos um diferencial na hora de construir as avaliações e, inclusive, nas distribuições de notas. Naquele momento, mas ainda hoje. É claro que os canais de publicação para estudantes, hoje, são mais ágeis e diversificados. Existem vários outros, atualmente, inclusive pela internet. E eles se tornam cada vez mais concorridos. Isso mudou muito, mas, naquele momento, não era assim. Na época, eu percebia que nosso diferencial era precisamente este: tínhamos grandes títulos, mas, ao mesmo tempo, muitas ideias dos estudantes e poucos locais para escoar esse potencial. Foi isso que gerou uma cultura diferente de publicações, algo que fazia espriar as publicações dos alunos para fora da USP.

**Revista Plural** *E quais são os desafios atuais, sobretudo, se considerarmos o ambiente atual da produção acadêmica no Brasil, os indicadores, os parâmetros de classificação e as dificuldades ligadas ao cotidiano da gestão editorial e à política de um periódico?*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** De fato, eu não sei dizer bem. Acredito que, além de continuar com a qualidade que sempre lhe foi própria, é necessário expandir ainda mais a política editorial da *Plural*, algo que foi e continua sendo levado a cabo pelos alunos; obviamente, adaptando-se aos critérios atuais de avaliação. Esse é um grande desafio da revista. Só devo dizer que não gosto muito de revistas somente eletrônicas. Se tivesse continuado na coordenação do Programa, certamente, eu teria lutado para que a revista não alterasse seu formato impresso, ou, pelo menos, mantivesse as duas versões.

**Revista Plural** *A senhora tocou em um assunto interessante. Se, até uma década atrás, o meio de difusão das pesquisas mais comum era o impresso, com o advento do meio eletrônico e sua popularização, tal quadro modificou-se bastante. A Plural seguiu o mesmo caminho...*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Pois é, e eu fui contra esse processo. Devo dizer que não gosto da imaterialidade, porque não tem nada mais ligado à dinâmica do capitalismo contemporâneo do que as coisas que deveriam ser sólidas e se evaporam, “desmancham-se no ar”. Não gosto do imaterial. Particularmente, prefiro ler no papel, pois nele você alimenta outros sentidos, como o tato, as anotações no papel. Trata-se de outra relação que se estabelece com o que se está lendo. Isso tudo passa a sensação de que você tem um corpo e que está estabelecendo uma relação sensorial com o objeto. E isso não é nada desimportante. Fazendo uma digressão, há pouco tempo, eu estava conversando com uma pessoa

que me falou algo que me deixou muito impactada negativamente. Era sobre a morte. Eu tive três irmãos que morreram. Em 2012, morreu outra irmã, que não era biológica, mas que eu considerava como tal, pois fomos colegas desde a graduação. Trata-se da colega e socióloga Gisela Taschner, ex-professora da Fundação Getúlio Vargas. Então, o problema da morte é um problema que está muito presente em minha vida. Estava conversando com essa pessoa, e ela fez o seguinte comentário: “Mas o que importa o corpo? Depois da morte, o corpo desaparece”. Eu disse: “Importa, sim! Veja Antígona. Nós temos direito aos nossos mortos, nem que seja um corpo que já está se desfazendo, pois ele se constitui como lugar simbólico. Veja a busca das mães e dos demais familiares pelos desaparecidos políticos”. Bom, estou falando isso tudo para afirmar a importância do material. Um livro é um livro, é um lugar simbólico, também. E eu gosto de sentir o cheiro do livro, tocá-lo, fazer anotações. Ele tem essa coisa de ter um corpo que te acompanha. E isso é importante.

**Revista Plural** *Queríamos seguir nas contribuições que a Plural tem dado, tanto para a circulação da produção de jovens pesquisadores como para a experimentação, no trabalho editorial. Ao pensar na profissionalização dos estudantes, o quanto uma iniciativa como a Plural é tributária de algo que a senhora já vem estudando há tempos, que é a formação do campo sociológico? Em que medida nosso periódico pode ser considerado uma expressão desse movimento de profissionalização do campo acadêmico da Sociologia moderna no Brasil?*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Eu não pensei dessa forma na época, mas posso dizer que, realmente, talvez tenha tido esse desdobramento. Na época, o que imaginei foi o seguinte: eu sei que o Programa de Sociologia tem alunos de alto padrão e eu gosto muito da convivência com os estudantes, eu os respeito, tenho um grande respeito pela qualidade, pelas ideias, pelas contribuições dos estudantes. Não achava justo que isso não fosse reconhecido. Além do mais, ainda tinha uma questão prática, que era a avaliação da Pós, a cada dia mais rigorosa. Nosso diferencial eram os estudantes. Hoje, percebo que, claro, a formação do campo pressupõe os veículos, e a *Plural*, nessa área específica, é um dos veículos, o qual eu almejava que fosse um dos veículos mais importantes nesse campo – e acho que ela pode ser, de fato. Inclusive, eu gostei do último número. Tenho visto o trabalho de vocês. Sempre vejo.

O que é a experiência de um aluno? Leopoldo Waizbort, por exemplo, hoje é professor do Departamento de Sociologia; Rubens Martins se tornou alto assessor no Ministério da Educação; Enio Passiani é professor na Universidade Federal do

Rio Grande do Sul. Estou agora me lembrando de meus orientandos mais próximos, mas há muitos que hoje são professores. Essa experiência é única. O que significa um estudante estar ligado ao corpo editorial da revista? Vocês precisam lidar com o campo de vocês, com a qualidade dele, têm de estabelecer julgamentos, difundir ideias – pois uma revista é um veículo de difusão – e, no fim, aprender com tudo isso. É claro que isso envolve, sim, um processo de profissionalização. A *Plural* tem esse papel, e ela passa a ser um veículo que entra no jogo do campo, na conformação do campo das Ciências Sociais. Hoje, percebo isso, mas posso dizer que não foi com essa clareza que imaginei na época. Fazemos as coisas, amiúde, meio intuitivamente.

**Revista Plural** *Gostaríamos que comentasse em que medida sua própria formação, em especial seu estudo sobre Florestan Fernandes, a Escola Paulista e a estruturação de uma Sociologia científica moderna, esteve em diálogo com as iniciativas tomadas na época, no sentido de investir na infraestrutura e na questão acadêmica do Programa.*

**Maria Armanda do Nascimento Arruda** Esteve ligada, sim. Hoje, olhando para trás, posso dizer isso. Meus estudos me fizeram perceber que o projeto de Florestan não era brincadeira, era um projeto profissional de estruturação do que nós chamaríamos hoje de *campo científico*. Era algo altamente profissional, em todos os níveis, o que demandava construir posições mais legítimas, de destaque. Portanto, tratava-se de uma luta renhida. Florestan foi um grande sociólogo, talvez o sociólogo mais importante da moderna Sociologia acadêmica brasileira, se pudermos assim dizer. E, ademais, era uma grande pessoa. No entanto, ele nunca brincou em serviço. Se precisasse tirar alguém que ele julgasse sem mérito, ele tirava com a maior tranquilidade. A ideia dele era fazer das Ciências Sociais e da Sociologia, em particular, uma profissão. Tanto que ele exigia que certas conferências fossem pagas. Só depois, no fim da vida, com toda uma visão política de fora da Universidade, é que isso mudou. Não é que ele fosse uma figura venal; ao contrário, ele era muito disponível. Mas a escolha por cobrar era para dizer: “Olha, eu sou um profissional, e um profissional é remunerado”. A outra coisa era: é necessário construir um projeto que seja intelectualmente relevante e cientificamente sólido. Coisas como essas estavam em minha cabeça.

Outra coisa que contou, na época – e hoje, também; e eu só percebo agora, como uma professora madura –, foi minha experiência pessoal, de vida, minha biografia. Eu falei um pouco disso na ANPOCS deste ano. Quando eu recebi o prêmio (Prêmio ANPOCS de Excelência Acadêmica Antônio Flávio Pierucci em Sociologia),

eu tive que falar. Quem teve a trajetória biográfica que eu tive, quer dizer, quem vem do estamento, e de um estamento em decadência, e, sobretudo, sendo mulher – é preciso ver isso –, tem que encontrar uma saída para as contradições, ou pelo menos reconhecê-las e equacioná-las. Eu sempre detestei a inação, eu não gosto de não fazer nada diante das coisas. Eu posso até dizer: “foi errado, vamos corrigir”. Mas, entre o erro e a inação, eu prefiro o erro. Não suporto a omissão, porque tenho uma ilusão de que é necessário interferir na vida, mesmo sabendo – afinal, a gente é sociólogo – que o resultado de nossas ações diverge de nossas intenções e que, uma vez que nossas ações caem no mundo, a gente não realiza quase nada do que pretendia. Mas eu tenho a pretensão de interferir nas coisas, e isso tem a ver com a decadência social, com o processo de descenso. O que é o descenso? É você ver as coisas indo embora, sem poder fazer nada. Eu acho que tem a ver com minha biografia e também com a junção desta com uma questão de gênero. Não tenham dúvida de que isso vale também. É mais difícil para a mulher chegar à vida profissional, intelectual, sobretudo, as que fogem ao estereótipo. Eu creio que eu fuja um pouco; hoje menos, talvez. Enfim, mulher tem que mostrar a que veio.

**Revista Plural** *Nessa trajetória, a Sociologia da cultura acabou se colocando como uma preocupação, desde o princípio. Por que a Sociologia da cultura? Qual era a condição do próprio campo de estudos, naquele momento?*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Cheguei a São Paulo, vinda do Rio de Janeiro, de uma família de cinco filhos. Nossa ida de Minas Gerais para o Rio e do Rio para São Paulo aconteceu, claro, porque já havia um processo de descenso enorme. Mas a vinda para São Paulo, particularmente, teve uma dimensão de aventura de meu pai – ele sempre foi uma figura meio extravagante. Poderíamos ter ficado no Rio, mas ele quis vir para São Paulo. Venho de uma família de pessoas cultas; então, a cultura sempre foi importante para mim. A professora Heloísa Pontes, que foi minha primeira orientanda, fez minha apresentação na ANPOCS deste ano e falou uma coisa que me deixou perplexa. Ela disse que havia uma distinção no que eu escrevo; Vou reproduzir o que ela disse, para pensar um pouco sobre isso. Ela disse que eu sempre fui uma cultora da forma, e, por isso, a forma sempre foi importante para mim. E, por sua vez, a análise da forma vem das preocupações com a cultura. Disse também que eu busco conciliar precisão sociológica com um estilo de escrever meio dramático, que vinha de minhas leituras permanentes de literatura. E isso eu achei muito estranho.

Por que a Sociologia da cultura? Eu nasci em um ambiente em que a cultura era central. As histórias infantis – isso você não adquire, você vive – que eu ouvi

eram todas inventadas por meu pai; e minha mãe nos lia contos franceses, contos universais. Eu ouvia isso, mesmo sem saber ler. Outro dia, eu estava aqui, em uma circunstância difícil da Pró-Reitoria, lembrando-me de um desses contos, do Oscar Wilde, chamado *O rouxinol e a rosa*, que eu ouvia com três, quatro, cinco anos... Não sei bem. O fato é que você aprende que cultura é importante – e sempre foi importante em minha casa. Quando me formei, o cânone fundamental da Sociologia da USP não era a cultura, e eu não me reconhecia em nada. Era sindicato, Sociologia do desenvolvimento, trabalho, mas eu não gostava de nada daquilo; não sabia o que ia fazer. Na verdade, estava para fazer Direito ou Teatro, porque já tinha certa experiência amadora. Cheguei a passar no vestibular da Escola de Comunicação e Artes – era possível, naquela época, prestar dois vestibulares na USP. Ou, então, ia fazer Letras. Eu cheguei aqui, entrei em um ambiente interessante, comecei a conhecer jovens muito politizados. Minha geração não tinha saída: ou ficava quieta ou aderiu a esses movimentos políticos; e eu aderi aos movimentos mais à esquerda, mais radicais. Na época, confundia-se Sociologia com socialismo. Então, fui fazer Ciências Sociais. Eu queria ser uma penalista, antes, tinha uma visão romântica do júri – imagine, não gosto de violência nenhuma! Obviamente, também não tinha sido educada para ser uma dona de casa. Era para ser uma pessoa culta, mas não para o mercado de trabalho. Então, fui fazer Ciências Sociais. Quando me formei, ainda estava meio perdida. No entanto, o professor Gabriel Cohn deu um curso – começava a despontar o pessoal de Frankfurt – sobre processos ideológicos, processos de reprodução, já que era o momento da indústria cultural. Foi então que comecei a encontrar um lugar na área da cultura. Isto eu também falei na ANPOCS: na área da Sociologia, o primeiro premiado foi Sérgio Miceli, a segunda fui eu, ambos sociólogos da cultura. Isso quer dizer que a Sociologia da cultura fincou pé no panorama das Ciências Sociais brasileiras. Hoje, é uma das referências essenciais, mas, na época, não. Comecei a me preocupar com a cultura não porque, de repente, estivesse construída uma cena, mas porque já achava que a cultura era importante. Lia literatura, sempre li. Digamos que essa foi minha socialização, para usar o jargão sociológico; foi, sobretudo, no campo da literatura, não das artes plásticas. Os livros não substituem a vida, mas às vezes falam melhor para nós das coisas da vida. A Sociologia da cultura meio que se impôs a mim, e eu comecei a explorar essa questão.

**Revista Plural** *E desse processo resultaram obras que são referências no campo...*  
**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Será que são? Eu não sei, eu sempre acho que sou uma devedora na vida intelectual. É engraçado isso, tem a ver com al-



gumas condições que descrevi em meu ensaio mais recente sobre Lúcio Cardoso, “Lúcio Cardoso: tempo, poesia e ficção”, sobretudo o livro *Crônica da casa assas-sinada*, mas, de forma geral, com o conjunto da obra do Lúcio, que é uma análise da decadência da família mineira, o retrato de uma violência nua e crua. Acho que eu quase “esviscerei” minha própria experiência – e eu tenho a impressão de que tem a ver muito com a posição da mulher nas famílias tradicionais. Elas são subalternizadas; mas essa subalternidade tem uma contrapartida: elas têm uma grande ingerência sobre o espaço doméstico, e isso envolve muito rigor, “autorrigor”. Quando eu tive que analisar aquela experiência, que fala muito ao meu ouvido, eu pensei nisso. Então, eu tenho sempre essa sensação da falta: eu não fiz quase nada. Por exemplo, tenho dois livros começados e que eu não consigo realizar. Por outro lado, isso aqui (a PRCEU) também me seduz, mas eu também avalio que não consigo realizar como gostaria.

**Revista Plural** *A partir do que a senhora considera ser uma contribuição modesta, mas que tem impactado nos estudos do campo, queríamos que comentasse o quanto perspectivas analíticas inscritas em *Metrópole e cultura*, como “modernização”, “centro-periferia” e “impasses da modernização”, podem contribuir ao estudo das configurações culturais contemporâneas.*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Isso tem um pouco a ver com a forma como eu avalio *Metrópole e cultura*. É que a vida intelectual tem esse negócio terrível, que uma coisa é o que você escreve, outra coisa é o que pensa que escreveu, e outra coisa, ainda, é o que os outros acham que você escreveu! A forma como os outros leem foge do controle. Bom, como é que eu vejo aquele livro? Primeiro, ele tem um fio analítico, mas esse fio é muito tênue, porque eu trabalho com a fragmentação das linguagens. Isso não é meu, não há originalidade nenhuma. Jorge Luis Borges tem uma frase maravilhosa: “Nada é original na face da Terra, tudo é plágio. Se não for plágio, não é bom”. O que ele está querendo dizer é que, talvez, algumas coisas não valessem a pena ser pensadas. Eu me inspirei em Carl Emil Schorske, no livro sobre a grande modernidade em Viena, no fim do século XIX, início do XX, *Viena Fin de Siècle*. E, então, eu pensei São Paulo.

**Revista Plural** *Tomou a questão formal da obra do Schorske, então?*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** A questão formal, as linguagens. Sempre me preocupei com a forma. Este é um lado. Como é que surge o *Metrópole*? Quando eu escrevi anteriormente *Mitologia da mineiridade*, que talvez seja meu livro mais pessoal, trabalhei com uma noção de *sistema cultural*, mostrando que

ali havia um trânsito entre os primeiros viajantes, a política, os ensaístas, os intérpretes, a literatura e o discurso político, e que era possível trabalhar com todas essas referências juntas, ainda que preservassem particularidades – porque uma coisa é o discurso político, outra é o Drummond de Andrade –, mas é possível encontrar um universo comum de referências. *Mitologia* vai ao século XVIII, vem ao XX, volta ao XVIII, enfim, ele não é um livro de historiador. Trata-se de um tipo sociológico. Por isso eu propus distinções: o discurso político está mais próximo da categoria de ideologia; a literatura, mais do imaginário, enquanto criação; o memorialismo é a construção que está no meio caminho, etc. Em seguida, houve aquele período da *História das Ciências Sociais no Brasil*, em que trabalhei a experiência mineira, e, depois, a análise da Escola Paulista de Sociologia, sobretudo de Florestan Fernandes, que foi a figura central em sua construção – embora não exclusiva, pois nunca se é. Isso me lembrava de uma passagem de Bourdieu, na qual ele diz que, se alguém quisesse estudar o campo intelectual francês em 1950, deveria conhecer Sartre, caso contrário, não é possível entender nada. No meu caso, se você quiser entender o que foram as Ciências Sociais em São Paulo nesse período, e não tratar de Florestan, você não é capaz de entender nada. O que eu fiz ali foi tentar também compreender a obra do Florestan, porque os temas eram aqueles, e como essa obra vai sendo repensada em função das questões do momento. O projeto dele, de uma sociedade moderna nos trópicos, de uma sociedade da era científica e tecnológica, de uma sociedade afluyente, que começava a fazer água com essa modernidade que se realiza sob o regime militar, sob o controle, isso me marcou. Os autores que estudei me marcaram muito. Então, pensei em fazer o livro, *Metrópole e cultura*, porque, a partir do estudo das Ciências Sociais e da Sociologia, particularmente, nos anos 1950, eu percebi que havia outras coisas que era preciso compreender, que não bastava ficar nas Ciências Sociais.

Já no primeiro ensaio sobre Florestan para *História das Ciências Sociais no Brasil*, faço uma ligeira aproximação entre as artes, a linguagem concreta e a linguagem da Sociologia científica. Mostro que Florestan está muito mais próximo, como linguagem, de uma linguagem seca, desnuda, cheia de conceitos, próprios ao concretismo, que é a mesma linguagem especializada. Dali surgiu a ideia do *Metrópole e cultura*. Mas, quando eu trouxe a noção de *sistema*, utilizada na pesquisa anterior, não dava certo, começava a derrapar para entender São Paulo no período.

**Revista Plural** As linguagens não se integravam...

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Não se integravam; cada uma tinha certa

autonomia. A pergunta que eu fazia era da Sociologia: mas como, tratando-se do mesmo contexto social? Eu já tinha lido o livro do Schorsky, lá no IDESP – a gente fazia seminários, era uma experiência fantástica. Então, eu reli o livro do Schorsky, e pensei: “É isso aqui”. Porque eu tratei dos modernistas de Minas Gerais, mas em um contexto de sociedade tradicional, por isso poderia perceber o sistema e o domínio da literatura, porque a literatura é uma linguagem que tem de se sedimentar, de se decantar, pelo menos para dar boa literatura. Por isso, São Paulo deixa de ter grande literatura – aqui é essa convulsão. Mas, em contrapartida, é um lugar para as artes, a crítica, a ciência; era outra coisa. Eu me dei conta disso. Isso aqui é modernismo internacional, avançado, etc. É fragmentado, mesmo. Você não tem mais um sistema, mas linguagens relativamente autônomas. E foi então que eu fiz o livro *Metrópole e cultura*. O que ele tem de inovador, se é que tem, é esse tratamento das linguagens que são consideradas em si mesmas. Nicolau Sevcenko, que fez uma das resenhas, quando o livro saiu, salientou que eu tratava a Sociologia com a linguagem da Sociologia, que eu fazia Sociologia da linguagem sociológica; eu tratava as artes com a linguagem das artes. O livro tinha uma espécie de tradução, ou retradução, da própria linguagem para entender a linguagem. O teatro com a linguagem do teatro, etc. A isso se combinava todo um arcabouço que vinha da USP, que eu tinha absorvido lendo Florestan, que é a questão da modernização conservadora e de um projeto moderno que se realiza parcialmente, pois derrapa. Por isso que Sérgio Miceli afirma que se trata de um ensaio “adorniano”. Theodor Adorno está no trabalho. Contudo, o livro é uma combinação de referências. Bourdieu também está lá, Elias, Wittgenstein, com a noção de linguagem. E por que essa preocupação com a linguagem? Porque eu cresci lendo literatura, minha mãe lia literatura para a gente. Até hoje eu fico pensando naqueles contos de Jane Austen, Guy de Maupassant, Oscar Wilde. Falei para vocês que, há poucos dias, em um contexto particular da Pró-Reitoria, eu fiquei pensando no *O rouxinol e a rosa*, do Oscar Wilde. No desfecho: “Que coisa tola é o amor! [...] Vou estudar metafísica”. Minha relação com esse ambiente era esta: “Que coisa tola eu ficar aqui, acho que vou estudar outra coisa”. Assim termina o conto. Ao mesmo tempo, o que eu tentei dizer é que há outras referências, como Marx. Fui professora sobre os estudos de Marx durante muitos anos, no curso de Sociologia III, e para o autor não é possível trabalhar com a produção intelectual, caso não se verifique o modo de sua produção, pois há um modo de produção da linguagem, e isso está enraizado em certas experiências. Bourdieu, depois, vai explorar esse veio. Muitos exploram, mas isso tem origem em Marx, em *Ideologia alemã*. Então, foi isso que, no fun-

do, eu fiz, no estudo sobre Florestan, ao contrário da crítica que alguns fizeram, dizendo que eu era uma institucionalista, porque fazia uma relação entre a linguagem e a universidade.

Nunca fui uma institucionalista. Ao contrário, o que me preocupa é a análise da linguagem e da forma. Por que a forma é essa e não outra? Isso eu acho que vem de minhas leituras de Frankfurt, da crítica de arte, do ensaio, e daí para frente. Agora, o que é hoje *Métropole e cultura*? O livro representa, acredito, uma análise feita do ângulo do ensaio, a qual já vinha sendo recuperada. Florestan Fernandes era contra o ensaio, dizia que era a linguagem do estamento e que era pré-científica, mas, quando ele constrói uma grande interpretação, em *A revolução burguesa no Brasil* – eu chamo atenção para isso depois –, utiliza-se do ensaio de interpretação sociológica. Não é o mesmo ensaio dos anos 1930 ou de Antonio Cândido, mas é um ensaio também, é uma macrovisão, que tem uma tradição na cultura brasileira, no sistema intelectual brasileiro. Toda a interpretação muito abrangente – algo que tento fazer em *Metrópole e cultura* – tende para o ensaio. O ensaio envolve uma perspectiva crítica, antes de tudo. Depois, uma linguagem que pressupõe ter um argumento inicial, que vai se desdobrando aos poucos. É uma forma de exposição. Aquele livro é uma espécie de relegitimação do ensaio e também um retorno às minhas preocupações iniciais, sobre a problemática da modernização conservadora do Brasil.

**Revista Plural** *A senhora poderia explicar um pouco melhor essa forma essencialmente fragmentada da modernização em São Paulo?*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Afirmo isso porque, em contextos muito modernos, em sociedades que se transformam rapidamente, a cultura tende a se especializar. Isso Bourdieu sugere com sua noção de campo. Então, se você imagina os anos 1940, havia um enorme trânsito entre as artes. Então, ela tende a se especializar: para se entender o teatro, é necessário trabalhar com os artistas, com os profissionais do teatro, com os intelectuais do teatro, com os dramaturgos; e com a linguagem acadêmica é a mesma coisa. Ela se fragmenta, mas é produto de um solo comum, de uma experiência histórica que é única. Por isso que, na abertura do livro, a primeira parte se chama “Ensaio de caracterização”, quando eu tento – não sei se consegui – chamar a atenção para o que era diferente em São Paulo, que tinha possibilitado o aparecimento dessas linguagens díspares, que vão se especializando; o contexto, no fundo, é responsável por tudo isso, até pela fragmentação. Por outro lado, para se entender uma linguagem, é necessário reduzi-la à sua própria linguagem. Isso é uma lição que eu tirei do Schor-

sky: é necessário reduzir a linguagem a si própria, a fim de entendê-la. Por isso, usei a própria linguagem do *gênero* para entender gênero. Refaço isso, quando penso todos esses projetos avançados: não é que eles morreram, não feneceram completamente; eles ficaram nublados, redefiniram-se, no contexto conservador, e as promessas não se realizaram integralmente. Esse é um solo comum às linguagens. Quanto à forma, trata-se de verificar essa experiência social que é múltipla e, portanto, comporta uma variedade de atores, de orientações e de valores, o que é típico do moderno, o qual comporta também uma variedade de linguagens, capaz de produzir formas de linguagens diversas.

Então, a primeira pergunta que eu me fiz para ir direto à forma foi: por que a forma do teatro de Jorge Andrade pressupõe o Teatro da Memória? O que tem a ver com aquela experiência? E como é que a construção de suas peças e de sua dramaturgia implica tratar de uma memória que está em desaparecimento frente a esse mundo moderno? Da mesma maneira, por que a forma da Sociologia, o discurso da Sociologia, sobretudo no caso de Florestan, é o discurso da ciência, do conceito – o que eu chamei, para tratar de Florestan, de *tempestade de conceitos*? Ora, porque se tratava de construir uma noção de ciência universal, abstrata, aplicável. Foi por aí que eu fui tentando explorar a ideia de forma. É claro que absorvi coisas da Escola Paulista de Sociologia, pois, no fundo, eu virei uma herdeira bem próxima – se não da Escola Paulista, pelo menos de Florestan. Quando eu escrevo, estou próxima do registro dele. Não de uma análise leninista, como a que ele faz no fim de *A revolução burguesa no Brasil*, mas da busca de analisar uma experiência social que começa também a derrapar. Então, estudar a particularidade do moderno no Brasil é fazer aquela distinção entre modernismo, sociedade moderna e modernidade. O moderno é algo ligado a essas experiências sociais, a essa multiplicidade de atores e à construção do capitalismo no mundo. Era disto que se tratava, em um contexto de hegemonia da indústria: o modernismo, esse alto modernismo, avançado, do pós-guerra, com linguagens que se fragmentam e se profissionalizam; e a modernidade, que envolve orientação de valores, portanto, dos sujeitos, dos atores sociais, impulsionados por uma noção de progresso, de avanço, de racionalidade, etc. Isso é São Paulo, e dá um desconforto para quem não é de São Paulo e chega aqui.

Eu li agora aquele livro do Franco Moretti, *O burguês: entre a História e a Literatura*, que foi traduzido pela editora Três Estrelas. É muito bonito, porque ele faz, no início, a primeira tese dele: “Quando o capitalismo triunfa, a burguesia morre”. O que ele está entendendo como ideário burguês? Certamente, o ideário da utilidade, da eficiência, da racionalidade, etc. Após a segunda guerra, com o

consumismo, desse capitalismo sem forma, ou das formas abstratas, mais abstratas, como pensou Marx, essa noção burguesa do útil, da temperança, desaparece. Ele faz uma distinção que fala muito a mim, que é a diferença entre a paixão serena do burguês e a paixão convulsionada do estamento, que é a de Lúcio Cardoso. São Paulo, naquele momento, era a tentativa de construir a paixão serena, mas ela resultou em uma paixão convulsionada.

## VIDA E ÉPOCA DA PRIMEIRA *NEW LEFT*\*

Stuart Hall

Tradução de Lucas Amaral de Oliveira e Weslei Estradiote Rodrigues<sup>a</sup>

A “primeira” *New Left* nasceu em 1956, em uma conjuntura – e não apenas um ano – marcada, por um lado, pela repressão à Revolução Húngara, pelos tanques soviéticos, e, por outro, pela invasão britânica e francesa à zona do Canal de Suez<sup>1</sup>. Os dois eventos, cujo impacto dramático foi agravado pelo fato de terem ocorrido no curto prazo de poucos dias entre um e outro, desmascararam a violência subjacente e a agressão latente dos dois sistemas que dominaram a vida política do período – o stalinismo e o imperialismo ocidental –, de modo a abalar todo o mundo político. Em um sentido mais profundo, eles definiram para as pessoas da minha geração as fronteiras e os limites do tolerável na política. Os socialistas do período “pós-Hungria”, pareceu-nos, deveriam levar em seus corações o sentimento de tragédia que a degeneração da Revolução Russa no stalinismo representou para a esquerda no século XX. A “Hungria” pôs fim a determinado tipo de inocência socialista. Contudo, por outro lado, “Suez” sublinhou a enormidade do equívoco em crer que a redução da Union Jack<sup>2</sup> em algumas ex-colônias, necessariamente, tivesse assinalado o “fim do imperialismo”, ou que os ganhos reais do Estado de bem-estar social e da ampliação da afluência material significaram o fim da desigualdade e da exploração. “Hungria” e “Suez”, assim, foram liminares, experiências de marcação de fronteira; simbolizaram a dissolução da Idade do Gelo política.

A *New Left* veio à existência no rescaldo desses dois eventos. Ela tentou definir um terceiro espaço político em algum lugar entre essas duas metáforas históricas –

---

\* (NT) Do original: HALL, Stuart. Life and times of the first New Left. *New Left Review*, 61, January-February 2010. Disponível em: <<http://newleftreview.org/II/61/stuart-hall-life-and-times-of-the-first-new-left>>.

a Respectivamente, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo e mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo.

1 Este ensaio é dedicado à memória de Alan Hall, com quem compartilhei muitas das experiências daqueles tempos. Conheci Alan quando ele veio de Aberdeen para Balliol, em 1952. Em seguida, ele lecionou clássicos em Keele e foi um arqueólogo apaixonado pelas ruínas greco-romanas em Anatólia. Desempenhou papel central no início da *New Left* (incluindo a passagem da primeira para a segunda geração), mas morreu, tragicamente, em seus cinquenta anos, antes de ter oportunidade de se registrar na história da *New Left*. “The first New Left: life and times” foi originalmente apresentado como *paper*, em 1988, na conferência “Out of Apathy”, acerca da *New Left*, realizada em Oxford. Uma versão mais longa apareceu na coleção *Out of apathy: voices of the New Left thirty years on*, Londres, 1989, editado por Robin Archer e outros.

2 (NT) Alcinha dada à bandeira do Reino Unido. Segundo versões oficiais, a origem do termo é desconhecida.

“Hungria” e “Suez”. Sua ascensão significou para os adeptos da esquerda da minha geração o final dos silêncios impostos e dos impasses políticos da Guerra Fria, bem como a possibilidade de um avanço em direção a um novo projeto socialista. Pode nos ser útil começar, aqui, com a própria genealogia. O termo “*new left*” é comumente associado a “1968”; porém, para a geração de “1956” dessa *New Left*, “1968” já era uma segunda mutação, ou talvez até mesmo uma terceira. Nós tínhamos emprestado a expressão, na década de 1950, de um movimento conhecido como *nouvelle gauche*, uma tendência independente na política francesa, associada ao semanário *France Observateur* e a seu editor-chefe, Claude Bourdet. Como figura de liderança na Resistência Francesa, Bourdet personificava a tentativa, depois da Guerra, de abrir uma “terceira via” na política europeia, independente das duas posições dominantes na esquerda, capitaneadas pelo stalinismo e pela social-democracia, que suplantasse os blocos de poder militar da OTAN e do Pacto de Varsóvia e, ainda, que se opusesse às presenças soviética e norte-americana na Europa.

Essa “terceira via” fazia paralelo às aspirações políticas de muitas pessoas que se juntaram para formar o início da *New Left* britânica. Alguns de nós tínhamos encontrado Bourdet em Paris, em uma conferência convocada para considerar a criação de uma Sociedade Socialista Internacional, por intermédio das divisões da Europa Ocidental e Oriental. O principal protagonista da ideia na Grã-Bretanha era George Douglas Howard Cole, um austero e corajoso veterano da esquerda independente, o qual, na época, ensinava política na Universidade de Oxford. Embora fosse um exímio historiador do socialismo europeu e um estudioso do marxismo, o socialismo de Cole era enraizado nas tradições do Guildismo<sup>3</sup>, de cooperação e controle da produção por parte dos “trabalhadores”. Sua crítica à nacionalização burocrática de estilo “morrisoniano” foi bastante influente na formação de muitos socialistas da minha geração que almejavam formas estadistas de socialismo.

A *New Left* representou o encontro de duas tradições ligadas, porém diferentes – e também de duas experiências políticas ou, então, de duas gerações. Uma delas foi a tradição que eu denominaria, por falta de um termo melhor, “humanismo comunista”, simbolizada pela *New Reasoner* e seus fundadores, John Saville, Edward Thompson e Dorothy Thompson. A segunda talvez fosse mais bem descrita como a tradição do “socialismo independente”, cujo centro de gravidade residia

---

3 (NT) *Guild Socialism* é um movimento que se desenvolveu na Inglaterra, no início do século XX. Misturando princípios socialistas com propostas pragmáticas dos movimentos sociais cristãos e cooperativos, defende a união dos trabalhadores em “guildas”, a fim de obter maior controle e uma fiscalização da produção.



na geração dos estudantes de esquerda da década de 1950, que manteve certa distância das afiliações “partidárias”. Foram pessoas desse último estrato que, em um primeiro momento, produziram, a partir da desintegração das ortodoxias em 1956, a *Universities and Left Review*. Eu pertencço a essa segunda tradição.

## CHEGADAS

Pode ajudar a entender esse momento se eu falar de minha trajetória pessoal. Cheguei a Oxford com uma bolsa Rhodes, vindo mais ou menos diretamente do colégio jamaicano, em 1951. Eu diria que minha posição política era, principalmente, “anti-imperialista”. Era simpático à esquerda, tinha lido Karl Marx e fui influenciado por ele quando estudante na Jamaica, mas, na época, não poderia me denominar marxista no sentido europeu do termo. De qualquer forma, estava preocupado com o fracasso do marxismo ortodoxo em lidar mais adequadamente com os problemas da raça e da etnicidade no “Terceiro Mundo”, com as questões do racismo ou, ainda, com a literatura e a cultura, que me preocupavam, intelectualmente, como aluno de graduação. Pensando agora retrospectivamente, eu me identificaria, no período, como um daqueles tipos descritos por Raymond Williams, em *Cultura e sociedade*, seguindo, como estudioso da literatura, o combate entre os Leavisistas<sup>4</sup> e os críticos marxistas – obrigado a reconhecer que o “*Scrutiny* venceu”<sup>5</sup>. Não porque ele estava certo – sempre fomos críticos do elitismo conservador do programa cultural do *Scrutiny* –, mas porque os modelos marxistas alternativos eram muito mecânicos e redutores (inclusive, nós ainda não tínhamos acesso a Lukács, Benjamin, Gramsci ou Adorno). Na frente política mais ampla, eu era um crítico ferrenho a tudo o que eu sabia sobre o stalinismo, seja ele como sistema, seja como modelo de política. Eu o opunha ao modelo de um socialismo democrático, e não pude apreender a relutância dos poucos comunistas que conhecia em reconhecer a verdade daquilo que todos sabiam sobre as suas consequências desastrosas para a sociedade soviética e para a Europa Oriental.

Tal qual o restante do pequeno número de alunos do “Terceiro Mundo” em Oxford, minhas principais preocupações políticas eram com as questões coloniais. Tornei-me muito envolvido nas políticas estudantis na *West Indian*. Nós debatí-

4 (NT) São os sectários de Frank R. Leavis, influente crítico literário britânico que tinha como projeto a distribuição de capital cultural por meio do sistema educacional, pregando o valor da “grande tradição” do cânone literário e da esfera da arte erudita para formar a sensibilidade moral dos leitores – ameaçados pela cultura de massa.

5 (NT) O *Scrutiny: a Quarterly Review* foi um periódico literário fundado em 1932, por L. C. Knights e F. R. Leavis, que remanesceu seu principal editor até a edição final de 1953.

amos, principalmente, o que estava ocorrendo “em casa”, na expectativa de que, em pouco tempo, estaríamos todos lá novamente e envolvidos nessas questões. Discutimos sobre a *West Indian Federation*<sup>6</sup> e as perspectivas de uma nova ordem econômica no Caribe; a expulsão da esquerda do Partido PNP [*People’s National Party*] de Manley, na Jamaica, sob as pressões da Guerra Fria; a derrubada do governo Jagan, na Guiana Britânica, com a suspensão da constituição e o movimento das tropas britânicas. Não houve “política para negros” na Grã-Bretanha, e a migração pós-guerra tinha apenas começado.

Mais tarde, quando comecei a ter um interesse maior pela política britânica, entrei em contato com a esquerda de Oxford. Não havia nenhum movimento político de esquerda britânico de “massa” ou alguma grande questão política popular aos quais fosse possível se filiar. A escolha parecia ser entre um Partido Trabalhista, que, naquele momento, estava profundamente comprometido com uma visão de mundo atlantista, e as trevas da extrema esquerda. A primeira vez que me aventurei em uma reunião de discussão do Grupo Comunista foi para debater com o Partido Comunista (PC) a aplicação do conceito marxiano de classe à sociedade capitalista contemporânea. Na época, eu sentia que esse era um movimento extremamente ousado – tal era o clima de medo e suspeita que prevalecia. Depois de 1954, no entanto, esse clima começou a mudar. Houve um renascimento lento e hesitante do debate na esquerda, e então um grupo começou a surgir pautando essas discussões. Muitos de nós participamos do “Grupo Cole” (como seu seminário na política era conhecido), o qual, embora formalmente fosse uma oportunidade para estudantes de graduação, duplicou, como um vasto grupo de discussão da ampla esquerda. Alguns dos primeiros contatos e amizades, que mais tarde se cimentaram com a formação da *New Left*, foram forjados lá.

É difícil evocar, atualmente, o clima político de Oxford, em 1950. A Guerra Fria dominava o horizonte político, posicionando todos e polarizando cada tópico a partir de sua lógica binária sem qualquer piedade. “Recomendar a admissão da China na ONU era provocar o opróbrio de ‘simpatizante-colaborador’<sup>7</sup> [*fellow-traveller*]; dizer que o caráter do capitalismo contemporâneo mudou era ser classificado como um ‘liberal keynesiano’”, como o primeiro editorial da ULR

6 (NT) A Federação das Índias Ocidentais foi uma associação criada em 3 de janeiro de 1958 que agrupava as colônias britânicas no Caribe. Deixou de existir em 31 de maio de 1962, com a independência dos dois maiores estados da federação: Jamaica e Trinidad e Tobago.

7 (NT) Trata-se do simpatizante às crenças de uma organização ou colaborador em suas atividades, sem manter necessariamente uma adesão formal. O termo era usado na União Soviética para caracterizar escritores e artistas afinados com os objetivos da Revolução Russa, mas que se recusaram a aderir ao Partido Comunista.

(*Universities and Left Review*) colocou<sup>8</sup>. O “degelo” começou com o debate sobre uma série de questões contemporâneas: o futuro do trabalho e a esquerda na esteira do renascimento conservador, a natureza do Estado social e do capitalismo no pós-guerra, o impacto da mudança cultural na sociedade britânica nos primeiros anos “abastados” da década. O ritmo desse debate foi acelerado pelas revelações de Khrushchev, no XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética). A resposta para “1956” e a formação de uma nova esquerda não poderiam ter ocorrido sem esse período anterior de “preparação”, em que um número de pessoas, lentamente, começou a ganhar a confiança para envolver-se em um diálogo que passou a questionar os termos da discussão política ortodoxa e atravessar as fronteiras organizacionais existentes.

Esses fios foram condensados, dramaticamente, pelos acontecimentos de “1956”. Os tanques soviéticos em Budapeste acabaram com qualquer esperança de que uma marca mais humana e democrática do comunismo pudesse evoluir na Europa do Leste, sem trauma prolongado ou alguma convulsão social. “Suez” colapsou a ilusão aconchegante de que (para adaptar, aqui, a frase de Tawney) “você poderia esfolar o tigre do capitalismo-imperialista listra por listra”. A demonstração em *Trafalgar Square Suez* foi o primeiro comício político em massa de seu tipo, na década de 1950; pela primeira vez, eu encontrei a polícia montada face a face e também pela primeira vez ouvi Hugh Gaitskell e Nye Bevan falando em público. A denúncia feroz de Bevan ao Éden, lembro-me, dispersou pombos assustados em voo. Um dos resultados do fermento de “1956”, nesse sentido, foi a publicação de duas revistas, *Universities and Left Review* e *New Reasoner*, que, posteriormente fundidas, em 1960, formaram a “primeira” *New Left Review*.

## UM NOVO ESTUDANTE DE ESQUERDA

Como e por que motivo isso ocorreu naquele momento? E por que, de todos os lugares possíveis, aconteceu particularmente em Oxford? Na década de 1950, as universidades não eram, como vieram a se tornar mais tarde, centros de atividade revolucionária. Uma minoria de estudantes de esquerda privilegiados, debatendo o capitalismo de consumo e o aburguesamento cultural da classe trabalhadora, em meio às “espirais de sonhos”<sup>9</sup> [*dreaming spire*], pode parecer, agora em retrospecto, um fenômeno político bastante marginal. No entanto, o debate foi acompanhado

<sup>8</sup> Editorial, *Universities and Left Review*, v. 1, p. I, Spring 1957.

<sup>9</sup> (NT) Oxford é conhecida como a “*city of dreaming spires*”, termo cunhado para descrever a harmonia dos prédios e as espirais da universidade.

com uma intensidade feroz, conscientemente contraposta à confiança frágil e casual do tom dominante de Oxford, definido pelas tentativas dos “Hooray Henries”<sup>10</sup> da época de reviver *Brideshead revisited*<sup>11</sup>. De fato, Oxford também conteve seus enclaves rebeldes: desmobilizou jovens soldados veteranos nacionais, sindicalistas do Ruskin College, “os garotos bolsistas” e as garotas locais e do exterior. Embora eles não fossem capazes de redefinir a cultura dominante, esses *outsiders* vieram a constituir uma cultura intelectual minoritária – para não dizer sitiada. Esses eram os “partidários da ULR”.

A esquerda de Oxford era muito diversificada. Havia um pequeno número de membros do Partido Comunista – incluindo Raphael Samuel, Peter Sedgwick e Gabriel Pearson –, principalmente em Balliol, onde Christopher Hill era tutor em História Moderna. Paralelamente, havia também uma grande massa de apoiadores do Labour Club, a maioria firmemente ligada à Fabian Society<sup>12</sup>, aos trabalhadores e a posições reformistas, alguns com seus olhos fixos, de modo inabalável, nas futuras carreiras parlamentares. Finalmente, havia os “independentes”, incluindo algumas pessoas sérias do Labour, que não estavam intelectualmente alinhadas a nenhum desses dois campos, mas se viam empurradas de modo desconfortável a eles. O último grupo atraiu mais do que seu quinhão de exilados e imigrantes, o que reforçou seu cosmopolitismo. Charles (Chuck) Taylor era um estudioso francês-canadense da Rhodes, e algo um tanto ambíguo, uma espécie de marxista católico; Dodd Alleyne era de Trinidad; eu, jamaicano; Sadiq al-Mahdi mais tarde iria desempenhar papel significativo no Sudão; Clovis Maksoud era membro fundador do Partido Ba’ath sírio. Alguns, como Alan Lovell, um pacifista do País de Gales; Alan Hall, um classicista escocês; e Raphael Samuel, Gabriel Pearson, Stanley Mitchell e Robert Cassen, judeus, eram o que se poderia chamar hoje de emigrados internos.

O local de nossos debates era o Clube Socialista, uma organização de esquerda moribunda, mais ou menos abandonada desde os tempos da Frente Popular dos

10 (NT) Na gíria do inglês britânico, *Hooray Henries* é um termo pejorativo – comparável, talvez, ao “dândi” ou “janota” –, referindo-se a homens da classe alta britânica que exalam arrogância e ar de superioridade, muitas vezes exibindo ao público um nível elevado de educação escolar e capital cultural.

11 (NT) *Brideshead revisited, the sacred & Profane memories of captain Charles Ryder* é um romance do escritor inglês Evelyn Waugh, publicado pela primeira vez em 1945, que capta o ambiente social dos Marchmain, uma aristocrática família inglesa, no período que antecede a II Grande Guerra.

12 (NT) Fabian Society é uma organização socialista britânica que tem como mote promover os princípios do socialismo de forma gradual e reformista. O grupo foi importante na formação das bases do Partido Trabalhista e, também, nas políticas de descolonização do Império Britânico, principalmente Índia e Cingapura.

anos 1930, que nós reanimamos. Ficou claro que debates semelhantes estavam sendo desenvolvidos em outras universidades e que deveria haver alguma plataforma comum para essa esquerda estudantil emergente. Isso explica a palavra “Universities” no título da revista que estávamos produzindo. A outra metade de seu título incômodo e nem um pouco comercial sinalizava nossa preocupação com as questões culturais, por intermédio de um link simbólico com a *Left Review*, uma ampla e pouco ortodoxa publicação literária e cultural das décadas de 1930 e 1940, mais receptiva aos novos movimentos culturais (por exemplo, em sua abertura às correntes modernistas) do que qualquer outra revista “partidária” comparável da época – Brecht, inclusive, fora publicado na Inglaterra nessas páginas. O advento de 1956, no entanto, destruiu as fronteiras universitárias dos debates e nos catapultou para o turbilhão nacional e internacional das políticas de esquerda. A primeira edição de *Universities and Left Review*, que surgiu na primavera de 1957, teve quatro editores: Raphael Samuel e Gabriel Pearson, que deixaram o PC depois do evento “Hungria”, Charles Taylor e eu, representando “os independentes”. Seu conteúdo e seus colaboradores – Isaac Deutscher, Bourdet, Lindsay Anderson, Thompson, Cole, Eric Hobsbawm, Graeme Shankland, escrevendo sobre planejamento urbano, David Marquand, sobre o filme *Lucky Jim*<sup>13</sup>, Joan Robinson, Basil Davidson – demonstram, claramente, essa tradução para um estágio mais amplo.

## AS TRADIÇÕES MARXISTAS INGLESAS

A *New Left* tinha, na mesma medida, importantes – embora muito diferentes – raízes de outra tradição, representadas pelo *New Reasoner*. Essa tendência teve sua formação nas políticas da Frente Popular e Comunista da Grã-Bretanha. Alguns dos “Reasoners” – Edward Thompson, John Saville, Rodney Hilton, Christopher Hill, Victor Kiernan, Eric Hobsbawm – tinham pertencido a um enclave único, o Grupo de Historiadores do Partido Comunista, que, sob inspiração da pouco conhecida Dona Torr, desenvolveu uma leitura altamente independente e original da história britânica, assim como uma forma de política marxista que estava muito mais em contato com o radicalismo popular inglês, bastante distinto em estilo e inspiração do que sustentava a liderança do Partido Comunista, por meio de figuras poderosas – mas profundamente sectárias –, como Palme Dutt.

---

13 (NT) *Lucky Jim* é um filme mudo norte-americano de 1909, em curta-metragem, dirigido por D. W. Griffith.

As revelações do XX Congresso estimularam, dentro do partido, uma reavaliação dolorosa de toda a experiência stalinista; o *New Reasoner* apareceu, pela primeira vez, nesse contexto, como boletim de oposição interna insistindo em um “ajuste de contas” aberto e público. Foi só depois que eles perderam sua luta pelo direito de expressar o que foram oficialmente definidas como opiniões de “facções” – e as disciplinas do centralismo democrático mobilizadas contra eles – que a maioria dos “*Reasoners*” ou deixou o partido ou foi expulsa; assim, o *New Reasoner* apareceu como jornal independente de esquerda. A última questão do *Reasoner* foi planejada e produzida antes de Suez e da Hungria; mas, para ele, esses eventos estavam “circunscritos historicamente”:

Mesmo a urgência da crise egípcia não pode disfarçar o fato de que os acontecimentos de Budapeste representam um ponto de viragem crucial para o nosso partido. A agressão do imperialismo britânico é mais feia e cínica do que as agressões imperialistas anteriores. Mas a crise no mundo comunista, agora, é de um tipo diferente<sup>14</sup>.

Por isso, a *New Left* representou o encontro de duas tradições políticas diferentes. Como isso ocorreu e de que maneira funcionou? Os detalhes da organização da fusão entre as duas revistas podem ser rapidamente resumidos. Elas continuaram a publicar em conjunto por um tempo, anunciando e promovendo cada uma a outra. Depois de um período, contudo, os dois conselhos editoriais começaram a reunir-se regularmente em torno de uma agenda política mais ampla, a fim de nomear membros do conselho editorial em comum e para recrutar novos membros. Ambos os conselhos estavam cada vez mais preocupados com a luta para manter a viabilidade financeira e comercial das duas publicações. Ainda mais urgente foi o custo em capital humano. Para muitos de nós, a vida normal tinha sido mais ou menos suspensa em 1956. Alguns não tinham parado de girar em círculos, desde então, e se encontravam, com efeito, em um estado de exaustão política extrema. Havia também, de forma positiva, oportunidades que estavam faltando antes para criar uma plataforma política mais ampla, unida à nossa posição. Enquanto estávamos conscientes de nossas diferenças, nossas perspectivas aproximavam-nos cada vez mais nos meses de colaboração. Dessa variedade de fatores saiu a decisão de fundir, e, com candidatos apropriados, como Thompson e outros não dispostos

---

14 E. P. THOMPSON. Through the smoke of Budapest. *Reasoner*, November 1956.

a contribuir, eu temerariamente concordei em me tornar o primeiro editor da *New Left Review*, com John Saville atuando como presidente do conselho editorial.

### **A PRIMEIRA NEW LEFT REVIEW**

A *New Left Review* nesse formato durou dois anos. Acredito que ela nunca tenha sido um periódico mais bem-sucedido ou distinto do que qualquer um de seus antecessores. O ritmo bimestral e as pressões para nos conectarmos com questões políticas imediatas nos tornaram mais uma “revista” de esquerda do que propriamente um “periódico”. Isso exigiu uma mudança de estilo jornalístico e editorial que não se encaixava na intenção política original e em relação à qual o conselho não estava preparado. Havia diferenças de ênfase e de estilo de trabalho no interior do conselho editorial, o que transformou o principal peso político e de autoridade do movimento, bem como o pequeno grupo editorial de trabalho, que começou a se reunir próximo ao número 7 da Carlisle Street, em Soho.

Os “*New Reasoners*” – Edward e Dorothy Thompson, John Saville e outros da equipe *Reasoner*, como Ronald Meek, Ken Alexander e Doris Lessing – pertenciam a uma geração política formada pela experiência da Frente Popular e dos movimentos antifascistas dos anos 1930, dos movimentos de resistência europeus durante a Guerra, das campanhas da “Segunda Frente” pela “amizade com a União Soviética” e da virada popular à esquerda, refletida na vitória do *Labour*, em 1945. Embora alguns comunistas mais jovens da tendência na ULR também pertencessem a tal tradição, sua relação com ela fora sempre diferente. Em sua esmagadora maioria, o centro de gravidade da geração ULR estava irrevogavelmente localizado no “pós-guerra”. E essa não foi uma diferença de idade, mas de formação mesmo – uma questão de gerações políticas, dentro das quais a Guerra constituiu a linha divisória simbólica. Essas diferenças criaram tensões sutis que submergiram devido à nova publicação.

As diferenças de formação e de estilo político de trabalho foram ampliadas pela localização das duas tendências em dois ambientes sociais e culturais bastante distintos. A base da *The New Reasoner* estava em Yorkshire e no Norte industrial. Embora houvesse muitos leitores em outros lugares, estava organicamente enraizada no interior de uma cultura política provincial – não apenas no movimento dos trabalhadores, mas também em organizações, como a *Yorkshire Peace Committee* – e parecia fortemente desconfiada em relação a “Londres”. A ULR também atraiu o apoio de várias partes do país, mas ela dizia respeito muito mais ao que os “*Reasoners*” viam como o eixo “cosmopolita” ou de “Oxford-Londres”. Apesar de

não os entendermos conscientemente na época, os ULR-ERS eram modernistas, se não realmente “cosmopolitas”. Como um colonial que eu era, certamente me sentia em casa, de maneira instintiva, na cultura mais socialmente anônima e metropolitana, embora lamentasse a falta entre os ULR de ligações orgânicas em relação à vida da classe trabalhadora não metropolitana.

Já devia estar claro que, mesmo dentro dos conselhos editoriais dos periódicos originais, a *New Left* estava longe de ser monolítica e, certamente, nunca se tornou culturalmente ou politicamente homogênea. As tensões foram, em sua maior parte, manipuladas de forma humana e generosa. Entretanto, qualquer leitor mais atento das revistas, rapidamente, será capaz de identificar os pontos reais de diferença e, por vezes, os debates ferozmente disputados que vieram à tona em suas páginas. Por isso, seria muito errado tentar reconstruir, retrospectivamente, uma “*New Left*” essencial, bem como impor a ela uma unidade política que nunca possuiu. No entanto, ainda que quaisquer dois membros nunca fizessem a mesma listagem de características, havia um conjunto de temas relacionados que ordenou um assentimento amplo o suficiente para torná-la distinta como formação política.

Minha leitura é aqui centrada no argumento de que qualquer perspectiva para a renovação da esquerda tinha que começar com uma nova concepção de socialismo e com uma análise radicalmente nova das relações sociais, da dinâmica e da cultura do capitalismo do pós-guerra. Longe de constituir um modesto exercício de atualização, esse foi um projeto intelectual de longo alcance, ambicioso e multifacetado. No que se refere ao socialismo em questão, significava chegar a um acordo com as experiências deprimentes, tanto do “socialismo realmente existente” quanto da “democracia social realmente existente”, e transformar, à luz dessas experiências, a própria concepção de “político”. Já no que concerne a essa última questão, o que chamamos de moderno “capitalismo corporativo” tinha formas econômicas, organizacionais, sociais e culturais muito diferentes. Ele funcionava segundo uma “lógica” diferente daquela do capitalismo empresarial, descrita nas teses clássicas de Marx ou embutida na linguagem e na teoria da esquerda e inscrita em suas agendas, instituições e em seus cenários revolucionários. Para muitos de nós (embora não para todos), essa luta para fundamentar o socialismo a partir de uma nova análise de “nossos tempos” foi primária e originária – ou seja, de onde todo o projeto da *New Left* começou.

O diagnóstico dominante oferecido era o de que estávamos entrando em uma sociedade “pós-capitalista”, em que os principais problemas de distribuição social tinham sido resolvidos pelo *boom* do pós-guerra, acoplado à expansão do Estado de bem-estar, à regulação macroeconômica keynesiana e à revolução gerencial



com “face humana”. Todos esses foram elementos que, mais tarde, vieram a ser conhecidos como “corporativismo” – grande capital, grande Estado – ou, de outro ponto de vista, como o “consenso do pós-guerra”. Eles levaram a uma erosão das culturas de classe tradicionais e ao “aburguesamento” da classe trabalhadora. Contrapondo-se a esse cenário, estava o argumento da “Velha Esquerda”, que acreditava que, enquanto o sistema continuasse a ser claramente capitalista, nada de significativo iria mudar. As classes e a luta de classes eram as mesmas de sempre, e questionar isso era trair a causa revolucionária.

A maioria dos integrantes da *New Left*, todavia, recusou essa lógica binária. As novas formas de propriedade, a organização corporativa e a dinâmica da acumulação e do consumo modernos requeriam uma análise mais atualizada. Esses processos tiveram efeitos sobre a estrutura social e a consciência política da época. Mais amplamente, a propagação do consumismo tinha desarticulado muitas atitudes culturais tradicionais e hierarquias sociais, e isso gerou consequências para a política, para partidários da mudança e para as instituições e agendas da esquerda, com as quais o socialismo teve que chegar a um acordo. Mesmo faltando muito material nativo ainda para seguir em frente, alguns analistas americanos – Riesman, Galbraith, Wright Mills –, que estavam na vanguarda desses desenvolvimentos, forneceram nossa principal aquisição em relação a esses argumentos.

## CULTURA E POLÍTICA

Intimamente ligado a isso tudo estava o argumento acerca da contraditória e politicamente indeterminada “deriva” do social e da mudança cultural. Tais mudanças pouco induziram a uma transformação da sociedade de modo claro, embora, ambigualmente, elas desmantelassem muitas das antigas relações e formas sobre as quais a esquerda estava edificada, bem como o projeto de socialismo que tinha sido historicamente construído. Novamente, havia pelo menos duas versões que competiam sobre isso. Uma afirmava que, desde que a estrutura de classes britânica fundamental permanecesse a mesma, a “mudança” seria apenas de um tipo “sociológico” mais superficial. Isso destacou diferenças incidentais e, sobretudo, estilísticas em áreas marginais de estudo, tais como as novas atitudes e o estilo de vida entre os jovens, os novos padrões da vida urbana, o movimento de êxodo das cidades do interior, a crescente importância do consumo na vida cotidiana, o “enfraquecimento” de antigas identidades sociais, e assim por diante, o que não tocava “o fundamental”. Essa abordagem fundamentalista correspondia, por outro lado, a uma implacável celebração da mudança em si, e sobre a qual a nova

mídia de massas investiu maciçamente. Com a expansão do “novo jornalismo” e a emergência da televisão comercial, a sociedade parecia enfeitiçada pelas imagens de si própria em movimento, refletindo suas iluminadas facetas consumistas.

Novamente, a *New Left* insistiu em não ocupar nenhuma dessas alternativas simplistas, optando por uma “terceira” e mais complexa descrição. Não havia consenso entre nós sobre os termos em que entendíamos essas mudanças (a troca entre eu, Edward Thompson e Raphael Samuel em minha obra especulativa, “A Sense of Classlessness”, nas páginas da ULR, é um *locus classicus* desse debate), mas estávamos de acordo sobre a significância deles. Em minha visão, muito disso foi criativo, embora caótico e impressionista sobre a “imagem do mundo” que vinha das páginas da *New Left*, cujo frescor e vitalidade (tanto quanto seu caráter utópico) são devidos aos esforços de se esboçar os sentidos dos inconstantes contornos da mudança. Esse foi, de fato, um ponto em que os investimentos da *New Left* nos debates sobre cultura emergiram em um momento inicial. Primeiro porque era no domínio cultural e ideológico que a mudança social parecia se fazer mais dramaticamente visível. Segundo porque a dimensão cultural não nos parecia secundária, mas sim uma dimensão constitutiva da sociedade – isso reflete parte da longa desavença entre a *New Left* e o reducionismo e o economicismo da metáfora base-superestrutura. Terceiro porque o discurso da cultura nos parecia fundamentalmente necessário para qualquer linguagem na qual o socialismo pudesse ser reescrito. A *New Left*, portanto, deu os primeiros e vacilantes passos no sentido de colocar questões de análise e política cultural no centro de sua política.

De modo diferente, a *New Left* lançou um ataque contra a limitada definição de “política” e buscou projetar em seu lugar uma “concepção expandida do político”. Se essa ideia não se disseminou tão rápido quanto o princípio feminista de “o pessoal é político”, certamente, abriu-se para a crítica dialética entre “problemas privados” e “questões públicas”, que afastou a concepção convencional de política. A lógica implicada nessa postura sugeria que aquelas “dimensões ocultas” deveriam ser representadas nos discursos “do político” e que as pessoas comuns poderiam e deveriam organizar-se, onde quer que estivessem, em torno de questões da experiência imediata; deveriam começar a articular suas insatisfações, em uma linguagem existencial, e construir uma agitação a partir desse ponto – tal era a fonte de nosso muito debatido “humanismo socialista”. A definição expandida do político também ocasionou o reconhecimento da potencial proliferação de ambientes de conflito social e grupos partidários pela transformação. Embora fôssemos a favor de um sindicalismo forte, contestávamos também a ideia de que somente aqueles do “âmbito da produção” poderiam fazer a revolução.

A crítica ao reformismo e ao seu singular representante britânico, o trabalhismo, foi perpetrada pelo discurso alargado sobre “o político”. Nós buscávamos uma transformação mais radical e estrutural da sociedade: em parte porque estávamos comprometidos com muitas das perspectivas fundamentais do programa socialista clássico; em parte porque víamos, no capitalismo moderno, uma maior concentração do poder social e podíamos traçar o impacto da “mercantilização” em regiões mais afastadas das áreas de exploração do trabalho assalariado; mas, acima de tudo, por conta da crítica mais ampla “à civilização e à cultura capitalistas”. Ninguém expressou o caráter constitutivo e fundamental desse argumento feito pela e na *New Left* mais profundamente do que Raymond Williams. Foi nesse sentido que permanecemos “revolucionários”, embora tenhamos retido pouca fé em uma tomada vanguardista do poder do Estado. A oposição entre “reforma” e “revolução” parecia, para muitos de nós, ultrapassada: é mais uma maneira de depreciar e amaldiçoar os outros do que, propriamente, um real valor histórico-analítico em si. Nós procurávamos, então, de diferentes maneiras, superar tal oposição.

Desse e de outros modos significativos, a tendência dominante da *New Left* era “revisionista”, sobretudo no que se refere ao trabalhismo e ao marxismo. Nós surgimos e vivemos ainda hoje na era dos “muitos marxismos”. Poucos de nós – se é que algum – poderiam ser descritos depois de 1956 como “ortodoxos”; principalmente, porque, embora sustentássemos diferenças acerca de quanto do marxismo poderia ser transposto sem “revisão” à segunda metade do século, todos recusávamos a enxergá-lo como doutrina rígida e acabada ou, então, como texto sagrado. Por exemplo, foi de considerável importância para nós a redescoberta, por meio de Chuck Taylor, dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de Marx, com seus tópicos sobre a alienação, o ser genérico e as “novas necessidades”, que Taylor trouxe de Paris, em 1958, e que apenas pouco tempo depois ganhou uma versão em inglês.

## **OS CLUBES DA NEW LEFT**

Havia muitos outros temas que qualquer abordagem compreensiva seria obrigada a discutir: o debate acerca do “socialismo humanista”; as análises sobre o Terceiro Mundo e, em conexão com as Campanhas para o Desarmamento Nuclear, o “neutralismo”, a OTAN e o desarmamento; a cultura popular e a mídia. Entretanto, tendo em vista que a *New Left* é, frequentemente, rotulada como uma formação fundamentalmente intelectual, seria mais apropriado lembrar os leitores que a “primeira” *New Left*, embora de modo errôneo, se pensava mais

como um movimento do que simplesmente como periódico. De forma resumida, depois da publicação do primeiro número, a ULR convocou sua primeira “reunião com leitores”, em uma pouco auspiciosa tarde de domingo, que foi sucedida pela fundação do Clube Londrino da ULR. Nos primeiros anos, o Clube (posteriormente chamado de *London New Left Club*) atraiu aos seus encontros semanais entre trezentos e quatrocentos espectadores, vindos de todo o espectro da esquerda. Em certo momento, isso forneceu um ponto focal de contenção extremamente importante, vivo e frequentemente controverso para as pessoas sem compromisso político formal. Era algo que diferia da típica organização ou seção da esquerda, já que o propósito não era recrutar membros, mas engajá-los em uma cultura política de esquerda, em uma frente ampla, por meio da argumentação, do debate e da educação.

O Clube se tornou um importante e independente centro para a esquerda política de Londres, particularmente depois que fundou uma sede permanente – por intermédio de outra atitude desesperadamente arriscada, porém inovadora e brilhante, de Raphael Samuel –, no *Partisan Café*, na rua Carlisle. Esse foi o primeiro “Bar-Café” esquerdista em Londres, com um clube e uma biblioteca no piso superior. No quarto piso, fixamos os escritórios da ULR, que depois serviram à NLR. Após a fusão, numerosos clubes de esquerda se espalharam pelo país. O último número da NLR que editei, o 12º, listou trinta e nove clubes em diferentes condições politicamente vitais. Os clubes refletiam em seus programas e composições o caráter cultural e político de suas localidades: os Clubes de Manchester e Hull tinham proximidade com o movimento local de trabalhadores; a Liga Socialista de Fife estava ligada, por meio de Lawrence Daly, a um movimento socialista independente entre os mineiros na Escócia; os Clubes de Croydon e Hemel Hempstead tinham mais um sentimento “inter-classista” ou, ainda, “novo supraclassista”.

Desde muito cedo, o Clube Londrino da *New Left* encampou o pioneirismo na propaganda e na panfletagem da primeira CND (Campanha para o Desarmamento Nuclear) Aldermaston March, pioneirismo esse que os filiados do clube apoiaram em massa. Esse foi o princípio de estreitas relações entre a *New Left*, o movimento moderno pela paz no Grã-Bretanha e a origem da CND como organização política de massas. Entre suas outras atividades, o Clube da *New Left* em Londres tornou-se muito envolvido com os distúrbios de 1958, em Nothing Hill, e com as lutas antirracistas do período na região de North Kensington. Participamos dos esforços para estabelecer associações de moradores na região; ajudamos a proteger os negros que, no auge dos “problemas”, foram molestados e acossados pelas multidões

brancas enfurecidas entre a estação de Nothing Hill e suas casas; e piquetamos o Mosley e outros grupos de extrema direita. No curso desse trabalho, primeiro tropeçamos nos fortes traços de racismo dentro do Partido Trabalhista – Rachel Powell, membro ativo do clube, desenterrou o escândalo do “Rachmanismo” e a exploração pelo senhorio branco em Nothing Hill.

Peter Sedgwick, certa feita, observou apuradamente que a *New Left* era menos um movimento que um “*milieu*”. Ele assinalou, inclusive, para a falta de uma estrutura organizacional mais firme, uma concepção solta de liderança, hierarquias planejadas, ausência de filiação, regras, regulamentos, programa partidário ou uma “linha” que caracterizasse a *New Left*, em agudo contraste com outras tendências políticas e setores da extrema esquerda. Essas características eram produto de nossas críticas às formas de organização do leninismo e do centralismo-democrático, bem como de nossa ênfase na auto-organização e na política participativa, que hoje podemos ver, retrospectivamente, como “prefigurativa” de muito do que estava por vir. Sedgwick deve também ter obliquamente comentado sobre a baixa participação da classe trabalhadora – ou, para ser mais preciso, sobre a “competição entre classes”, embora não entre todas elas, na maioria dos clubes da *New Left*. Isso poderia ser visto – como de fato era – como uma séria fraqueza; porém, por incrível que pareça, também produzia algumas compensações. Os clubes eram particularmente fortes em estratos sociais emergentes e cenários de classes mais rapidamente mutáveis em recomposição-decomposição do pós-guerra na Grã-Bretanha. Esse fato nos separou não do trabalhador comum, pois tínhamos muitos deles como apoiadores ativos, mas da cultura política do movimento trabalhista tradicional e dos quadros revolucionários dos demais setores. No entanto, isso concedeu à *New Left* um acesso privilegiado ao afiado, atritado e contraditório processo de mudança social.

## PRÁTICA PREFIGURATIVA

Com todas as suas fraquezas, os clubes representavam o projeto da *New Left* de ser um novo tipo de entidade socialista: não um partido, mas um “movimento de ideias”. Eles foram um sinal de que, para nós e para a esquerda, a “questão da agência” tinha se tornado profundamente problemática. Adotamos essa abordagem em parte por convicção, mas também porque imaginávamos que um movimento de pessoas comuns na política – quebrando a crosta de opiniões convencionais e alinhamentos ortodoxos em suas vidas, a partir de um aspecto concreto, começava-se a “tomar atitudes por si próprios” – seria politicamente mais significativa do

que a maioria das “linhas mestras”. Outro motivo foi que vimos na CND o embrião de uma nova forma de mobilização – além, por assim dizer, dos grandes batalhões do partido –, capaz de refletir em torno de certas forças sociais emergentes e aspirações características de seu tempo e em relação à qual era necessário à esquerda desenvolver uma nova prática política.

A CND foi uma das primeiras desse tipo específico de “movimento social” a aparecer na política, no pós-guerra – um movimento popular com um impulso radical inequívoco e um conteúdo implícito anticapitalista, formado mediante auto-organização na sociedade civil, em função de um tema concreto, mas sem uma clara composição de classe e mais atraente às pessoas por meio das linhas fortemente marcadas da identidade de classe tradicional e das lealdades organizacionais. Já era possível reconhecer nesses novos movimentos alguns produtos da sociedade moderna e aspectos do antagonismo social que tinham atestado a dificuldade de se construir algo dentro da agenda organizacional da esquerda tradicional – como o movimento dos direitos civis, em seu tempo, as questões feministas e sexuais, os problemas ecológicos e ambientais, a política de comunidade, direitos sociais [*welfare rights*] e as lutas antirracistas, nos anos 1970 e 1980. Sem esses movimentos sociais, entretanto, nenhuma mobilização política de massas ou movimento para transformações radicais seriam, hoje, concebíveis.

Finalmente, o que a CND levantou para a *New Left* – como sempre fazem os novos movimentos sociais – foi o problema de como articular esses novos impulsos e forças sociais com a classe política da esquerda tradicional e como, por meio dessa articulação, o projeto da esquerda poderia ser transformado. O fato de que não tivemos maior sucesso que a esquerda teve quando tentou construir um “bloco histórico” a partir dos interesses sociais heterogêneos, movimentos políticos e agendas, de modo a construir uma prática política hegemônica *das e com* as diferenças, não nega a urgência da tarefa. O que podemos aprender da “primeira” *New Left* é quais questões colocar, e não quais respostas produzir.

No que concerne ao Partido Trabalhista, pode-se dizer que muitos dos que estavam na *New Left* ou que se encontravam ao redor dela eram membros do partido. Muitos não. Como movimento, nossa posição frente ao partido era bem clara. Nossa independência dos vínculos organizacionais, controles, rotina e disciplina partidária eram essenciais ao projeto político que tínhamos em mente. O voto da maioria, no unilateralismo na Conferência do Partido Trabalhista, para o qual muitos de nós fizemos campanha, foi um claro exemplo de “derrota-na-vitória”, como resultado dos erros na campanha vitoriosa de uma plataforma com novas posições políticas populares. No interior da máquina, a CND murchou e reduziu-se

a uma espécie de talismã, um fetiche das resoluções das conferências do partido, um joguete das manobras do voto em bloco, sem tocar o solo da consciência política ou a atividade de pessoas reais.

Ao mesmo tempo, reconhecemos o fato de o socialismo na Grã-Bretanha ter sido inextricavelmente ligado ao destino e à sorte do trabalhismo. Reconhecemos o Partido Trabalhista como aquele que, por bem ou por mal, hegemonizou a grande maioria da classe trabalhadora organizada com uma política reformista. Honramos sua ligação histórica com o movimento sindicalista. Entendemos que esse foi o motor da revolução do “Estado de bem-estar”, de 1945, que nunca subestimamos, porque representou uma reforma, em vez de uma derrubada, do sistema. Permanecemos profundos críticos da *Fabian Society* e da cultura trabalhista do partido, de seu “estatismo”, sua carência de enraizamento popular na vida política e cultural das pessoas comuns, sua suspeita burocrática de qualquer ação independente ou “movimento” fora de seus limites, assim como seu profundo anti-intelectualismo. Opusemo-nos a seus procedimentos profundamente antidemocráticos do voto em bloco e ao “constitucionalismo” vazio do partido. Ademais, reconhecemos que, gostássemos ou não, o Partido Trabalhista havia representado a estratégia grevista na política britânica, o que ninguém pode ignorar.

Nós, entretanto, desenvolvemos uma política aberta e polêmica em relação à liderança de Gaitskell<sup>15</sup>, por um lado, e à perspectiva do “nada-mudou, reafirme Cláusula 4” da esquerda tradicional, por outro; assumimos – aqui e em todo lugar – uma terceira posição, abrimos um “terceiro *front*”. Nos debates revisionistas dos anos 1950 e 1960, opusemo-nos ao “pós-capitalismo”, às teses da “face humanizada do capitalismo corporativo”, propostas em *O futuro do Socialismo*, de Crosland<sup>16</sup>, enquanto o tomávamos como um formidável e inteligente oponente. Insistimos – inclusive contra o imobilismo doutrinário da maior parte do trabalhismo e do sindicalismo de esquerda – sobre a necessidade de fundamentar as perspectivas da esquerda em análises mais renovadas das condições do capitalismo pós-guerra e da mudança social. Algumas pessoas continuaram a trabalhar nisso desde dentro do Partido Trabalhista; outras trabalharam de fora dele. Não enxergávamos como poderia haver uma linha “mestra” nesse aspecto, enquanto havia tão pouca relação entre o que as pessoas queriam politicamente e o veículo para se atingir isso. Nossa estratégia era, portanto, contornar esse caminho e, como alternativa,

---

15 (NT) Hugh Todd Naylor Gaitskell foi um importante político do Partido Trabalhista britânico.

16 (NT) Tony Crosland foi membro do Partido Trabalhista britânico e escritor.

envolver as pessoas, qualquer que fossem suas filiações, na atividade e no debate político independentes.

Essa estratégia “paralela” requereu, como condição necessária, a manutenção de periódicos, clubes, uma rede de contatos e formas de demonstração, argumentos e propaganda para se articular essa “terceira posição”, que não estava sujeita à rotina do HQ<sup>17</sup> (*headquarter*) do Trabalhismo, em Transport House, mas que fora pensada para retornar ao partido e ter efeitos políticos internos, reverberando, assim, no movimento dos trabalhadores. Chamamos essa estratégia de “um pé dentro, um pé fora”.

### INDO EM DIREÇÃO AO POVO

Que tipo de liderança organizacional essas estratégias pressupunham? A metáfora para a qual constantemente retornávamos era a da “propaganda socialista”. Conforme Edward Thompson relata em *New Reasoner*:

A *New Left* não se coloca como organização alternativa em relação àquelas já existentes no campo; em vez disso, oferece duas coisas àqueles que estão dentro ou fora das organizações existentes – uma propaganda específica de ideias e certos serviços práticos (periódicos, clubes, escolas, etc)<sup>18</sup>.

A noção de uma “propaganda socialista de ideias” foi, é claro, emprestada direta e explicitamente de William Morris e das relações entre os intelectuais, forjadas na Liga Socialista, lutando para se tornarem o que Gramsci chamou de “orgânicos” da classe trabalhadora. Tínhamos sido inspirados pelo capítulo “Making socialists”, do livro *William Morris: romantic to revolutionary*, de Thompson. De fato, o primeiro editorial da NLR foi formatado, em suas extremidades, por uma passagem de Morris no artigo “Commonweal”, de julho de 1885: “O movimento trabalhista não está em sua fase insurrecional”. Eu acrescentei: “Nós estamos em nossa fase missionária”<sup>19</sup>.

Embora não estivesse totalmente teorizada, essa concepção de liderança estava fundamentada em certos pressupostos manifestos. O primeiro era a necessidade de desafiar o habitual anti-intelectualismo do movimento trabalhista britânico e

17 (NT) *Headquarter* indica o local onde a maioria das atividades e funções de uma organização é coordenada.

18 THOMPSON. “The *New Left*”, *New Reasoner*, v. 9, p. 16, Summer 1959.

19 HALL. “Introducing NLR”, *New Left Review*, v. 1/1, p. 2, Jan–Feb 1960.



superar a tradicional divisão entre intelectuais e classe trabalhadora. O segundo era o repúdio a três modelos alternativos: as concepções “vanguardistas” e “democrático-centralistas” da liderança revolucionária; a noção fabianista de “especialistas” da classe-média atuando no interior da máquina do Estado, a fim de proporcionar o socialismo para a classe trabalhadora; e a tradicional fé da esquerda trabalhista em relação aos mecanismos constitucionais, às resoluções de conferências, à vitória por votação em bloco e à conquista eleitoral ligeiramente mais à “esquerda”<sup>20</sup>. O terceiro era nossa visão de que as mudanças na sociedade britânica produziram um grande número de novas camadas sociais, que, no pós-guerra, tiveram acesso à educação e à propaganda socialista. Quarto, tínhamos uma profunda convicção de que, contra o economicismo stalinista, trotskysta e trabalhista assemelhados, o socialismo era um movimento democrático *consciente*, e os socialistas eram *produzidos*, e não nasciam ou se criavam por leis inevitáveis da história ou do processo objetivo do modo de produção em si.

Também desafiamos a visão predominante de que a assim chamada sociedade afluenta pudesse erodir o apelo da propaganda socialista – como se o socialismo somente pudesse emergir da miséria e da degradação. Nossa ênfase nas pessoas agindo por si próprias, “construindo o socialismo desde baixo” e no “aqui e agora” não estava esperando por alguma revolução abstrata que transformasse tudo em um piscar de olhos; por isso, à luz da re-emergência desses temas após 1968, provou-se contundentemente prefigurativa, tal como afirmamos no primeiro número da NLR:

Tivemos de ir a bairros e cidades, universidades e cursos técnicos, clubes da juventude e almoços de sindicatos – como disse Morris – para produzir socialistas ali. Atravessamos 200 anos de capitalismo e 100 anos de imperialismo. Por que as pessoas deveriam – naturalmente – tornarem-se socialistas? Não há lei que diga que o Movimento Trabalhista, como uma grande máquina inumana, deva trilhar seu caminho em direção ao socialismo ou que nós podemos, a qualquer momento [...], contar com a pobreza e a exploração para dirigir a população, como animais cegos, rumo ao socialismo. Socialismo é, e permanecerá sendo, uma fé ativa em uma nova sociedade, para a qual nos voltamos como seres humanos pensantes e conscientes. O povo deve ser confrontado com a experiência, chamado à “sociedade de iguais”, não porque as coisas nunca estiveram piores, mas porque essa sociedade é melhor do que a melhor das sociedades capitalistas

---

20 THOMPSON. “The New Left”, p. 16.

de consumo, e porque a vida é algo a ser vivida, e não algo pelo qual se passa, assim como o chá pelo coador<sup>21</sup>.

Tal postura pode parecer inocente e, certamente, foi tomada como “utópica” e “populista” desde o início. No entanto, foi populista no sentido Narodnik, de “ir até o povo” e em termos do que eles/nós precisavam/ávamos se/nos tornar, mais do que no sentido de massagear o consenso popular com apelos cínicos que lhes apontem o que é melhor. Tínhamos uma instintiva, se não bem formulada, noção de que o projeto socialista deveria estar enraizado aqui e agora, e conectado à experiência vivida: com aquilo que sempre aprendemos a chamar de “nacional-popular”. O “povo”, é claro, é sempre uma construção discursiva, e a distorção de um preciso referente social, no populismo dos primórdios da *New Left*, foi certamente significativo. Contudo, há mais do que um tipo de populismo, e isso pode, apesar de seus problemas, estar articulado tanto à direita quanto à esquerda, servindo tanto para colocar em curto-circuito quanto para desenvolver antagonismos populares. O “populismo” do início da *New Left* era, com certeza, do segundo tipo, tal como Edward Thompson, seu principal arquiteto, argumenta em *New Reasoner*:

O que distinguirá a *New Left* será sua ruptura com a tradição de fragmentação interna do partido e sua renovação da tradição de livre associação, educação socialista e atividade direcionada ao povo como um todo [...]. Insistirá que o Movimento Trabalhista não é uma coisa, mas uma associação de homens e mulheres; que os trabalhadores não são recipientes passivos das condições culturais e econômicas, mas seres intelectuais e morais [...]. Apelará ao povo com argumentação racional e desafio moral. Irá contrariar o materialismo burguês e o anti-intelectualismo da velha esquerda, recorrendo para tanto à totalidade dos interesses e potencialidades humanas e construindo novos canais de comunicação entre os trabalhadores industriais e os especialistas em artes e ciências. Deixará de postergar as necessidades do socialismo para um hipotético período “pós-revolucionário” e procurará promover no presente, em particular nos grandes centros de concentração da classe trabalhadora, um rico senso comunitário<sup>22</sup>.

As tensões e contradições envolvidas nesse “populismo” nunca foram completamente resolvidas. As rápidas mudanças na estrutura social, no período

---

21 HALL. “Introducing NLR”, p. 3.

22 THOMPSON. “The New Left”, p. 16-17.

pós-guerra, que nós constantemente tentamos caracterizar sem, no entanto, fixá-las precisamente, dividiram de modo desigual a *New Left*; falhamos ao tentar erigir essas diferenças em um novo “bloco histórico”, embora essa fosse nossa intenção implícita. As tensões aludiam à oposição entre o norte provinciano e uma Londres cosmopolita, como versões posteriores da divisão Norte/Sul – mas que eram muito mais complexas do que essa simples oposição sugere. Não obstante, elas eclipsaram diferenças importantes no ritmo e no caráter da decomposição e recomposição social, na sociedade britânica do pós-guerra, e veio para ficar, de forma metonímica, em meio ao chão diversificado da política, sem prover um princípio de articulação. As tensões entre intelectuais e ativistas eram um problema contínuo e largamente tácito, conectado à questão mais ampla do *status* incerto do intelectual na vida cultural inglesa em geral e o filisteísmo inábil da esquerda. Atravessando todas essas tensões, em outra direção, estavam as quase totalmente disfarçadas questões do gênero – o fato de que a maior parte das lideranças do corpo editorial era constituída por homens e que a grande parcela do trabalho real recaía sobre as mulheres: a usual divisão sexual do trabalho, reproduzida tão frequentemente na esquerda. Sobre essa última questão, a *New Left* manteve-se – como fazia o restante da esquerda – profundamente inconsciente.

Nós esperávamos que os clubes desenvolvessem suas próprias organizações, lideranças e canais de comunicação independentes (talvez até seus próprios panfletos e boletins), deixando o periódico livre para desenvolver seu projeto. Mas nos faltaram recursos para que isso acontecesse, o que exacerbou, nos clubes, o sentimento de que eles não tinham nenhum controle sobre a revista, e, no conselho editorial, o receio de que um periódico de ideias pudesse não circular efetivamente pelos comitês. Essa foi, com efeito, a última questão, que veio acompanhada de pressões transversais e que precipitou minha demissão voluntária da editoria da *New Left*, em 1961.

Não tentei fazer, aqui, uma avaliação completa da *New Left*, que eu vejo como apenas um primeiro estágio de constituição de um novo tipo de esquerda política. Parece-me absurdo tentar realizar seu registro detalhado ou impor, retrospectivamente, uma consistência que ela não possui. Suas forças e fraquezas, seus erros e enganos ainda permanecem e são incontestáveis – para serem ensinados, mais do que para serem repudiados. Não obstante, faço uma distinção mordaz entre o que fizemos e como fizemos e o projeto mais amplo. Permaneço comprometido com este último como sempre fui. O “terceiro espaço” que a “primeira” *New Left* definiu e tentou apreciar de modo aberto me parece a única esperança para a renovação do projeto socialista e democrático, em nossos novos e desconcertantes tempos.

## ■ LISTA DE PARECERISTAS *AD HOC* DO VOLUME 21

Agripa Faria Alexandre	UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ
Alessandra Gasparotto	UFPEL, Pelotas, RS
Ana Cristina Coll Delgado	UFPEL, Pelotas, RS
Andrea Almeida Cavalcante	UECE, Fortaleza, CE
Cristina Scheibe Wolff	UFSC, Florianópolis, SC
Diego Omar Silveira	UEA, Manaus, AM
Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo	USP, São Paulo, SP
Eliane Maria Monteiro da Fonte	UFPE, Recife, PE
Fabio Ribeiro	USP, São Paulo, SP
Joana D'Arc Fernandes Ferraz	UFF, Niterói, RJ
Juliana Gonzaga Jayme	PUC, Belo Horizonte, MG
Leila da Costa Ferreira	Unicamp, Campinas, SP
Leonardo Sangali Barone	FGV, São Paulo, SP
Maria Celina D'Araujo	PUC, Rio de Janeiro, RJ
Maria Francisca Pinheiro Coelho	UnB, Brasília, DF
Renarde Freire Nobre	UFMG, Minas Gerais, MG
Roberto da Silva	USP, São Paulo, SP
Rodrigo Czajka	UNESP, Marília, SP
Vitor Grunvald	PPGAS/USP, São Paulo, SP
Vivian Gilbert Ferreira Paes	UFF, Niterói, RJ

### **Comissão Editorial**

Plural - Revista de Ciências Sociais do

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315. 05508-900 - São Paulo – São Paulo - Brasil

E-mail: plural@usp.br / Site: <http://revistas.usp.br/plural>